



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA- UAHG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Edson Silva

MODERNIZAÇÃO, SANITARISMO E COTIDIANO (JACOBINA - BA 1955-1959)

Campina Grande – PB
2015

Edson Silva

MODERNIZAÇÃO, SANITARISMO E COTIDIANO (JACOBINA - BA 1955-1959)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó

Co-orientador: Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond

**Campina Grande – PB
2015**

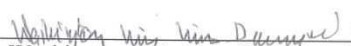
Edson Silva

MODERNIZAÇÃO, SANITARISMO E COTIDIANO (JACOBINA - BA 1955-1959)


BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó (PPGH/UFCG)
Orientador



Prof. Dr. Washington Luis Lima Drummond (FAU-UFBA/Pós- Crítica -UNEB)
Examinador Externo



Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa Souza (PPGH/UFCG)
Examinador Interno

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586m Silva, Edson.
Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina – BA 1955-1959) /
Edson Silva. – Campina Grande, 2015.
189 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó, Prof. Dr. Washington Luiz Lima Drummond".
Referências.

1. Cidade. 2. Modernização. 3. Sanitarismo. 4. Cotidiano. I. Agra do Ó, Alarcon. II. Drummond, Washington Luiz Lima. III. Título.

CDU 911.375(043)

AGRADECIMENTOS

Durante o curso e o desenvolvimento da pesquisa recebi apoio de instituições e pessoas, que contribuíram para a elaboração e concretização desse trabalho. Desejo aqui registrar os agradecimentos devidos, pelo apoio recebido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa; dos professores Washington Drummond (UNEB) e Alarcon Agra do Ó (UFCG), os dois respectivamente pelo acompanhamento e orientação da pesquisa; ao professor Antonio Clarindo Barbosa de Souza (UFCG) pelas aulas ministradas, pela participação e contribuição na banca de qualificação; agradecimento que estendo também a todos os professores que ministraram as disciplinas que cursei durante o cumprimento dos créditos do curso. Grato aos funcionários dos arquivos que realizei consulta da documentação utilizada, pelo auxílio na pesquisa, especificamente do Arquivo Público Municipal de Jacobina e do Arquivo Público do Estado da Bahia; aos professores que coordenaram e os monitores que trabalharam no Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC) e no Núcleo de Estudos Orais e Memória (NEO) do campus IV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo excelente trabalho de catalogação e digitalização de documentos sobre a cidade de Jacobina. Nesses espaços tivesse acesso e conhecimento da documentação trabalhada nesta pesquisa; aos funcionários da secretaria do programa de Pós-Graduação História da UFCG; aos colegas da linha I (Cultura e Cidades) da turma 2013, pelas conversas e trocas de experiências; a Cássio Cerqueira pela elaboração do abstract; em Jacobina aos colegas do grupo de estudo coordenado pelo professor Washington Drummond; ao professor Valter Oliveira que me deu acesso algumas fotografias de Osmar Micucci e os escritos de Afonso Costa; a Franklin Rios pela leitura preliminar de parte do texto. Aos meus familiares que apoiaram nessa jornada.

“A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entre a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir”. Michel de Certeau

RESUMO

SILVA, Edson. *Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina 1955-1959)*. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

A presente dissertação teve como objetivo central analisar o processo de modernização urbana, higienização e normatização da cidade de Jacobina ocorrido em meados dos anos de 1950, durante a gestão municipal do engenheiro agrônomo Orlando Oliveira Pires (1955-1959). Através de textos jornalísticos, documentos administrativos, leis municipais, fotografias, Código de Posturas, livro de atas da Câmara Municipal, Código Sanitário do Estado, relatório de prestação de conta do gestor e textos memorialísticos, ao longo do trabalho procuramos descrever e examinar, por um lado, as inovações no plano urbanístico, como a construção de uma larga avenida, as obras de pavimentação, o saneamento e asseio das principais ruas, a implantação do serviço de água encanada, a ampliação do serviço de energia elétrica e a edificação do estádio municipal, apontando como esse processo de modernização/urbanização se deu de forma parcial e excludente, restringindo-se às ruas da área central da cidade. Por outro, as ações desenvolvidas no sentido de higienizar e normatizar os espaços urbanos e as práticas da população, empreendidas pelo prefeito, pelos médicos-sanitaristas e pelos jornalistas, demonstrando que essas medidas enfrentavam tensionamentos constantes com a população. Acompanhando o cotidiano das ruas, buscamos visualizar as múltiplas práticas de uso e apropriação do espaço urbano que afloravam nas ruas de Jacobina, fissurando a ordenação urbana pretendida.

Palavras-chaves: Cidade; Modernização; Sanitarismo; Cotidiano.

ABSTRACT

SILVA, Edson. Modernization, sanitation and daily-life (Jacobina 1955-1959). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

This master's thesis had as its main objective to analyze the process of urban modernization and sanitation of the town of Jacobina that happened in the second half of 1950, during the municipal governing of Orlando Oliveira Pires (1955-1959). Using material as newspapers texts, administrative documents, municipal laws, photographs, Code a Conduct, minute books of the town council, State Sanitation Code, accountability reports of the mayor and memory texts, along this research, we search to describe and examine, on the one hand, the innovations in urban planning, as the construction of a large avenue, paving, sanitation and neatness of the main streets; the implantation of plumbing, the enhancement of electricity services and the building of municipal stadium, pointing out how this process of modernization/urbanization happened in a partial and excluding way, taking place basically on the streets of the downtown area. On the other hand, the action developed aiming at sanitizing and standardizing the conduct in urban areas and the practices of citizens, proposed by the mayor, sanitation-doctors and journalists; demonstrating that these measures frequently confronted with the people. Accompanying the daily-life of these streets, we search to visualize the multiple usage and appropriation of the urban area that appeared in the streets of Jacobina, breaking with the intended urban order.

Keywords: Town; modernization; sanitation; daily-life.

LISTA DE IMAGENS

IMAGENS:

- Imagem 1** - Reprodução de imagem do desenho urbano da cidade.....p.46
- Imagem 2** – Reprodução de fotografia da Praça Rio Branco – 1956. Foto: Osmar Micucci.
.....p.55
- Imagem 3**- Reprodução de fotografia do prefeito Orlando Oliveira Pires publicada com texto do jornal Vanguarda.....p.62
- Imagem 4** – Reprodução de parte de uma planta do projeto de distribuição de água encanada da cidade – Setembro de 1954.....p.63
- Imagem 5** - Reprodução de parte de uma planta projeto de distribuição de água encanada da cidade – Setembro de 1954.....p.67
- Imagem 6**- Reprodução de fotografia de estudantes atravessando a ponte de madeira conhecida como Pinguela. Década 1950 – Foto: Osmar Micuccip.70
- Imagem 7** - Reprodução de fotografia da Avenida Orlando Oliveira Pires - 1956 – Foto: Osmar Micucci.....p.71
- Imagem 8**- Reprodução de fotografia ilustrativa do artigo do jornal da inauguração do Prédio Escolar “Fraternidade Jacobinense”p.75
- Imagem 9** - Reprodução de fotografia, da Avenida Orlando Oliveira Pires - 1962 – Foto: Tibor Jablonsky.....p.76
- Imagem 10** – Reprodução de fotografia feira livre de Jacobina - 1962 - Foto: Tibor Jablonsky.....p.98
- Imagem 11** – Reprodução de fotografia do comércio de carne na feira livre de Jacobina – 1962 - Foto: Tibor Jablonsky.....p.98
- Imagem 12** - Reprodução de fotografia de um banhista no Rio Itapicurú-Mirim – Foto: Osmar Micucci 1958.....p.101
- Imagem 13** – Reprodução de fotografia do Jardim da Praça Castro Alves veiculada no jornal Vanguarda.....p.107
- Imagem 14** – Reprodução de fotografia da Praça Castro Alves Foto: Osmar Micucci.....p.114
- Imagem 15** - Reprodução de fotografia do reservatório construído pelo DNOCS no alto da Serra da Conceição – Foto: Osmar Micucci 1959.....p.133

Imagem 16 - Reprodução de fotografia da estação de tratamento do sistema de água encanada – 1960 - Foto: Osmar Micucci.....	p.133
Imagem 17 - Reprodução de fotografia do chafariz construído pelo DNOCS na Praça Dr. J. J. Seabra – 1959 - Foto: Osmar Micucci.....	p.135
Imagem 18 - Reprodução de fotografia do chafariz construído pelo DNOCS no largo das Missões – 1960 - Foto: Osmar Micucci.....	p.136
Imagem 19 - Reprodução de fotografia chafariz do construído pelo SESP na Praça da Concórdia – Bairro da Serrinha – 1960 - Foto: Osmar Micucci.....	p.136
Imagem 20 - Reprodução de fotografia do chafariz construído pela Prefeitura Municipal na Praça Miguel Calmon – 1963 - Foto: Osmar Micucci.....	p.137
Imagem 21 - Reprodução de fotografia do comício na Praça Rio Branco, centro da cidade – 1957 - Foto: Osmar Micucci.....	p.146
Imagem 22- Reprodução de fotografia do comício na Praça Rio Branco – 1957 - Foto: Osmar Micucci.....	p.146
Imagem 23 - Reprodução de fotografia do presidente Juscelino Kubitschek - 1957- Foto: Osmar Micucci.....	p.147
Imagem 24- Reprodução de fotografia da quadra poliesportiva e o estádio municipal Francisco Rocha em 1959 - Foto: Osmar Micucci.....	p.162

LISTA DE ABREVIATURAS

APMJ - Arquivo Público Municipal de Jacobina
APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NECC - Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade
NEO - Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia
SAAE - Sociedade Anônima de Água e Esgoto
SESP - Serviço Especial de Saúde Pública
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1. O cenário.....	33
1.1 Em busca do redentor: a construção da imagem do prefeito.....	36
1.2 Limpar, purificar e desodorizar a cidade.....	41
1.3 Aformoseando as ruas.....	53
1.4 A construção da Avenida Orlando Oliveira Pires.....	64
2. A cidade sob a “ordem” sanitaria.....	79
2.1 O combate à criação de animais no perímetro urbano.....	103
2.2 A cidade ao avesso.....	110
3. A “conquista” da água encanada.....	122
3.1 A ampliação do serviço de energia elétrica.....	137
3.2 A produção do lazer na urbe: a construção do estádio municipal.....	153
Considerações finais.....	171
Fontes.....	174
Referências.....	177
Anexos.....	186

Introdução

A cidade de Jacobina em meados da década de 1950 passou por substanciais transformações no espaço urbano.¹ Durante a gestão municipal de Orlando Oliveira Pires (1955-1959) a cidade sofreu uma série de intervenções, erguendo uma nova materialidade e paisagem urbana. Será, portanto, o processo de modificação da cidade através de obras de modernização o que propomos examinar nesse trabalho.

Neste contexto de mudanças no desenho da cidade, a pesquisa foi escrita especificamente no sentido de analisar a reconfiguração do plano urbanístico e a inserção de equipamentos técnicos durante a gestão municipal mencionada. Assim, indagamos: qual projeto de cidade era pensado naquele contexto? Qual ideal de vida urbana almejava-se? Como jornalistas e gestores significavam as transformações urbanas pelas quais a cidade estava passando? Que discurso era escrito para definir, qualificar e nomear as intervenções? Desse modo, mapeamos as principais obras e medidas de urbanização e higienização da cidade emergentes naqueles anos e os enunciados construídos em torno desse processo.

Contudo, não desejamos apenas os pronunciamentos elaborados em torno dos melhoramentos urbanos e do ordenamento da cidade, mas também os discursos construídos sobre práticas que apontavam para os usos contrários ao ideal de urbanidade desejado. Tentando visualizar certa cotidianidade, arriscamos averiguar como os moradores usavam o espaço urbano. Entendemos que a cidade configurava-se não na inteireza dos discursos e práticas dos gestores, mas na reinvenção cotidiana dos espaços feita pelos habitantes, que criavam outras cartografias, à revelia das ações de urbanização e do desejo de civilidade de setores da cidade.

O trabalho foi escrito num diálogo estabelecido com um conjunto de pesquisas designadas de história urbana – estudos que tiveram as cidades como objeto de suas preocupações. A historiografia concernente à temática cidade é um tanto recente, emergiu e ganhou espaço no decorrer dos anos de 1980 e 1990. A influência da crise dos paradigmas explicativos (marxismo, estruturalismo), localizada neste período no debate acadêmico

¹ Jacobina é uma cidade baiana situada geograficamente na região denominada de Piemonte Norte da Chapada Diamantina, distante 330 quilômetros da capital do estado, Salvador. Foi emancipada em 1880 com o nome de “Agrícola Cidade de Santo Antônio de Jacobina”. A formação do núcleo urbano, que de vila veio a se constituir como cidade, esteve ligada à introdução dos currais de gado (séc. XVII) nos sertões baianos e à descoberta de ouro nas serras adjacentes, que atraiu emigrantes de diversos lugares em busca do minério. Ver localização do município dentro do mapa do Estado da Bahia em anexo (Imagem 1).

internacional e na produção historiográfica brasileira,² foi um dos fatores que contribuíram para a emergência dos estudos sobre cidades.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento, nas décadas de 60, 70 e até os anos 80 do século XX, a historiografia brasileira seguia uma perspectiva da análise vinculada ao materialismo histórico, corrente que privilegiava uma abordagem centrada nos aspectos econômicos e sociais. A análise marxista da história não tinha as cidades como objeto de estudo, pois preocupava-se em discutir a produção capitalista e a constituição da mão de obra de trabalho. As cidades, nessa perspectiva, “compareciam como o lócus da acumulação de capital, como o epicentro da transformação capitalista do mundo”.³

Pelo enfoque teórico e conceitual do materialismo histórico, totalizante e classista, a abordagem que era feita compreendia a cidade especificamente como palco da luta de classes, dos conflitos entre os grupos sociais – a burguesia e o operariado –, o espaço da produção econômica, da dominação de classe e da resistência dos trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais. Esses últimos, personagens e grupos que portavam a missão da revolução social, preconizada pela teoria marxista, até então influente nas interpretações historiográficas.

Com o advento do debate em torno da crise dos paradigmas, que incluía uma série de críticas à interpretação marxista da história, visualizou-se no Brasil a emergência da História Cultural, que possibilitou reflexões acerca do mundo simbólico e de novos atores sociais, como também a renovação temática e metodológica, abrindo espaço para a historiografia urbana.

Pioneira dos estudos de história urbana no Brasil, Maria Stella Bresciani, no artigo *História e Historiografia das Cidades, um percurso*,⁴ assinalava que somente na década de 1980 os estudos sobre cidade desenvolvidos por historiadores ganharam interesse e espaço na universidade brasileira, com a criação de uma linha de pesquisa num programa de pós-

² Cf. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: PADILHA, Nino (Org.). *Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas*. Salvador. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)- FAUFBA, Salvador, 1998. p.13-28. SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda (Org.). *A cidade em debate*. São Paulo: Editora Olho D'água, 1999. p.5-10. Sobre as transformações no campo historiográfico ver o texto de Roger Chartier “O mundo como representação”. In: *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 2002. p.61-79. Tratando sobre a historiografia brasileira, conferir o artigo da Magareth Rago “A ‘nova’ historiografia brasileira.” Anos 90. Porto Alegre, n.11, julho de 1999. p.73-96. Disponível: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art5.pdf> . Ver também o livro de Sandra Jatahy Pesavento. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis. *Rev. Bras. Hist.*, vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007.p. 13.

⁴ BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 237-258.

graduação,⁵ possibilitando a formação de pesquisadores e o estímulo de estudos historiográficos.

A perspectiva aberta pela História Cultural tornou possível pensar a cidade para além do espaço onde se realizavam a produção capitalista e os embates entre os grupos sociais. A cidade passou a ser objeto de estudo nas suas múltiplas dimensões. Como afirmou Sandra Pesavento, tratava-se agora de analisá-la, “sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais”.⁶

As mudanças no campo da História apontadas acima favoreceram a ampliação de temáticas, objetos e da noção de fonte, bem como o surgimento de abordagens diversificadas para estudar o urbano.⁷ Aspecto bastante difundido nos estudos historiográficos no campo, trata-se das intervenções empreendidas pelos poderes públicos estatais que procuraram remodelar as cidades, com o intuito de modernizá-las e higienizá-las.

Memorialismo e historiografia urbana sobre Jacobina

Jacobina teve com Afonso Costa⁸ os primeiros escritos que versaram sobre seu passado. Ele, por sua vez, praticava o ofício de historiador nos moldes dos Institutos Históricos e Geográficos, do qual era membro no estado de Sergipe, da Bahia e do brasileiro. Escreveu e publicou trabalhos sobre a história da Bahia e de Jacobina. Na monografia *Minha Terra (Jacobina de Antanho e de Agora)*, datada de 1916, publicada nos anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador, Afonso Costa fez uma trajetória do município desde o século XVIII ao início do XX.⁹ Sobre o período Colonial, citando largamente documentos, destacava os personagens que vieram desbravar a terra (colonos

⁵ A referida linha de pesquisa denominada “Cultura e Cidades” foi instalada no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1985.

⁶ PESAVENTO, 2007, p. 13.

⁷ Para um balanço historiográfico da produção e tendências dos estudos urbanos, ver os textos de RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editoria Campos, 1997. p.185-202. BRESCIANI, Maria Stella, op. cit. 2007. p. 237-258. FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras, op. cit. 1998. p.13-28. SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda, op. cit. 1999. p.5-10. PESAVENTO, Sandra Jatahy, op. cit. 2007. p.11-23. BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. V.2. N.1. 1993. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322/298

⁸ Afonso Costa (1885-1956) era natural de Jacobina. Trabalhou em jornais em Salvador, em Ilhéus e no Rio de Janeiro.

⁹ COSTA, Afonso. *Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia*. Vol. II. Bahia. Imprensa Official do Estado. 1918.

européus), a exploração do ouro nas serras da região, a querela em torno da criação da vila, a construção das igrejas, a origem do nome e feitos da administração da coroa portuguesa. Apresentava os séculos precedentes como a época gloriosa do município, que se estendia por um vasto território, ocupando parte considerável da capitania e posterior província, indo de Minas Gerais a Sergipe.

Numa segunda parte desse trabalho, nos itens *Relevos geográficos e Terras e campos*, Afonso Costa desenvolveu o texto atendo-se às questões da paisagem natural e da geografia. Enaltecendo o lugar, assim escreveu: “nem sei se município outro a Baía contará que se lhe vantagem, nêste consorcio de condições físicas que lhe atestam os grandes proveitos de recommendação”.¹⁰ Com esse propósito, evidenciava as serras, as nascentes, os rios, os riachos, as lagoas, as cachoeiras, o relevo, a vegetação, apontando para a formação geológica e a localização de cada um desses elementos. Prosseguia, ainda, apresentando a fauna e a flora, as espécies de animais e plantas encontradas na região. Ademais, (*Povoações e povoados*) tratava das formações dos povoados e distritos existentes no interior do município, citando a localização, os limites, as características locais e suas potencialidades econômicas.

No fecho do escrito, assumia uma postura mais ensaísta, expondo a percepção do autor sobre a cidade no início do século XX. No tópico *Cultura e política*, destacava a criação das primeiras escolas e as dificuldades na manutenção das existentes no município, apontando para os aspectos deficitários das atividades. Costa ressentia a falta de uma cultura associativa entre seus conterrâneos; apontava para o surgimento dos primeiros espaços de diversões; e apresentava também a organização administrativa do município, como órgãos em funcionamento e funções públicas. No ponto seguinte, *Comercio e indústria*, destacava as atividades econômicas do município, provenientes do ramo comercial, agrícola, pecuário e industrial. De um lado, lamentava a falta de iniciativa dos segmentos produtores e empecilhos encontrados no incremento das atividades, por outro, apontava para possibilidades de desenvolvimento.

Ulterior aos escritos de Afonso Costa, os trabalhos sobre a história da cidade, num primeiro momento, foram desenvolvidos por memorialistas. Nas décadas de 1980 e 1990, apareceram publicações versando sobre o passado da cidade. Emergia nos meios letrados a preocupação no registro dos eventos pretéritos e nas transformações urbanas. No fim do século XX, buscava-se produzir um passado para a cidade, inventar uma representação histórica – questão que envolvia um levantamento e seleção de características e eventos a

¹⁰ COSTA, Afonso, 1918,p.33

serem registrados. Elaboram-se os contornos de um passado para Jacobina através da prática da escrita, invoca-se paisagens, datas, eventos, costumes, personagens.

Em 1984, foi publicado o livro *50 anos depois*,¹¹ da professora Alcira Pereira Carvalho Silva. Na obra, a autora, rememorava a sua trajetória pessoal como docente, ao mesmo tempo em que construía uma história da educação e registrava suas reminiscências do cotidiano da cidade. Ademais, as páginas do livro eram recheadas com um conjunto de ilustrações elaboradas por um ex-aluno, Antonio Luis Ramos Cedraz (posteriormente famoso quadrinista), em que apresentava uma cidade marcadamente bucólica. Na narrativa, por um lado, invocava a memória dos anos de sua infância, da sua chegada à cidade pelo trem da Ferrovia Leste Brasileiro (1933), quando se mudou com a família vinda de Triunfo, no vizinho estado de Pernambuco; da adolescência como estudante, vivida nas décadas de 1930 e 1940, apontava para características e práticas urbanas, como as principais ruas e pontes que existiam, as formas de lazer, de sociabilidade, das festas e práticas cotidianas de certos grupos sociais. Por outro, buscava escrever a evolução da educação na cidade a partir da sua experiência de estudante, professora e Delegada Escolar, registrando os primeiros professores atuantes no município, os espaços onde aconteciam as aulas, os métodos empregados e as atividades escolares e cívicas. A partir das suas lembranças, buscou registrar o desenvolvimento educacional da cidade, desde as escolas primárias e primeiros professores, passando pela implantação do Ginásio com o ensino secundário, até a instalação do ensino superior na década de 1980.

Dois anos após a publicação do primeiro, Alcira Pereira Carvalho Silva lançava outro opúsculo, intitulado *Jacobina sim* (1986).¹² Neste, diferente do anterior, estendia o horizonte de questões. O livro apresentava uma visão global de Jacobina, acompanhado de ilustrações, buscava inventariar e registrar, de modo sintético, os mais diversos aspectos da cidade e do município. Desse modo, ao longo dos dez capítulos do livro, a autora apontava aspectos envolvendo a geografia, a história, a economia e a cultura. Além de infraestrutura urbana (transporte, comunicação, saneamento, energia), instituições educacionais, serviços de saúde, espaços recreativos e culturais, imprensa, artesanato, culinária, folclore, festas (sagradas, profanas, cívicas), templos e designações religiosas, pontos turísticos, estabelecimentos de hospedagem, bares e restaurantes, elencando ainda uma relação de pessoas consideradas como notáveis da cidade. Seguia, na narrativa, uma perspectiva evolucionista, linear e contínua, acompanhando desde as origens da vila, a elevação à categoria de cidade, relacionando os

¹¹ SILVA, Alcira Pereira Carvalho. *50 anos depois*. Salvador: S.C.P, 1984.

¹² SILVA, Alcira Pereira Carvalho. *Jacobina sim*. Salvador: UFBA, Centro Editorial e Didático, 1986.

mandatários na gestão do município desde o final do século XIX até a época em que escreveu o livro.

Seguindo o modelo anteriormente citado de Alcira Pereira Carvalho Silva, em 1994, Doracy Lemos, que também teve uma trajetória profissional ligada ao magistério, lançava um pequeno opúsculo, nomeado apenas de *Jacobina*. Apesar de minúsculo (21 páginas), o texto apresentava um panorama, englobando um pouco de cada coisa, da história, da geografia, da economia, passando pelas características culturais, de equipamentos técnicos de infraestrutura urbana, espaços de lazer, veículos de comunicação, sistemas de transporte, instalação de instituições governamentais (estaduais e federais), práticas esportivas e clubes sociais presentes na cidade. Nas páginas iniciais, duas citações, espécie de epígrafe do compêndio, demarcavam seu propósito: “Preservar a memória da terra, é obrigação de seus filhos”.¹³ Na outra, citava o poeta romântico Gonçalves Dias, “Todos cantam sua terra; Também vou cantar a minha; Nas débeis cordas da lira; Hei de fazê-la rainha”.¹⁴ Na dedicatória anunciava o público alvo a que pretendia atingir, sendo assim dedicado ao público infantil-juvenil (crianças). Para a memorialista, antes os professores não tinham preocupações com o estudo da cidade, dedicando-se a outras questões distantes da vida da comunidade. Desse modo, destacava que sua publicação tinha a intenção “de despertar na criança o amor à terra, falar da sua história, suas belezas naturais, suas riquezas minerais, seu folclore”.¹⁵ Definindo para o livro uma perspectiva ufanista e uma compreensão da história como mestra da vida.

Essa publicação era o esboço de um projeto maior, o seu livro de memória, titulado: *Jacobina, sua história e sua gente*, publicado no ano seguinte (1995).¹⁶ Talvez um dos textos mais conhecidos na cidade, versando sobre seu passado.¹⁷ O livro também era escrito num esforço de síntese da evolução histórica de Jacobina. As mesmas questões apresentadas na publicação precedente eram registradas, contudo, de forma mais completa. De dimensões consideráveis, foi dividido em dezesseis partes distribuídas em 339 páginas, tomava a forma de uma espécie de enciclopédia, abordando os mais diversos assuntos. Lemos, em sua introdução, que o projeto tinha a intenção de oferecer conhecimentos históricos sobre a cidade à população de modo geral e, em particular, aos estudantes, que naquele momento tinham dificuldade em encontrar. Desse modo, coletou documentos, como jornais, livros e relatos

¹³ LEMOS, Araújo Doracy. *Jacobina*. 1994.

¹⁴ LEMOS, Araújo Doracy. *Jacobina*. 1994.

¹⁵ LEMOS, Araújo Doracy. *Jacobina*. 1994.

¹⁶ Cf. LEMOS, Araújo Doracy. *Jacobina sua história e sua gente*. Feira de Santana: Grafart, 1995.

¹⁷ Recentemente o livro foi reeditado. Cf. LEMOS, Araújo Doracy. *Jacobina, sua história e sua gente/memórias*. 2.ed. Jacobina. Rabisco, 2013.

orais, não deixando de recorrer também à própria memória. No decorrer do texto buscou estabelecer uma narrativa objetiva, manifestando, por vezes, uma perspectiva nostálgica sobre determinados eventos rememorados.

Esses livros sobre o passado de Jacobina seguiram uma perspectiva de cunho memorialístico, sem maiores preocupações em termos de adotar armações teóricas, conceituais e de crítica documental. Na década de 1980, numa nova fase de modernização da cidade,¹⁸ foi instalada a Faculdade de Formação de Professores de Jacobina, instituição de ensino superior, posteriormente transformada no Campus IV da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. A partir dos anos 90 (século XX), nessa instituição foi criado o curso de História em nível de graduação, possibilitando a formação de profissionais e a iniciação à pesquisa acadêmica. Os trabalhos sobre a cidade, seguindo as regras da operação historiográfica,¹⁹ resultando em artigos, dissertações e livros, somente a partir dos anos 2000 ganharam projeção.

Os trabalhos acadêmicos (produzidos a partir da citada instituição) pioneiros sobre a cidade e suas transformações foram liderados e desenvolvidos pelos professores Luis Henrique Blume e Washington Drummond, os quais introduziram a temática urbana, passaram a orientar e promover debates sobre os processos de modernização urbana e fotografias de rua. Posteriormente, foi criado o Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC) do Campus IV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) pelos professores mencionados.²⁰ A partir da criação do NECC, foi desenvolvido um trabalho louvável de catalogação e digitalização de fontes para pesquisa historiográfica de Jacobina e microrregião, como também pesquisas sobre a cidade que versaram sobre as modificações urbanas, manifestações culturais, a produção literária e fotográfica, a imprensa local e regional, no século XX.²¹

¹⁸ Cf. SANTOS, Lizandra dos. *Transformações Urbanas em Jacobina na Gestão Carlito Dalto – 1983/1988, 1993/1998*. Monografia (de graduação)- Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, Jacobina, 2011. RIOS, Franklin. *Utopias de Cidade: a Jacobina de Cícero Matos (1984-1994)*. Monografia (graduação) Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, Jacobina, 2012.

¹⁹ Michel de Certeau definiu que a prática historiográfica “se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*.” (2010, p.66). De acordo com Certeau, as regras do fazer historiográfico são determinadas pelo lugar de produção, em nome da qual se impõem técnicas de pesquisa e um conjunto de interesses. Cf. CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p.65-118.

²⁰ É digno de registro também o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia (NEO), tanto no que diz respeito à digitalização de jornais e fotografias quanto à pesquisa acadêmica, desenvolvida por professores e alunos.

²¹ Cf. SAMPAIO, Alan; OLIVEIRA, Valter. *Arte e cidade: imagens de Jacobina*. Salvador: EDUNEB, 2006. MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter. *Culturas Urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador: EDUNEB, 2009.

Dentre essas pesquisas, tivemos o artigo²² de Luis Henrique Blume que, utilizando do código de posturas, artigos de jornal, livros de atas e leis municipais, propôs “pensar a modernidade a partir das relações travadas entre campo e cidade no ambiente histórico vivido por Jacobina entre os anos de 1920-1950”.²³ No início do século XX, a cidade de Jacobina começava a estruturar-se com uma incipiente urbanização e implantação de equipamentos modernos. A partir de 1920, a cidade passou a ser cortada pelos trens da Ferrovia Leste Brasileiro. Para Blume, “a ferrovia provocou transformações não só na paisagem, mas nos modos de vida e cultura urbana”.²⁴ Fator também considerado nas transformações da vida urbana foi a inauguração dos serviços de energia elétrica, com a construção em 1928 da Companhia de Força e Luz, que trouxe iluminação para algumas ruas e residências do centro urbano. Outros elementos de modificação da cidade, elencados no texto, foram a tentativa de normatização do comércio e a reformulação do Código de Posturas em 1933. Esse último, por sua vez, trazia artigos proibindo o movimento de animais soltos nos logradouros públicos. Luis Henrique Blume afirmava que essas mudanças andavam no sentido de transformar práticas avaliadas como “atrasadas” ou de roça presentes no ambiente urbano.

Seguindo os passos deste pesquisador, Fabiana Machado da Silva, na sua dissertação de mestrado, estudou a implantação da empresa Ferroviária Federal Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina no recorte de 1920-1945.²⁵ Neste trabalho, assegurava que este equipamento moderno de transporte contribuiu com diversas modificações urbanas e sociais na cidade a partir da década de 1920. De acordo com ela:

Foi em 1920 que encontramos as principais transformações no espaço urbano em virtude da chegada da ferrovia. A operacionalização do serviço de transporte ferroviário possibilitou uma maior intensificação e desenvolvimento das atividades comerciais devido à articulação e contato com outras regiões baianas. Neste sentido, a chegada do trem é o ponto de partida para se entender as transformações das funções urbanas ocorridas nesta cidade e a absorção de uma nova ideia calcada no modernismo europeu do século XX, pois a ferrovia tornou-se “o fio condutor de todo o processo de produção social do espaço da cidade.”²⁶

²² Outros trabalhos acadêmicos podem ser citados na lista, contudo, selecionamos para a discussão os que tiveram a cidade e as transformações urbanas como objetos de suas preocupações e estiveram mais próximos do recorte e da temática da nossa pesquisa.

²³ BLUME, Luiz Henrique dos Santos. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: _____. *Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador: Eduneb, 2009. p.15-30.

²⁴ BLUME, Luiz Henrique dos Santos, 2009.p.15.

²⁵ SILVA, Fabiana Machado da. *O Trem das Grotas: a ferrovia Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)*. Dissertação (Mestrado)- Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009.

²⁶ SILVA, Fabiana Machado da, 2009. p. 19.

Desse modo, a ferrovia foi entendida como fator responsável por diversas mudanças, a sua chegada possibilitou o surgimento de um conjunto de melhoramentos urbanos que colaboraram para tornar possível a ação modernizadora. Sua leitura ressaltava ainda que as inovações surgidas correspondiam à perspectiva do ideal europeu de cidade. Seguindo as ideias vindas da Europa, desenvolveu-se o processo de modernização em Jacobina.

Entretanto, a elaboração do trabalho não era convincente quanto aos seus propósitos. Se, de um lado, como argumentava, o trem veio a funcionar enquanto principal veículo de escoamento da produção agrícola regional, contribuindo com a dinâmica do comércio de Jacobina naquele momento, possibilitou o crescimento da cidade na região que a estação foi construída, com edificações de habitações e armazéns no seu entorno, e também instituiu um espaço de sociabilidade da população com a gare; de outro lado, considerando a instalação da rede ferroviária na cidade como fator de mudanças e construção do espaço urbano, apresentava uma série de equipamentos, medidas e serviços instalados que, no nosso entendimento, não estava relacionada estritamente à ferrovia. Mas tornara-se possível por conta de outros interesses. Dentre estes, apontava para a construção de pontes, a construção de praças e jardins, calçamentos de ruas, instalação de energia elétrica, canalização de águas para residências, saneamento, canalização dos rios, preocupação com o asseio e a limpeza urbana, exigência do cumprimento das posturas municipais e a implantação da educação formal (funcionamento do ginásio estadual). Algumas dessas transformações só foram possíveis posteriormente ao recorte de pesquisa e não estavam relacionadas à chegada do trem na cidade. Inclusive cometendo equívoco quanto à instalação da água encanada, afirmando que a cidade já possuía esse serviço na década de 1930 – este, no entanto, só foi construído na década de 1950.²⁷

Inserido também nos estudos urbanos sobre Jacobina, a dissertação de Valter Oliveira teve o objetivo de analisar a produção fotográfica sobre a cidade, do fotógrafo Osmar Micucci no recorte de 1955 a 1963, período em que a cidade sofreu diversas transformações no campo do urbanismo. Nessa pesquisa, Oliveira acompanhou a trajetória de Osmar Micucci e examinou as características da sua prática fotográfica. A partir do acervo particular do fotógrafo, apontou para o papel que este teve na construção de um padrão de visualidade da cidade, para sua atuação no registro das alterações da paisagem urbana e arquitetônica, com as

²⁷ Este equívoco talvez pode ser compreendido pela seguinte razão, no documento de instalação da Companhia de Força e Luz aparece a autorização para a exploração do serviço de água encanada e luz elétrica, contudo, só foi instalado e inaugurado (1928) o serviço de energia com a constituição da citada empresa.

obras dos gestores municipais e de particulares, dando conta ainda de assinalar para práticas cotidianas da população nas ruas e espaços privados, ressaltando os costumes, eventos festivos, como desfiles cívicos, práticas esportivas, procissões religiosas, desfiles escolares, festas de micareta, inauguração de espaços de lazer e eventos políticos. Examinando essas questões citadas, a partir dos registros fotográficos e textos jornalísticos produzidos sobre a cidade, destacou as transformações urbanas pelas quais Jacobina passou. Neste quesito, afirmava que as mudanças que ocorreram neste período fizeram com que os espectadores privilegiados, a pequena elite (jornalistas e escritores locais), traduzissem essas modificações como indícios da modernidade em Jacobina.²⁸

Estes trabalhos pioneiros produzidos sobre a cidade e suas modificações estiveram pautados numa análise direcionada a partir do conceito de modernidade. Os autores anteriormente citados buscaram nas suas pesquisas localizar em Jacobina as influências ou ressonâncias da modernidade na cidade. Assim, estabeleceram uma visão linear e contínua, identificaram os discursos e as práticas sobre as transformações urbanas como indícios ou representações da modernidade.²⁹ Reconhecemos a importância e a contribuição dessas pesquisas pioneiras, contudo, neste trabalho, estabelecemos um deslocamento em relação aos trabalhos precedentes, adotando outra abordagem, isto é, buscamos estudar as transformações urbanas levando em consideração os próprios enunciados e representações construídas naquele contexto. Além desse aspecto, a presente pesquisa vem a suprir uma lacuna em relação aos trabalhos citados anteriormente, que não se detiveram em examinar com maior atenção e afincado as diversas transformações urbanísticas, técnicas e práticas sanitárias desenvolvidas na cidade entre meados de 1950 e início dos anos 60.

A pesquisa apresenta relevância por conta da sua delimitação, a saber, a configuração urbana da cidade de Jacobina na década de 1950, período em que passou por uma série de

²⁸ Cf. OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci*. (Jacobina 1955-1963). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação (Mestrado)-UFBA, Salvador, 2007.

²⁹ Essa discussão em torno do conceito de modernidade como modelo ou guarda-chuva que servia enquanto explicação para as modificações urbanas, utilizado nestes trabalhos, foi desenvolvida a partir da pesquisa de iniciação científica (PICIN – UNEB 2011-2012) com o subprojeto *Cotidiano Urbano: Jornal Vanguarda e as fotografias de Osmar Micucci (1955-1960)*, vinculado ao projeto *Imagem, discurso e cidade*, coordenado pelo professor Dr. Washington Drummond. Os resultados obtidos com o desenvolvimento dessa pesquisa serviram de base para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso. O discurso historiográfico do “modelo”, como afirma Washington Drummond nas suas interpretações historiográficas, estabelece ligações de influências, de maneira passiva, apenas absorções de ideias do mundo moderno, buscam incessantemente as origens e continuidades históricas. Assim, moldam os sujeitos e os eventos sem deter a “tessitura histórica” própria de cada tempo e lugar, o modelo é aplicado em outro tempo e espaço, como a Jacobina, cidade de formação histórica singular e constituição cultural distinta. Desse modo, a estratégia foi analisar as mudanças urbanas a partir dos próprios termos empregados pelos sujeitos para definir aqueles acontecimentos.

intervenções no seu centro, pois consideramos imprescindível o desenvolvimento de pesquisas que façam emergir ou que aprofundem a investigação histórica das pequenas e médias cidades do interior baiano. Ainda mais, quando se constata que as pesquisas historiográficas que versam sobre modificações urbanas, processos de urbanização e modernização, estão concentradas nas grandes cidades ou nas capitais, espaços considerados como centros de influência política e cultural. As cidades de pequeno e médio porte do interior baiano estão preñes de histórias, por isso suas transformações urbanas merecem ser estudadas nas suas singularidades. Dessa forma, o trabalho colaborará na composição de pesquisas sobre as cidades do interior baiano, que ainda carecem de estudos historiográficos.

Aporte teórico e apresentação das fontes

Para Michel de Certeau, múltiplos dispositivos escriturísticos e instituições – administrativos, políticos, médicos, jurídicos, jornalísticos, técnicos, urbanísticos – buscam circunscrever sobre os espaços urbanos e os corpos dos sujeitos, para que se alcance um projeto, uma determinada ordem social.³⁰ “A cidade moderna também: é um espaço onde se realizam a vontade de coligir-estocar uma população exterior e a de conformar o campo a modelos urbanos.”³¹ A ação desses dispositivos no meio urbano é do tipo estratégico. Assim entendido, as estratégias partem de um lugar, são organizadas por um tipo de poder e saber, partilham de uma visão panóptica e prospectiva. Em outros termos, de um planejamento racional e determinado objetivo, buscam criar ou controlar espaços e corpos conforme um modelo ou instituir uma padronização.³² De Certeau assim define:

Chamo de *estratégia* o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os

³⁰ Cf. Essa perspectiva é próxima dos trabalhos de Michel Foucault, do qual Michel de Certeau era leitor. Em entrevista (1977) sobre o programa de pesquisa chamado História da Sexualidade, Foucault assim definia a noção de dispositivo: “Através deste termo tendo demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.” Cf. Sobre a história da sexualidade. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.

³¹ CERTEAU, Michel de, 2009. loc. cit.

³² Não esquecendo que esse vocabulário advém de uma compreensão do social regido por relações de forças, de uma dimensão polemológica.

inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégia” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.³³

As formas materiais da cidade, construídas e reconstruídas, fabricadas pelos modelos urbanos e arquitetônicos, bem como os mecanismos de ordenação dos espaços, obedecem a uma determinada racionalidade, e remetem a uma função e intencionalidade. Visam uma eficácia, moldar de maneira a homogeneizar espaços e corpos. Em outras palavras, a forma urbana planejada e edificada de uma cidade, visível e sensível na materialidade de ruas, avenidas, praças, edificações e demais espaços, assim como sistemas de normatização social, como os dispositivos jurídicos, administrativos, médicos, jornalísticos e técnicos normatizam, circunscrevem e condicionam modos de usar e viver a cidade:

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam portanto as relações espaciais. Ao menos procuram elas reduzir a esse tipo as relações temporais pela atribuição analítica de um lugar próprio a cada elemento particular e pela organização combinatória dos movimentos específicos a unidades ou a conjuntos de unidades. O modelo para isso foi antes o militar que o “científico”.³⁴

Desse modo, entendemos as intervenções urbanísticas e os mecanismos de disciplinamento enquanto dispositivos funcionais de uma estratégia de gestão da cidade pautada naqueles anos. Sobre tal ponto de vista, consideramos as obras de modernização, as representações produzidas e as medidas de higienização da cidade, identificadas através de fotografias e textos, no campo de uma estratégia de produção e gestão do espaço urbano e do corpo da população.

Contudo, em contrapartida, buscamos não apenas descrever e apontar para as medidas de normatização e construção do espaço urbano, e as estratégias urbanísticas de gestão da cidade, com as obras de melhoramentos urbanos e disciplinamento da cidade. Mas assinalar também para as práticas heterogêneas que surgiam no espaço urbano e as maneiras de se apropriar dos lugares. Ao longo do trabalho buscaremos identificar a contrapelo, práticas de reapropriação e de antidisciplina no espaço urbano construído. De tal modo, buscamos assinalar para a plasticidade e a movimentação da cidade, apresentando histórias de práticas

³³ CERTEAU, Michel de, 2009. p. 99.

³⁴ CERTEAU, Michel de, 2009. p.102

cotidianas dispersas, de manipulação, desvios, resistências, formas sub-reptícias e de teimosia disseminadas nas ruas.

O trabalho não pretende um exame específico dessas práticas, consiste precisamente em indicar algumas delas, presentes no cotidiano da cidade. Assim, buscamos não fazer uma descrição e análise exclusiva das ações de construção, das formas de gestão e dos mecanismos de ordenamento da cidade, de tal maneira desejamos marcar o cotidiano da cidade enquanto um campo de relações de força, cenário de lutas. Nesse sentido, Michel de Certeau nos auxilia a pensar e analisar o cotidiano urbano caracterizado pelas práticas dos habitantes, o modo como as pessoas no seu dia a dia consomem ou usam os espaços urbanos, especificamente os seus usos desviatórios desses espaços – à revelia das estratégias, dos mecanismos, das técnicas, da maquinaria de disciplinamento e normatização da vida social erigida na modernidade. Como escreveu Certeau:

A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entre a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de geri.³⁵

A cidade concebida e desenhada pelos administradores urbanos e urbanistas se define e se degrada. Sobre o espaço planejado pela racionalidade funcionalista, desde a sua materialidade passando pelas normas de uso, expressas na forma (traçado e arquitetura) e na legislação urbana, “não cessa de produzir efeitos contrários”.³⁶ Os passos, as práticas e comportamentos dos usuários dos espaços, construídos no cotidiano, produzem uma outra cidade. Assim, pretendemos apontar para uma rede de práticas que fissuravam o ordenamento urbano almejado.

É, portanto, sob esta perspectiva teórico-metodológica que abordamos as transformações urbanas e as medidas de higienização da cidade, cruzando os textos e imagens. Buscamos perceber como os gestores idealizaram, desejaram e circunscreveram um desenho urbano, estabeleceram uma nova geografia, construindo espaços, classificando, organizando e nomeando. Porém, não pretendemos analisar a cidade da ordem e das obras de

³⁵ CERTEAU, Michel de, 2009. p.161.

³⁶ CERTEAU, Michel de, 2009. p.161.

modernização, posta pelos gestores, indo além disso, nosso intento é também apontar para práticas heterogêneas e múltiplos desvios no desenho urbano planejado.

Além de Michel de Certeau, que nos auxiliou a pensar a organização urbanística, as normas disciplinares e as práticas antidisciplinares, buscamos estabelecer um diálogo com Roger Chartier. Apoiamo-nos nas suas formulações teóricas a fim de pensar as questões simbólicas – o mundo das representações construídas pelos grupos sociais. Chartier fez uma crítica ao procedimento de adotar o recorte social, econômico e profissional como um dado anterior para definir as diferenças entre os grupos sociais. Na sua abordagem, sugeriu que se partisse das representações ou dos artefatos culturais, vistos como processos dinâmicos, para se chegar ao grupo, fazendo o movimento contrário ao da história social e do conceito de mentalidade, antes praticada pelos historiadores marxistas e da escola dos *Annales*, que partia do grupo ou da classe já constituída.³⁷

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também fazer retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade.³⁸

Seguindo as formulações de Chartier, Sandra Jathay Pesavento, precursora dos estudos de história urbana no Brasil, preocupada com as sensibilidades e o imaginário urbano, propôs uma historiografia que pensasse a cidade a partir das representações:

trata-se de buscar a cidade que é fruto do pensamento, como uma cidade sensível e uma cidade pensada, urbes que são capazes de se apresentarem mais “reais” a percepção de seus habitantes e passantes do que o tal referente urbano na sua materialidade e em seu tecido social concreto.³⁹

Nesse sentido, são questões de interesse na abordagem proposta identificar, nas narrativas construídas sobre as cidades, invenções em torno das temporalidades históricas, como se pensou um passado, um presente e projetou-se o futuro. De acordo com a historiadora citada:

³⁷ Cf. CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. In:_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade – UFRGS, 2002. p.61-79. CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Garlhado. Porto Alegre: DIFEL. 1988.

³⁸ CHARTIER, Roger, 2002. p.73.

³⁹ PESAVENTO, 2007. p. 14.

Ao inventar o passado, contando a história de suas origens e de seu percurso no tempo para explicar seu presente, a cidade constrói seu futuro, através de projetos e visões de mundo que apontam para um *depois*, seja como ficção científica, seja como planejamento urbano. A modernidade urbana propicia pensar tais tipos de representação: aqueles referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro da cidade, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos. Realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo. Assim como pensa o seu futuro, a cidade inventa o seu passado, sempre a partir das questões do seu presente.⁴⁰

Pesavento, trabalhando com as representações literárias, evidenciou, em sua pesquisa sobre a cidade de Porto Alegre, como os literatos em torno da instituição do Partenon Literário na segunda metade do século XIX construíram uma imagem de superioridade da vida rural sobre a urbana – o mundo das tradições, costumes e sociabilidades do campo enquanto fundadora de uma identidade da região, cristalizada na figura simbólica do gaúcho. Só no final do século XIX e início do XX, uma nova geração inspirada nas ideias republicanas e positivistas passou a construir uma imagem de cidade moderna como referência simbólica. Neste contexto, identificou três vertentes de visões literárias sobre a cidade, uma primeira “saudosista”, caracterizada pela evocação do passado e condenação dos costumes urbanos; do outro lado, a visão “progressista” que percebia as mudanças no sentido inverso da primeira, confiança no processo de transformação urbana e avaliação positiva dos novos hábitos citadinos. Numa postura intermediária, situava-se a terceira vertente, denominada de “amargura provinciana”, que a autora assim definiu: “corresponderia ao lamento da elite ilustrada local frente ao meio acanhado e ao atraso da cidade, assim como a conotação melancólica da falta de assunto numa Porto Alegre onde nada acontecia de interessante”.⁴¹

Portanto, dialogando com Michel de Certeau, Roger Chartier, Sandra Jathay Pesavento e demais estudiosos da história urbana, que analisaram a cidade moderna, construímos o nosso trabalho. Dessa maneira, o nosso empreendimento de operação historiográfica, busca analisar tanto as obras de produção e administração do espaço urbano, como as representações e investimentos discursivos construídos em torno das modificações urbanas.

Inicialmente devemos esclarecer o conceito de modernização urbana. O geógrafo David Harvey definiu a modernização enquanto processo de produção material, técnica e

⁴⁰ PESAVENTO, 2007, p. 17

⁴¹ PESAVENTO, 2002, p. 286.

social.⁴² No campo do urbanismo, a modernização funciona como mecanismo de produção do espaço, construtora de uma nova geografia, arquitetura e paisagem urbana. Para Harvey, a modernização emergente no mundo moderno assumiu a dinâmica da destruição criação ou criação destrutiva.

A imagem da “destruição criativa” é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos, como o observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao. (...) Há várias figuras modernas – Haussmann trabalhando na Paris do Segundo Império e Robert Moses na Nova Iorque pós-Segunda Guerra Mundial – para dar à figura da destruição criativa uma estatura superior à do mito.⁴³

Contudo, as obras de modernização que aqui abordamos tratavam-se da emergência do novo, um urbanismo que podemos chamar de construtor, ao contrário de outras experiências urbanas de modernização/urbanização, caracterizadas como urbanismo demolidor. Criava-se uma nova geografia para a cidade, a partir das normas geométricas do urbanismo e da técnica moderna. Empregamos aqui referindo-se ao conjunto de inovações urbanísticas promovidas na cidade no decorrer da gestão municipal – especificamente as relacionadas à produção do espaço urbano, a exemplo das obras de pavimentação de ruas, abertura de uma larga avenida e construção de uma praça de esportes; inserção de equipamentos técnicos modernos, como o serviço de água encanada e esgoto, ampliação da energia elétrica, inovação do sistema de transporte e comunicação.

No sentido de examinar essas transformações urbanísticas, lançamos mão das seguintes fontes: jornais, fotografias, ofícios da Prefeitura Municipal, livro de registro de leis, livro de Atas da Câmara Municipal, Código de Posturas, Código Sanitário do Estado, mensagem e relatório de prestação de conta do gestor municipal e textos memorialísticos. As fontes relativas à administração municipal e às atividades da câmara de vereadores foram levantadas no Arquivo Municipal de Jacobina. Demais fontes (fotografias, jornais, posturas) foram consultas do acervo digitalizado pelo Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC)

⁴² HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. Ed. São Paulo: Loyola, 2011.p.15-44 - p.97-107.

⁴³ HARVEY, David 2011. p.26.

⁴⁴ e do Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia (NEO), do Campus IV da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), na internet, especificamente no site da biblioteca (fotografias e dados censitários do município) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na biblioteca (livro de memorialistas) do Centro Cultural Edmundo Isidoro dos Santos e do campus IV da UNEB.

Desse conjunto de fontes, mencionado acima, os jornais, a documentação administrativa e as fotografias tiveram preponderância ao longo do trabalho. A documentação administrativa do poder executivo municipal de Jacobina deste período de recorte da pesquisa compreendeu as leis municipais, textos de projetos, ofícios, mensagem e relatório do gestor. Com esta documentação foi possível identificar os processos de urbanização empreendidos no período, bem como de justificativas para a realização das obras. Foi também de útil consulta, o Código de Posturas da cidade, datado sua elaboração de 1933, estava ainda em vigor nos anos de recorte da pesquisa. Este, por sua vez, era um dispositivo de ordenamento e normatização dos espaços urbanos e práticas da população.

Foram utilizadas as fotografias de Osmar Micucci e Tibor Jablonsky. As imagens da cidade, de autoria deste último, são datadas do ano de 1962, e foi produto dos trabalhos de campo realizado pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois fazia parte da metodologia da pesquisa do órgão federal o registro imagético do espaço pesquisado. As fotografias de Tibor Jablonsky registraram aspectos da arquitetura (igrejas, casarões, estação ferroviária) e do urbanismo (ruas e praças), bem como o elemento humano, documentado num conjunto de fotografias da feira livre. Em suma, as imagens de Tibor Jablonsky sobre a cidade, que estão disponíveis no site da biblioteca do IBGE na internet, assumiam uma perspectiva de cunho documentalista, destacando as transformações urbanas e certos costumes da população de Jacobina; serviam enquanto fonte de informação do campo de pesquisa e para ilustrar as publicações da instituição que estava a serviço.

A produção fotográfica do jacobinense Osmar Micucci sobre a cidade neste período de recorte da pesquisa registrou as modificações urbanas ocorridas durante a gestão municipal do prefeito Orlando Oliveira Pires (1955-1959) e cenas do cotidiano das ruas de Jacobina. Sua narrativa visual, elaborada pela seleção de cenas daquela cidade, é composta de uma série extensa de fotografias. Assim registrou as novas edificações construídas na cidade e o cenário das ruas sendo modificados com as obras de modernização desenvolvida pelas gestões

⁴⁴ Encontram-se digitalizadas e disponíveis em mídia de DVD. MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter (Org.) Acervos Digitalizados da Microrregião de Jacobina. DVD. NECC/UNEB – CAMPUS IV. Jacobina, 2010.

municipais; como práticas da população urbana, como a lavagem de roupas e banhos nos rios, procissões religiosas e festejos profanos (micareta, desfiles cívicos). Osmar Micucci tinha seu estúdio particular, onde prestava serviços como “revelações, cópias e ampliações”⁴⁵ e vendia “artigos fotográficos, máquinas, filmes, papéis, álbuns”⁴⁶; além disso, atuava como fotográfico social da cidade, especializado em registro de “casamento, batizados, aniversários, instantâneos de crianças e familiares”.⁴⁷ Registrou as obras de modernização urbana da gestão de gestão de Orlando Oliveira Pires e a partir de 1959 passou a trabalhar como fotografo oficial da gestão do médico Florivaldo Barberino (1959-1963), produziu uma espécie de imagem oficial da administração; característica marcante nessa sua atividade era fotografar antes e depois os espaços de intervenção urbana, empreendida pela gestão municipal, produzindo um contraste entre as duas cenas, para compor a imagem oficial do prefeito modernizando a cidade. As fotografias eram expostas nos murais da prefeitura municipal.

Os textos jornalísticos utilizados apontam para diversos aspectos da vida na cidade naqueles anos. O jornal *Vanguarda* foi fundado em Feira de Santana, em 13 de agosto de 1949, e foi transferido para Jacobina em 1955, onde iniciou as suas atividades em 24 de abril deste mesmo ano, teve como redatores Floriano Mota e Enéas Mota. Possuía uma periodicidade semanal (publicado aos sábados), registrado pela lei de imprensa, era composto por quatro páginas e vendido de modo avulso ou por assinatura; nas suas oficinas também prestavam-se serviços gráficos, como encadernação de livros. Em suas colunas encontramos publicações de artigos, notícias da cidade de Jacobina, política estadual e nacional, coluna social, publicidades do comércio local e da região, notas e editais da prefeitura de Jacobina e do Poder Judiciário, além de colunas assinadas por escritores locais. O periódico afirmava-se como porta-voz da sociedade jacobinense, bem como agente contribuidor para o “progresso” da cidade. Tinha uma circulação regional, localizamos cartas de leitores, correspondentes e anúncios de estabelecimentos comerciais de cidades circunvizinhas, como Piritiba, Mundo Novo, Miguel Calmon, Campo Formoso e Feira de Santana.

Além das fontes citadas acima, usamos o Código Sanitário do Estado, notas dos médicos do distrito sanitário da cidade e os textos sobre a atuação dos sanitaristas, veiculadas no jornal *Vanguarda*. Através desses escritos, acompanhamos a participação dos médicos nesse processo de transformação urbana, localizando as atividades desenvolvidas no sentido

⁴⁵ Vanguarda, 31/03/1960. N.º500.p.3

⁴⁶ Vanguarda, 31/03/1960. N.º500.p.3

⁴⁷ Vanguarda, 31/03/1960. N.º500.p.3

de higienizar a cidade – medidas que situamos entrecruzadas aos projetos de modernização e normatização da vida urbana, empreendidos durante a gestão municipal.

Empregamos como fonte ainda as narrativas dos memorialistas da cidade, como os escritos de Doracy Araujo Lemos, de Alcira Pereira de Carvalho Silva, mencionados acima, e de Amado Honorato de Oliveira. Esse último, por sua vez, publicou um livro intitulado *Um Nome em Foco*⁴⁸, no qual expunha um conjunto de microbiografias de um grupo de sujeitos, apresentados como pessoas respeitáveis da cidade e às quais buscava homenagear. Os textos do livro foi resultado das edições de programa de uma rádio local durante os anos de 2000 e 2001.⁴⁹ Além dessa obra, localizamos na biblioteca Afonso Costa, do Centro Cultural Edmundo Isidoro dos Santos em Jacobina, um conjunto de textos⁵⁰ impressos e encadernados, de autoria de Amado Honorato de Oliveira. Esses textos foram intitulados de *Contos e Crônicas*, escritos entre 1996 e 1999, alguns tratavam de episódios jocosos, de opiniões pessoais acerca de assunto diversos, e narravam histórias de sujeitos de diferentes grupos sociais. Assim, escreveu sobre prefeitos, deputados, padres, aguadeiros, vendedor de pão, e personagens populares das ruas da cidade, com os quais tinha convivido na época da sua infância, juventude e idade adulta. Em linhas gerais, buscamos nesses escritos informações sobre personagens urbanas, práticas da população citadina e as transformações urbanas ocorridas na cidade durante a década de 1950 e 1960.

Deste modo, construímos o trabalho na seguinte armação: numa primeira parte, apresentamos alguns aspectos do cenário urbano, de dados demográficos e da produção econômica daquela Jacobina da década de 1950. No decurso do texto, examinamos o discurso fabricado pela imprensa local acerca do gestor, da história da cidade e da administração municipal que iniciava na cidade em 1955, as críticas do jornal acerca das péssimas condições de estética e salubridade das ruas e as primeiras medidas do gestor no sentido de purificar, desodorizar e embelezar o espaço urbano, bem como as obras de pavimentação e saneamento das ruas do centro da cidade. Por fim, acompanhamos a construção da Avenida Orlando Oliveira Pires e o processo de vendas e doações de lotes à sua margem. Talvez uma das obras mais importante da gestão, a nova via que transformou o cenário urbano foi dotada de um conjunto de elementos urbanísticos que serviram para demarcar um espaço de moradia privilegiado na cidade.

⁴⁸ OLIVEIRA, Amado Honorato de. *Um nome em foco*. Jacobina: Gráfica Maxicopy, 2001.

⁴⁹ O nome do programa era “Despertar Caboclo” e foi produzido pela Rádio Jacobina FM.

⁵⁰ OLIVEIRA, Amado Honorato de. *Contos e crônicas*. s.n.t. (Impresso encadernado). Disponível no Centro Cultural Edmundo Isidoro dos Santos. Jacobina - Bahia.

Na segunda parte do trabalho, procuramos analisar tanto as investidas de normatização e higienização dos espaços públicos e privados e dos hábitos da população citadina, exigidas por parte do gestor municipal, dos médicos e dos jornalistas, como as práticas de indisciplina, de desvio e de resistência que emergiam no cenário urbano. O objetivo foi apresentar uma cidade em que a floraram uma série de práticas heterogêneas, as quais os dispositivos de vigilância, de controle e disciplinamento, buscavam em sucessivas ofensivas normatizá-la.

Na terceira e última parte, tratamos de outras transformações urbanísticas. Ao lado da inauguração da nova paisagem e forma urbana que era produzida nos logradouros centrais, também se deu o processo de implantação do serviço de água encanada e da ampliação do sistema de produção de energia elétrica, examinados nessa parte do trabalho. Aqui também apontamos para a caracterização da modernização em Jacobina – um processo parcial, seletivo e excludente. Naquele primeiro momento em que um conjunto de obras de infraestrutura e de serviços, que configura o urbanismo moderno, se materializava na cidade, restringia-se apenas às ruas centrais, ao território que concentrava lojas, bancos, casas comerciais e a sede da administração pública municipal. Outro ponto discutido nessa parte final foi a edificação do estádio municipal Francisco Rocha Pires. Com esse espaço era instituído no mapa urbano um ambiente de lazer e prática de esportes – obra que consideramos enquanto estratégica para a forma de vida urbana que buscava-se imprimir na cidade.

1. O cenário

Em 1923, em um texto publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, o escritor Afonso Costa descrevia a cidade de Jacobina nestes termos:

Ruas e praças, sem a esthetica das urbs modernas mas denotando a feição tradicional dos seus primeiros, nisto deve permanecer por todo o tempo demais, em honra ao passado que as formara, apenas recebendo as leves modificações actuaes da architectura, para o confirmar de sua evolução naturalmente demorada, mas naturalmente em congruismo com o seu povo.⁵¹

A ideia de que a cidade não tinha uma estética moderna e apresentava aspectos dos “primeiros” assinalava as condições materiais dos logradouros públicos e do urbanismo, ainda preservado de séculos passados, do período Colonial e do Império. A configuração urbana imaginada por Afonso Costa para Jacobina era de que a cidade pudesse lentamente sofrer modificações. Todavia, essas deviam ocorrer em convivência e justaposição entre as formas arquitetônicas e urbanas antigas, o novo e velho deviam coexistir na arquitetura e no traçado urbano. A Jacobina projetada nos escritos do historiador, no limiar do século XX, devia ser formada por uma sedimentação de tempos distintos, expostas nas formas das ruas e casarios, construindo assim a imagem de uma tradição a ser preservada, e servindo de testemunho do tempo passado. Em suas palavras, “da terra que fôra o berço dos sertões bahianos”.⁵²

De certa forma, a configuração urbana de Jacobina assim se manteve, sem sofrer substanciais alterações. A então vila de Santo Antonio da Jacobina, emancipada e elevada à categoria de cidade no final do século XIX, manteve durante a primeira metade do século XX a estrutura do tecido urbano herdada do século passado. As principais mudanças no plano do desenho urbano que emergiram na cidade nesse meio século, referente à primeira metade do XX, ocorreram no campo da arquitetura, com a edificação e remodelação de prédios públicos e a construção de pontes, além da implantação de equipamentos e serviços modernos de transporte, comunicação e conforto urbano.

Vejamos brevemente as principais transformações urbanas na cidade nesse primeiro quinquênio do século XX, concernentes a obras públicas. Quanto aos aspectos arquitetônicos, novas edificações e modificações foram feitas. Um dos primeiros prédios a passar por uma

⁵¹ COSTA, Afonso. 200 ANOS DEPOIS - A ENTÃO VILLA DE JACOBINA. *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*, Imprensa Oficial do Estado, N.48, Número comemorativo do Centenario da Redempção da Bahia, 1923. p. 280.

⁵² COSTA, Afonso. 1923. p.279.

reforma foi o Paço Municipal, que em 1913 começou a ser remodelado.⁵³ Em 1924, foi construída a ponte sobre o Rio do Ouro, interligando a Praça Castro Alves (Matriz) à Rua Senador Pedro Lago, via que dava acesso à Praça Rio Branco, onde era situado o Paço Municipal. Além da edificação da ponte Manoel Novais (1937), ligando os dois lados da cidade, dividida pelo rio Itapicuru-Mirim, também foram levantados o Hospital Antônio Teixeira Sobrinho (1935) e o prédio escolar Luiz Anselmo da Fonseca (1935).⁵⁴

Entre os equipamentos e serviços modernos, inseridos nesse contexto em Jacobina, passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, o trem e a energia elétrica. A partir de 1920, o som do apito do trem e a fumaça das locomotivas da empresa Viação Federal Leste Brasileiro, apontando entre as serras que cercavam o centro urbano, passaram a integrar a paisagem e a vida dos jacobinenses. Com o trem, vinha a rede telegráfica, inovando as formas de comunicações, e a estação ferroviária, transformada em concorrido ambiente de sociabilidade.⁵⁵ Mudanças que alteraram não só a fisionomia da cidade, mas seu cotidiano, a inserção da rede de transporte e a modernização das comunicações possibilitaram o surgimento de novos hábitos e práticas na urbe. Em 1928, eram inaugurados os serviços da Companhia de Força e Luz, empresa formada a partir da iniciativa de políticos e comerciantes. Era implantado o serviço de energia elétrica, trazendo iluminação pública nas ruas e nas residências dos abastados da cidade.⁵⁶ O serviço de energia elétrica concorria para as transformações na vida noturna da cidade, permitindo novas possibilidades de consumo, lazer e modificações nas sensibilidades.

Nos anos trinta do século passado, Jacobina passou por alterações no seu cotidiano, recebendo inovações técnicas e urbanas. Processavam-se de maneira lenta os primeiros impulsos de modernização da urbe. Desse modo, foram montados naqueles anos os primeiros estúdios fotográficos e inaugurado o primeiro cinema (1936) da cidade; em 1933, recebeu o

⁵³ OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci*. (Jacobina 1955-1963). Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007. p.62.

⁵⁴ Cf. FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. *Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento local: o caso de Jacobina/Bahia*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Arquitetura, UFBA, Salvador, 1995. p.124-128. VIEIRA, Daniela Nunes Silva. *Novas perspectivas: modernização em Jacobina (1930-1940)*. Monografia (graduação)–Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Campus IV, Jacobina, 2011.

⁵⁵ Sobre a instalação da estrada de ferro em Jacobina e o impacto social na cidade, ver dissertação de Fabiana Machado da Silva. *O Trem das Grotas: a ferrovia Leste Brasileiro e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)*. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009. (Dissertação de Mestrado).

⁵⁶ BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de (Org.). *Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador: Eduneb, 2009. p.15-30.

jornal *Lidador*, periódico que circulou até 1943.⁵⁷ A cidade também despontou para o desenvolvimento do comércio, haja vista que a chegada do trem transformou Jacobina num entreposto comercial regional.⁵⁸ Nas décadas de 1930 e 1940, vivenciou um crescimento populacional com chegada de emigrantes para trabalhar na garimpagem de ouro nas serras do município.⁵⁹

No entanto, Jacobina chegava à década de 1950 sem maiores transformações em termos de urbanização. Como apontamos acima, no intervalo de tempo que compreendeu o primeiro quinquênio do século XX, a cidade tinha conservado o traçado urbano. Apesar das inovações da arquitetura e dos equipamentos de transportes e energia, não houve intervenções mais abrangentes e arrojadas no sentido de remodelação no plano do urbanismo. Faltava na cidade as “maquinarias modernas do conforto”, usando a expressão de François Beguin,⁶⁰ como água encanada, sistemas esgotos, melhoramento do asseio das ruas e ampliação do sistema de energia elétrica, que então funcionava de forma deficitária e restrito a poucas ligações.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em 1958 na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, referentes ao Censo Demográfico de 1950, o município de Jacobina tinha uma população de 61.681 habitantes, ocupando a posição de 11º entre os municípios baianos mais populosos. A maior parte da população vivia na zona rural, constituindo, de acordo com os dados do censo, em 83,50% da população total do município. A população urbana da sede do município era de 7.224 habitantes.⁶¹ Quanto a esse aspecto, não diferia da maioria dos municípios brasileiros dos anos 1950, em a que maior parte da população vivia no campo.

⁵⁷ O primeiro jornal editado na cidade foi o *A Primavera*, fundado em 1916. Cf. MENEZES, Adriano. “A imprensa verde-amarelo no Piemonte da chapada diamantina na década de 1930”. In: OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano (Org.). *Culturas Urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador: Eduneb, 2009. p.83

⁵⁸ Cf. Para uma apresentação do cenário urbano jacobinense dos anos 1930, conferir primeiros capítulos dos trabalhos de dissertação: Cf. SANTOS, Vanicléia Silva. *Sons, danças e ritmos: A Micareta em Jacobina - BA (1920-1950)*. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. BATISTA, Ricardo dos Santos. *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-BA (1930-1960)*. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2010.

⁵⁹ Cf. JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado Sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005.

⁶⁰ Cf. BEGUIN, Françoise. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução: Jorge Hagime Osekí. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Espaço e Debate, n° 34, São Paulo, 1991. p.39-54.

⁶¹ FERREIRA, Jurandyr Pires. Jacobina. Municípios do Estado da Bahia. In: _____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Volume XX. IBGE. Rio de Janeiro, 1958. p.352. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2014.

As informações do censo ainda apresentavam que, entre as atividades econômicas do município predominantes na época, destacavam-se a produção agrícola, a pecuária e a extração mineral. A mamona consistia no principal produto da produção agrícola, sendo o município o principal produtor estadual no período. Em seguida, vinham as atividades vinculadas às indústrias extrativistas de minerais e vegetais, constituindo a mais destacada, respectivamente, a extração do: “o ouro, a ametista, o salitre e silício”; “o coquilho de babaçu e o coquilho de ouricuri.”⁶² Incluía também, no rol da produção econômica, a atividade pecuária, com a criação de rebanhos de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, sobressaindo-se o comércio de gado e seus derivados, para exportação.⁶³ Deste modo, a agricultura e a pecuária situavam-se como os pilares econômicos do município, aliado às atividades de extração mineral, que em décadas anteriores tinham sido retomadas nas serras locais.

Os dados censitários de 1960 revelavam um aumento acentuado da população da cidade, dos 7 mil e poucos recenseados em 1950, passou-se para 12.373.⁶⁴ Jacobina, dessa forma, acompanhava o processo de urbanização do país. Segundo o geógrafo Milton Santos, o processo da urbanização brasileira (população vivendo em cidades) ganhou fôlego a partir dos anos 1960, e foi intensificado nas décadas seguintes (70 e 80), momento em que a população urbana do país ultrapassou a rural.⁶⁵

Nessa cidade de terra batida, exalando poeira nos dias de sol e nos dias de chuvas lama pelas ruas, ou ainda com esgotos e lixo urbano espalhado pelas vias públicas fazendo parte da paisagem cotidiana, do período de 1955 a 1959, o gestor municipal estabeleceu mudanças substanciais, mais especificamente nas ruas centrais, construindo uma nova materialidade e paisagem urbana.

1.1 Em busca do redentor: a construção da imagem do prefeito

O engenheiro agrônomo Orlando Oliveira Pires tomou posse do cargo de prefeito em 10 de abril de 1955.⁶⁶ O seu nome foi lançado no cenário político da cidade pelo deputado estadual Francisco Rocha Pires, chefe político local, o qual foi buscar o engenheiro no Rio de

⁶² FERREIRA, Jurandyr Pires, 1958. p.352.

⁶³ FERREIRA, Jurandyr Pires, 1958. p.352.

⁶⁴ OLIVEIRA, Valter, 2007, *Apud*, FONSECA, Antônio Ângelo Martins, 1995, p. 141.

⁶⁵ SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.19-36.

⁶⁶ VANGUARDA. 24/04/1955. Nº. 289. p.1. Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Jacobina. Nº 2. De 05/12/1948 a 24/11/1955. Arquivo Público Municipal de Jacobina – APMJ.

Janeiro, onde residia.⁶⁷ Profissionais, como o prefeito Orlando Oliveira Pires, eram filhos das famílias abastadas e atuantes na política da cidade, com formação superior adquirida em faculdades e universidades dos grandes centros urbanos, a exemplo de Salvador, Rio de Janeiro e Fortaleza. Esses sujeitos, depois de concluídos os seus estudos, por vezes, voltavam para atuar na cidade. Pelas condições de prestígio social de suas famílias e por terem um título de “doutor”, atribuído pelo diploma de bacharel, essas pessoas entravam e participavam ativamente da vida política na cidade. Percebemos exemplos dessa prática através de figuras políticas como o já citado agrônomo Orlando Oliveira Pires e do médico Florivaldo Barberino (1959-1963), ambos exerceram a função de prefeitos da cidade naquele período.

Contudo, esta prática aponta para algo a mais. A exigência dos mandatários políticos locais em colocar sujeitos de formação acadêmica para a gestão do município nos leva a considerar a preocupação emergente de renovação dos quadros de administração da cidade, tendo em vista governá-la a partir de princípios, digamos, mais racionais e técnicos. Seria necessário um saber (médico, científico) para gerir a cidade, subsídio necessário para imprimir sobre a forma urbana, estrategicamente, uma nova racionalidade urbanística. Dada a educação universitária desses sujeitos, certamente a percepção do urbano era conduzida de maneira mais estreita e marcada pelos preceitos da ciência e da técnica. Como veremos, as obras de modernização do plano urbanístico da cidade, desenvolvido pela gestão municipal, apontavam para exigências de ordenamento, funcionalidade e higiene dos espaços urbanos.

Humberto Soares e Silva, articulista no jornal *Vanguarda*, periódico em circulação na cidade de 1955 a 1960, publicou, numa coluna da terceira página, uma crônica em primeiro de maio de 1955, intitulada “*Jacobina na Senda do Progresso*”,⁶⁸ nesta expressou-se de forma entusiasta com a gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires:

De experiência em experiência, entre dúvidas e sobressaltos, arrostando as dificuldades intuitivas de urbanismo e aformoseamento da cidade; de ano a ano, corrosão da leviandade, o despropósito firmando nas coisas públicas, a pouca visão das diretrizes de antanho e deficiência das atividades; morte as tradições e da imorredora fé daqueles que a habitam; a contraprodução dos efeitos visíveis e antipáticos; estrutura radical, mocidade transviada, corporação de atrás sem burocracia e conformação; desbarate o das virtudes e pendão de consciência...⁶⁹

⁶⁷ OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. 2007. p.68. Concluiu o curso em 1947 pela Escola de Agronomia de Cruz das Almas, indo posteriormente morar no Rio de Janeiro. Cf. OLIVEIRA, Amado Honorato de. “Um administrador inatacável – (Reminiscências administrativas)”. In:_____. *Contos e crônicas*. s.n.t. (Impresso encadernado).

⁶⁸ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3

⁶⁹ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3

A narrativa começava demarcando aspectos negativos das gestões anteriores. A imagem do passado da cidade, apresentada pelo cronista, assinalava principalmente as dificuldades, apontando para os aspectos do urbanismo, da gestão pública, da estreita visão dos administradores, e os desencantos dos cidadãos com a situação. O passado de Jacobina, construído pelas letras do articulista, era de uma cidade desordenada. No entanto, a sua contraposição ou a solução foi encarnada na figura do novo prefeito. Assim, prosseguiu o texto:

Jacobina, cidade centenária, atravessou lentamente esta fase, e o aspecto metamorfofísico mostra-se célere á antevisão.

O ponto marcante da sua súbita transformação calha bem em dizer ter sido o 3 de outubro de 1954. Um pleito eleitoral em que se elegeu um homem para o cargo de Prefeito. Como se fora o “dedo” de Deus a apontar qual, o povo marchava consciente e firmava a sua vontade quase advinha. Escolhiam, quase unânime, o dr. Orlando Oliveira Pires para aquilo de que Jacobina tanto necessitava: um eficiente dirigente de seus destinos.⁷⁰

Nota-se, através do relato do colunista, que Jacobina foi apresentada como uma cidade centenária, apesar de emancipada em 1880. O município de Jacobina tinha na época menos de cem anos.⁷¹ Por outro lado, lamentando a condição e dramatizando ainda mais a situação descrita, construía também uma representação desse passado, caracterizando-o como uma “fase” de lentidão, quase imóvel, a qual a cidade custou a superar. No entanto, o implodir desta circunstância ou o seu “aspecto metamorfofísico”, que marcava a ruptura com o regime passado, acontecia em um só evento e com um personagem, o “pleito eleitoral em que se elegeu um homem para o cargo de Prefeito.”⁷² O contornar da situação ou a instauração de uma nova ordem na cidade, no discurso do articulista, veio com a eleição de 3 de outubro de 1954. Nesse movimento, é interessante destacar, o entrecruzamento discursivo acionado no escrito do articulista, invocando a divindade (“Como se fora o “dedo” de Deus a apontar”) na orientação aos eleitores, para ilustrar a escolha do prefeito. O autor assim fazia uma ligação com o sagrado, explorando o imaginário social, associava à figura do prefeito com a entidade religiosa. Como definiu Sandra Jatahy Pesavento: o imaginário social é uma categoria que expressa representações coletivas discursivas ou imagéticas que tem força de criar o real.⁷³ Os

⁷⁰ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3

⁷¹ É possível que estivesse contando como referência a partir da fundação da vila, em 1723, e não de sua emancipação em 1880, que elevou à categoria de cidade.

⁷² VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3.

⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano* – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre. EDUFURGS, 2002. p.8.

eleitores guiados pelo divino fizeram a escolha do redentor da cidade, “um eficiente dirigente de seus destinos”.

Logo, a armação retórica do texto em volta da figura do prefeito assumia uma dimensão transcendental e messiânica:

Mal alçava, este homem, as escadarias do poder, tudo como que por encanto, se modificava. Logo, burocraticamente a feição de uma organização moderada e sucinta fez-se notar... Movimento no corpo de funcionários, cuidando de perto o dever e a ocupação... Sinceridade nos atos mais curtos, abandono de propósitos políticos nos mínimos detalhes... Atividade constante, o hando (sic) de perto a necessidade urgente de burnir as coisas públicas. Desmanchando os erros pretéritos e transformando as desproporções. Popularidade e autonomia comungadas num só caráter. Justiça e desambição, na mais acreditada das administrações.⁷⁴

Assim que as mudanças eram elencadas, criava-se a imagem de instauração da ordem na cidade, atribuindo o estabelecimento desta ordem à figura do novo prefeito. Na definição das transformações, o texto jornalístico criava uma reputação em torno da administração, configurada com as marcas da organização e da racionalidade burocrática; com funcionários no cumprimento do dever e da lisura das relações - numa marcante atitude de correção dos erros passados. A feição de retidão desenhada e as qualidades atribuídas ao novo prefeito funcionavam como uma montagem discursiva que almejava construir, para o público leitor do jornal, o perfil de um homem extraordinário, o mais apropriado para o cargo, capaz de moldar a cidade, os comportamentos e as práticas políticas.

Em seguida, o colunista continuou a descrever:

É fácil de notar-se, é notório... Enfim, chegou o que precisa Jacobina. Um prefeito consciente, amigo e producente. Segue Jacobina a senda da perfeição, do progresso futuro, do embelezamento físico e relevância cultural. Pesa agora a balança com o fiel apontamento para os inconscientes, aos intransigentes e as suas inexatidões chocam-se com a produtividades dos recentes.⁷⁵

A retórica do texto salta aos olhos do leitor. Afirmando serem óbvias as mudanças: “É fácil de notar-se, é notório”⁷⁶, ainda assim persisti em explicá-las! Dessa forma, construía uma imagem personalista do prefeito, como o “salvador da cidade”, há tanto tempo esperado. Como dito, a narrativa é marcada pela preocupação de construir uma imagem do novo gestor

⁷⁴ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3.

⁷⁵ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3.

⁷⁶ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3.

contrapondo-o aos anteriores, o corte fundamenta-se em estabelecer as diferenças, os contrastes, com o passado da cidade. A noção de tempo é central no argumento do texto, na medida em que constrói uma leitura do passado citadino, caracterizado como mal administrado pelos gestores, do presente, e uma projeção do futuro da cidade, produzindo uma percepção da história da cidade aos seus leitores, fator que induz a confiança em uma espécie de utopia, em um futuro de grandiosidade. Por fim, concluiu:

Toda essa sequência somente se tornará real com a ajuda de cada um habitante. A compressão popular pende muito na administração da coisa pública. Portanto, Jacobina crescerá em todos os pontos pensados e analisados, mormente com a ajuda precípua dos munícipes que amam e sagram a sua terra. E, “de rerum publicarum”, restará somente a vontade de subir, a ânsia da grandeza...⁷⁷

No argumento do articulista, o futuro estaria reservando a Jacobina as melhores condições imagináveis em termos de estética urbana e projeção cultural, ou seja, o cultuado “progresso”. Todavia, alerta o articulista, a questão não dependia apenas do prefeito, mesmo colocando-o em condição majestosa e capaz de redirecionar os rumos da cidade, a grandeza e o crescimento almejado para Jacobina dependia, ainda, da sua população, especificamente os que amavam a cidade.

Identifica-se no texto do articulista um investimento discursivo na fabricação da imagem do novo prefeito e a invenção de um passado da cidade. Em torno do novo gestor construía-se a imagem de um sujeito dinâmico que vinha para transformar a Jacobina, depois de anos de “inércia”. Dessa forma, a estratégia narrativa do documento era produção de um sentido histórico, procurava-se escrever um domínio sobre o tempo, estabelecendo marcos e dando uma cronologia para os eventos, no intuito de criar uma nova noção temporal para a história da cidade.

No curso da administração de Orlando Oliveira Pires (1955-1959), foram empreendidas intervenções urbanísticas tendo em vista construir uma nova cidade. A estratégia de gestão do poder público municipal, em parceria com instituições federais, visava fabricar uma nova ordem urbana e imagem da urbe. Dessa forma, foram empreendidas medidas de controle das formas de edificação e fiscalização das moradias; desodorização dos espaços públicos e saneamento da cidade, com o melhoramento do serviço de limpeza urbana e a construção de serviços de água encanada e esgotos; pavimentação de ruas e construção de uma larga avenida; ampliação do serviço de energia elétrica; edificação de equipamentos de

⁷⁷ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º. 290. p.3.

lazer urbano, como a construção do estádio municipal; e a modernização das comunicações e dos transportes, com a construção do campo de aviação⁷⁸ e da Companhia Telefônica de Jacobina.⁷⁹ Mudanças urbanas que levaram o prefeito Orlando Oliveira Pires, na sua mensagem encaminhada à Câmara Municipal relativa ao ano de 1957, a designar este momento como a “fase de ouro” da cidade.⁸⁰

1.2 Limpar, purificar e desodorizar a cidade

O discurso do jornal *Vanguarda* assinalava para uma determinada intolerância com os esgotos nas vias públicas, com os cheiros da podridão de materiais em decomposição e com o lixo urbano. Os aspectos urbanos denunciados marcavam uma atitude de repulsa para com as condições físicas das vias e a necessidade premente de urbanização. Dito de outra maneira, os elementos de infraestrutura urbana, como ruas pavimentadas, sistemas de esgotos e vias limpas, estavam na ordem do dia. Nesse sentido, os planos urbanos para a cidade, executados na gestão de Orlando Oliveira Pires, desenvolviam-se no intuito de limpar e desodorizar os espaços públicos da urbe, com medidas de saneamento e asseio urbano, com a construção do serviço de água encanada e esgoto, com a melhoria do serviço de limpeza urbana e a pavimentação das principais ruas da cidade.

Em Jacobina, os gestores municipais, antes de desenvolverem medidas de modernização urbana e adotar um serviço de limpeza sistemática e de maior abrangência sobre a cidade, com o objetivo de eliminar a sujeira, fornecer o asseio, o saneamento para as ruas e tornar os espaços urbanos salubres, editaram as posturas municipais (1933). De tal modo, o Código de Posturas preceituava para a cidade:

Capítulo VI. Da higiene, salubridade publica, asseio e limpeza.

Art.48 É proibido lançar nas praças, ruas, becos, rios e fontes animaes mortos, lavar roupas e animaes, tomar banho, despejos de latrinas, de fabricos, de alambiques, de xarqueadas, lixo ou qualquer substância nociva à saúde, sob pena de 50\$000 de multa.

⁷⁸ Aberto ao Tráfego o Aeroporto Desta Cidade – Vanguarda, 14/12/1958. N.º 474.p.1; A Atlanta Táxi Aéreo Ltda. - Vanguarda, 21/12/1958.Nº475.p.4

⁷⁹ Serviço Telefônico Para Jacobina. Vanguarda, 18/01/1958. N.º427.p.1; SERVIÇO TELEFÔNICO SERÁ INAUGURADO HOJE - Vanguarda, 15/03/1960. Nº499.p.1

⁸⁰ Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Serie: Relatório Maço: 01. Caixa: 109. Arquivo Público Municipal de Jacobina. APMJ.

Art. 49 Será obrigatorio em geral aos proprietarios de casas e fabricas a uzare fossas septicas para despejos de aguas sujas, fezes ou materias nocivas à saúde, pena de 50\$ de multa.

Art. 50 Afim de atender o asseio preciso desta cidade o Sr. Prefeito decretará adicional 3% sobre o imposto locativo e aforamentos.

Art. 51 Fica expressamente prohibido secar couro de qualquer animal nas ruas, praças, becos e quintaes desta cidade; pena de 10\$000 de multa.

Art. 52 Toda pessoa que lançar nas ruas, praças e becos cascas de frutas, frutas podres, lixo, papeis ou aguas sujas em geral, cousa imunda que cause aversão, será multado em 30\$000.

Art. 53 O dono de qualquer animal quer (sic) morrer nas ruas e praças ou nas imediações desta cidade, será obrigado a retiral-o (sic) imediatamente, pena de 20\$000 de multa.

Art. 54 Ninguem poderá nesta cidade e suas povoações, conservar imundos com aguas estagnadas os quintaes de suas casas; pena de 20\$000 de multa.⁸¹

Como lemos nesses artigos, já havia uma acentuada inquietação com a limpeza urbana. Por um lado, orientada por noções de saúde pública, seguindo as prescrições sanitaristas de preocupação com as condições de higiene e saneamento do meio. Por outro, por certa sensibilidade reativa a odores fétidos, presença de excrementos, restos de materiais em decomposição e imundices urbanas - na expressão empregada no artigo 5 “cousa imunda que cause aversão”. Tal como os resíduos do corpo que deviam ser submetidos a uma asséptica, na cidade assim devia-se intervir, isto é, de modo a eliminar ou pelo menos ocultar da paisagem (campo de visão das ruas) os seus excrementos urbanos (lixos, esgotos, imundices). Nas letras do código, projetava-se uma utópica cidade, desinfetada e desodorizada.

Percebe-se que boa parte dessas normatizações para a vida urbana era delegada para os moradores, até estipulando multas para o não cumprimento. Em outro capítulo sobre as vias públicas, identifica-se mais precisamente essa determinação. A limpeza das ruas devia ser feita pelos moradores:

Capitulo VIII. Das estradas, ruas, becos e caminhos publicos.

Art. 88 O donos (sic)de quintaes, terrenos ou cercados cujos fundos, lados ou frentes derem para largos, ruas, praças, becos ou caminhos publicos, serão obrigados a conservarem limpos as frentes e lados dos mesmos até a largura de 8 metros, se fôr para largo e 2 metros se fôr para ruas, praças, becos ou caminhos publicos; pena de 10\$000 de multa.⁸²

⁸¹ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933,p.8-9.

⁸² JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933,p.11.

Nesse primeiro momento em que a limpeza das ruas era encarregada à população da cidade, parece não ter dado resultados positivos, a higiene e o asseio das ruas ficavam a desejar. Em meados de 1950, a falta de serviços de esgotos, de fossas nas edificações e a presença de lixo nas ruas, provocando incômodos e denunciando as péssimas condições de urbanização, salubridade e estética da cidade, ganharam destacada visibilidade nas páginas do *Vanguarda*. As ruas da cidade foram tomadas como objetos de discussão e preocupação por parte da imprensa local, e de intervenção da Prefeitura. Os aspectos urbanos denunciados pelos editores do periódico assinalavam uma atitude de repulsa com as condições físicas das vias públicas, destacando os esgotos, o lixo urbano e o cheiro de podridão de materiais em decomposição.

Podemos demarcar com certa precisão que a história dos serviços urbanos, de limpeza e esgoto da cidade, foi num primeiro momento estabelecida como função dos moradores e tímida participação do poder público, e num segundo, nos anos 1950 e início de 1960, assumidos para a responsabilidade dos serviços da prefeitura municipal. Nesse segundo período, as intervenções do poder público com inserção de aparelhos e implantação de serviços urbanos foram feitas no desejo de tornar a urbe um ambiente salubre e elevar Jacobina ao conceito de cidade “civilizada”. Contudo, essas questões implicavam em outro aspecto, uma alteração de postura, com o que poderia ser visto e sentido ou não, nas ruas da cidade, ou pelo menos nas ruas principais. Dessa maneira, a construção urbanística em desenvolvimento naqueles anos envolvia certo refinamento da percepção olfativa e visual dos espaço urbanos.

Logo que tomou posse na gestão do município de Jacobina, o prefeito Orlando Oliveira Pires, adotou medidas com o intuito de conter o corrimento de esgotos nas ruas, como assinala uma série de ofícios encaminhados aos moradores da Rua Cel. Teixeira, centro da urbe.

Ofício s/n em 6 de maio de 1955.
Senhor Vicente Marques Grassi

Tendo chegado ao conhecimento da administração municipal que as águas servidas em casa de propriedade de V.S. à Rua Cel. Teixeira n.4 esgotam-se para a via pública, venho pela presente solicitar-nos que com a costumeira cooperação necessária a administração por parte dos munícipes, providencie a construção de uma fossa seca, a fim de que seja evitada a vazão das águas para a rua, o que depõe contra os foros de civilização de nossa cidade. Na certeza do nosso pronto atendimento a minha solicitação, firmo-me com elevada estima.
Cordialmente

(As). Dr. Orlando Oliveira Pires⁸³

Com o mesmo preceito, foram localizados mais seis ofícios (pág. 88 a 91) referindo-se à Rua Cel. Teixeira e expedidos no mesmo mês, todos encaminhados pelo prefeito. O gesto do alcaide, de dirigir-se diretamente aos moradores da citada rua, distinguindo o seu lugar de autoridade municipal, por um lado, demonstra o olhar minucioso e vigilante com as condições dos espaços urbanos por parte do novo gestor. Por outro, nos apresenta a inquietação com o asseio e higiene das ruas que assumiu nesses anos. Como a prefeitura não dispunha do serviço de esgotos, buscava o gestor fazer cumprir a legislação, exigindo dos moradores a construção das fossas. As ruas deviam ter suas excreções controladas, de maneira a evitar a exposição dos dejetos e a exalação de odores desagradáveis. Desse modo, esperava evitar o espetáculo urbano que denunciava contra os “foros de civilização” aspirados para a cidade.

As descrições dos espaços urbanos, operada por jornalistas e gestor, apontavam no sentido de uma reação a determinados odores, presença de excrementos e uma acentuada preocupação com o asseio das ruas da cidade. Reivindicações de caráter sanitaristas, de saúde pública e civilidade para a cidade foram invocadas para fundamentar os enunciados e as práticas, que expressavam uma vontade de desodorização e saneamento dos espaços públicos.

O jornal *Vanguarda* começou a denunciar os esgotos nas ruas da cidade. Em artigo publicado na primeira página, em 22 de maio de 1955, o semanário reclamava atenção das autoridades para a questão:

JACOBINA E O PROBLEMA DOS ESGOTOS

Um dos problemas mais sérios para a administração pública local é o que se refere ao serviço de esgotos nesta cidade. É deveras deprimente e muito depõe contra os foros de cidade civilizada e moderna o que se verifica em algumas das principais ruas de Jacobina, que possuem verdadeiros córregos nativos, cujas nascentes se localizam nos esgotos que saem das residências. Por mais incrível e absurdo que pareça, existem ruas importantes nesta cidade, cujos prédios lançam á via pública suas águas servidas, oriundos de banheiros, pias lavatórios, etc., em vez de canalizá-las para fossas apropriadas, como exige a Saúde Pública. Podemos citar, entre outras, as ruas 24 de Outubro e Cel. Teixeira, como as mais atingidas pelo flagelo dos mencionados esgotos, que exalam mau cheiro e são focos de muriçocas, quiça, de doenças. Por outro lado, a rua Cel. Teixeira – a “Baixa dos Sapateiros” de Jacobina – é o primeiro ponto da cidade por onde passam obrigatoriamente todos os que vêm da estação ferroviária, pela ponte de madeira, e qual não deve ser a péssima impressão do visitante, ao transitar

⁸³ Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Livro utilizado pela instituição para o arquivo dos ofícios expedidos. Datas-limites: ano de 1955-1956. p. 88. APMJ.

por ali, respirando o fedor que emana das águas sujas, estagnadas no trecho compreendido entre a Papelaria “Brandão” e a casa comercial Auto-Peças “São João”, bem no centro da cidade!

Daí o veemente apelo que fazemos às autoridades da Saúde Pública e a sr. Prefeito Municipal, no sentido de coibirem tais abusos com a urgência que o caso requer, porque assim agindo estarão zelando pela saúde e higiene da população local, além de tornar a comuna asseada e mais aprazível.⁸⁴

No artigo, os redatores Floriano Mota e Enéas Mota, ao enunciarem o assunto, situam o problema dos esgotos como sendo o mais importante para a prefeitura resolver. Ao contrário do discurso do prefeito, que colocava a solução do problema sobre os moradores, que deviam construir fossas secas para impedir o escoamento das águas servidas para as vias públicas, o jornal colocava a responsabilidade sobre o gestor municipal e autoridades de saúde pública, mesmo reconhecendo que deveriam os proprietários dos prédios canalizarem os esgotos para fossas, cumprindo a legislação sanitária e as posturas municipais.

Na descrição da condição das principais ruas que comportavam o centro comercial⁸⁵ sobressai uma imagem negativa da cidade. O termo deprimente e a sentença de que contrariava a noção de foros de cidade civilizada e moderna ressaltavam o constrangimento pela ausência de infraestrutura urbana. A imagem montada no relato do jornal, com a ideia de córregos nativos para designar os esgotos que escorriam pelas ruas saindo das residências, construía uma relação entre o estado de natureza e da cidade. Como as águas brotavam das nascentes das serras, em Jacobina das residências brotavam os córregos de esgotos pelas ruas. Projeção simbólica extremamente negativa para uma cidade que se queria moderna.

A imagem de uma cidade “moderna” e “civilizada” era reivindicada pelos editores do *Vanguarda* para Jacobina naqueles anos. Esses conceitos apareciam nos textos do periódico para definir as práticas empreendidas pelo poder público municipal no sentido de modernizar a cidade, dotando de melhoramentos urbanos; as medidas de normatização do cotidiano e os novos empreendimentos dos comerciantes locais, como a inauguração de lojas, consultórios médicos e salas de cinema.⁸⁶

No artigo citado sobre o problema dos esgotos nas vias centrais da urbe, o texto construía uma cartografia urbana, conduzindo o leitor a caminhar pelas ruas, provocando os sentidos do olfato e da visão. Mencionando as ruas afetadas pelos esgotos a céu aberto,

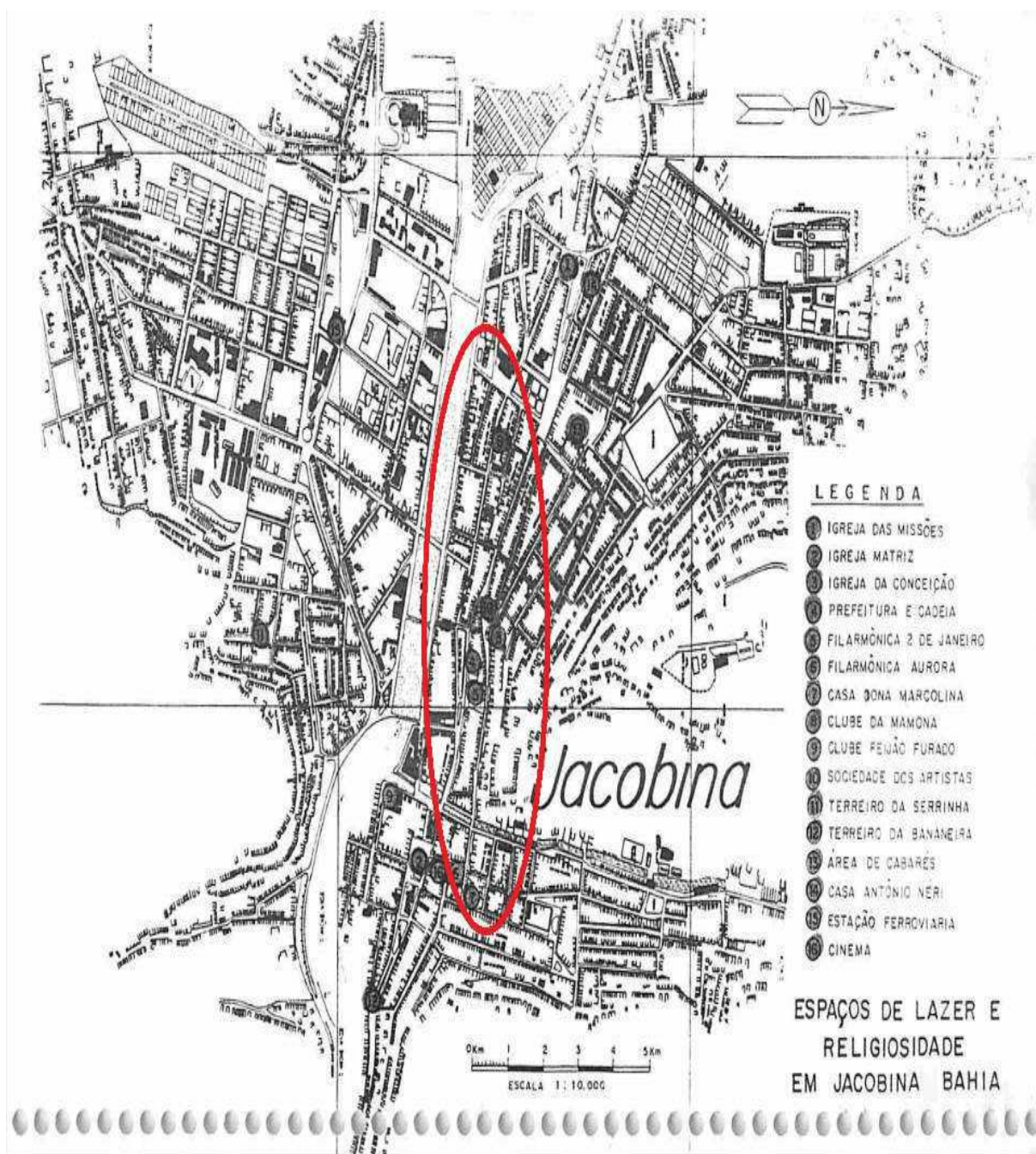
⁸⁴ VANGUARDA, 22/05/1955. N.º 293. p.1

⁸⁵ A expressão “Baixa dos Sapateiros de Jacobina”, em referência à Rua Cel. Teixeira, era uma comparação com a Avenida J. J. Seabra em Salvador, mais conhecida como Baixa dos Sapateiros, espaço comercial da cidade.

⁸⁶ Cf. SILVA, Edson. Jacobina: uma cidade “progressista” e “civilizada” (1955-1963). Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, Jacobina, 2012. (Monografia de graduação).

salientava os efeitos do odor e da péssima aparência, que constrangia a cidade diante dos visitantes que chegavam. De tal modo, o jornal idealizava a antítese da situação descrita, um mapa urbano ao avesso do descrito, uma cidade com ruas e avenidas, com traçados retilíneos, pavimentadas, saneadas, desodorizadas; funcionando um espaço liso, salubre e aprazível.

Imagem – 1 (O espaço em destaque na imagem abaixo se refere à região à qual eram dirigidas as medidas de modernização da cidade.)



Fonte: SANTOS, Vanicléia Silva. *Sons, danças e ritmos: A Micareta em Jacobina-BA (1920-1950)*. Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

O *Vanguarda* partilhava de uma noção de vida urbana, defendendo uma forma de organização e administração da cidade. Através dos seus artigos periódicos, os editores do jornal mobilizavam uma determinada percepção de como devia ser conduzida, ordenada e disciplinada as suas ruas. O próprio nome do periódico remete à ideia de liderança, de dianteira de um movimento e de combatividade. Como assinalaram as historiadoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto acerca da atividade de imprensa:

Importante problematizar e superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele. (...) Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa não só assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais, mas muito frequentemente é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos.⁸⁷

O periódico *Vanguarda*, por meio do qual buscamos analisar aspectos do processo de modernização, higienização e do cotidiano urbano, era um veículo de comunicação aglutinador de debates na cidade; agente interessado nas modificações urbanas, defensor da normatização dos comportamentos e dos espaços citadinos. Como considerou o historiador Michel de Certeau:

A imprensa representa essa articulação do texto no corpo mediante a escritura. A ordem pensada – o texto concebido – se produz em corpos – os livros – que a repetem, formando calçamentos e caminhos, redes de racionalidade através da incoerência do universo.⁸⁸

Em nome de exigências de ordem sanitária e defesa de uma estética para a cidade, os editores do *Vanguarda* reivindicavam a intervenção do gestor municipal e das autoridades de saúde para solucionar o problema dos esgotos e instalar um ambiente urbano condigno de uma cidade “civilizada” e “moderna”. Somando com a preocupação de salubridade das vias urbanas, acrescenta-se uma segunda, com a circulação, o livre movimento das ruas, aspecto também reivindicado para a cidade nas páginas do *Vanguarda*. A circulação dos fluxos urbanos era um elemento fundamental para qualquer cidade que pretender-se moderna. Sendo defendido pelo saber médico e urbanístico, que baseadas em conceitos técnicos e científicos

⁸⁷ CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, nº 35, julho/dezembro, 2007. p 253-270.

⁸⁸ CERTEAU, Michel. 2009. p.236.

pregavam o alargamento e a desobstrução das ruas, possibilitando tanto a circulação de ar, como a fluidez do tráfego de pessoas, meios de transporte e mercadorias.

Normas nesse sentido já eram postas nas posturas municipais, que definiam que as ruas deviam obedecer ao traçado alinhado; que as casas necessitavam seguir esse alinhamento⁸⁹; e proibiam o depósito de materiais nas ruas: “Art. 11- Não será permitido depositar materiais para construções em lugar que impeça o trânsito público e bem assim depósito de entulhos sob pena de 20\$000 de multa”.⁹⁰ No entanto, de acordo com o relato do *Vanguarda*, o movimento das ruas estava sendo dificultado pelos seguintes aspectos:

Encontra-se Intransitável a Rua dos Ouvires

Grande parte da rua dos Ouvires encontra-se intransitável devido aos buracos, aos montes de pedras para construção e a lama ali existentes, especialmente o trecho compreendido entre a ponte sobre o Rio do Ouro e o fundo do prédio dos Correios e Telégrafos.

À falta de esgoto, forma-se enorme poça de água pluvial próximo às casas dos srs. Antônio Maia Marques e João Bernardo de Brito, a qual, quando chove, impede o livre trânsito dos pedestres.

É preciso que a Prefeitura mande desentulhar a referida rua e reabrir o esgoto ali existente para que as águas possam correr livremente.⁹¹

Na nota, o jornal registrava a presença de materiais de construção, lama, buracos e esgotos estagnados, obstruindo as ruas. Esses últimos, por mais incômodo que pudessem ser, ao que parece, era desejável que estivessem em circulação, jogados nos rios, possivelmente. Além do asseio e a limpeza das ruas, livre o tráfego na cidade, seguindo o princípio urbanístico e higienista de circulação, passava também a ser exigido.

No que diz respeito aos esgotos, o periódico continuava a maquinaria discursiva. Num artigo publicado na primeira página, *O Esgôto Atenta Contra o Código Sanitário*,⁹² os editores do *Vanguarda* denunciavam que o cano de esgoto que derramava no Rio Itapicuru estava estourado, “exalando um estranho e horrível mau cheiro!”. Expressando exacerbada ojeriza à presença dos odores exalados pelos esgotos, clamavam a intervenção das autoridades de saúde, no intuito de resolver a questão. Em outra edição posterior, era novamente reclamada a mesma situação, reproduzimos aqui o texto:

Ainda a Podridão Exalada Pelo Esgôto Pluvial

⁸⁹ JACOBINA. Art. 5 e 6. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, 1933.p.2.

⁹⁰ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933, 1933.p.2.

⁹¹ VANGUARDA, 07/07/1958. N.º. 447.p.1

⁹² VANGUARDA, 20/10/1956. N.º. 366. p.1

Não obstante já termos reclamando uma providência da Saúde Pública local, contra o insuportável mau cheiro exalado pelo tubo de esgoto pluvial que despeja no rio Itapicuru, próximo à ponte de madeira, continua o mesmo a ferir o olfato dos transeuntes. Trata-se, sem sombra de dúvida, de um cano de sentina ligado ao esgoto pluviométrico, o que é (sic) um atentado à saúde do povo.⁹³

A percepção da cidade, elaborada no jornal, partilhava de uma sensibilidade reativa diante de cheiros de excrementos e esgotos que “continua (...) a ferir o olfato dos transeuntes”, e o incômodo perante o espetáculo cotidiano de dejetos e putrefações escorrendo às vistas dos moradores e visitantes. O fedor das ruas e o cenário de esgotos constrangiam e maculavam a imagem da cidade. Todavia, como notamos anteriormente, da crítica da imprensa local quanto aos aspectos urbanos, sobressaía uma leitura da cidade perscrutada pelo olhar médico-sanitarista. Outro argumento era agregado, a defesa da saúde pública.

Contudo, algumas medidas de asseio e limpeza da cidade, ainda em 1955, o gestor Orlando Pires começou a tomar. Em nota, o jornal elogiava as ações do designado “dinâmico prefeito”, pelo melhoramento do serviço de limpeza urbana, com a colocação de tambores para o recolhimento do lixo em determinados pontos da cidade e a distribuição de um conjunto de fardas novas aos garis, que não possuíam. Desse modo, concluía o texto: “Com essas e outras medidas do atual Prefeito, o asseio da cidade tem melhorado sensivelmente”.⁹⁴

O alcaide era elogiado pelo semanário por outras medidas. O jornal aclamava a ação da prefeitura pela limpeza do mato das margens do Rio do Ouro, desobstruindo o leito e as margens do rio.

A Limpeza do Rio do Ouro

Em dias da semana que hoje finda, a Prefeitura mandou os trabalhadores da limpeza (sic) capinarem e retirar todo o mato do Rio do Ouro, livrando-o, assim, da sujeira que entulhava o seu leito.

Merece aplausos da população este ato da Prefeitura.⁹⁵

Entretanto, a despeito dessas medidas de asseio urbano, das normatizações do Código de Posturas e das exigências sanitárias, as práticas cotidianas da população não condiziam com as estratégias dos gestores, nem com as expectativas dos jornalistas. Esses, por sua vez, pensando a cidade pela norma administrativa, sanitária e urbanística, ignoravam os

⁹³ VANGUARDA, 22/12/1956. N°375. p.1

⁹⁴ VANGUARDA, 05/06/1955. N°295.p.1

⁹⁵ VANGUARDA, 22/12/1956. N°375. p.1

movimentos que caracterizavam os trajetos construídos cotidianamente pela população citadina. Entre as regras que orientavam as condutas, os preceitos racionais do urbanismo e as práticas sociais efetivas, abria-se uma disparidade. A cidade não funcionava, nem funciona, nos moldes do desenho arquitetada pelas estratégias de gestão concebidas por seus administradores. A prática da população de depositar lixo e animais mortos nos rios e logradouros públicos permanecia.

Numa coluna da primeira página, da edição de número 337 do *Vanguarda*, era reclamado:

O Depósito de Lixo da Praça “2 de julho”

Chamamos a atenção do encarregado do serviço da Limpeza Pública, desta cidade, para o fato de, moradores à Praça 2 de Julho, estarem depositando lixo no centro daquele logradouro, nas imediações do Pôsto de Metereologia, ali instalado.⁹⁶

Dessa maneira, percebe-se que a não eficácia das posturas municipais vigentes provocou o esforço do gestor em instituir uma nova maneira de organizar as ruas, estruturando um serviço de Limpeza Pública, a fim de melhor garantir os preceitos de asseio urbano, salubridade, estética e desodorização dos logradouros. Em outros termos, a busca por novas estratégias assinalava para a fragilidade das medidas precedentes, o procedimento de normatizar as ruas não significava que disciplinavam as práticas sociais. Observa-se na citação também a não eficácia das novas medidas que passaram a ser então instituídas. Em edições posteriores, essas questões de limpeza e asseio urbano continuavam sendo destaque nas primeiras páginas do *Vanguarda* - lixo, dejetos e animais mortos, nas narrativas dos jornalistas do periódico, faziam parte do cotidiano da cidade.

Na edição número 338, por exemplo, o *Vanguarda* trazia uma nota relatando que os redatores do periódico foram visitados por um grupo de estudantes do ginásio local. De acordo com o texto, o intuito da visita das ginásianas foi solicitar que o periódico reclamasse a intervenção da prefeitura, a fim de evitar que na região da estrada de ferro que dava acesso ao ginásio Deocleciano Barbosa de Castro, fossem depositados lixos e animais em decomposição. Assim terminavam o texto: “Segundo nos informaram as ginásianas, constantemente são encontrados naquele local gatos, cachorros e porcos em estado de putrefação, além do lixo que é semanalmente jogado ali”.⁹⁷

⁹⁶ VANGUARDA, 31/03/1956. N° 337.p.1

⁹⁷ VANGUARDA, 07/04/1956. N° 338. p.1

As margens do Rio do Ouro, que haviam sido limpas, ganhavam novamente visibilidade numa publicação do *Vanguarda*, não pelas ações da prefeitura, mas pela presença de lixo e de restos de animais em decomposição, imundícies jogados pela população. Segundo o jornal:

O MONTÃO DE LIXO PRECISA SER REMOVIDO

À margem do Rio do Ouro, encostado ao muro do fundo do Internato da profa. Emerita Castro, há um montão de lixo onde são jogados galinhas e outros animais mortos, que precisa ser removido dali, quando antes, pelo serviço da Limpesa (sic) Pública Municipal.⁹⁸

Pela descrição do periódico, os rios que cortavam a cidade eram tanto o lugar para onde escorreriam os esgotos, como eram utilizados pela população citadina enquanto depósitos de lixo e outras imundices - transformavam as margens e os leitos dos rios num monturo. Em outro texto, o *Vanguarda* denunciava novamente a prática da população de jogar sujeira no rio, dessa vez, no Itapicuru-Mirim:

Toda pessoa medianamente instruída sabe que os leitos dos rios devem ser limpos a fim de serem evitadas a poluição das suas águas e as emanções mefíticas. Deste princípio de higiene até os colegiais sabem. Entretanto, alguns moradores na Av. Orlando Pires desconhecem totalmente esta comezinha noção de higiene, posto que mandam jogar lixo, animais mortos e galhos de plantas dentro do rio Itapicuru-Mirim que banha esta cidade.⁹⁹

O discurso em defesa da higiene das águas e dos espaços, e de reação aos odores que exalavam das putrefações jogadas no rio manifestava-se nas páginas do jornal, no caso, na primeira página. Além da preocupação com o incômodo do mau cheiro das “emanções mefíticas” exaladas, apontava também o texto do periódico, a inquietação com poluição das águas do rio e com saúde pública:

Além do perigo que disto resulta para a saúde da população citadina, perigo maior representa para a população rural que vive à margem deste rio e se serve das suas águas para cozinhar e beber!

Pedimos a atenção das autoridades sanitárias locais para este inominável atentado à saúde da população jacobinense.¹⁰⁰

⁹⁸ VANGUARDA, 25/01/1958. N.º.428.p.1

⁹⁹ Estão Jogando Lixo e Cadáver de Animais no Itapicuru! - VANGUARDA, 02/08/1958. N.º 455.p.1

¹⁰⁰ VANGUARDA, 02/08/1958. N.º 455.p.1

Criticada de maneira incisiva nas páginas do *Vanguarda*, a prática da população de lançar lixo nos rios continuava sendo cometida, causando sujeira e mau cheiro na paisagem urbana. Em fevereiro de 1959, os editores o jornal ainda reclamavam do lixo urbano depositado no rio Itapicuru-Mirim. No caso, provocado certos moradores da Avenida Orlando Oliveira Pires, via urbana aberta durante aquele período e na margem da qual foi construído um loteamento. De acordo com o jornal:

Continuam a Jogar Lixo Dentro do Rio Itapicuru!

Não obstante já termos reclamado contra o mau costume de jogarem lixo e outras imundícias dentro do rio Itapicuru-Mirim, algumas pessoas residentes na Av. Beira-Rio – trecho compreendido entre a antiga ponte de madeira e a de cimento armado – ainda continuam a fazê-lo, num flagrante despeito ao nosso Código de Posturas!

Enquanto os funcionários de Departamento Nacional de Endemias Rurais limpam, periodicamente, o leito do aludido rio, pessoas residentes à sua margem esquerda teimam em atirar lixo, cadáveres de animais e galhos de árvores dentro do mesmo!

Mais uma vez solicitamos das autoridades sanitárias locais uma providências a fim de impedir a continuação desse atentado à saúde pública.¹⁰¹

Se num primeiro momento a estratégia de normatização das práticas cotidianas foi prescrita pelas posturas municipais, sua efetividade parece ter sido precária, a intervenção do poder público municipal em imprimir uma nova ordem nas ruas era indicativo da ineficiência das posturas. Desse modo, como parte do projeto de urbanismo em execução, o prefeito buscou modernizar o serviço de limpeza e asseio da urbe, colocando tambores, distribuindo fardamento aos garis, limpando o leito dos rios, e como veremos adiante, pavimentou e construiu o serviço de esgoto nas principais ruas do centro. Todavia, mesmo com as intervenções urbanas de pavimentação de ruas e melhorias do asseio urbano pela prefeitura, os moradores faziam outros usos, no caso, atitudes contrárias à organização e ao funcionamento almejado por jornalistas, médicos e gestor. À revelia dos discursos e práticas de conservação da higiene, da estética e da saúde pública, a população insistia em jogar lixo, animais mortos e excrementos nos logradouros, no leito e nas margens dos rios que cortavam a cidade.

¹⁰¹ VANGUARDA, 15/02/1959. N.º481.p.1

1.3 Aformoseando as ruas

Em 1955, o *Vanguarda* anunciava que o prefeito começava a executar o seu programa administrativo. O plano a ser feito tratava-se de obras de pavimentação das principais ruas do centro da cidade. Dessa forma, o periódico apresentava a intenção do prefeito:

O Prefeito Começa a Executar o Seu Programa Administrativo

O jovem e dinâmico prefeito deste Município, dr. Orlando Oliveira Pires, que esteve até há pouco preocupado com o estado dos múltiplos problemas de nossa comuna, começou, na semana recém-finda, a por em execução o seu programa administrativo, com o reinício da pavimentação a paralelos da rua Senador Pedro Lago.

Sabe-se que é pensamento de s.s, após o término do serviço da rua Pedro Lago, iniciar o calçamento da rua Cel. Teixeira, uma das principais vias públicas de nossa tricentenária urbe.

Muito bem, sr. Prefeito!¹⁰²

A efetivação do programa do alcaide, que ganhou do jornal a alcunha de “jovem” e “dinâmico”, foi realizada meses depois, com a inauguração da pavimentação da Praça Rio Branco e da Rua Senador Pedro Lago. Conforme informava o *Vanguarda* aos leitores:

INAUGURADOS OS CALÇAMENTOS

Foram inaugurados ante-ontem os calçamentos a paralelepídeos da Praça Rio Branco e da rua senador Pedro Lago (sic), desta cidade.

Aquêle (sic) foi realizado pela gestão anterior e êste foi iniciado e concluído pela atual administração municipal.¹⁰³

A pavimentação das citadas ruas vinha finalmente melhorar as condições de salubridade, circulação, desodorização e estética do centro da cidade. Essas primeiras intervenções de implantação de melhoramentos urbanos, assim como outros que foram inseridos naqueles anos, concentraram-se numa região específica, onde estavam situados o paço municipal (sede do poder administrativo, legislativo e judiciário), estabelecimentos comerciais, residências das elites e local passagem dos visitantes que chegassem à cidade.

¹⁰² VANGUARDA, 19/06/1955 N°297 p.1 Há certa confusão nos textos do jornal quanto à idade da cidade, por vezes os redatores e colaboradores escreviam como sendo centenária (ver o texto: “Jacobina na Senda do Progresso”, de Humberto Soares e Silva. Vanguarda, 01/05/1955. N°. 290. p.3), bicentenária (conferir o texto: Jacobina retomou o caminho do progresso. Vanguarda, 11/02/1956. N°.330.p.1.) e tricentenária como na nota citada acima. Na consideração de tricentenária talvez estivessem considerando a data de fundação da vila em 1723. Contudo, a elevação de Jacobina à categoria de cidade só aconteceu 1880.

¹⁰³ VANGUARDA, 10/12/1955. N° 322. p.1

No entanto, essa nova racionalidade definida para a gestão da cidade não buscava apenas a produção de uma nova espacialidade uniforme para aquelas ruas, materializada em pedras, cimento, concreto, serviços e equipamentos técnicos. Além dos melhoramentos em execução, procurava o alcaide municipal instituir uma ordem urbana, quer fosse por meio das posturas ou de outros mecanismos. Meses antes da inauguração da pavimentação dos referidos logradouros centrais da cidade, o prefeito atuava no sentido de manter a ordem naquelas ruas. Tomamos como exemplo o caso a seguir, na segunda parte trabalho apontaremos para outras medidas de normatização do cotidiano da cidade. Em ofício encaminhado ao delegado da cidade, buscava a punição de um sujeito que havia danificado o patrimônio municipal na Praça Rio Branco, diante do prédio em que funcionava o poder público municipal.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Jacobina em 31 de maio de 1955.
Ofício n.93

Senhor Delegado

Pelo presente venho comunicar a V.S. que o Sr. Osvaldo Santos, no dia de ontem em fraco e brutal atentado contra o progresso e o zelo das coisas públicas, rebentou propositadamente uma das escorregadeiras do Parque Infantil. Com o acima exposto solicito as imediatas providencias para que o individuo acima citado venha responder pelo seu ato.

Certo da nossa atuação costumeira, firmo-me com alta estima e elevada honra.

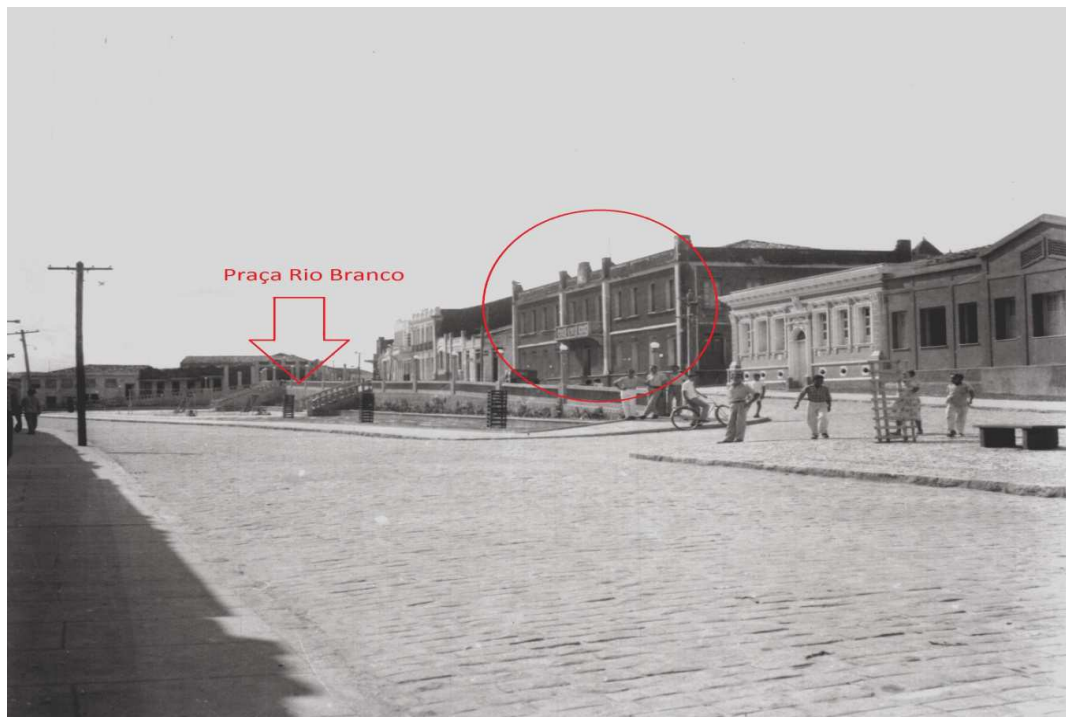
Cordialmente

(A.) Dr. Orlando Oliveira Pires
Prefeito Municipal¹⁰⁴

A atitude do gestor expressava sua vontade de reorganização da administração da cidade, atuando de modo mais incisivo sobre o espaço urbano. Se as posturas municipais, editadas a fim de normatizar determinados comportamentos e práticas, estipulavam punição no âmbito administrativo, com aplicação de multas para os sujeitos autuados em práticas nomeadas “desviantes”, desejando o prefeito resultados mais eficientes, recorria à colaboração do delegado, transferindo a punição para o âmbito da autoridade de segurança pública.

¹⁰⁴ Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Datas-limites: ano de 1955-1956. p. 104. APMJ.

Imagem 2 - Vista da Praça Rio Branco. Em destaque o prédio do Paço Municipal – 1956



Fonte: fotografia de Osmar Micucci. (Acervo de Osmar Micucci – NECC/UNEB-CAMPUS IV).

Era iniciada também a pavimentação, com paralelepípedos, da Rua Cel. Teixeira.¹⁰⁵ Antes criticada nas páginas do *Vanguarda* pelas péssimas condições de higiene e estética, por conta dos esgotos¹⁰⁶, o logradouro era considerado uma das principais vias da cidade, concentrando estabelecimentos comerciais e ambiente de passagem dos visitantes que chegavam à urbe. Como dito, nesse movimento inicial de urbanização, desenvolvido na gestão de Orlando Oliveira Pires, observa-se que a geografia de pavimentação e saneamento das ruas era restrita, limitada às principais ruas da urbe. Entenda, nos logradouros onde localizavam-se prédios das instituições públicas, estabelecimentos comerciais e residências dos segmentos abastados.

Ao mesmo tempo em que as ruas eram pavimentadas, tendo em vista funcionarem como via de circulação, seguindo os preceitos de higiene e apresentando uma aprazível configuração estética, ao gosto e imagem dos quais nas suas margens habitavam e comercializava, o gestor municipal buscava ainda interditar certos usos das ruas. No

¹⁰⁵ Iniciado o Calçamento da Rua Cel. Teixeira - *Vanguarda*, 25/02/1956. N° 332. p.1

¹⁰⁶ O memorialista Amado Honorato Oliveira cita numa das suas narrativas biográficas, que a Rua Coronel Teixeira era conhecida como Rua da Lama. Talvez o nome possa indicar acerca dos aspectos físicos do logradouro, com a presença de esgotos ou de poças de água acumuladas da chuva. Cf. OLIVEIRA, Amado Honorato de. *Um nome em foco*. Jacobina. Gráfica Maxicopy. 2001. p.20

Vanguarda, era divulgado¹⁰⁷ que o alcaide tinha proibido a circulação na cidade de transportes que usavam rodas de ferro nas ruas pavimentadas, no caso, as carroças. A medida determinava que os proprietários de carroças deviam se adaptar às novas condições impostas pela modernização/urbanização, substituindo as rodas de ferros por pneus, para poder se locomover pelas ruas. Desse modo, caminhava a modernização da cidade, no sentido de exclusão de determinados materiais. A técnica moderna do pneu de borracha, que conservaria melhor o calçamento das ruas, passava a ser um imperativo.

O *Vanguarda*, na edição de 11 de janeiro de 1956, trazia num artigo o balanço da situação que, na visão dos editores do jornal, se encontrava a cidade. De acordo com o texto, registrado com o título em letras garrafais e posição de destaque, na primeira página, Jacobina, enfim, tinha encontrado o “caminho do progresso”. Vejamos:

JACOBINA RETOMOU O CAMINHO DO PROGRESSO

Depois de alguns anos de decadência e outros tantos de estagnação, Jacobina retomou – de dois anos para cá – caminho do soerguimento e do progresso.

Confrontando-se a sua situação de há dois anos passados com a atual, verifica-se uma notável modificação em prol do seu desenvolvimento material, social e cultural. Aí estão, para confirmar nessa nossa assertiva, o seu Ginásio com o curso pedagógico, funcionando desde abril de 1954; o seu jornal em circulação, servindo-lhe de porta-voz das aspirações; as suas principais ruas calçadas a paralelepípedos; a abertura de uma nova Avenida em que será construída cerca de uma centena de modernos prédios residenciais; a construção do cais da margem direita do rio Itapicuru-Mirim; o início da construção do seu Aeroporto, pelo Ministério da Aeronáutica; o início da construção do Estádio Municipal; a construção da rodovia Jacobina – Remanso – S. Raimundo Nonato, no estado do Piauí, etc.

Além dos melhoramentos acima enumerados, estão programadas, para breve, as construções do moderno Cinema da Empresa Afonso Cavalcante e do Mercado Municipal.

Assim, depois de longos anos de inércia, esta bissecular cidade envereda pela senda do progresso; progresso esse que ela deve, em grande parte, a instalação do Ginásio Estadual e ao dinamismo administrativo do seu jovem prefeito, dr. Orlando Pires, que, em menos de um ano de governo, já realizou inúmeros e importante melhoramentos na sua sede e nos distritos.¹⁰⁸

O artigo descrevia em tom de entusiasmo que: “depois de alguns anos de decadência e de outros tantos de estagnação, Jacobina retomou – de dois anos para cá – o caminho do

¹⁰⁷ PROIBIDO O TRANSITO DE CARROÇAS COM RODAS DE FERRO - Vanguarda, 17/07/1955. N° 301.

p.1

¹⁰⁸ VANGUARDA, 11/02/1956. N° 330.p.1.

soerguimento e do progresso”.¹⁰⁹ Essa escritura sobre a cidade anunciava, um aspecto que consideramos central nesse processo de modernização, o estabelecimento de uma forma de pensar as transformações urbanas, por parte da imprensa local. De tal modo, observa-se na sentença acima, por um lado, o sentimento de medo, o temor de que a cidade paralisasse no tempo, não progredisse, ficasse em situação que nominava de “estagnação” e “decadência”, que, na narrativa do jornal, Jacobina esteve em seu passado. Daí todo o discurso entusiástico do jornal em torno das mudanças que estavam ocorrendo. A expectativa era de que a cidade estivesse sempre se atualizando, recebendo inovações urbanísticas e técnicas, se modernizando. O passado de “estagnação” assombrava.¹¹⁰

Dessa maneira, no artigo jornalístico supracitado, identifica-se de modo condensado a estratégia narrativa, construída em torno da representação da história da cidade, elaborada pelos homens de imprensa. No mesmo estilo e sentido do artigo do colunista Humberto Soares e Silva, analisado anteriormente, sobre a imagem do prefeito como redentor da cidade, era escrito o texto acima citado. Esse artigo, por sua vez, emitia a opinião dos editores-proprietários do jornal. Com a construção dessas narrativas, buscavam estabelecer uma ordenação temporal da história de Jacobina, que pode assim ser resumida: o passado simbolizava o atraso e a decadência, em contraposição ao presente/futuro, o soerguimento e progresso. Demarcavam, então, nessa assimetria, uma perspectiva da história da cidade, que da situação de “decadência” e “estagnação” passava ao “soerguimento” e ao “progresso”.

Essa adjetivação das temporalidades e da representação da história da cidade pode ser vista e compreendida a partir da seguinte perspectiva: dentro desse movimento de transformações das espacialidades urbanas e mudanças de figuras políticas na urbe, a elaboração de uma representação da história da cidade funcionava enquanto argumento central - constituindo para o grupo promotor desse processo como uma construção simbólica que dava sentido as realizações. Lendo assim, consideramos os discursos acerca das temporalidades históricas como invenções, construtos imaginários, criações que aparecem associadas a diferentes projetos específicos, apontam para disputas sociais e fazem parte das estratégias de produção de “verdades”.

Os esquemas simbólicos são fundamentais para a compreensão da vida. Os processos de simbolização presentes na vida social funcionam como um campo de distinção, embates e relações de força entre grupos sociais. Como argumenta Roger Chartier:

¹⁰⁹ VANGUARDA, 11/02/1956. N.º.330.p.1.

¹¹⁰ SILVA, Edson. 2012. p.20-21.

embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses sociais de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.¹¹¹

Ainda de acordo com o citado historiador:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto de reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (...) As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.¹¹²

Levando em conta essas formulações, nesse contexto de modernização urbana, uma perspectiva histórica era elaborada e mobilizada no jornal *Vanguarda*, constituindo enquanto uma representação do e para grupo do prefeito. Em diversos textos fazia-se elogios ao alcaide, designando-o como um sujeito “dinâmico”, em outro como “operoso prefeito municipal”.¹¹³ No artigo citado, essa imagem do gestor encontra-se cristalizada, situando-o como sujeito responsável por transformar antigas formas urbanas, tirando a cidade de um passado de “decadência” e “estagnação” e erguendo Jacobina ao “progresso”. Desse modo, ao mesmo tempo em que o jornal descrevia as transformações urbanas, construía uma leitura da história da cidade, afirmando o grupo agente desse processo. Como era o único jornal em circulação na cidade naqueles anos, o *Vanguarda* desempenhou importante papel na representação do prefeito como redentor da cidade. Todavia, essa postura de alinhamento com ações do prefeito perdurou até certo momento. Em 1957, o periódico passou a ter como sócio-proprietário o político local Edvaldo Valois Coutinho¹¹⁴, principal opositor do chefe político do grupo do prefeito Orlando Oliveira Pires, o deputado Francisco Rocha Pires.

¹¹¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Tradução: Maria Manuela Garlhado. 2ª ed. Lisboa. Ed. DIFEL. 1988. p. 17.

¹¹² CHARTIER, Roger. 1988. loc. cit.

¹¹³ A Viagem do Dr. Orlando Pires à Capital da República – A Sua Atuação Junto às Autoridades Federais – O Encaminhamento de Vários Assuntos de Interêsse Dêste Município. *Vanguarda*, 05/05/1956. N°.342.p.1.

¹¹⁴ Na publicação número 404 de 10 de agosto de 1957, num texto que tratava de uma polêmica gerada na cidade em torno da morte de um sujeito chamado Chico “Sapeca”, o redator e diretor do *Vanguarda*, Floriano Mota, mencionou Edvaldo Valois Coutinho como presidente local do partido PSD e coproprietário do referido jornal. Cf. Delegado Especial Desmente os Boatos Que Circularam Nesta Cidade - *Vanguarda*, 10/08/1957. N°.404.p.1. Durante a campanha eleitoral de 1958, o jornal apoiou o candidato Ubaldino Mesquita Passos, que tinha como adversário ao pleito o médico Florivaldo Barberino. Esse último, que acabou sendo eleito, era mais um representante do deputado Rocha Pires. Cf. A Campanha Em Favor da Candidatura Ubaldino Mesquita Passos

Retomando o artigo supracitado, observa-se que, ao inventariar as transformações urbanas, os redatores relacionavam as conquistas materiais que a cidade recebeu e estava na expectativa de receber. Entre os elementos que projetavam a urbe no “caminho do progresso”, destacavam-se a instalação do ginásio local, do próprio jornal, o calçamento de ruas, a abertura de uma avenida, a edificação de novos prédios, a estruturação de um cais à margem do rio, o estádio e o mercado municipal. Além da modernização dos transportes, com a construção do aeroporto e da rodovia, interligando o município a outros estados, encurtando as distâncias e transformando a noção de tempo e espaço. E ainda, o lazer e a tecnologia, representada numa nova sala de cinema que seria inaugurada em breve na cidade. Entre os aspectos relacionados, sobressaiam-se os que apontavam para os melhoramentos urbanísticos, executados pela gestão municipal em parceria com órgãos federais.

Para os editores do jornal *Vanguarda*, depois de anos em “marasmo”, “decadência”, “estagnação” e “inércia”, finalmente o “desenvolvimento” e o “progresso” chegavam à Jacobina. Essa percepção elaborada pelo periódico era atribuída às transformações mencionadas acima quanto a dois aspectos. Primeiro, a instalação na cidade do Ginásio Estadual; segundo, o designado “dinamismo administrativo do jovem prefeito, Dr. Orlando Pires”.¹¹⁵ Esses dois fatores elencados pelo jornal apontavam para o seguinte movimento. A eleição da instituição escolar, como símbolo do “progresso” que a cidade estava vivenciando, aponta que a educação era vista como um dos fatores que elevava a cidade ao sonhado “progresso”. No caso, um ginásio funcionando a partir do ideal patriótico de educar para formar cidadãos, difundindo preceitos morais e de higiene e produzindo corpos educados, sujeitos dóceis, obedientes e disciplinados. Por outro lado, sobressai o investimento discursivo dos editores na figura do novo prefeito, na promoção e legitimação política das suas ações. Desse modo, sugeria no artigo que, contra o passado de “marasmo” e “inércia” que teria vivido a cidade, emergia o “dinâmico e jovem prefeito”. A ideia de dinamismo e a juventude do gestor municipal passavam a ser invocadas como atributos capazes de imprimir um novo ritmo e organização nos quadros da administração municipal e na remodelação da urbe. Nessa estratégia narrativa, associava a pessoa do alcaide à imagem da cidade no caminho do “progresso”. Os editores recorriam ao argumento da confiança no progresso, que reverberava no imaginário social, orientando valores e condutas, desejos e sonhos.

ao Cargo de Prefeito de Jacobina. A Receptividade ao Nome do Candidato e as Possibilidades da Sua Vitória - (Com fotografia do candidato). *Vanguarda*, 28/09/1958. N.º 463.p.1.

¹¹⁵ VANGUARDA, 11/02/1956. N.º 330. p.1.

A ideologia do progresso assumiu no ocidente moderno o caráter quase de uma crença religiosa. A apoteose do culto ao progresso se deu no século XIX e início do século XX. Expressava a confiança da burguesia no desenvolvimento da economia, da ciência e da técnica.¹¹⁶ De acordo com Sandra Jatahy Pesavento:

O progresso constituiu-se assim no grande mito e na maior crença do século XIX, embalado pelos princípios filosóficos da evolução, pelo cientificismo, pela tecnologia, pelo esplendor da transformação burguesa das cidades. Expressou-se por ritos e discursos específicos, passando pelas obras de Jules Verne, para chegar às remodelações urbanas de um Haussmann, na Europa, ou de um Pereira Passos, no Rio de Janeiro.¹¹⁷

Como dito, a utopia do progresso permeou também as intervenções urbanísticas do prefeito Barão Georges Haussmann. Na gestão de Paris, com o suporte do Imperador Napoleão III, Haussmann desenvolveu um intenso processo de modernização urbana que favoreceu a especulação financeira e colocou abaixo os bairros populares. De acordo com Walter Benjamin: “A alta dos aluguéis expulsa o proletariado para os subúrbios. Por isso os bairros de Paris perdem sua fisionomia própria. Constitui-se o ‘cinturão vermelho’ operário. Haussmann deu a si mesmo o título de “artista demolidor”.”¹¹⁸

Em nome do progresso, o Rio de Janeiro passou por grandes transformações urbanas no limiar do século XX, com a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Dessa forma, o prefeito colocou abaixo prédios localizados na região central da cidade, onde morava a população pobre e trabalhadora.¹¹⁹ As intervenções faziam parte de um projeto político de construção de uma nova cidade e de imposição do modo de viver urbano. Assim, de maneira autoritária, buscou intervir no modo de vida tradicional da população, com as demolições das moradias, e estipulando interdições dos costumes populares (principalmente os praticados nas ruas), por meio de leis e de posturas municipais. Sobre as ruínas dos cortiços e casarões dantes habitados pelas classes populares, atuava Pereira Passos no sentido renovar o ambiente urbano, racionalizar e especializar os espaços, alargando as ruas, construindo avenidas e espaços de lazer.

¹¹⁶ Cf. Para uma história do conceito de progresso. LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: _____. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. 5ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.235-281.

¹¹⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo, V.15. N° 29. p.24

¹¹⁸ BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. In: _____. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p. 63-64.

¹¹⁹ MENEZES, Lená Medeiros de. Rio de Janeiro – nas trilhas do progresso: Pereira Passos e as Posturas Municipais (1902-1906). In: SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (Org.). *A cidade em debate*. São Paulo: Olho D'água, 2000. p.109-127. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A ideia de que o “progresso” chegava à cidade em contraposição ao passado de “estagnação” e “decadência”, criada pelos editores e colunista do *Vanguarda*, delimitava uma perspectiva da história da cidade. Servia na fabricação de uma escrita, de uma representação histórica, que assegurava um sentido para o grupo gestor e agente da construção urbanística da cidade naqueles anos. Por outro lado, a invenção da cidade no “caminho do progresso”, formulada pela imprensa local em torno da figura do prefeito e das inovações urbanísticas e técnicas, significava a visão otimista acerca do grupo gestor e promotor dos empreendimentos urbanos de modernização da cidade. No entanto, se o progresso era associado às modificações urbanas e a promessa de produção de uma vida melhor na cidade, com a inserção de equipamentos modernos e espaços de sociabilidades, possibilitando novas experiências na urbe, no plano das relações sociais e políticas, desenvolviam práticas pautadas em concepções conservadoras. O controle político da cidade, mantido pelo deputado estadual Francisco Rocha Pires, conhecido como Chico Rocha, que capitaneava o poder municipal desde os anos de 1930, escolhendo sucessivamente os candidatos para prefeitura, era um exemplo disso.

Contudo, a instituição dessa forma de pensar e narrar a história da cidade por parte dos jornalistas, é possível que não fosse aceita de maneira passiva pela comunidade de leitores do jornal e pelo conjunto da sociedade local. Entendendo que o processo de criação e produção da cidade não era um privilégio apenas dos produtores (técnicos, administrativos, urbanísticos, jornalísticos, médicos, etc.) que buscavam instituir uma nova forma urbana específica, um modo de administrar e uma maneira de nomear a urbe, porém, um atributo também das pessoas comuns, os leitores ou ouvintes dos textos jornalísticos, atuando de maneira criativa e dispersa¹²⁰, podiam estabelecer deslocamentos, reelaborar e reinventar outros enunciados e práticas, enfim, construía outras narrativas urbanas e usavam a cidade de modo diferente do desenho concebido e das escritas fabricadas por gestores e jornalistas.

Quando completou-se um ano da gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires, os editores do *Vanguarda* publicaram um texto em posição de destaque na primeira página do jornal, com uma fotografia de seu rosto, tipo 3 por 4. Teciam-se elogios à administração, considerado-a como “eficiente”, ao mesmo tempo em que faziam questão de ressaltar que as obras foram feitas sem o apoio do governo estadual. Contando apenas com poucos recursos da prefeitura, o alcaide tinha realizado “importantes melhoramentos”, tanto na cidade quanto no interior do município. Concluía o texto afirmando que o gestor havia conseguido tal feito pelo zelo que

¹²⁰ Como definiu Michel de Certeau, a leitura é um processo criativo, o leitor ou ouvinte não é um sujeito passivo, mas agente produtor, o gesto da leitura é uma ação inventiva. Cf. CERTEAU, Michel. 2009. p.236-248.

tinha pelo dinheiro público e evitando gastos supérfluos.¹²¹ Desse modo, projetaram a figura do prefeito como um sujeito com perfil administrativo racional e dinâmico, que viera para transformar e ordenar a cidade, independente das dificuldades financeiras e do apoio do governo estadual. Quanto às mudanças na cidade foram citadas:

Nesta cidade foram executados os seguintes melhoramentos: Calçamentos das ruas Senador Pedro Lago, Dr. Manuel Novais, parte das ruas Cel. Teixeira e Rocha Pires, esgoto pluvial das ruas senador Pedro Lago, Dr. Manuel Novais, Cel. Teixeira e Rocha Pires; meios-fios em várias ruas; iluminação das ruas Cel. Hermenegildo, Alegria e bairro da Serrinha; início da construção do Estádio Municipal; criação do Almojarifado da Prefeitura; conserto em vários veículos; aquisição de tambores para coleta de lixo; recolocação de lâmpadas na rede de iluminação, etc.¹²²

Imagem 3- (Fotografia publicada junto com o texto citado acima).



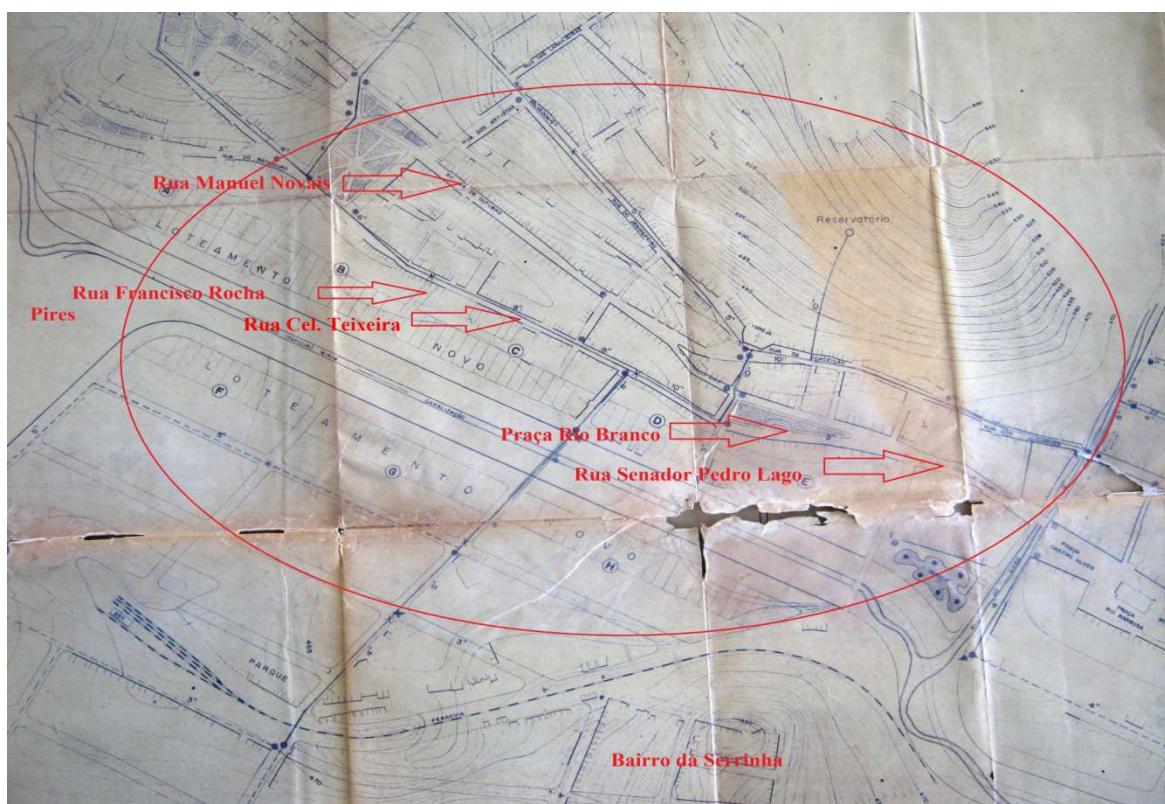
Fonte: Vanguarda, 07/04/1956. N°. 338. p.1)

¹²¹ O primeiro aniversário de uma eficiente e promissora administração - Vanguarda, 07/04/1956. N°. 338. p.1. Na mensagem enviada à Câmara de Vereadores referente ao ano de 1957, o prefeito também registrava que as obras desenvolvidas na cidade tinham sido feitas sem o apoio financeiro do governo do estado. Assinalando que somente recebia o apoio do governo federal, citando o exemplo das obras de ampliação do serviço de energia elétrica, da água encanada, o campo de aviação e a construção de rodovias ligando a cidade a povoados no interior do município e a outras cidades. Nesse relatório eram registradas ainda as obras de calçamento das ruas citadas no texto do jornal acima. Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Arquivo Público Municipal de Jacobina. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Serie: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01

¹²² VANGUARDA, 07/04/1956. N°. 338. p.1

As intervenções urbanísticas operadas pela administração municipal visavam, sobretudo, produzir no espaço urbano uma configuração racional e salubre, com ruas calçadas, saneadas, iluminadas, limpas e um com espaços para práticas desportivas e de lazer, com a construção de um ambiente específico para esse fim. No entanto, como já pontuamos, essas ações de urbanização e saneamento se circunscreviam a um determinado espaço, privilegiavam as ruas do centro da cidade. Observa-se que as citadas ruas em que foram executados os serviços de calçamentos e esgoto eram onde se localizavam os estabelecimentos comerciais, a sede da administração da cidade e a residência dos segmentos abastados. A construção do serviço de esgotos e a pavimentação dessas ruas, objeto de preocupação por parte do gestor e dos jornalistas, ocultava para longe da visão e das narinas os dejetos e a excreção urbana, proporcionando uma nova percepção visual e olfativa sobre as ruas.

Imagem 4 – Planta do projeto de distribuição de água encanada da cidade – Setembro de 1954.



Fonte: Acervo: Poder Executivo. Fundo: Gabinete do Prefeito. Grupo: Habitação e Urbanismo. Datas-Limites:1975-1993. Notação: Plantas Diversas. Caixa: 707. APMJ. As adaptações do mapa foram feitas pelo autor do trabalho.

A Rua Cel. Teixeira, considerada como uma das principais vias da cidade, visto que nela localizavam-se vários estabelecimentos comerciais, fora antes denunciada nas páginas do

Vanguarda pelas péssimas condições sanitárias e estéticas, contrariando a imagem de “cidade moderna e civilizada”, passava pelos melhoramentos desejados, calçamento e serviço de esgoto. As demais medidas citadas, como a iluminação das ruas, por sua vez, avançavam para ruas e bairros mais distantes do espaço delimitado como centro da urbe. Assim, no primeiro momento, o centro apareceu como o espaço a ser pavimentado, saneado e limpo. Já nos bairros afastados, projetavam-se luzes, a fim de melhor garantir a segurança e o controle das ruas.

Desse modo, identificamos na seção de anúncios e de indicadores profissionais do jornal *Vanguarda* a presença de casas comerciais e escritórios de profissionais liberais nas ruas que passaram pelo processo de modernização. Verificamos o funcionamento dos seguintes estabelecimentos comerciais na Rua Cel. Teixeira: a Papelaria Brandão (Rua Cel. Teixeira N.24) que comercializava “Sortimento de Papéis em Geral, Artigos para Escritório, Livros Escolares, Livros de Literatura etc. Secção de Perfumaria, Miudezas, Óculos de Graus e de Fantasia, Pastas de Couro, Artigos Fotográficos etc.”¹²³ O escritório (Rua Cel. Teixeira, 35) do contador e editor do *Vanguarda* Enéas Mota Menezes, o qual oferecia os serviços de: “Registro de firmas e escritas comerciais e fiscais – Escrituração e contabilidade em geral – Perícias e revisões contábeis – Análise de balanço – Contratos, alterações e distratos – Defesas fiscais – Assistência técnica (consultas e pareceres).”¹²⁴ O representante das revistas “ALTEROSA E IT-MAGAZINE”, Hélio Soares e Silva (Rua Cel. Teixeira N. 40).¹²⁵ Ao lado dessa rua, dirigindo-se sentido a Estação ferroviária da Leste, na Rua Rocha Pires, localizava-se a “Ind. e Com. de Madeiras ‘Itabira’, Ltda. (Serraria Mecanizada)”, de comercialização de “Móveis – Vidros – Esquadrias – Colchões de Mola etc.”¹²⁶

Deslocando em direção ao Paço Municipal, na Praça Rio Branco iríamos nos deparar com a filial de Jacobina do Armário Popular (Praça Rio Branco n. 26 junto à Cooperativa), de Antonio Ferreira Alves, o Ferreirinha¹²⁷, e a matriz da “Loja Bahiana de Jacinto Felipe” (Praça Rio Branco n. 16) de “Grande Sortimento de Tecidos Lisos e Estampados, de Seda e de Algodão. Linhos Nacionais e Estrangeiros, em Toas as Cores – Casimiras – Chapéus – Miudezas e Muitos Outros Artigos.”¹²⁸ Ao sair dessa praça e caminhar reto, logo em seguida, na Rua Senador Pedro Lago, encontrávamos o escritório e residência do médico Ângelo

¹²³ VANGUARDA, 01/05/1955. N.º 290. p.2

¹²⁴ VANGUARDA, 11/02/1956. N.º 330. p.2

¹²⁵ VANGUARDA, 08/05/1955. N.º 291. p.2

¹²⁶ VANGUARDA, 25/08/1956. N.º 358. p.3

¹²⁷ VANGUARDA, 07/04/1956. N.º 338. p.4

¹²⁸ VANGUARDA, 19/06/1955. N.º 329. p.3

Mário M. C. Brandão (Rua Pedro Lago, 10 e 10-A)¹²⁹; o edifício do consultório do médico Carlos Alberto Daltro Pires, inaugurado em 1956¹³⁰; a clínica odontológica de Miriam Cléa Barreto Rocha (Praça Sen. Pedro Lago, 32)¹³¹; o escritório do advogado Ivanilton Costa Santos (Rua Senador Pedro Lago n. 31)¹³² e do contador Jayme Marcellino da Silva (Rua Pedro Lago, 30)¹³³. Naquele logradouro existia ainda a Marcenaria Correia – de José Correia de Sousa (Rua Pedro Lago s/n – vizinho ao Banco Econômico), onde vendia-se: “Cristaleiras, Guarda-Roupas, Cadeiras e tomam-se Encomendas de Portas de Almofadas, Venezianas etc.”¹³⁴; A Musical (Rua Senador Pedro Lago, 23.), inaugurada em 1956, de venda de “Aparelhos de Rádio, Discos Long Flay (sic), Extended Flay (sic), Comuns, Nacionais e Estrangeiros, Agulhas para Pickups, etc”¹³⁵; e a filial da “Loja Bahiana de Jacinto Felipe” (Rua Senador Pedro Lago, 31).¹³⁶

1.4 A construção da Avenida Orlando Oliveira Pires

Dentre as realizações da administração de Orlando Oliveira Pires, a construção de uma grande avenida, logo batizada com o nome do prefeito, talvez tenha sido a grande obra de intervenção urbanística de modernização da cidade - uma via de circulação que transformou a paisagem da cidade e a vida urbana. Quanto à mudança de nome da Av. Beira Rio para Av. Orlando Oliveira Pires, ela foi proposta através do Projeto de lei N° 89 de 1955, de autoria do vereador Joaquim Bispo dos Santos. Em discussão feita na Câmara de Vereadores na sessão do dia 20 de outubro de 1955, o vereador Ubaldino Mesquita Passos manifestou-se contra, argumentando que o prefeito não era digno de tal merecimento. O projeto acabou sendo aprovado em última discussão na sessão do dia 26 de outubro de 1955, com dois votos contrários, dos vereadores Nilson Valois Coutinho e do já citado Ubaldino Mesquita Passos.¹³⁷

¹²⁹ VANGUARDA, 11/02/1956. N.º330. p.2

¹³⁰ A Inauguração do Novo Prédio e do Aparelho de Raio X do Dr. Carlos Daltro – Vanguarda, 21/04/1956. N.º.340. p.1-2.

¹³¹ VANGUARDA, 22/02/1958. N.º.431. p.3

¹³² VANGUARDA, 05/04/1958. N.º.438. p.2

¹³³ VANGUARDA, 19/06/1955. N.º297. p.3

¹³⁴ VANGUARDA, 14/08/1955. N.º305.p.3

¹³⁵ Inaugurada a Casa “A Musical” – Vanguarda, 22/07/1956. N.º 362. p.1; Vanguarda, 13/10/1956. N.º.365.p.2

¹³⁶ VANGUARDA, 19/06/1955. N.º.329.p.3

¹³⁷ Livro de Atas N° 2 da Câmara de Vereadores de Jacobina. De 05/12/1948 A 24/11/1955. p.194-197. APMJ. Lei N° 53-55 de 26 de outubro de 1955 - A Câmara Municipal de Vereadores de Jacobina – DECRETA: Art. 1°. Denominar-se-a Avenida Dr. Orlando Oliveira Pires, a atual Avenida Beira Rio. (...).Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.p.2. APMJ.

As avenidas foram símbolos da cidade moderna, atendiam a dinâmica de circulação de pessoas e mercadorias, bem como de saneamento e embelezamento dos espaços urbanos. A abertura de avenidas e alargamento de ruas foram características em administrações de prefeitos e gestores que empreenderam práticas de modernização urbana. A exemplo dos já mencionados prefeito de Paris, no século XIX, o Barão de Haussmann (1853-1870), com a implantação do sistema de boulevardes, e prefeito Pereira Passos (1902-1906), no Rio de Janeiro, no início do século XX, com a construção das Avenidas Central e outras.¹³⁸ Outros exemplos são, em Recife, a construção da Avenida Beira-Mar (conhecida também como Boa-Viagem) na gestão de Sergio Loreto (1916-1922);¹³⁹ e, em Salvador, a abertura da Avenida 7 de Setembro na administração do governador de J. J. Seabra (1912-1916).¹⁴⁰ Obras essas que foram marcadas por polêmicas, como se sabe, pois, além de atenderem a exigências de saneamento e estética urbana, favoreciam à especulação imobiliária, com a valorização do solo ou dos imóveis. Quando não, atendiam aos interesses dos segmentos abastados, com as intervenções dirigidas aos bairros nobres.

Em Jacobina, pelo que sabemos, na construção da Avenida Beira Rio não houve um bota abaixo de casarões antigos, como nas reformas urbanas de Paris, Rio de Janeiro e Salvador.¹⁴¹ Em 1954, uma lei de autoria do prefeito municipal, João Batista Freitas de Matos, previa a desapropriação de terrenos e imóveis, assim como a suspensão dos contratos de aforamento e a aprovação do Plano de Loteamento da Avenida Beira Rio. Estipulava ainda que as novas construções deviam seguir os regulamentos do Código de Posturas e as leis urbanísticas do município.¹⁴² O Código de Posturas da cidade, por sua vez, definia que as novas ruas que fossem abertas ou passadas por melhoramentos deviam ter o mínimo de 12 metros de largura, e as travessas, 8 metros.¹⁴³ Já as casas não poderiam ter degraus, escadas ou demais obstáculos que pudessem prejudicar o trânsito e a estética, sob pena de multa.¹⁴⁴

¹³⁸ Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.p. 599-611.

¹³⁹ Cf. REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920*. Recife: FUNDARTE, 1997.

¹⁴⁰ LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916*. Dissertação (Mestrado em História)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 1996.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Valter. Destravando as rodas do carro do progresso: discursos e olhares sobre a modernidade em Jacobina. In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. *Culturas urbanas na Bahia: estudos sobre Jacobina e região*. Salvador. Eduneb, 2009. p.42

¹⁴² Lei N.80, de 12 de abril de 1954. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Caixa: 81. APMJ.

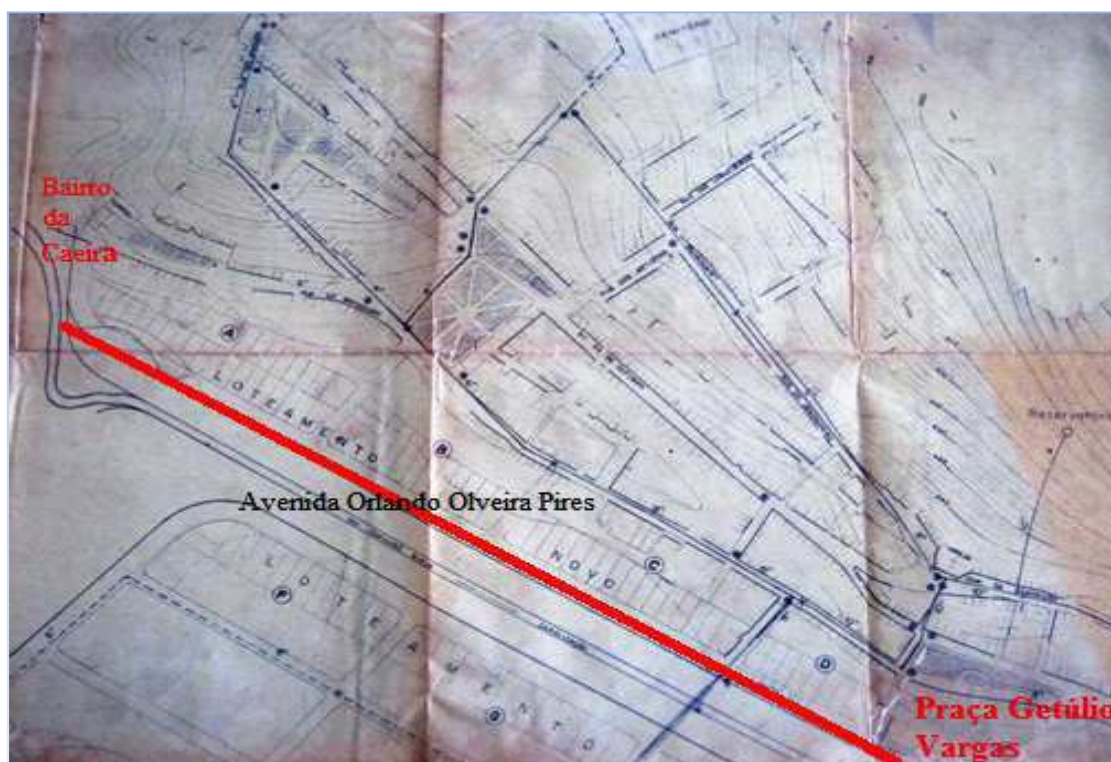
¹⁴³. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 92.p.11

¹⁴⁴. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 93.p.11

Era ainda proibido varandas nas casas que prejudicassem a estética da cidade, também sob pena de multa.¹⁴⁵

No ano seguinte, na gestão de Orlando Oliveira Pires, era publicado o edital de rescisão dos antigos contratos de aforamento na região, tendo em vista a execução do plano de urbanismo da cidade.¹⁴⁶ A via urbana interligava o centro da cidade, começando na região próxima da Praça Getúlio Vargas, espaço da feira livre, e avançando em linha reta até ao incipiente bairro da Caeira. Vejamos adiante uma planta da cidade da época, em que aparece o trecho da avenida com a área do loteamento à sua margem:

Imagem 5 - Planta do projeto de distribuição de água encanada da cidade – Setembro de 1954.



Fonte: Acervo: Poder Executivo. Fundo: Gabinete do Prefeito. Grupo: Habitação e Urbanismo. Datas-Limites:1975-1993. Notação: Plantas Diversas. Caixa:707. APMJ.). As adaptações do mapa foram feitas pelo autor do trabalho.

Ainda em 1955, começou a ser feito o oferecimento público dos terrenos para construções à margem da futura avenida.¹⁴⁷ Através do decreto N. 42, o prefeito fazia uma série de exigências para se construir na região e dava vantagens para os antigos foreiros.

¹⁴⁵. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 94.p.11

¹⁴⁶ Prefeitura Municipal de Jacobina. Edital. 24. Vanguarda, 21/08/1955. N°306.p.3.

¹⁴⁷ Sobre a oferta de aforamento dos terrenos à margem da Avenida Beira Rio, ver EDITAL N.24 e as notas da prefeitura municipal de Jacobina publicadas no jornal *Vanguarda*, respectivamente nas edições de 21/08/1955. N° 306.p.3; 16/10/1955. N°314. p.4 e 12/12/1955.N° 323. p.4.

Dentre as determinações do referido decreto, para as construções e aquisição dos terrenos, havia a estipulação do valor do metro quadrado do lote (Cr\$ 10,00 por metro quadrado); o prazo para construção (3 meses a partir da data do contrato do aforamento), sendo quebrado o contrato do foro caso não fossem iniciada as obras nesse prazo, em prejuízo do foreiro; a forma de pagamento, que devia ser feito em duas parcelas iguais, a primeira quando do contrato firmado e a segunda até o último dia daquele exercício.¹⁴⁸ Essas condições, de certa forma, anunciavam o perfil dos usuários dos terrenos que iriam construir imóveis à margem da nova avenida. A forma de pagamento e o prazo para construção eram exigências que limitavam a aquisição e a execução das obras, condições que favoreciam a quem tinha capital para construir em tão pouco tempo.

Com isso, alguns indícios apontam para uma estratégia de valorização do espaço urbano em torno da nova avenida, com investimento em infraestrutura e embelezamento. Uma das primeiras medidas acerca da avenida, tomadas pelo prefeito, se deu no sentido de arborizá-la. Em nota do jornal *Vanguarda*, publicada na primeira página, era apresentada a novidade:

A Avenida Beira-Rio Será Arborizada Com Acácia

A Prefeitura Municipal vai arborizar a futura Avenida Beira-Rio, com Acácia.

Para êste (sic) fim foram adquiridos e já se encontram aqui várias mudas daquela bonita planta.¹⁴⁹

As árvores plantadas em torno da Avenida Orlando Oliveira Pires assinalam para a preocupação com a presença do verde na cidade, proporcionando um ar puro, ou seja, que funcionasse como pulmões urbanos. A arborização acompanhava, nesse sentido, o movimento de purificação e limpeza das vias urbanas, desejava-se cada vez mais um ambiente urbano saneado e limpo. Por outro, a criação de uma área verde cumpria também uma função estética, o embelezamento da avenida.

Desse modo, o prefeito desenvolvia em torno do empreendimento uma estratégia de valorização daquele espaço, estruturando e embelezando a artéria urbana ele enobrecia a

¹⁴⁸ Prefeitura Municipal de Jacobina - Decreto 42. *Vanguarda*, 21/08/1955. N° 306.p.3. Esse aspecto do tempo determinado para conclusão das obras para os adquirentes dos terrenos foi observado pelo memorialista Amado Honorato de Oliveira. Este, na sua série de textos chamados de “Reminiscências Administrativas”, escreveu sobre a administração de Orlando Oliveira Pires: “Executou o Projeto BEIRA-RIO, (hoje Orlando Oliveira Pires) dinamizando-o rapidamente, pois os interessados tiveram que aceitar um tempo pré-determinado para o início e o término de suas construções”. Cf. OLIVEIRA, Amado Honorato de. “Um administrador inatacável – (Reminiscências administrativas)”. In: _____. *Contos e crônicas* s.n.t. (Impresso encadernado).

¹⁴⁹ VANGUARDA, 21/08/1955. N° 306. p.1

região. Eram benfeitorias que estimavam os terrenos do loteamento e as novas edificações, privilegiando os proprietários.

Outro aspecto concernente ao melhoramento e, conseqüentemente, à valorização do espaço de construção da Avenida Orlando Oliveira Pires era a edificação do cais de proteção do rio Itapicuru-Mirim, que margeava o trecho da nova artéria urbana. Os trabalhos de construção do cais foram iniciados no começo do ano de 1955¹⁵⁰ pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. No entanto, foram paralisados no ano seguinte. Em nota, o jornal *Vanguarda* informava a seus leitores que, por conta da alta do salário mínimo, os trabalhos tinham sido interrompidos pelo engenheiro responsável pela obra.¹⁵¹

Em virtude da paralisação das obras do cais, os representantes políticos locais buscaram junto a instituições federais, de diversas formas, recursos financeiros para a sua continuação e término.¹⁵² Em dezembro de 1957, na primeira página da edição 422, o *Vanguarda* noticiava:

Reiniciadas as Obras do Cais de Proteção do Rio Itapicuru

Foram reiniciadas no dia 9 deste mês as obras do cais de proteção do Rio Itapicuru-Mirim, nesta cidade, que, há mais de um ano, se encontravam paralizadas. (sic)

Desta feita, os trabalhos de construção do cais estão sendo feitos pela empresa Construtora Sudoeste Ltda., sediada na capital do Estado, sob a responsabilidade técnica do eng^o. Gabriel Barreto de Almeida e administrados pelo sr. Humberto Fraga Barreto.¹⁵³

A busca pela conclusão da citada obra devia-se, entre os motivos, ser um melhoramento estratégico no conjunto das obras à margem da avenida, que valorizariam ainda mais o espaço. Não era apenas uma obra de engenharia urbana que, de ordem prática, protegeriam as novas residências contra as enchentes do rio Itapicuru Mirim. Depois de concluído, ao lado do cais foi feita uma calçada, que podia servir de espaço de observação à margem do rio. Talvez um ambiente de passeios e momentos de lazer.

No segundo plano da fotografia (abaixo) visualizamos o cais de pedra em processo de construção à margem do espaço da nova avenida. No primeiro plano aparecem estudantes do

¹⁵⁰ VANGUARDA, 24/04/1955. N^o.289. p.4.

¹⁵¹ VANGUARDA, 10/11/1956. N^o.369.p.1.

¹⁵² Ver as edições do jornal Vanguarda de 29/10/1955. N^o 316. p.1 (O Trabalho do Dep. Manuel Novais Em Prol de Jacobina) e 08/12/1956. N^o. 373. p.1 (Seis Milhões de Cruzeiros Para a Ponte e os Cais dos Rios Itapicuru e do Ouro).

¹⁵³ VANGUARDA, 14/12/1957. N^o 422 p.1.

Ginásio Estadual Deocleciano Barbosa de Castro sobre a ponte de madeira, conhecida na época por “Pinguela”.

Imagem 6- Estudantes atravessando a Pinguela. Década 1950.



Fonte: Fotográfica de Osmar Micucci (Acervo Osmar Micucci – NECC/UNEB-CAMPUS IV)

De acordo com texto publicado no *Vanguarda*, a empresa responsável pela construção do cais do Rio Itapicuru entregou a obra pronta em maio de 1958. O texto anunciava ainda que a empresa construtora (Construtora Sudoeste Ltda.) iniciava a edificação de outro cais na cidade:

já deu início à escavação do leito do Rio do Ouro para a construção do novo cais que terá mais um metro de profundidade, evitando, dêste modo, os seus periódicos transbordamentos e emprestando mais beleza à Praça Castro Alves que lhe fica à margem esquerda.¹⁵⁴

Contudo, a transformação da paisagem daquele espaço, que seria o mais novo logradouro da urbe, não ficava restrita a esse aspecto, a retificação do leito do rio Itapicuru-Mirim, que tinha o percurso sinuoso, também fora feita naqueles anos. De tal modo,

¹⁵⁴ A Conclusão do Cais do Rio Itapicuru e o Início da Construção dos Cais do Rio do Ouro. *Vanguarda*, 24/05/1958. N.445.p.1

modificava-se a geografia do rio, transformado em canais retilíneos – a topografia natural não era bem vista pelo gestor, para a imagem de cidade que desejava para Jacobina.¹⁵⁵

O fotógrafo Osmar Micucci¹⁵⁶, em 1956, registrou pela objetiva de sua câmera fotográfica as obras de construção da Avenida Orlando Oliveira Pires, das novas residências e do cais. Vejamos a fotografia abaixo:

Imagem 7 - Avenida Orlando Oliveira Pires em construção em 1956.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci (Acervo:Osmar Micucci/NECC/UNEB – CAMPUS IV).

Há poucas nuvens no céu e não há trabalhadores nas obras da avenida e nem do cais (provavelmente paralisadas nesta data). Num primeiro olhar, destaca-se o ângulo da imagem, a abertura configurada pelo fotógrafo produziu um efeito de grandiosidade da avenida. A fotografia nos apresenta um espaço em construção, com as obras do novo logradouro, do cais e das novas residências. Temos uma visão que o trajeto da avenida tornou-se um canteiro de obras.

¹⁵⁵ Cf. Decreto N. 42. Vanguarda, 21/08/1955. N.º306.p.3

¹⁵⁶ Sobre a atuação do fotógrafo Osmar Micucci na cidade neste período ver a dissertação de Valter Gomes Santos de Oliveira. *Revelando a cidade: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci.* (Jacobina 1955-1963). Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2007.

Pelo distanciamento da cena registrada, o fotógrafo ajustou a máquina visando produzir uma imagem em perspectiva. A escolha do foco, longe de ser uma relação objetiva de registro do espaço, está situada no campo da subjetividade. Nesse sentido, concordamos com Susan Sontag, quando destacou a questão da subjetividade na produção do registro fotográfico:

Mesmo quando os fotógrafos estão muito mais preocupados em espelhar a realidade, ainda são assediados por imperativos de gosto e de consciência. (...) Ao decidir que aspecto deveria ter uma imagem, ao preferir uma exploração a outra, os fotógrafos sempre impõem padrões a seus temas. Embora em certo sentido a câmera de fato capture a realidade, e não apenas a interprete, as fotos são uma interpretação do mundo tanto quanto as pinturas e os desenhos.¹⁵⁷

Podemos acrescentar ainda, além da questão da subjetividade do fotógrafo na codificação de uma cena em imagem fotográfica, que o aparelho utilizado também influi na qualidade da imagem, nas possibilidades de enquadramento e registro de um determinado cenário. Desse modo, considerando esses fatores, rompe-se com o entendimento inocente de que a fotografia reflete a realidade ou traz uma verdade. Tanto o olhar do fotógrafo no instante do clique ou a escolha para exposição depois da revelação e publicação,¹⁵⁸ como o aparelho empregado determinam a configuração da imagem e sua visibilidade.¹⁵⁹ A respeito do aparelho, Osmar Micucci empregou nesse período câmeras “com negativos de formato

¹⁵⁷ SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. Tradução Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p.16-17.

¹⁵⁸ O trabalho de Washington Drummond, em que analisa o percurso fotográfico de Pierre Verger e a codificação de uma imagem da cidade de Salvador, nos apresenta o processo de seleção das fotografias para compor os álbuns da cidade que foram publicados em livro pelo fotógrafo francês. Verger tinha a preocupação de escolher a dedo as fotografias e sua ordenação (sequência) no interior dos livros, inclusive tomando cuidado quanto a possíveis modificações a edições posteriores das obras. Inquietação que correspondia à imagem de cidade que o fotógrafo buscava construir, evidenciando o espetáculo das ruas soteropolitanas entre os anos 1940 e 1950. Cf. DRUMMOND, Washington Luis Lima. *Pierre Verger: Retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952) – uma cidade surrealista nos trópicos*. Tese (Doutorado)–Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, Salvador, 2009.

¹⁵⁹ A situação citada por Giorgio Agambem no texto “*O dia do juízo*” da famosa fotografia Louis Daguerre, do *Boulevard du Temple* em Paris (1839), que capturou a imagem de um homem, pode ser utilizada para exemplificar como o aparelho determina o registro de uma cena em imagem fotográfica. A cena em questão só foi possível porque o homem que aparece na imagem estava parado. As máquinas da época não conseguiam registrar pessoas e objetos em movimento. Por conta do tempo de exposição para o registro e fixação da cena não era possível fotografar pessoas e coisas em movimento, no caso de registro de ambientes urbanos, as pessoas geralmente desapareciam. Nos estúdios fotográficos foram desenvolvidos diversos mecanismos para deixar os indivíduos parados para serem fotografados. O que queremos deixar claro é que o equipamento empregado pelo fotógrafo, produto da tecnologia de uma época, influía na configuração da imagem fotográfica. Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O dia do Juízo*. In:_____. *Profanações*. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.p.27-30.

6x6cm, sendo alguns outros 6x9cm e também 4x4cm”.¹⁶⁰ Filmes utilizados em modelos de câmeras modernas, de características diminutas e leves, que facilitavam o descolamento e a captura de cenas em movimentos.

Desse modo, ainda citando Susan Sontag, considerava, a autora, que as fotografias, assim como as artes plásticas e a imprensa, são interpretações do mundo. “Enquanto uma pintura ou uma descrição em prosa jamais podem ser outra coisa que não uma interpretação seletiva, pode-se tratar uma foto como uma transparência estritamente seletiva”.¹⁶¹ Logo, passíveis de manipulação e ficção como os textos. “As fotos, que brincam com a escala do mundo, são também reduzidas, ampliadas, recortadas, retocadas, adaptadas, adulteradas.”¹⁶² No entanto, seguindo ainda o argumento da citada estudiosa da fotografia, mesmo sendo manipulável, distorcida e recortada, a fotografia mostra algo que existe ou existiu. As fotografias fornecem um testemunho. “Uma foto equivale a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu. A foto pode distorcer, mas sempre existe o pressuposto de que algo existe, ou existiu, e era semelhante ao que está na imagem”.¹⁶³

Pontuado este aspecto da imagem, vejamos o que podemos extrair como indício do processo de modernização urbana em estudo na fotografia de Osmar Micucci. Nela, sobressaiu a visão da dimensão da avenida e o alinhamento. A linha reta demarcava uma nova gramática urbana para a cidade. Por um lado, o cais em construção, os canteiros com as árvores plantadas, seguindo o traçado alinhado, do outro lado, as residências em construção, os postes de energia elétrica e o meio-fio de paralelo, do mesmo modo. Em outras palavras, a nova via assinalava a emergência de uma configuração e paisagem urbana ditadas pelo traçado geométrico e pelo emprego de determinados materiais. Predominava o reto, o uso de pedras, de tijolos de alvenaria, do cimento e do concreto. As novas casas construídas seguiam assim todas alinhadas, de acordo com a disposição circunscrita pela avenida. Além disso, utilizavam materiais como a alvenaria e o já mencionado cimento, itens que não deixavam de demarcar, por sua vez, uma maneira de distinção social das edificações à margem da avenida. No conjunto das residências em construção não identificamos blocos de adobe, material de barro pisado, artefato comum na construção de habitações populares. Aliás, materiais que possivelmente seriam interditos pela legislação sanitária vigente e que se buscava cumprir à

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. 2007. p.52.

¹⁶¹ SONTAG, Susan, 2004. p.16.

¹⁶² SONTAG, Susan, 2004. p.15.

¹⁶³ SONTAG, Susan, 2004. p. 16.

risca nesses anos. Dessa forma, sobre as obras em torno da avenida prevaleciam os preceitos urbanísticos modernos, junto com as exigências destes novos materiais nas edificações.

Além da exigência desses materiais para as edificações urbanas, que garantiam uma padronização das construções de acordo com as normas sanitárias e urbanísticas, alguns indícios nos sugerem informações acerca do perfil dos adquirentes dos terrenos para as edificações de casas e instituições. A começar pelo jornal *Vanguarda* que, em 1956, transferiu suas oficinas e direção para a nova via, este assim comunicava nas suas páginas, ao público leitor: “A Direção de ‘Vanguarda’ avisa aos seus fregueses e ao público em geral que transferiu as oficinas gráficas e a redação deste semanário para a Av. Dr. Orlando Pires (Av. Beira-Rio), onde se encontra, desde o dia 27 de agosto, a disposição de todos.”¹⁶⁴

Em 1957, a Câmara Municipal autorizava o prefeito a doar uma área do terreno do loteamento à margem da Avenida Orlando Oliveira Pires para a Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense. O terreno doado compreendia uma área de 737,73 m², sendo designada de acordo com o texto da lei de doação para a edificação de um prédio no qual funcionaria uma escola que a citada instituição mantinha, privilegiando-a ainda com a isenção do pagamento de aforamento. No entanto, mantinha a exigência da construção ser feita dentro do prazo estipulado de licenciamento para as construções urbanas.¹⁶⁵ No ano seguinte era doado outro terreno no trecho da Avenida, este, por sua vez, era oferecido à Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro para a construção de uma nova sede do clube social. Um terreno de dimensão bastante extensa, com 3.868 metros quadrados. Também isento de pagamento das taxas de aforamento.¹⁶⁶ Em 1959, o prédio escolar era inaugurado, sendo definido pelo *Vanguarda* como uma edificação de arquitetura moderna.¹⁶⁷

À margem da nova avenida, edificava-se uma instituição escolar e a nova sede de um prestigiado clube social, que tinha frequentadores selecionados, no caso, os associados. Esses por sua vez, pertencentes aos segmentos e famílias abastadas da cidade. Nos termos utilizados

¹⁶⁴ O periódico antes tinha sua redação e oficina tipográfica funcionando na Praça Rui Barbosa. Cf. *Vanguarda*, 22/05/1955. N.º293. p.2. Nota sobre a transferência conferir a seguinte edição. *Vanguarda*, 01/9/1956. N.º 359. p.4; Tem Livros a Encadernar? - *Vanguarda*, 27/07/1957. N.º.402. p.3

¹⁶⁵ Lei N.º 89-57 de 5 de junho de 1957. Autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terra à Loja Maçônica Fraternidade Jacobinense. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p. 23 e 24.APMJ.

¹⁶⁶ Lei N.º 115-58 de 4 de Junho de 1958. Autoriza a Prefeitura Municipal a doar uma área de terra à Sociedade Filarmônica “2 de Janeiro”. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.34. APMJ.

¹⁶⁷ Inaugurado o Prédio Escolar “Fraternidade Jacobinense” - *Vanguarda*, 15/08/1959. N.º.490.p.1

num anúncio do *Vanguarda* ¹⁶⁸ acerca da festa de Micareta de 1956 a ser realizada na citada instituição, esperava-se “seus associados, dignas famílias e pessoas gradas.”¹⁶⁹

Imagem 8- Fotografia ilustrativa do artigo do jornal.



Fonte: Vanguarda, 15/08/1959. N.º490.p.1

No texto da lei de doação do terreno para a Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro, era citado que este limitava-se com os lotes pertencentes aos sujeitos Anibal Macêdo e Petrônio Fachinetti.¹⁷⁰ Esse segundo era empresário, trabalhando como comerciante, em 1958 veio a inaugurar uma sala de cinema na cidade, o Cine Trianon.¹⁷¹ Nos anos de 1960, construiu e

¹⁶⁸ SOCIEDADE FILARMÔNICA "2 DE JANEIRO" - A Postos Foliões Para a Grande Micareta de 1956! - Vanguarda, 07/04/1958. N.º. 338.p.4

¹⁶⁹ A Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro foi fundada em 1878, como o próprio nome diz, funcionava como filarmônica. Segundo Vanicléia Silva Santos, a partir da década 1930 passou a estruturar-se como clube social, funcionando como espaço de lazer e de distinção das famílias abastadas da cidade. A primeira sede própria do clube, construída em 1936, localizava-se na Praça Rio Branco, no centro da cidade. Neste período de recorte da pesquisa, acompanhado os textos e publicidades do jornal Vanguarda, visualiza-se que nas dependências desse clube social realizavam-se anualmente festas de final de ano, de carnaval, festejos juninos, bailes animados ao som de bandas de Jazz, concursos de miss micareta e de miss Jacobina. Sobre as festas de micaretas nos clubes sociais da cidade, ver a dissertação de Vanicléia Silva Santos. Sons, danças e ritmos: A Micareta em Jacobina - Ba (1920-1950). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

¹⁷⁰ No jornal Vanguarda foi publicado o edital em que o senhor Petrônio Fachinetti manifestava o interesse em adquirir um terreno no loteamento à margem da Avenida Orlando Oliveira Pires (lote 14, quadra A), ele ofertou o valor de Cr\$ 2.281,20 (cruzeiros) para o primeiro foro, a razão de Cr\$ 10,00 por metro quadrado. Edital N.102 - Vanguarda, 01/09/1956. N.º359.p.3

¹⁷¹ A Inauguração do Cine "Trianon"- Vanguarda, 26/07/ 1958. N.º 454. p.01.

colocou em funcionamento uma rinha de galo e uma casa de prostituição de luxo na cidade, conhecida por Galeão.¹⁷²

Em 1962, o fotógrafo Tibor Jablonsky, a serviço dos trabalhos de pesquisa de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),¹⁷³ registrou diversos aspectos urbanísticos, arquitetônicos e culturais da cidade. O objetivo das imagens era servir de registro das excursões e ilustrar os artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia. Na mesma perspectiva da fotografia anterior de Osmar Micucci, Tibor Jablonsky, clicou o trecho da avenida já construída.¹⁷⁴ Observemos:

Imagem 9 - Avenida Orlando Oliveira Pires em 1962.



Fonte: Fotografia de Tibor Jablonsky . Acervo: Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo – IBGE. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/BA12322.jpg>>

¹⁷² Para uma breve trajetória de Petrônio Fachinetti em Jacobina nesses anos vê: BATISTA, Ricardo dos Santos. 2010, 100-109.

¹⁷³ Cf. ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky: suportes materiais na construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968). *Anais: 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006*. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vera%20Lucia%20Cortes%20Abrantes.pdf>> ABRANTES, Vera Lucia Cortes. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20,n.1,jan.-mar.2013,p.289-306. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n1/15.pdf>

¹⁷⁴

O registro fotográfico do funcionário do IBGE evidenciava também a dimensão da obra, a largura e extensão. O ângulo da imagem apresentava uma visão monumental da avenida. Como assinalamos, as fotografias mesmo como interpretações do mundo, construções subjetivas dos fotógrafos, que definem ângulos e temáticas, podem nos apresentar o indício material do que foi registrado.¹⁷⁵ Interessa-nos, aqui, destacar os aspectos urbanísticos e as formas arquitetônicas que passaram a configurar na nova paisagem urbana emergente na cidade. A larga avenida apresentava-se assim constituída, de pavimentação a paralelo, com postes de eletricidade, possivelmente para ligação privada e iluminação pública, com árvores frondosas ao longo do trajeto e proteção do cais, ao longo do qual foi construída uma calçada. Quanto ao perfil das residências construídas à margem da avenida, nota-se que as fachadas e a configuração arquitetônica dos imóveis apresentavam os mesmos padrões de edificação, as casas com varandas, jardins na frente e uma amurada, demarcando a propriedade privada. Inaugurava-se um novo aspecto configurativo de residências na cidade.

A construção da avenida, logo denominada, como já foi dito, Orlando Oliveira Pires, expressava de maneira condensada a vontade da transformação dos espaços urbanos pelo grupo gestor da cidade. Como percebe-se na fotografia de Jablonsky, a construção da artéria urbana, seguindo o traçado geométrico da linha reta, cumpria os preceitos funcionais do urbanismo, de circulação, de higiene, com as árvores à margem (ar limpo), e lazer, com passeio à margem do cais. Sem desprezar o estético, o conjugado da obra embelezou essa parte da cidade. No entanto, a obra emblemática da gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires demarcava, por sua vez, um novo espaço urbano privilegiado, para moradia na cidade, caracterizado pelo conjunto de melhorias urbanas acima apontadas.

O historiador Carl Schorske considerou, acerca da remodelação da cidade de Viena, com a construção da Ringstrasse e um conjunto de edificações em seu trajeto, “em si mesmo como expressão visual dos valores de uma classe social”¹⁷⁶. Referia-se à ascensão dos segmentos burgueses e liberais na segunda metade do século XIX. A assertiva desse historiador fundamentou-se na perspectiva de que a transformação dos espaços urbanos nas formas e estilos expressava os valores e a cultura dos novos segmentos sociais emergentes,

¹⁷⁵ SONTAG, Susan. 2004. p.16. Roland Barthes, no livro *a Câmera Clara*, também chama atenção para esse aspecto peculiar da fotografia, para o autor, o referente adere a sua representação, faz parte dela. “Diríamos que a Fotografia sempre traz consigo seu referente, ambos atingidos pela mesma imobilidade amorosa ou fúnebre, no âmago do mundo em movimento: estão colados um ao outro, membro por membro, como condenado acorrentado a um cadáver em certos suplícios;” (p.15). Cf. BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Tradução Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

¹⁷⁶ SCHORSKE, Carl E. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano. In: _____. *Viena Fin-de-siècle: política e cultura*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.p.44.

que buscaram moldar as formas urbanas e a vida na cidade à sua imagem e semelhança. As mudanças do traçado urbano obedecendo aos princípios de funcionalidade subordinou-se à “função simbólica de representação”.¹⁷⁷

Nesse sentido, como considerou Carl Schorske, o próprio urbanismo assumia um caráter de representação, a modernização do traçado urbano com a edificação da larga Avenida Orlando Oliveira Pires funcionava não apenas para atender a funcionalidade, talvez, nem tanto imperante, se considerarmos que não havia naquela cidade pequena um movimento intenso de veículos, pessoas e mercadorias, mas exercia uma função simbólica. Por um lado, a projeção sobre a forma urbana de uma imagem do gestor e do grupo político que apoiava, questão que se desdobrava com a associação do nome do gestor ao logradouro, designado ainda durante a fase de construção (1955). Por outro, como desejava-se inscrever Jacobina como um centro urbano adiantado, uma cidade “civilizada”, “moderna”, no caminho do “progresso”, a larga via com prédios modernos à sua margem preenchia essa pretensão e desejo.

¹⁷⁷ SCHORSKE, Carl E. 1988.p.45.

2. A cidade sob a “ordem” sanitaria

Entre os saberes que ajudaram a delinear a configuração da cidade moderna, destacou-se a medicina. Como aponta Georges Vigarello, desde o final do XVIII o saber médico passou a tomar parte na administração da emergente vida urbana:

No fim do século XVIII, o médico aproxima-se do político. Desempenhou um papel no ordenamento das cidades e de vários locais públicos. Influenciou comportamentos colectivos (desde a lavagem das ruas até ao traçado de certos bairros). Esta influência na vida cotidiana não podia deixar de ter consequências. O médico do início do século XIX reivindica, neste aspecto, mais rigor, mais sistema: nenhum conhecimento novo sobre as leis da saúde, mas mais vontade de afirmar um saber totalizado, insistência no realce de uma competência “científica”.¹⁷⁸

O saber médico tornou-se num dispositivo estratégico na gestão das cidades, orientando as intervenções de engenheiros, urbanistas e administradores públicos. Os espaços urbanos entraram num processo de medicalização¹⁷⁹, era o olhar médico que possuía autoridade, ditando prescrições de asseio e higiene para os ambientes públicos e privados.

Desde o final do século XIX e início do XX, as maiores cidades brasileiras passaram por reformas urbanas. Em parte, as intervenções eram justificadas para combater as constantes epidemias que afetavam a população citadina.¹⁸⁰ Dessa forma, as cidades entraram na mira dos discursos e das práticas médico-higienista:

É nesse contexto que o saber médico-higienista, no Brasil, influenciado pelas teorias médicas francesas, elabora estratégias ainda pontuais de eliminação dos focos considerados responsáveis principais pela emergência dos surtos epidêmicos que assolavam a cidade. Sanear o meio ambiente significava, portanto, garantir a formação de indivíduos sadios e fortes.¹⁸¹

Em Jacobina, ao lado da política de modernização da cidade, posta com as obras de infraestrutura urbana, executavam-se também medidas de carácter sanitaria. As moradias da

¹⁷⁸ VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo*. A Higiene do Corpo desde a Idade Média. Trad. Isabel St. Aubyn. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1985. p.134.

¹⁷⁹ Cf. FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 79-98.

¹⁸⁰ Na primeira metade do século XX, a população de Jacobina também foi acometida por diversas doenças, como o impaludismo, a varíola, o tifo, a sífilis, o tétano e a tuberculose. Sobre as doenças que atingiam a população de Jacobina na primeira metade do século XX, ver a dissertação de Ricardo dos Santos Batista, *Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-Ba (1930-1960)*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado). p.37-43.

¹⁸¹ RAGO, Margareth. A Desodorização do espaço urbano. In: _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1985. p.168.

cidade foram alvo regulamentações e intervenções tanto por parte do gestor municipal, quanto dos médicos sanitaristas. Com esse propósito, o alcaide e os médicos do distrito sanitário invocaram o cumprimento da legislação urbana, a saber, o Código de Posturas e o Código Sanitário - dispositivos funcionais na estratégia de gestão da cidade naquele contexto.

Debruçamos mais sobre a questão das construções e moradias na cidade, adiante retornaremos a discussão sobre a busca pela ordenação dos espaços públicos. As habitações já vinham sendo objeto de interferência pelo poder público municipal. O Código de Posturas, criado em 1933 e ainda em vigor neste período, tentava impor um desenho urbano, com normas de arruamento, de edificação e preceitos de conservação. No segundo capítulo do código, denominado “Das construções, reconstruções, reparos e demolições de propriedades”, prescrevia-se o modelo urbano desejado. Os artigos referentes ao capítulo estipulavam que as obras de construção, reconstrução e reparo não poderiam ser feitas sem a prévia licença da gestão municipal, a qual ainda podia exigir do proprietário da obra o cuidado com a preservação da estética da cidade, caso contrário, a obra poderia ser embargada e demolida pela prefeitura, devendo o construtor pagar as despesas com a demolição e multa.¹⁸²

No artigo quarto determinava que: “Os prédios que se construírem ou reconstruírem nesta Cidade, terão pelo menos a altura de 4 metros, e os muros 2 metros e 30 centímetros, arestados e rebocados de cal todos os que forem em frente das ruas.”¹⁸³ Era interdito ainda a construção de casas de palhas nas ruas da cidade, com exceção de lugares previamente orientados pela prefeitura. Além disso os proprietários não poderiam deixar as residências e muros desaprumados, sob a pena de multa e demolição.¹⁸⁴

Estipulava também normas para armazenar os objetos de construção, para evitar a obstrução do trânsito e a presença de entulhos nas ruas; que o proprietário da edificação ficava obrigado a manter o asseio da frente dos prédios no prazo mínimo de 2 em 2 anos, inclusive determinando o mês de preferência, no caso, dezembro; que não devia permitir por mais de 4 meses as frentes e fundos das construções abertas, sob pena de multa.¹⁸⁵

Dessa forma, o Código de Posturas determinava uma maneira de construir e conservar as moradias na cidade, com a imposição de normas técnicas, higiênicas e estéticas. Em outros termos, as posturas produziam uma gramática para o tecido urbano, ou seja, um conjunto de regras que os gestores procuravam materializar sobre os logradouros públicos e os espaços

¹⁸² JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933. 3-4

¹⁸³ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933. p.4

¹⁸⁴ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933. p.4

¹⁸⁵ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933. p.4.

privados. De um lado, definia uma forma prévia, a altura das edificações, o material empregado e a adequação ao alinhamento. De outro, as normas para o arruamento, que deviam obedecer à forma geométrica, ditada pela linha reta. A partir dessas posturas, os administradores buscavam regular a produção e os usos dos espaços da cidade. Segundo Raquel Rolnik, a legislação urbana, definida por leis e códigos, corresponde a um modo de leitura do urbano, elaborada por um grupo social:

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final.¹⁸⁶

Neste contexto de transformações urbanas, a vontade do administrador municipal de edificar uma nova paisagem e ordem na cidade, com a prática de modernização e medidas de normatização do cotidiano, passava também pela interferência nos espaços privados, sendo alvo do poder público municipal e dos médicos-sanitaristas, as habitações e construções.

Conforme nota publicada no jornal *Vanguarda*, o prefeito assim procurava proceder, fazendo cumprir o Código de Posturas:

Prefeitura Municipal de Jacobina
Aviso

O Prefeito Municipal de Jacobina avisa a todos aqueles (sic) que tenham de fazer construções, limpeza interna ou externa de prédios, ser necessário a devida licença, como prevê o Código de Posturas do Município. A inobservância ao presente aviso, incorrerá nas penalidades previstas em lei.

Jacobina, 22 de fevereiro de 1956.
Dr. Orlando Oliveira Pires – Prefeito.¹⁸⁷

Dessa maneira, o gestor municipal tentava controlar as edificações na cidade, exigindo que os construtores, antes de efetivar as obras ou reparos, tivessem o aval da prefeitura. Sendo assim, as casas que fossem edificadas ou existentes deviam obedecer à racionalidade das

¹⁸⁶ RONILK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1999. p.13.

¹⁸⁷ VANGUARDA, 26/02/1956 N° 332.p.4

posturas municipais – fundadas por princípios de ordem técnica, estética e de salubridade.¹⁸⁸ Como dito, a construção de uma nova paisagem urbana e imagem da cidade, com as intervenções no centro, efetuadas com as medidas de limpeza, pavimentação, saneamento e tentativa de ordenação de uso das ruas, caminhava também no sentido de estabelecer uma política de habitar na cidade.

Além das medidas do gestor municipal, outro mecanismo de legislação urbana era empregado na cidade, o Código Sanitário do Estado.¹⁸⁹ Pelo arranjo administrativo do sistema de saúde pública estadual, vigente no período, os centros urbanos de maior concentração populacional deviam possuir um Posto Municipal de Higiene (Distrito sanitário – denominação utilizada no período para o órgão). Conforme o texto do Código Sanitário: “Art. 2.061. Os Postos Municipais de Hygiene, verdadeiras unidades sanitárias, serão localizadas de preferência nas zonas do Estado mais ricas e florescentes e de população mais densa, nos pontos que o governo designar. (Art. 49 da lei n.1.811, de 29 de Julho de 1925).”¹⁹⁰

Em 1948, Jacobina recebeu um distrito sanitário.¹⁹¹ Antes funcionava na cidade um subposto de higiene, inaugurado na década anterior.¹⁹² A respeito das atividades desse centro, a legislação preceituava que tinha de desenvolver as seguintes funções:

Art. 2.062. Executarão os postos Municipaes de Hygiene os seguintes trabalhos: educação, propaganda, combate as endemias ruraes, doenças venereas, lepra, tuberculose e doenças epidêmicas, estatísticas, inspecção de generos alimentícios, hygiene maternal, infantil e escolar, policia sanitária e hygiene industrial. (Art. 50 da 1.811, de 29 de Julho de 1925).¹⁹³

¹⁸⁸ Não conseguimos localizar os registros de autorização de construções no período, no entanto, pelo crescimento demográfico acentuado na cidade entre os anos de 1950 e 1960, acreditamos na possibilidade de um aumento significativo de edificações de novas moradias. O que nos leva a inferir que as exigências anunciadas faziam parte da estratégia de gestão da cidade, ou seja, as novas habitações deviam obedecer à racionalidade administrativa e sanitária.

¹⁸⁹ O Código Sanitário do Estado da Bahia, em vigência no período, foi elaborado em 1925 e esteve em vigor até 1971, quando foi aprovado o novo Código de Saúde do Estado. Sobre as modificações ver ARAÚJO, J. D. de; et al. *Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia*, Brasil. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext

¹⁹⁰ O Código Sanitário do Estado da Bahia. Decreto N.4.144 de 20 de Novembro de 1925, que regulamentou a Lei n.1811 de 29 de Julho de 1925. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

¹⁹¹ Segundo José Eduardo de Araújo et al, o decreto de N° 134 de 17/12/1948 criou 8 distritos sanitários no interior do Estado, dentre esses foi criado o de Jacobina. Ver ARAÚJO, J. D. de; et al. *Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia*, Brasil. Saúde pública. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19.

¹⁹² BATISTA, Ricardo dos Santos, 2010. p.41.

¹⁹³ BAHIA. Sub-directorias, postos de Hygiene e de saneamento rural. Capítulo I. Seção I. Generalidades. p.440-411 Código Sanitário do Estado da Bahia. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

Naqueles anos, atuaram na cidade, na função de chefe do distrito sanitário, os médicos Evandro Campos de Oliveira¹⁹⁴ e Raimundo Diniz Veloso.¹⁹⁵ Percebe-se, por meio do jornal *Vanguarda*, que os médicos lançaram uma campanha de educação sanitária na cidade, publicando textos no periódico e desenvolvendo eventos públicos. Na estratégia de pedagogização da população, em sucessivas edições do *Vanguarda* foram publicados os artigos do Código Sanitário, que explicavam o propósito da educação sanitária e da atuação da polícia sanitária,¹⁹⁶ da obrigação dos exames médicos para os empregados domésticos,¹⁹⁷ pregava-se o cuidado com a água;¹⁹⁸ falava-se da importância dos exames pré-natais para gestantes,¹⁹⁹ da higiene dos ambientes, das moradias²⁰⁰ e dos alimentos, a exemplo do leite.²⁰¹ Possivelmente, essas questões também eram abordadas nas palestras, eventos e pronunciamentos no serviço de alto-falantes. Numa nota veiculada no jornal, o médico Evandro Campos de Oliveira convidava a população para assistir ao filme "Irrigue a Terra", na sala do Cine Ideal. Na solicitação, manifestava o desejo da presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas e da juventude, enfatizando principalmente a necessidade da presença das pessoas que trabalham no magistério.²⁰²

A partir desses mecanismos educacionais, difundidos através de suportes técnicos modernos, que abrangiam um número considerável de pessoas, os médicos visavam produzir uma nova subjetividade na população urbana, que passava pela preservação da saúde dos trabalhadores domésticos, pelo cuidado com a natalidade, com o asseio dos ambientes privados, com a higiene dos alimentos e da água consumida.²⁰³

¹⁹⁴ Importantes Medidas Tomadas Pelo Chefe do Distrito Sanitário - *Vanguarda*, 30/06/1956 N°. 350.p.1 Nota de despedida do médico Evandro Campos de Oliveira Jacobina, 27 de abril de 1957. *Vanguarda*, 04/05/1957 N° 392. p.4

¹⁹⁵ Assumiu as funções o novo chefe do Distrito Sanitário (Dr. Raimundo Diniz Veloso). *Vanguarda*, 13/07/1957. N° 400.p.1.

¹⁹⁶ Educação Sanitária - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 18/08/1956. N°.357.p.4; Educação Sanitária - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 08/09/1956. N°.360. p.4; Educação Sanitária II - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 15/09/1956. N°. 361.p.4; POLÍCIA SANITÁRIA - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 22/09/1956. N° 362. p.4.

¹⁹⁷ Inspeção Sanitária dos Empregados Domésticos - *Vanguarda*, 29/09/1956. N°.363.p.4.

¹⁹⁸ Água, Amiga e Inimiga - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 14/07/1956. N°.352. p.4; Água, Amiga e Inimiga II - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 21/07/1956. N°.353. p.4

¹⁹⁹ Os Exames Pré-Natais e as Gerações Futuras - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 04/08/1956. N°.355. p.4.

²⁰⁰ Saneamento do Ambiente I - Dr. E. Oliveira, *Vanguarda*, 15/12/1956. N°.374.p.4; Saneamento do Ambiente II - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 22/12/1956. N°.375.p.4

²⁰¹ LEITE - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 25/08/1956. N°.358. p.4.; *Vanguarda*, 22/09/1956. N°362.p.4 ; Fiscalização dos Gêneros Alimentícios - Dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 06/10/1956. N°.364.p.4;

²⁰² VANGUARDA, 11/08/1956 N°. 356 p.4.

²⁰³ De acordo com Michel Foucault, uma das preocupações dos estados modernos envolveu a administração dos fenômenos humanos de ordem biológica. Desse modo, adotaram instrumentos e procedimentos visando investir na melhoria das condições de vida das populações, a exemplo de políticas de controle das doenças, da mortalidade, da natalidade, da sexualidade, das habitações e o nível de saúde. Para Michel Foucault: "O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade

Inserida nesse processo, a narrativa do sanitarista Evandro Campos de Oliveira, difundida no *Vanguarda*, nos apresenta a concepção de habitação, aos moldes almejados para a cidade. Segue o texto:

Habitação Higiênica **Dr. E. Oliveira**

Desde o aparecimento do homem na face da terra, que há a preocupação de um abrigo contra as intempéries do tempo e os inimigos naturais.

Com o correr dos tempos, surgiu a influência do pudor e da estética, da beleza e do luxo, sem que, jamais, entretanto, dominasse o fator HIGIENE como ângulo dominante na construção das habitações, mormente no meio rural.

Confôrto (sic) e higiene não se repelem nem se destroem, conjugam-se e permutam os seus benefícios.

Uma habitação higiênica não é, forçosamente aquela que dispõe dos requisitos proporcionados pelo fausto, e sim aquela que dispõe nos requisitos orientados pelo bem estar (sic) físico e mental, aquela que, além de proporcionar confôrto (sic), ajuda na preservação da saúde.

Para uma habitação ser considerada higiênica deve ter espaço suficiente para a continua renovação do ar, isto é, cubagem individual, pisos, lambris e rodapés impermeáveis, à prova de roedores, baratas e outros animais; iluminação natural e suficiente para evitar defeito visuais; altura de acôrdo com a metragem quadrada; não empregar, nas pinturas e revestimentos, materiais que possam produzir emanações tóxicas; ter as condições mínimas de insolação, iluminação e ventilação, de acordo com os solstícios de verão ou inverno; cobertura de material incombustível, etc.

Estas exigências codificadas na Lei Sanitária visam, com tudo o que diz respeito à Saúde Pública, defender a saúde coletiva, resguardando as populações da incidência de moléstias que as dizimam, quer física quer moralmente. Os prepostos da Saúde Pública, quando insistem na aplicação da Lei Sanitária, nada mais fazem que atuarem como verdadeiros guardiões da saúde, responsáveis que são pelas condições sanitárias das coletividades sob a sua guarda.

É dever incondicional de todos não só acatarem, com respeito e urbanidade, as instruções dos respnsáveis (sic) pela Saúde Pública local, como cooperarem com os mesmos, denunciando qualquer irregularidade ou infração conhecida. Assim é que se forja um povo altamente educado no

capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política”. Cf. . FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In:_____. *Microfísica do poder*. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p.79-98. Essas práticas sanitaristas na cidade podem ser entendidas enquanto desdobramento de uma ação biopolítica. Medidas positivas do poder que funcionam no intuito de garantir a vida, isto é, fazer o sujeito viver. Mecanismos múltiplos de regulação da vida que operavam tendo em vista a utilidade econômica (explorar a força do trabalho) e a docilidade política (produzir corpos dóceis e obedientes) da população. Nos termos empregados pelo próprio Foucault: “um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles preciosos e regulações de conjunto”. Cf. FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In:_____. *História da sexualidade I. A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 145-174.

sentido sanitário, um dos pedestais da felicidade e do desenvolvimento de uma nação.²⁰⁴

Primeiro, o autor constrói para seus leitores uma breve história da casa, argumentando que o fator higiene, matéria do seu saber, escrito em letras garrafais, nem sempre representou elemento de importância nas edificações. Dessa forma, buscava legitimar seu discurso em oposição a outros saberes, como da arquitetura, que tem por objeto as formas das edificações.²⁰⁵ Para o médico, a habitação devia atender predominantemente duas funções básicas: higiene e conforto.

A narrativa do sanitarista desenhava um modelo de habitação recomendado para a cidade. Nesse sentido, preceituava que as construções e habitações obedecessem a requisitos que iam desde a circulação de ar, passando pela penetração de luz solar, do uso de materiais específicos, ao tamanho dos compartimentos internos. Além de cumprir essas medidas de profilaxia desde a construção, as casas eram submetidas a fiscalizações por parte dos guardas sanitários, tendo em vista funcionarem sempre como um ambiente salubre.

O texto informava que uma habitação com conforto e higiene eram aspectos que condicionavam um bem estar físico e mental. No decorrer da narrativa, escreveu o médico: “Estas exigências codificadas na Lei Sanitária visam, com tudo o que diz respeito à Saúde Pública, defender a saúde coletiva, resguardando as populações da incidência de moléstias que as dizimam, quer física quer moralmente.”²⁰⁶ Desse modo, com o problema das doenças figurava outra questão, o tema da moral. Quanto a isso, a ideia de conforto nos parece elucidativa, o ideal de um habitar com elementos de comodidade servia na produção de um tipo de sujeito cidadão. No imaginário médico-sanitarista, residências sujas e sem conforto eram vistas como focos de doenças e de problemas de ordem moral.

Como verifica-se nos trabalhos de historiadores que vem estudando as práticas sanitaristas nas cidades,²⁰⁷ pairava no imaginário médico que, sendo a casa um espaço de conforto, evitaria o sujeito de frequentar espaços de sociabilidades consideradas desviantes ou imorais, como vagar pelas ruas, ambientes de consumo de bebidas, de jogos e prostituição. Na

²⁰⁴ VANGUARDA, 01/09/1956. N°.359. p.4

²⁰⁵ O modelo culturalista em arquitetura e urbanismo preconizava que o planejamento urbano e as construções urbanas deviam cumprir um papel estético. Cf. CHOAY, Françoise. O Urbanismo em questão. In:_____. *O urbanismo: utopias e realidade, uma antologia*. 3. São Paulo: Perspectiva, 1998.

²⁰⁶ VANGUARDA, 01/09/1956. N°.359. p.1

²⁰⁷ Cf. RAGO, Margareth. A Desodorização do espaço urbano. In:_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1985. BEGUIN, Françoise. As maquinarias inglesas do conforto. Trad. Jorge Hagime Oseki. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, Espaço e Debate n° 34, São Paulo, 1991. p.39-54.

visão sanitaria, o conforto e o bem-estar da casa eram condições que levariam o sujeito a uma vida sóbria e econômica, na tranquilidade do lar, desfrutando dos momentos de folga do trabalho, com a família.

Associada à defesa do conforto da casa, estava envolvida também a configuração do hábito de uma vida privada e o gosto pela intimidade. Como considerou a historiadora Michelle Perrot, essas questões foram aspectos formadores da sociedade moderna, configurado pela ordem burguesa, que instaurou um estilo de vida marcado pela privacidade.²⁰⁸ A respeito disso, assim afirmou Perrot: “o domínio privado por excelência é a casa, fundamento material da família e pilar da ordem social”.²⁰⁹

Situadas essas questões, vamos compreendendo que a noção de casa, agregando o conforto e a higiene, defendida pelo médico sanitaria, entrava como outro elemento na estratégia de gestão da cidade, pautada pelos médicos naqueles anos. As medidas almejavam produzir uma população urbana saudável e resguardada no interior da residência. O lazer urbano podia ser desfrutado nos ambientes construídos e destinados para esse fim, em espaços públicos, como nas praças e no estádio.

Como veremos, a construção do estádio municipal constituiu-se num elemento central de modernização/urbanização da cidade nesse período. O lazer era instituído, no entanto, restrito a espaços reconhecidos, em que se desenvolviam práticas aceitas e valorizadas, e onde a vigilância e controle sobre os comportamentos e condutas dos frequentadores tornavam-se possíveis, graças à configuração espacial, que tornava visível a observação da população, seja por parte dos prepostos de segurança, seja por parte dos frequentadores entre si. Assim, implantava-se uma maneira leve de exercer um poder sobre os sujeitos, instituindo espaços de sociabilidades e de lazer na cidade. Em oposição a esses espaços indicados, estavam os ambientes fechados de bares, bodegas, prostíbulos e boates – lugares que, no imaginário médico, desenvolviam relações perniciosas e imorais, práticas que degradavam a saúde física e mental dos indivíduos.

Na execução dos mandamentos médicos, na busca pela salvação da população das mazelas físicas e morais, trabalhavam os guardas sanitários, como verdadeiros missionários ou anjos da guarda, que não salvariam almas, contudo, os corpos. Como argumentava o médico na sua narrativa: “nada mais fazem que atuem como verdadeiros guardiões da

²⁰⁸ Cf. PERROT, Michelle. *Maneira de Morar. História da vida privada. Vol.4. In:_____. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.* Trad. Denise Bottman; Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.284-301.

²⁰⁹ PERROT, Michelle, 2009. p.285.

saúde, responsáveis que são pelas condições sanitárias das coletividades sob a sua guarda.”²¹⁰ De tal modo, desenvolviam suas ações em nome de um propósito considerado de suma importância, o desenvolvimento nacional, como pontuava o texto: “Assim é que se forja um povo altamente educado no sentido sanitário, um dos pedestais da felicidade e do desenvolvimento de uma nação”.²¹¹ Naqueles anos, a higiene era vista como redentora do país, instrumento pelo qual se projetava evitar doenças e a morte prematura da população, que resultava na perda de mão-de-obra que serviria para os propósitos de desenvolvimento da nação.²¹²

As ideias higienistas sobre as habitações já vinham sendo praticadas desde o século XIX. Os estudos de Alain Corbin,²¹³ assinalaram a emergência de uma nova sensibilidade da burguesia para com determinados odores. O imaginário burguês em relação ao pobre partilhava da visão de que esse vivia de forma animalesca, associando sua habitação a uma toca. Os cheiros passavam a ser símbolos de diferenciação social e um mecanismo da burguesia para assujeitar o pobre, unindo o cheiro à condição de degradação e disseminação de doenças. Afirmando assim uma maneira de justificar a imposição de regras e comportamentos, de usos dos espaços públicos, da forma das habitações e de novos hábitos. Nas palavras de Corbin: “Esta transferência leva necessariamente à renovação das estratégias: um deslizamento tático já se opera, do espaço público para o espaço privado”.²¹⁴ O alvo não era apenas os espaços públicos, mas os ambientes domésticos, os quartos e cômodos das habitações dos pobres eram alvos dos sanitaristas, lugares no imaginário burguês que devia se buscar a salubridade. O pensamento higienista do século XIX passou a relacionar a higiene e a limpeza com a ordem e a disciplina da população. Tornar o pobre inodoro registrava o desejo burguês de transformá-los em trabalhadores disciplinados.

No Brasil, as pesquisas de Margareth Rago apontaram para o papel do pensamento médico-sanitarista na elaboração de políticas habitacionais nas primeiras décadas do século XX, especificamente para a classe trabalhadora.²¹⁵ Inicialmente preocupados com as condições de salubridade dos espaços públicos, os higienistas direcionaram as medidas para o

²¹⁰ VANGUARDA, 01/09/1956. N.º.359. p.1

²¹¹ VANGUARDA, 01/09/1956. N.º.359. p.1

²¹² Na década de 1950, construía-se no Brasil a associação entre o melhoramento das condições sanitárias do país e seu desenvolvimento; os índices baixos de saúde da população eram vistos como fatores que impediam o desejado desenvolvimento nacional. Cf. CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: Políticas Internacionais e Respostas Locais. *História em Revista*, Pelotas, v. 11, dezembro/2005.p. 37-61.

²¹³ Cf. CORBIN, Alain. *Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad. Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²¹⁴ CORBIN, Alain, 1987. p.183.

²¹⁵ Cf. RAGO, Margareth. A Desodorização do espaço urbano. In: _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1985. p.163-203.

saneamento das cidades, como a construção de redes de esgoto e encanamento de água, alargamento e alinhamento das ruas, inserção de áreas verdes, serviços de limpeza urbana, enfim, ações de desinfecção e desodorização dos espaços urbanos. Logo a preocupação passou para as condições de moradia dos pobres. Nesse sentido, empenharam-se para desenvolver medidas de asseio das residências e eliminação das habitações coletivas. As intervenções fundamentavam-se na ideia partilhada pelos sanitaristas de que a casa do pobre era suja e foco de doenças, e, ainda, um ambiente propício a atitudes consideradas de imoralidade. Segundo Margareth Rago:

Como parte desta política sanitária de purificação da cidade, a ação dos higienistas sociais incide também sobre a moradia dos pobres, de acordo com o desejo de constituir a esfera do privado, tornar a casa um espaço da felicidade confortável, afastava dos perigos ameaçadores das ruas e bares.²¹⁶

No entanto, o assunto da moradia popular não foi alvo de intervenções e inquietação por parte apenas dos sanitaristas, outros segmentos interessados em produzir uma população saudável e disciplinada preocuparam-se também com as condições das habitações populares. Os segmentos industriais e o poder público entraram em cena, elaboraram planos e construíram vilas operárias em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Na perspectiva médico-sanitarista, no imaginário de políticos e dos setores industriais, as moradias populares eram ambientes em que proliferavam as doenças que atingiam a população e espaços de degradação moral - era preciso prevenir e eliminar as doenças que grassavam constantemente a população, assim como era necessário soerguer moralmente o pobre e o trabalhador.

Desse modo, desenvolveram ações no sentido de produzir uma população de sujeitos sadios e fortes, livres da corrupção moral e, não menos importante, de sentimentos de revolta política. Em suma, tratadas enquanto problema de ordem moral, econômica e política, as ações dos setores dominantes com a habitação da população pobre eram movidas pela pretensão de fabricar sujeitos submissos e economicamente produtivos.²¹⁷

A solução executada nos maiores centros urbanos do país foi a construção de vilas operárias na periferia das cidades, mecanismo estratégico dos segmentos dominantes na moralização, controle e disciplinamento dos trabalhadores. No entanto, em Jacobina não se tinha grandes indústrias que empreendesse medidas desse porte, sua economia era baseada na produção agrícola, pecuária e mineradora. Assim, as ações dos médicos e dos guardas

²¹⁶ RAGO, Margareth. 1985. p.164

²¹⁷ Cf. RAGO, Margareth, 1985. p.175-188.

sanitários se desenvolveram com o propósito de fiscalizar as moradias, exigindo que elas atendessem as condições de higiene e conforto para habitar. Medidas necessárias, no sentido de produzir cidadãos saudáveis e bem comportados socialmente, para servirem na causa do desenvolvimento nacional, como pontuava no seu texto o médico-sanitarista Evandro Campos de Oliveira.

Não obstante, uma proposta de construção de um conjunto residencial na cidade através de Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários foi encaminhada pelo governo federal ao prefeito de Jacobina. A obra tinha o objetivo de atender a população pobre e retirante que chegava à cidade, fugindo das secas que afetavam a região e estados vizinhos. Como aponta essa nota do jornal *Vanguarda*:

Será Construído Um Conjunto Residencial Pelo IAPC, Nesta Cidade

No início da semana que hoje finda, o dr. Orlando Pires, prefeito dêste Município, recebeu do escritor Eloywaldo Chagas de Oliveira, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, o seguinte telegrama:

“Prefeito de Jacobina.

Tenho satisfação comunicar ilustre coestadano propósito instituto previdência construir conjunto residencial nesse Município vg dependendo doação área não inferior dois hectares pt Encareço pronta resposta para que obras atendam colocação flagelados segundo recomendações expressas sr. Presidente da República.”

Imediatamente, o dr. Orlando Pires providenciou a aquisição da área solicitada e respondeu ao supracitado telegrama, afirmação que a Prefeitura doará o terreno para a edificação do conjunto residencial pelo IAPC e, ao mesmo tempo, pedindo providencias no sentido de que os trabalhos de construção sejam iniciados com a máxima urgência, a fim de amparar as levas de flagelados que constantemente aqui chegam, procedentes dêste e dos Estados vizinhos.²¹⁸

Conforme a versão dos jornalistas, o prefeito prontamente buscou satisfazer as exigências e respondeu o telegrama, estabelecendo ainda que o conjunto de casas para os chamados “flagelados” fosse construído o mais breve. O desejo de celeridade do projeto citado no texto aponta para o incômodo que causava, para gestor e jornalistas, a presença nas ruas daqueles sujeitos. Certamente, não queriam ver nas ruas da cidade que procuravam fazer “moderna e civilizada”, o espetáculo de retirantes ocupando os espaços urbanos ou perambulando pelas vias (praças, ruas e becos) sem destino certo, sem um domicílio.

²¹⁸ VANGUARDA, 14/07/1956. N.º352.p.1

Não conseguimos localizar se o conjunto habitacional começou a ser edificado, acompanhando as edições posteriores do jornal não encontramos outras informações a respeito do andamento das obras do empreendimento. Mas, de qualquer modo, observa-se que a medida buscava como solução a segregação dessa população migrante, excluindo-os da paisagem urbana e do campo de visão das ruas de Jacobina. A construção do conjunto era uma forma de isolar e retirar das vias urbanas aqueles sujeitos que chegavam a Jacobina naquele momento. Dois anos depois do anúncio de construção do conjunto habitacional, o jornal *Vanguarda* denunciava nas suas páginas a presença dos indesejáveis “retirantes e mendigos”, fazendo uso do largo do mais antigo templo católico da cidade (Imagem 2 - em anexo), construído pela ordem dos franciscanos na época da colonização portuguesa.

O Pátio da Igreja da Missão Está Servindo de Abrigo de Retirantes!

Fomos informados de que o pátio da bicentenária igreja da Missão do Bom Jesus está servindo de abrigo de mendigos e retirantes, os quais estão, inclusive, acendendo fogo junto à porta principal daquele vetusto templo!

Sendo a igreja da Missão um dos monumentos históricos da nossa terra, urge que as autoridades municipais tomem as providências cabíveis no sentido de não permitir que a mesma continui (sic) a servir de abrigo de mendigos e retirantes.²¹⁹

Diante da situação, o jornal, incomodado com aqueles sujeitos usando do espaço e ameaçando a imagem da cidade, posicionava-se na condição de defensor do patrimônio histórico da urbe. Contudo, a nota aparece como indício de que mendigos e retirantes não cessaram de chegar à cidade. Naquela Jacobina sobre a qual se projetava nas páginas do periódico enquanto “moderna” e “civilizada”, vivia no seu perímetro urbano com pessoas em situação precária de sobrevivência, personagens como aqueles de Vidas secas: Fabiano, Sinhá Vitória, menino mais novo e menino mais velho. Esses, em busca de melhores condições de vida na cidade, ao que parece, quando chegavam suscitavam logo os mecanismos de controle social, como lemos na nota do jornal, exigindo uma intervenção da prefeitura.

Retomando a demanda médico-sanitária acerca das construções e moradias na cidade, identificamos a exigência de um certificado que atestava as condições das edificações para habitar. Numa nota publicada no *Vanguarda*, o médico Raimundo Diniz Veloso orientava os proprietários de obras quanto à cobrança:

Distrito Sanitário de Jacobina – AVISOS

²¹⁹ VANGUARDA, 26/07/1958. N.º454.p.1

A fim de evitar prejuízos e aborrecimentos aos senhores proprietários e construtores, esclareço que qualquer casa só pode ser ocupada com o respectivo “habite-se”, fornecido após a fiscalização sanitária. É aconselhável, pois, que antes de qualquer reparo ou construção, o responsável procure o Posto de Higiene onde será devidamente instruído acerca dos requisitos exigidos pelo Código Sanitário em vigor.

Jacobina, 11 de julho de 1957.

Dr. Raimundo Diniz Veloso – Chefe do Distrito.²²⁰

A questão das construções e habitações na cidade entrou na mira do saber médico e passou também a ser invocada por outros atores sociais, legitimando o discurso de outros sujeitos sobre o espaço urbano, no caso, os jornalistas. Na edição de número 405 do *Vanguarda*, em nota na primeira página, o redator Floriano Mota elogiava a atuação do novato diretor do distrito sanitário:

Está Fazendo Cumprir as Exigências do Código Sanitário

O novo diretor do Centro de Saúde desta cidade, dr. Raimundo Diniz Veloso, está fazendo cumprir o que exige o Código Sanitário, no tocante ao “habite-se” das casas residenciais e dos alvarás de funcionamento para os estabelecimentos comerciais, como sejam: bar, confeitaria, padaria etc.

O dr. Raimundo Veloso já iniciou também a campanha contra a criação de suínos no perímetro urbano.²²¹

Acompanhando, ou melhor, reforçando os preceitos higienistas, já que fazia questão digna de registro e elogio, o jornalista entoava o coro com as medidas do médico-sanitarista de intervenção nas moradias, espaços comerciais e hábitos da população. A preocupação com a higiene das habitações e dos espaços urbanos tornava-se também uma obsessão por parte da imprensa.

Dessa maneira, os médicos-sanitaristas operavam um esquadramento minucioso e justificavam sua intromissão nas residências e estabelecimentos comerciais, sujeitos à fiscalização dos funcionários do distrito sanitário, para ter o funcionamento autorizado. Sem o “habite-se” não poderia se habitar ou comercializar na cidade, pelo menos era o que a norma ditava.

O Código Sanitário funcionava como um dispositivo na estratégia de gestão da cidade utilizado pelos médicos e apropriado pelo discurso dos jornalistas a fim de regulamentar os usos dos espaços públicos e privados. No entanto, esses preceitos e proibições parecem não

²²⁰ VANGUARDA, 20/07/1957. N.º.401.p.4

²²¹ VANGUARDA, 17/08/1957. N.º 405. p.1

ter agradado à população. Em texto publicado numa coluna da quarta página do *Vanguarda*, o diretor do distrito sanitário respondia o envio de uma carta anônima de um morador. O enunciado apresentava uma intriga em torno da licença de “habita-se” de uma edificação e uma carta sem identificação criticando as ações dos guardas sanitários:

A Quem Interessar Possa

Recebi na terça-feira, 23 dêste, uma carta sem assinatura, denunciando as atividades dos guardas sanitários dêste Pôsto de Higiene. Inicialmente não deveria tomar conhecimento da mesma, porque aquele que se escuda sob o anonimato não merece atenção; mas como eu só gosto de trabalhar à base de confiança, levo ao conhecimento do autor da aleivosa carta que as injúrias assacadas contra a moral dos referidos guardas não procedem, pois no Pôsto de Higiene existem cópias do “Habite-se” a que o mesmo se refere. O dito “Habite-se” recebeu o número 32 e foi concedido no dia 8 de outubro do corrente ano.

Inúmeras vezes tenho pedido, por todos os meios, a cooperação de todos a fim de facilitar a minha ação, em benefício da coletividade. Mas, cooperação por meios escusos, como este, não é a cooperação por mim solicitada, e sim baixeza, vileza, e denuncia a falta de responsabilidade moral de quem emprega tais expedientes.

Meu amigo, já tenho recebido denúncias através de populares e agido na devida conta, sem que os autuados tenham conhecimento donde partira a denúncia; gostaria que a sua queixa fosse feita pessoalmente, porque só assim ficaria patente a sua boa vontade de zelar pelos princípios sanitários da cidade em que vive, mas, na forma em que foi feita bem pode ser instrumento de uma vindita, de uma vingança pessoal, o que não interessa à minha ação administrativa. Seja honesta e apareça!

Jacobina. 24 de outubro de 1956.

Dr. Evandro Campos de Oliveira – Chefe do Distrito Sanitário de Jacobina.²²²

A partir do lugar de autoridade de saúde na cidade e do espaço da coluna no jornal, o sanitarista Evandro Campos de Oliveira vinha a público apresentar sua versão, com o objetivo de convencer os leitores do periódico da justeza da sua atuação e dos funcionários do distrito sanitário. Todavia, na sua manifestação, o diretor deixava demonstrar que as exigências de higienização das habitações, necessárias para o certificado de “habite-se”, desempenhadas pelos servidores do distrito sanitário estavam de alguma maneira aborrecendo alguns moradores. O pronunciamento no jornal do médico-sanitarista apontava para conflitos entre as atividades dos guardas sanitários com a população. O autor da carta, talvez temendo retaliações, usava dessa tática, de enviar de forma anônima, sem correr o risco de ser identificado, manifestava sua insatisfação.

²²² VANGUARDA, 27/10/1956. N° 367. p.4

Entre os textos da campanha educacional difundida pelos médicos na cidade, um esclarecia as funções da polícia sanitária, nesse incluía artigos do Código Sanitário comentados. Citamos os trechos a seguir, assim teremos uma noção dessas exigências para as habitações, executadas pelos guardas, que estavam causando a repulsava de algumas pessoas:

Art. 387 – A polícia Sanitária constará da inspeção dos prédios, lugares e logradouros públicos, da vacinação anti-variólica e da profilaxia geral e especial das doenças transmissíveis.

Como se vê, o guarda sanitário, longe de ser um polícia repressivo, tem uma função altamente social e, como zeloso guardião da saúde coletiva, merece o acatamento e respeito de toda a população. No desempenho da sua árdua missão, fiscaliza, aconselha e previne, visitando tôda (sic) a cidade em busca daquilo que possa trazer doença ou incomodidade ao público.

Art. 388 – Essa polícia será executada regular e permanentemente quer nas épocas normais, quer durante o desenvolvimento de epidemias.

Mais vale prevenir que remediar. Por isso o guarda sanitário está sempre vigilante, a fim de deter qualquer surto incipiente; surto esse (sic) que, por desconhecimento ou teimosia, pode surgir em sua própria casa, caro leitor, e se alastrar por tôda a cidade.²²³

Em seguida, continuava a citar e comentar outro artigo:

Art. 389 – A Polícia Sanitária tem por fim evitar a invasão e propagação das doenças transmissíveis, prevenir ou corrigir os vícios de construção de prédios, no que disser respeito aos interesses da saúde pública, bem como as faltas de seus proprietários, locatários ou moradores, e descobrir os casos de notificação compulsória.

Eis a razão por que vimos insistindo, e insistiremos sempre, na questão da higienização das habitações. Um prédio como vício de construção (ausência de sanitários, piso permeável, sem reboco, etc), não só é prejudicial aos seus moradores, como também à tôda coletividade, pois pode tornar-se um viveiro de vetores das doenças transmissíveis.²²⁴

Por fim, concluía: “Mesmo na ausência de qualquer destas doenças ninguém poderá negar a entrada, em casa, dos guardas sanitários, nem assim recusar a vacinação anti-variólica, o que constitui crime de lesa humanidade.”²²⁵

Pela descrição da legislação, os guardas sanitários atuavam de maneira permanente e executavam um conjunto de atividades de caráter profilático na cidade – como um corpo, o qual devia ser prestado cuidados constantes, a fim de mantê-lo saudável. Assim, adentravam as casas e estabelecimentos para definir normas e fiscalizar o cumprimento, aplicavam vacinação e procurava verificar se os ambientes forneciam ventilação, penetração de luz solar,

²²³ POLÍCIA SANITÁRIA - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 22/09/1956. N° 362. p.4.

²²⁴ POLÍCIA SANITÁRIA - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 22/09/1956. N° 362. p.4.

²²⁵ POLÍCIA SANITÁRIA - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 22/09/1956. N° 362. p.4.

se possuía sanitário, se as paredes eram rebocadas e o piso era impermeável, se tinham algum doente²²⁶ ou qualquer outro fator que possibilitasse a proliferação de doenças.

No entanto, não apenas as moradias na cidade entraram na mira dos médicos, foram também objetos de interferência outros aspectos da vida urbana. A higienização da cidade devia acontecer tanto no domínio dos espaços públicos como dos privados. Na ótica sanitaria, Jacobina se apresentava como um corpo sobre o qual deviam ser executadas medidas de profilaxia. Em nota, o *Vanguarda*, incansável defensor do cumprimento das medidas sanitarias, em junho de 1956, apresentou as ações do médico Evandro Campos de Oliveira:

Importantes Medidas Tomadas Pelo Chefe do Distrito Sanitário

O atual chefe do Distrito Sanitário desta cidade, dr. Evandro Campos de Oliveira, tem tomado uma série de medidas úteis em favor da saúde da população local.

Dentre essas medidas podemos citar a proibição da criação de suínos no perímetro urbano; o exame do gado em pé e da carne destinada ao consumo da população; a exigência de atestado de saúde a todos os marchantes, panificadores, empregados em armazéns e em estabelecimentos congêneres; a fiscalização das padarias, concedendo prazo para que os seus proprietários satisfaçam as exigências do Código Sanitário; a fiscalização direta dos gêneros nas feiras livres, etc. Ao mesmo tempo, vem s.s. ampliando os serviços na sede do Distrito Sanitário, com atendimento a maior número de clientes e a realização de palestras de educação sanitária, a cargo dos médicos e dentistas do Distrito.²²⁷

O médico-sanitarista buscava regular uma série de atividades na cidade, a partir do seu saber passava a normatizar diversas práticas da população, exercendo um poder na vida cotidiana das pessoas. Assim sendo, as intervenções do médico procediam no sentido de eliminar a criação de animais no espaço urbano, em manter a conservação da higiene dos alimentos vendidos, de preservar as condições de salubridade dos ambientes de comércio e exigir atestado de saúde dos trabalhadores urbanos. Por um lado, agia-se interditando e vigiando os ambientes e as práticas dos cidadãos, por outro, procurando educar a população, de acordo com as regras do seu saber.

Contudo, para o *Vanguarda* era necessário que o médico cuidasse de analisar, sobretudo, as carnes vendidas na cidade:

²²⁶ É o que no texto o médico designa de notificação compulsória. Incluía uma série de doenças que deviam ser avisadas de maneira obrigatória às autoridades sanitárias. Cf. Polícia sanitária dr. E. Oliveira. *Vanguarda*, 22/09/1956. N° 362. p.4.

²²⁷ VANGUARDA, 30/06/1956. N.º350. p.1

É preciso que o dr. Evandro Oliveira mande, também, examinar as bancas em que os marchantes cortam a carne nos dias de feira, pois, estas ficam expostas ao tempo, nos fundos das casas residenciais, durante tôda a semana e, nos dias de sábado, são postas nas feiras nas mesmas condições em que se encontram, empoeiradas e sujas de esterco de animais domésticos.²²⁸

O abate, o transporte e o comércio de carne eram normatizados pelas posturas municipais, uma série de artigos do código em vigência estipulavam regras e procedimentos que deviam ser adotados no sentido de garantir o asseio da carne. De tal modo, era organizado um conjunto de preceitos, implicando em multa para os que não seguissem as normas. Assim, determinava-se o horário que devia acontecer o abate; proibia-se a matança fora do espaço determinado pela prefeitura; estabelecia-se que o animal a ser abatido fosse examinado por um médico ou um preposto municipal; normatizava-se o modo como devia ser conduzido e o material empregado no transporte; aplicava-se multa para quem vendesse ou mandasse “vender carne ou vísceras de gado enfermo de qualquer espécie, ou que tenha sido encontrado morto”; determinava-se que os açougues deveriam ser mantidos limpos e asseados e a carne exposta em ganchos apropriados; proibia-se que pessoa com doença contagiosa vendesse carne; definia que só era permitido o comércio de carne no local instituído pelo prefeito e que os comerciantes do produto deviam transportá-lo em caixões com tampas forradas de zinco.²²⁹

Naqueles anos, o cuidado com a carne tornou-se objeto de preocupação, vigilância e controle dos médicos-sanitaristas e da imprensa. Numa edição posterior, em outra nota, o jornal tecia comentários elogiosos acerca da atividade do médico Evandro Oliveira:

Fomos informados de que, na última quinta-feira, amanhecera doente e logo depois morreu um dos bois que se encontravam no curral da matança para ser abatidos, naquele dia, e que, se não fosse a vigilância do chefe do Distrito Sanitário, local, dr. Evandro Oliveira, a carne do referido animal seria vendida à população desta cidade.

Graças ao zelo e a dedicação do atual Chefe do Distrito Sanitário, que nos dias do abate, amanhece no Matadouro de lanterna em punho – qual novo Diógenes – a examinar da cabeça aos pés os animais que vão ser abatidos para o consumo, deixamos de comer carnes podres como essa que acima nos referimos.

Prestigiemos, pois, o novo Chefe do Distrito Sanitário desta cidade!²³⁰

²²⁸ VANGUARDA, 30/06/1956. N.º350. p.1

²²⁹ Cf. JACOBINA. Capítulo IV. Do abate do gado, transporte e venda da carne, do açougue e seu asseio. Código de Posturas da Cidade, 1933.p.4-5.

²³⁰ Evitou a Venda da Carne Podre! - Vanguarda, 01/09/1956. N.º359,p.1

Na sua habitual forma de tentar intervir no cotidiano da cidade, através dos seus textos, o jornal corroborava com a ação do sanitarista, descrevendo a iniciativa do médico de maneira heroica, uma verdadeira saga em prol dos cuidados de higiene com a carne de gado comercializada para a população. Todavia, mesmo com essas medidas e normas para o condicionamento da carne, observa-se que a implantação das exigências sanitárias encontrava entraves nas próprias condições estruturais da cidade. Neste contexto, Jacobina ainda não dispunha de um matadouro público moderno (Imagem 3 - anexo) e nem de um mercado municipal, dispositivos funcionais para a organização e conservação do asseio e da higiene, que deviam ser estabelecidos para o comércio de carne.

As duas obras eram as mais desejadas para a cidade, sendo reivindicada a construção de ambas.²³¹ Em 1955, o vereador Leonídio Soares da Rocha Neto, em sessão da Câmara Municipal, recomendava: “Indico ao Sr. Prefeito Municipal, ouvido o plenário, a necessidade de serem construídos na cidade de Jacobina, o mais breve possível, um Matadouro Municipal e um Mercado Público”.²³² Porém, ambas as obras só foram construídas anos depois, na gestão do sucessor de Orlando Oliveira Pires, o médico Florivaldo Barberino (1959-1963).

Na ausência de ambientes adequados e de acordo com as normas sanitárias, o comércio de carne era realizado semanalmente no espaço da feira livre. A praça não era pavimentada e nos dias de chuva transformava-se num ambiente lamacento. Num texto publicado numa coluna na primeira página, ocupando portanto uma função de destaque, o *Vanguarda* criticava as condições do ambiente da feira: *É Um Atentado à Saúde do Povo A Realização das Feiras na Praça Getúlio Vargas*. O texto relatava que os comerciantes da Praça Rio Branco e da rua Dr. Pedro Lago tinham interesse na transferência da feira livre para aqueles dois logradouros, inclusive fizeram um abaixo-assinado solicitando a modificação. Contudo, foram contrariados com a recusa do prefeito. As citadas ruas tinham passado por melhoramentos, foram pavimentadas e saneadas. Possivelmente, desejava o alcaide manter afastado daquele espaço saneado e embelezado o aspecto característico da feira livre, marcado pela heterogeneidade de corpos e movimentos, com barulho de vendedores gritando, presença de odores nem sempre agradáveis para os olfatos mais refinados, de sujeira e de animais.

²³¹ Em 1960, um artigo na primeira página criticava a situação. Segundo o texto, dos problemas urbanos enfrentados pela cidade naquele momento, a construção do mercado e do matadouro público eram os mais imprescindíveis. Cf. Dependem Autorização da Câmara de Vereadores: Mercado e Matadouro. *Vanguarda*, 10/07/1960. N.º506.p.1

²³² Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Jacobina. Livro de Atas. N.º 2. De 05/12/1948 a 24/11/1955. p. 178-179. Arquivo Público Municipal de Jacobina – APMJ.

Enfim, o avesso do que era defendido para aqueles logradouros centrais. Dessa maneira, o jornal pronunciava-se sobre o assunto:

Não discutimos as razões que teve o governador da comuna para indeferir o pedido dos referidos comerciantes, entretanto, reconhecemos não mais ser possível a realização das feiras na praça Getúlio, devido o repugnante lamaçal que faz ali. De duas uma: ou s.s. manda construir logo o Mercado Público ou manda calçar a referida praça, pois, a continuação das feiras naquele local, nas atuais condições, é um grande atentado à saúde do povo.²³³

Para o olhar educado dos redatores da nota, as condições físicas do ambiente causavam “aversão”, devido à desagradável presença de lama, e era uma ameaça à saúde pública. A resolução da questão passava pela pavimentação da praça e a construção de um mercado municipal. Em síntese, a imagem da feira elaborada pelo jornal apresentava aquele espaço de sociabilidade e comércio popular enquanto um ambiente que devia ser ordenado, materializado em um novo cenário com elementos urbanísticos e arquitetônicos que permitissem uma normatização e oferecessem condições de salubridade e estética. De tal modo, o espaço da feira aparecia contrastando com a imagem de cidade desejada para Jacobina naqueles anos. Em um breve deslocamento das ruas Senador Pedro Lago e Praça Rio Branco, que haviam sido urbanizadas, até a Praça Getúlio Vargas, num dia de feira, o caminhante se defrontava com o cenário reverso, com o movimento e o barulho de vendedores e fregueses negociando produtos dos mais diversos, a visão e o odor das carnes e vísceras expostas à venda em meio aos animais e pessoas.

²³³ VANGUARDA, 13/07/1957. N.º400. p.1

Imagem 10 – Feira livre de Jacobina - 1962.



Fonte: Fotografia de Tibor Jablonsky. Acervo dos trabalhos geográficos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Imagem 11 – Venda de carne na feira livre de Jacobina – 1962.



Fonte: Fotografia de Tibor Jablonsky. Acervo dos trabalhos geográficos de campo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Em 1957, assumiu as funções de chefe do distrito sanitário de Jacobina, por designação da Secretaria de Saúde e Assistência Social, o médico Raimundo Diniz Veloso.²³⁴ O *Vanguarda* apresentava nesses termos a expectativa de atuação do sanitarista na cidade: “A população jacobinense espera do dr. Raimundo Diniz Veloso urgente medida de repressão contra o desenfreado criatório de animais soltos no perímetro urbano, bem como contra os banhistas no Rio do Ouro.”²³⁵ A preocupação do jornal com relação à criação de porcos no ambiente urbano parece justificada pelo medo de contágio de doenças de que a carne do suíno pudesse ser portadora.²³⁶ Em outra nota, os editores do periódico divulgaram que na cidade de Feira de Santana as autoridades sanitárias tinham recomendado à população evitar o consumo da carne de porco e na de Alagoinhas tinham proibido devido à doença que estava vitimando os suínos.²³⁷ Em defesa da saúde pública, o saber médico devia interditar esses costumes populares na cidade, como a criação de suínos dentro do perímetro urbano. Iniciativa que parece ter tido pouco sucesso, se considerarmos as repetitivas notas do jornal denunciando a presença de porcos e outros animais pelas ruas.

Quanto aos banhos nos rios que cortavam a urbe, a prática tomava contornos de uma diversão, de parte da população, principalmente quando o volume das águas aumentava com as chuvas. Ao que parece, a proibição médica atuava no sentido de evitar a poluição das águas dos rios, que eram utilizadas para uso doméstico da população, já que a cidade ainda não dispunha do serviço de água encanada.

Além de objeto de controle por parte do saber médico, os banhos de rio eram regulados pela legislação municipal. O código de posturas, no artigo 60 normatizava: “Só é permitido lavar roupas, animaes, tomar banho, no rio Itapicurú, da 3ª ponte do rio do Ouro para baixo, sob pena de 20\$000 de multa.”²³⁸ O citado artigo das posturas municipais delimitava os usos das águas dos rios, no caso dos banhos, circunscrevia um espaço específico, fora da visibilidade das ruas principais da urbe. Possivelmente, os costumeiros banhos de rio passaram a contrariar a imagem de cidade desejada para Jacobina por certos grupos sociais, sendo, portanto, coibidos.

Presentes no cenário urbano, os banhos nos rios foram citados nas narrativas memorialistas de Amado Honorato de Oliveira sobre personagens e episódios pitorescos da

²³⁴ Assumiu as Funções o Novo Chefe do Distrito Sanitário - Vanguarda, 13/07/1957. N.º400.p.1

²³⁵ VANGUARDA, 13/07/1957. N.º400.p.1

²³⁶ A carne do suíno, por vezes, ocorria de ser portadora de uma larva (cisticerco) nociva à saúde humana.

²³⁷ A Carne de Porco é Vector de Doenças. Vanguarda, 08/09/1956 N.º.360 p.1

²³⁸ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade, 1933. Art. 60.p.4-5.

cidade.²³⁹ Numa das suas narrativas, sobre José Francisco dos Santos, apelidado de “Bucha de Canhão”, descrevia o costume dos banhos no rio, realizada pelo citado sujeito e outros praticantes:

Nas épocas chuvosas, quando o Rio Itapicuru “tomava água”, todos o via atravessando de um cais ao outro com braçadas fortes ou deixava que a correnteza forte o levasse até o Pontilhão da Bananeira, onde encerrava o nado constante e voltava correndo para encetar a nova façanha, com início na Ponte Rocha Pires.

Entre os nadadores que gostavam das enchentes, uns pulavam da ponte, enquanto outros se deitavam sobre câmaras de ar e desciam o rio ao bel prazer da correnteza. José Francisco dos Santos enfrentava a força das águas nadando com destreza dos seus braços.²⁴⁰

O local citado do banho era interdito pelo código de posturas²⁴¹, o que indica que as práticas permaneceram, escapando dos dispositivos de normatização, empregados pela administração da cidade. Desse modo, se, por um lado, o gestor municipal procurava modificar as estruturas materiais da cidade, pavimentando, saneando, limpando as ruas centrais, por outro, os médicos buscavam também eliminar determinadas práticas presentes no cotidiano, a exemplo das citadas acima. Tarefa nem sempre exitosa.

²³⁹ Nos dois opúsculos que foram consultados, por diversas vezes, as narrativas biográficas escritas por Amado Honorato de Oliveira mencionavam cenas da sua infância e idade adulta, de banhos nos rios que cortavam a cidade. Cf. OLIVEIRA, Amado Honorato de. Contos e crônicas. (Impresso encadernado). Disponível no Centro Cultura Edmundo Isidoro Santos. OLIVEIRA, Amado Honorato de. *Um nome em foco*. Jacobina: Gráfica Maxicopy, 2001.

²⁴⁰ OLIVEIRA, Amado Honorato de. “Bucha de Canhão” – Juazeiro – BA, julho de 1999. In: Contos e crônicas.p.15. (A numeração da página segue a sequência da organização dos textos organizados no volume.)

²⁴¹ A ponte Francisco Rocha Pires começou a ser construída em 1960, na gestão de Florivaldo Barberino. Cf. Iniciada a Construção da Ponte Rocha Pires. O Jornal, 31/01/1960. N.º4.p.2

Imagem 12 - Salto de um banhista no Rio Itapicurú-Mirim - 1958



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci (Acervo de Osmar Micucci - NECC/UNEB – CAMPUS IV).

A atenção às questões sanitárias na cidade ampliava-se, identificamos ainda uma nota de cobrança de um registro expedido pelos médicos que autorizava o funcionamento dos estabelecimentos de gêneros alimentícios e barbearias:

Distrito Sanitário de Jacobina

AVISO

O Chefe do Distrito Sanitário de Jacobina está avisando aos senhores negociantes de gêneros alimentícios industriais, assim com barbearias etc. que, de acôrdo com os seus artigos 986 e 1337 do Código Sanitário do Estado, deverão, até o dia 31 do corrente mês, renovar o “Registro de Licença”, dos mesmos estabelecimentos.²⁴²

Pela legislação sanitária vigente, esses estabelecimentos tinham que renovar anualmente o registro mencionado; uma maneira que os médicos procuravam utilizar para manter os espaços e as atividades adequados às normas de higiene. Além das exigências sanitárias voltadas aos citados ambientes, as medidas de profilaxia na cidade estendiam-se ao corpo dos indivíduos, aos empregados domésticos e do comércio, que a cada ano deviam

²⁴² Distrito Sanitário de Jacobina – AVISO - Jacobina, 18 de janeiro de 1958. Dr. Raimundo Diniz Veloso – Chefe do Distrito. Vanguarda, 14/01/1958. N.º427. p.4.

passar por um exame – uma inspeção médica – com o objetivo de atestar as condições de saúde do sujeito²⁴³. De acordo com o aviso:

Os empregados de estabelecimentos de gêneros alimentícios serão inspecionados no Centro de Saúde. Os resultados dessas inspeções (Carteira de Saúde), deverão ser exibidas às autoridades sanitárias, quando estas os exigirem nas suas visitas de rotina.²⁴⁴

As medidas defendidas e executadas pelos diretores do distrito sanitário e seus pressupostos apontam que estava em prática uma tentativa de oferecer à cidade um aspecto cada vez mais higienizado – o que implicava no emprego de novos materiais e equipamentos nas habitações e no condicionamento de novos hábitos e costumes, ou seja, na modificação de antigas formas de morar e viver na cidade. Entretanto, algumas notas no *Vanguarda* nos sugerem que a procura por impor e normatizar os procedimentos de abate do gado e a comercialização da carne e de outros alimentos não significava seu pleno domínio. Desse modo, relatava o jornal *Vanguarda*:

um açougueiro desta cidade abateu um boi, na última quarta-feira, com um quesito no fígado e vendeu toda sua carne à população local que, ignorando o criminoso fato, comprou e consumiu a mesma!

Na feira de ontem verificou-se idêntico atentado à saúde do povo. Contou-nos um cidadão aqui residente que mandou um garoto comprar um quilo de fígado na feira e, quando o recebeu, constatou que o produto se encontrava totalmente podre! Então, levou o fato, imediatamente, ao conhecimento do dr. Raimundo Veloso, chefe do Distrito Sanitário desta cidade, que foi com o referido cidadão à banca de vísceras e obrigou a sua proprietária a atirar fora o restante do produto! Todavia, a carne do mesmo animal doente já havia sido vendida aos consumidores!

Urge uma enérgica providência por parte da Saúde Pública, no sentido de evitar que continuem a ser vendidas carne e vísceras podres à nossa indefesa população.²⁴⁵

Apesar das pretensões sanitaristas buscando higienizar e disciplinar o espaço urbano, a cidade não cessava de produzir movimentos contrários. As práticas desviantes afluíam como uma verdadeira hidra e multiplicando-se pelas ruas – fugiam dos mecanismos de normatização, não deixavam enquadrar-se, burlavam a vigilância.

²⁴³ Cf. BAHIA. Título XII - Capítulo Único - Inspeção Sanitária dos Empregados Domésticos. Decreto N.4.144 de 20 de Novembro de 1925, que regulamentou a Lei n.1811 de 29 de Julho de 1925. p.313-314. Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB.

²⁴⁴ Distrito Sanitário de Jacobina – AVISO - Jacobina, 18 de janeiro de 1958. Dr. Raimundo Diniz Veloso – Chefe do Distrito. Vanguarda, 14/01/1958. N.º427.p.4.

²⁴⁵ Carne Cara e Deteriorada Vendida à Nossa População! - Vanguarda, 23/11/1958. N.º471.p.1

Em edição ulterior, outras situações foram registradas nas páginas do *Vanguarda* envolvendo o comércio de carnes e de alimentos. Numa nota, o jornal anunciava: *Apreendida a Carne de Um Boi Ervado, na Feira Desta Cidade*.²⁴⁶ O texto relatava o caso do açougueiro Bertulino, que teve a metade da carne de um boi apreendida por um guarda do distrito sanitário, na feira livre. Segundo a narrativa do periódico, o citado comerciante estava vendendo a carne de um boi que havia morrido por ter comido uma erva venenosa. Para o jornal, tratava-se de prática corriqueira do citado açougueiro: “Consta que o açougueiro Bertulino é habituado a ‘aproveitar’ carne de gado ervado para vender nas feiras livres desta cidade.”²⁴⁷ Na mesma edição do texto anterior, em outra nota, era divulgada ainda a apreensão de *Manteiga e Requeijão Fabricado Com Sebo Animal*.²⁴⁸ De acordo com o texto publicado, tratava-se também de uma apreensão dos funcionários do distrito sanitário; dessa vez, a ocorrência era relacionada a produtos derivados do leite, um dos alimentos que eram alvos dos sanitaristas, na campanha educacional desenvolvida na cidade. O caso, apresentado pela narrativa do jornal, tratava-se de: “vários quilos de manteiga e de requeijão fabricados à base de sebo de animal! A manteiga era vendida em latas de 20 quilos nesta e nas praças vizinhas e até para fora do Estado. O requeijão era vendido a granel aqui e alhures.”²⁴⁹

2.1 O combate à criação de animais no perímetro urbano...

Os planos urbanos desenvolvidos pela gestão municipal, mostrados até aqui, seguiram no intuito de remodelar uma parte da cidade. Contudo, além dos serviços urbanos e da nova materialidade edificada nas ruas centrais, eliminando a incômoda presença da sujeira, da lama, das ameaças de doenças, do mau cheiro e da aparência inestética que provocavam repulsa dos jornalistas, buscava-se também o controle e disciplinamento das ruas, coibindo determinadas práticas da população – modernização urbana e normatização do cotidiano caminhavam juntas. Assim, a criação de animais dentro do espaço urbano, hábito de certos moradores da cidade, passou a ser combatido pelo alcaide e pelos jornalistas do *Vanguarda*.

Nesse sentido, o Código de Posturas, que funcionava como instrumento de ordenação e normatização das práticas sociais, definia num conjunto de artigos as medidas necessárias

²⁴⁶ VANGUARDA, 11/01/1959. N.478.p.1

²⁴⁷ VANGUARDA, 11/01/1959. N.478.p.1

²⁴⁸ VANGUARDA, 11/01/1959. N.478.p.1

²⁴⁹ VANGUARDA, 11/01/1959. N.478.p.1

que deviam ser adotadas com relação aos animais na cidade e nos distritos. Como lemos nesses artigos:

Art. 108 Só poderá ter cães soltos quem os tiver matriculados na municipalidade, devendo os mesmos andar açamados e com coleira; pena de 10\$ de multa.

Art. 109 Ninguém poderá amarrar animais nos postes da linha telegraphica iluminação grades e portas de edificios publicos sob pena de 5\$000 de multa.

Art. 112 É expressamente prohibido montar-se em animais bravos nas ruas e praças desta cidade, bem assim qualquer animal em cima dos passeios; pena de 20\$000 de multa.

Art. 113 É prohibido conduzir animais com cargas soltos pelas ruas desta cidade, sendo os condutores obrigados a trazel-os seguros ao cabresto; pena de 5\$000 de multa. Digo, Art. 113 É prohibido galopar a cavalo pelas ruas desta cidade, seus arraiaes, Villas e Povoados; pena de 10\$000.

Art. 114 Fica prohibido conduzir animais com cargas soltos pelas ruas desta cidade, sendo os condutores obrigados a trazel-os seguros ao cabresto; pena de 5\$000 de multa.

Art. 115 Ninguém poderá espancar, cortar, maltratar ou matar animal alheio, excepto suino ou cão não registrado, mesmo assim com ordem da Prefeitura; multa de 20\$000.

Art. 117 É terminantemente prohibido criar solto; bovinos, lanigeros, caprinos, equinos suinos e outros animais nos distritos de Riachão, Cahen sitios; Queimada Velha, Bom Jardim e seus vizinhos, sob pena de 5\$000 de multa por cada bovino. Os suinos, caprinos e lanigeros serão mortos dentro da lavoura pelos Inspectores de Quarteirão, e os bovinos apreendidos pelo mesmo Inspector, o qual receberá a referida multa por cada bovino, entregando a importancia ao Procurador do distrito.

Art. 118 Os infratores do art. 116 perderão o direito de indemnização por damno causado por animais alheios.²⁵⁰

Aqueles anos da gestão de Orlando Oliveira Pires foram marcados por ações que buscavam acabar com o antigo hábito de parte da população citadina de criar animais em quintais ou soltos nas ruas. Antes consentida, a prática passava a não ser mais aceita, procurava-se dar efetividade às posturas. Em 1955, nos primeiros meses da gestão, o alcaide tomava medidas administrativas concernentes ao assunto. Assim, além de remodelar o centro da cidade, a administração municipal tentava também interditar a prática de criação de animais nas ruas. Desse modo, o *Vanguarda* anunciava numa nota publicada na primeira página:

A Apreensão de Animais Soltos – O prefeito está fazendo cumprir o Cod. de Posturas.

²⁵⁰ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade, 1933.p.7-8.

Depois de ter dado um prazo razoável aos donos de animais criados soltos no perímetro urbano, o dr. Orlando Oliveira Pires, atual prefeito deste Município, acaba de dar ordem aos auxiliares da fiscalização no sentido de apreender qualquer animal que seja encontrado solto nas ruas da nossa urbe, fazendo cumprir, deste modo, o que determina o Código de Posturas.

Esta é sem dúvida, uma das medidas úteis que s. s. vem tomando em benefício da coletividade.²⁵¹

A criação de animais não era mais consentida no perímetro urbano – o hábito, até então proibido, contudo, tolerado, passava a constituir-se em um “problema urbano”. A administração municipal começava, destarte, a combater a prática de criação de animais dentro do espaço urbano. Decorria que a cidade era submetida a uma racionalidade que negava o convívio comum entre homens e certos animais. A presença de determinados animais criados soltos nas ruas ou em quintais opunha o modelo de vida urbana que se desejava implantar naquele momento em Jacobina. Em suma, a interdição entrava como outro elemento na estratégia de gestão, pautada para a cidade naquele contexto.

O assunto ganhou visibilidade nas páginas do *Vanguarda*, que passou a empreender uma verdadeira batalha, combatendo a prática de criação de animais dentro da cidade. Em algumas notas publicadas naqueles anos, o periódico assinalava a constante presença de animais nas ruas:

OS ANIMAIS CONTINUAM PASTAR NAS RUAS

Temos recebido inúmeras queixas de moradores à rua Duque de Caxias, a respeito de animais soltos que pastam naquele logradouro durante toda a noite, perturbando o sossego público.

Não obstante o sr. Prefeito Municipal já haver tomado providências, no sentido de proibir que se criem animais soltos nas ruas desta cidade, ainda se registram fatos dessa natureza, em flagrante desrespeito ao Código de Posturas, que prevê penalidade para tais abusos.

Daqui apelamos, em particular, para os proprietários dos referidos animais a fim de que retirem das ruas os seus animais, colaborando, desta forma, com a administração pública, no sentido de dar a Jacobina um melhor aspecto de cidade civilizada e progressista.²⁵²

O logradouro que, segundo os articulistas, estava sendo frequentado no período noturno pelos animais situava-se um pouco distante do centro da urbe, mesmo assim recebia censura pública. A questão não se limitava às ruas centrais, devia ser combatida em todo o espaço urbano. Posicionando-se sobre o assunto, o periódico reforçava a proibição da prefeitura e buscava convencer os donos dos animais a colaborar com a gestão municipal.

²⁵¹ VANGUARDA, 08/05/1955 N.º 291.p.1

²⁵² VANGUARDA, 21/08/1955. N.º306.p.4

Procurando fundamentar seu discurso, justificava a interdição de criação de animais no espaço urbano afirmando que a prática contrariava o conceito de cidade “civilizada” e “progressista”. Para o periódico, a imagem de civilidade projetada e materializada na cidade não se restringia apenas às inovações técnicas e urbanísticas, passava também pelas mudanças nos costumes da população citadina, no caso, na eliminação da antiga prática de criar animais no perímetro urbano.

Contudo, a preocupação constante, por parte do periódico, com a coibição da criação de animais aparece como indício da sua ineficiência. As insistentes notas no jornal indicam que a proibição não estava sendo cumprida, os animais continuavam desfilando pelas vias urbanas. Numa pequena nota, escrita em estilo jocoso, o *Vanguarda* denunciava que vacas pastavam e desfilavam na Praça Castro Alves. O referido logradouro público era cenário de passeios e encontros de certos segmentos da população citadina, no seu entorno havia o principal templo católico da cidade e casarões de famílias abastadas:

As Vacas Estão Pastando no Jardim!

As vacas, que certos indivíduos teimam em criar sôltas no perímetro urbano, deram-se ao luxo, ultimamente, de também fazer o seu “footing” noturno nos canteiros do jardim da Praça Castro Alves, comendo e destruindo-lhe as plantas!

Informou-nos o jardineiro, sr. Cícero Rodrigues, que as vacas vêm “frequentando” o referido logradouro há 3 ou 4 noites seguidas!...

Urge que a Fiscalização Municipal tome uma providência enérgica contra essa infração ao art. 52 do nosso Código de Posturas, pois, não é possível admitir-se mais a repetição de tão lamentável fato.²⁵³

Ao que parece, as vacas tinham seus horários prediletos e suas táticas, preferiam o horário noturno, na ausência dos olhares vigilantes dos fiscais municipais e enquanto a população citadina pernoitava. Seguindo o mesmo gesto dos humanos, faziam seus “footings” e encontravam-se na praça, aproveitavam à vontade o espaço, utilizando a vegetação do jardim para sua prática alimentar.

Além das vacas, outros animais estavam presentes no cotidiano da cidade. Num outro episódio registrado nas páginas do jornal, foi denunciado que jumentos e “meninos desocupados” estavam entrando no cemitério, que tinha caído parte do muro, e provocando danos aos “carneiros e os mausoléus ali existentes” (...) atentado à memória dos que ali dormem o sono eterno.”²⁵⁴

²⁵³ VANGUARDA, 17/03/1956. N.º335.p.1

²⁵⁴ Continua Caído o Muro do Cemitério - Vanguarda, 07/04/1958. N.º338.p.4

Imagem 13 – Jardim da Praça Castro Alves.



Fonte: Vanguarda, 12/05/1956. N.343.p.1

Dessa forma, a política de combate à criação de animais no perímetro urbano ganhou o apoio na imprensa local. O jornal *Vanguarda*, defensor da ordem urbana e agente interessado na efetividade da proibição, desenvolvia uma estratégia de atuação a fim de conseguir comover os leitores da condição de “desordem” em que se encontrava a cidade. Nesse sentido, servia-se da construção de títulos e narrativas dramáticas e as publicava em destaque, na sua primeira página. A exemplo desta nota:

A Invasão da Cidade Pelos Animais

Os animais estão tomando conta da cidade. No jardim da Praça Castro Alves, na Praça 2 Julho, nas ruas Duque de Caxias e Cel. Rocha Pires e, finalmente, em todos os cantos da nossa urbe encontram-se vacas, jegues e porcos livremente pastando, num atentado aos nossos foros de civilização e num flagrante despeito ao art. 52 do nosso “Código de Posturas Municipais”. Nem mesmo presos nos quintais das residências é permitida a criação de tais animais, quanto mais soltos pelas ruas, como ora abusivamente se verifica!

É preciso que êsses proprietários recalcitrantes saibam, mais uma vez, que é proibido, por lei, criarem-se animais no perímetro urbano.

No ano passado, a Prefeitura local, depois de ter advertido a população, empreendeu uma campanha essa que encontrou o apoio da imprensa e das pessoas de espíritos esclarecidos. Mas, passados alguns meses, voltaram os renitentes a criar animais soltos no perímetro urbano.

Urge uma medida enérgica contra êsse hábito retrógado dêsses indivíduos de espíritos pouco arejados!²⁵⁵

A frase empregada no título e as expressões no decorrer do texto, com os termos “invasão” e “tomando conta da cidade”, e o mapeamento das ruas produzido pelo jornal

²⁵⁵ VANGUARDA, 12/05/1956. N.º 343.p.1

apresentavam um ambiente urbano repleto de animais, pululando por todos os lados, em todas as vias, contrariando a imagem da cidade civilizada e a forma de vida urbana projetadas pelos articulistas do periódico e pelo alcaide. Por outro lado, buscando obter dos leitores apoio para a causa, passava a tratar a prática de criar animais soltos nos terrenos baldios nas margens dos rios ou em quintais enquanto “hábito retrógado” e de “espíritos pouco arejados”, o uso das expressões produziam a apreciação de que tratava-se de uma prática atrasada, primitiva e bárbara, portanto, devia ser eliminada daquele cenário urbano, o qual buscava-se construir como civilizado e moderno. Contudo, como o texto assinalava, passado as primeiras tentativas de normatização, meses depois as práticas voltaram, para o despontamento e irritação dos letrados e esclarecidos da cidade.

Além das vacas e dos jegues, os porcos também passaram a ser perseguidos. Sendo interdita pelos médicos-sanitáristas, em nome da saúde pública, a criação de suínos também era combatida pelo prefeito. Interferindo no cotidiano, esses setores buscavam um ordenamento e uma uniformidade das relações, a partir da imagem que tinham de si. Contudo, três anos depois das primeiras iniciativas (1955) do gestor municipal de aumentar a fiscalização e inibir a criação de animais no perímetro urbano, verificava-se indícios de que o costume se perpetuava, e o drama desenrolava-se nas páginas do jornal. Em 1958, o *Vanguarda* no seu estilo de denunciar a situação, reclamava²⁵⁶ “*A Cidade Está Cheia de Animais*”:

Num flagrante atentado ao que preceitua o art. 52 do Código de Posturas Municipais, os animais estão tomando conta desta cidade.

Em toda parte encontram-se porcos, jumentos e cabras, sofregamente pastando, como se estivessem em pleno campo!

É preciso que a Prefeitura Municipal tome urgente providência no sentido de serem retirados esses animais das ruas da cidade, antes que esta se transforme em porcolândia...²⁵⁷

Apesar das investidas dos administradores urbanos, das críticas da imprensa e daqueles a quem o *Vanguarda* definia como “pessoas de espíritos esclarecidos”, reações contrárias às medidas do gestor municipal eram esboçadas, suscitando novas intervenções dos fiscais da prefeitura. A criação de animais, costume de certos sujeitos ou de grupos, era possivelmente uma maneira de obter uma renda com a venda, para sua própria alimentação ou para ser abatido num dia de festejo, em eventos como casamento ou batizado. Numa época em que o transporte por meio de animais era ainda comum, os jegues podiam ser utilizados para

²⁵⁶ Os Animais Continuam a Pastar nas Ruas da Cidade! - Vanguarda, 23/08/1958. N.º458. p.1

²⁵⁷ VANGUARDA, 05/07/1958. N.º451.p.1

locomoção pessoal ou para trabalho. Sob o lombo dos jumentos, com caçuás ou puxando carroças, carregavam-se materiais dos mais diversos, servia-se para a prestação de serviços ou transporte de mercadorias, como empregavam os aguadeiros para servir à população.

Consideradas como atrasadas para a nova configuração que assumiam as ruas, a antiga prática de criação de animais entrava no caminho contrário do processo de normatização, higienização e imagem de “civilidade” e de “progresso” que se almejava materializar na vida cotidiana da cidade. Todavia, a questão da proibição da presença dos animais no perímetro urbano envolvia mudanças na forma de vida e de trabalho que as pessoas estavam vivenciando até então. A exigência procurava instituir uma nova ordem de relações e convívio social na cidade, interferindo no modo da vida de certos segmentos da população citadina, que utilizavam animais para trabalho, para consumo ou mesmo para venda.

Mesmo proibida pelos dispositivos, como as Posturas Municipais e o Código Sanitário, submetida a procedimentos de vigilância e combatida pelos fiscais municipais, pelos médicos-sanitaristas e pelos letrados homens da imprensa, a prática permanecia na paisagem urbana. Diante das intervenções dos gestores urbanos, os criadores de animais não ficavam passivos, de maneira indisciplinada e burlando o poder, preservavam seus costumes. Apesar das estratégias de normatização de uso dos espaços, postas pela legislação urbana, os criadores de animais tentavam preservar seus interesses.

A situação descrita a seguir nos leva a considerar a atuação desses contrapoderes. Num singular ofício, o prefeito dirigia-se a um criador de porco, refratário às suas medidas:

Ofício s/n em 9 de maio de 1955
Ilmo Sr.
João Matos
Nesta Cidade
Presado (sic) Senhor

Tendo chegado ao conhecimento da administração municipal que V.S. retirou um porco de sua propriedade, invadindo o local destinado a apreensão do referido animal solicito a sua presença a esta Prefeitura no prazo máximo de 24 horas sob pena de tomar medidas legais que não é do nosso desejo.

Cordialmente,
(As.) Dr. Orlando Oliveira Pires
Prefeito municipal de Jacobina.²⁵⁸

²⁵⁸ JACOBINA. Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Datas-limites: ano de 1955-1956. p. 91-92. APMJ.

O Código de Posturas determinava que os suínos criados soltos dentro cidade estavam sujeitos a “pena de serem mortos, e multado o infrator em 20\$000.”²⁵⁹ Dessa forma, o referido proprietário, temendo a perda do seu animal, que provavelmente seria abatido, sem indenização, na ausência dos fiscais da prefeitura no local, aproveitou o momento oportuno para recuperar o suíno de sua propriedade. Como assinalou Michel de Certeau acerca das práticas cotidianas: “trata-se de combates ou de jogos entre o forte e fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender.”²⁶⁰ Produtores da cidade, esses personagens moldavam as ruas seguindo seus interesses - movimentando-se sobre o espaço urbano construído, manipulavam e inventavam seu cotidiano.

A cidade configurava-se como um campo de relações de forças, distante de ser um território de pleno controle, da passividade e da submissão à ordem articulada pelos dispositivos urbanísticos, sanitaristas e jornalísticos. Se, por um lado, realizava-se o desdobramento sucessivo de ações que visavam controlar e conformar o ambiente urbano a um determinado modelo, por outro, atuavam forças heterogêneas que pululavam sobre o espaço, jogando com os mecanismos que procuravam normatizar a cidade.

2.2 A cidade ao avesso...

Nessa parte do trabalho, buscamos tratar, através de uma série de notas do jornal *Vanguarda*, de outras práticas que proliferavam nas ruas, contrariavam a ordem urbana e a imagem de cidade desejada para Jacobina naqueles anos. Antes de adentrarmos especificamente o assunto, veremos que tipo de comportamentos era interdito pelos dispositivos de normatização das ruas daquela cidade. Nesse sentido, o Código de Posturas servia para o poder público municipal enquanto um mecanismo estratégico na ordenação da sociedade local. O capítulo VII do código, denominado “Da moralidade, bem estar, costume e socêgo (sic) publico”, expressava nos seus artigos alguns dos aspectos do ideal de vida urbana que se almejava materializar no cotidiano:

Art. 73 É proibido ter cavalos rufiões, éguas, cadelas soltas nas ruas desta cidade, Vilas, Arraiaes e Povoados; sob pena de 50\$000 de multa.

Art. 74 É expressamente proibido aglomeração de pessoas desocupadas nas portas das casas comerciais, balcões e passeios; pena de 50\$000 de multa.

Art. 75 É proibido a presença de creanças na matança de gado; sob pena de 50\$000 de multa.

²⁵⁹ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato N° 57, de 30 de dezembro de 1933. Art. 55. p. 9.

²⁶⁰ CERTEAU, Michel. 2009. p. 97

Art. 76 Todo aquelle que for encontrado embriagado nas ruas praças e nas casas de negocios procurando desordens, dirigindo insultos causando escandalo a moralidade publica, será entregue a Delegacia de Policia para por em custodia durante a embriaguez.

Art. 77 Igual pena será imposta aos loucos que forem encontrados até que seus paes, tutores ou curadores venham tiral-os.

Art. 78 Os menores que forem encontrados vagando sem destino nas ruas, praças ou becos desta cidade, depois das 21 horas, serão levados a presença dos paes, tutores, curadores, ou amos os quaes ficarão sujeitos a multa de 50\$000 por cada creança.²⁶¹

Os artigos apresentavam um conjunto de comportamentos que deviam ser interditos, e se transgredidos, punido com multa ou prisão. De um lado, era proibido a presença de animais nas ruas, de crianças nos abates²⁶² e de menores circulando nas vias urbanas no horário noturno. Por outro, as intervenções dirigiam-se aos comportamentos vistos como desviantes, que deviam ser afastados das ruas: as pessoas ociosas, os loucos e os ébrios. Numa sociedade regida pelos preceitos da produtividade e pela valorização do trabalho, aqueles sujeitos que não se encaixavam dentro desse padrão, deviam ser excluídos do convívio social, internados em instituições (médicas, prisionais) para serem corrigidos. Pela normatização das posturas, o espaço urbano devia ser ordenado e habitado por esse tipo de sujeito cidadão: indivíduos razoáveis, disciplinados e úteis.

Em outro capítulo, o código prescrevia mais uma série de artigos, as interdições dirigiam-se a atos cometidos contra a propriedade:

Capitulo X. Do damno.

Art. 100 A ninguem e permitido damnificar, destruir ou tirar qualquer material pertencente a iluminação publica, sob pena de 10\$000 de multa, além da indemnisação do prejuiso.

Art. 101 Todo aquelle que damnificar ou destruir cercas, muros de predios publicos ou particulares, bem como producto da lavoura e creação ficará sujeito a multa de 20\$000.

Art. 102 Toda pessôa que apagar o numero das casas ou qualquer inscripção de ruas feitas pela Prefeitura, será multado em 10\$000.

Art. 103 Todo aquelle que arrancar ou inutilisar edital ou qualquer ato publico mandado afixar pelo Prefeito ou seus auxiliares, será multado em 10\$000.

Art. 104 Todas as pessôas que damnificarem ou derrubarem as arvores das ruas e praças como tambem das estradas que servem de abrigo aos viandantes, será multado em 30\$000.

Art. 105 Qualquer damno ou destruição no todo ou em parte de qualquer obra publica ou particular será imposta multa de 20\$000.

²⁶¹ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato N° 57, de 30 de dezembro de 1933. p.10-11

²⁶² Essa proibição possivelmente estava relacionada a algum tabu moral, que procurava impedir a visibilidade da morte e as vísceras dos animais aos infantes.

Art. 106 Fica prohibio damnificar cortar e arrancar arvores plantadas, ou que de futuro se plantarem em qualquer parte da via publica sob pena de 20\$000 de multa.²⁶³

O sistema de punição das infrações definidas acima pelo código funcionava da seguinte forma. As penas podiam ser impostas pelo prefeito, pelos fiscais e agentes municipais. Prescrevia o código que, ocorrendo da pessoa multada não pagar o valor correspondente, a cobrança devia ser feita através do poder judiciário, nessa situação era aumentado o valor da multa em trinta por cento. A pena ainda podia ser convertida em prisão de no máximo oito dias, a depender da gravidade da situação – se envolvia a situação de reincidência ou se teve desacato. No caso de reincidência, a pena podia ser aplicada em dobro.²⁶⁴

Pontuada a presença desses mecanismos que atuavam na cidade buscando normatizar os comportamentos e controlar o espaço urbano, apontaremos, através de notas publicadas no *Vanguarda*, para algumas práticas de indisciplina e desviantes que afloraram nas ruas e praças daquela Jacobina. Contudo, esclarecemos inicialmente, que por meio das notas do jornal, não estamos buscando um acesso a esses sujeitos, muito menos identificando nos textos um decalque dos eventos. Mas uma versão construída de um lugar, o jornal, que era um agente interessado na configuração de uma forma urbana, na conformação de um padrão de comportamento citadino e na elaboração de uma imagem positiva da cidade. A perspectiva do periódico e sua forma de dizer eram orientadas pelos interesses dos proprietários e editores, bem como estavam subordinadas aos interesses dos seus financiadores e do público leitor que tinha como alvo.

Pesquisando nas folhas do *Vanguarda*, localizamos em algumas notas, indícios de ações contrárias ao disciplinamento da ruas e estética da cidade. Os textos jornalísticos que serão apresentados a seguir nos permitem entrever vestígios de práticas cotidianas de uso do espaço urbano, as quais os dispositivos de normatização da vida urbana buscavam controlar – atos de indisciplina ou desviantes, presentes nas ruas, de sujeitos anônimos ou mesmo nomeados, registrados nas páginas do jornal.

Dessa forma, o *Vanguarda*, defensor do funcionamento ordenado da cidade, na sua atuante vigilância sobre os espaços urbanos e militância por um ambiente normatizado, denunciava nas suas páginas:

²⁶³ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato Nº 57, de 30 de dezembro de 1933. p.14-15.

²⁶⁴ Cf. JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato Nº 57, de 30 de dezembro de 1933. p. Art. 138 - 144.p.9

Os malandros estão criminosamente quebrando os bancos do jardim da Praça Castro Alves, desta cidade. A falta de guardas-noturno, é preciso que a Delegacia de Polícia destaque um soldado para policiar aquele logradouro, pelo menos, até o apagar da luz, às 23:30 horas.²⁶⁵

Na edição seguinte, a crítica era feita novamente, sobre o mesmo espaço:

Conforme foi noticiado em nossa última edição, os malandros estão quebrando os bancos do jardim da Praça Castro Alves e, não satisfeitos com esse ato vandálico, estão também roubando os globos da iluminação daquele logradouro!

Urge enérgica providência da Delegacia de Polícia no sentido de evitar a continuação destes crimes contra o patrimônio da nossa urbe.²⁶⁶

O logradouro, acerca do qual o jornal já havia reclamado da constante presença de vacas, que estavam fazendo “*footings*” noturnos,²⁶⁷ ao que parece, recebia também outros frequentadores, sujeitos – para o periódico – indesejáveis, que estariam supostamente danificando o ambiente e surrupiando “os globos da iluminação”. O roubo dos equipamentos de iluminação atingia um aspecto de suma importância para a vigilância e segurança das ruas. A falta de iluminação na praça podia tornar o ambiente inseguro, inibindo assim a circulação das pessoas naquele conceituado espaço de lazer e sociabilidade da cidade.

Após a publicação dessas notas, no mês seguinte, o *Vanguarda* veiculava que, devido a essas reclamações, o sargento Carlindo Ferreira de Sousa, delegado do município, tinha adotado um novo procedimento de atuação a fim de melhor controlar e vigiar as ruas.²⁶⁸ A inovação era a implantação do monitoramento do espaço urbano, feita por uma dupla de soldados usando cassetetes e identificados no braço “com as iniciais P.M” - “á maneira dos famosos ‘Cosme e Damião’, da capital do Estado”.²⁶⁹ Segundo o jornal, a vigilância da cidade devia ocorrer nos logradouros públicos (praças, ruas e becos), e nas chamadas “casas de diversão”. Assim, a medida vinha a “garantir o patrimônio municipal e preservar a ordem pública”.²⁷⁰

²⁶⁵ Estão Quebrando os Bancos! - Vanguarda, 07/01/1956. N.º 326.p.1

²⁶⁶ Estão Quebrando os Bancos e Roubando os Globos - Vanguarda, 21/01/1956. N.º 327. p.1

²⁶⁷ As Vacas Estão Pastando no Jardim! - Vanguarda, 17/03/1956. N.º 335.p.1

²⁶⁸ Para Melhor Policiamento da Cidade – Foi Adotado o Sistema de “Cosme e Damião” - Vanguarda, 25/02/1956. N.º.332.p.1

²⁶⁹ VANGUARDA, 25/02/1956. N.º.332.p.1

²⁷⁰ VANGUARDA, 25/02/1956. N.º.332.p.1

Imagem 14 – Praça Castro Alves – ao fundo a Igreja de Santo Antonio de Jacobina (Matriz). A fotografia abaixo apresenta a forma que a praça tinha nos anos de 1950. No início da década 1960 o logradouro passou por uma reforma.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. Acervo: Família Barberino – NEO/UNEB – CAMPUS IV.

O *Vanguarda* reivindicava também pela intervenção da polícia no espaço da feira livre:

Com Vistas à Polícia

É preciso que a Polícia faça uma visita àquelas barracas existentes no local da feira, próximas a Ponte “Manuel Novais”, pois os malandros e as decaídas estão fazendo ponto de reuniões e de deboches naquele local, em franco desrespeito as pessoas que transitam pela referida Ponte.²⁷¹

Para o jornal, a polícia devia agir de modo a purificar aquele local de sociabilidade de pessoas vistas como desviantes da ordem – “malandros e decaídas”. Pelo vocabulário empregado para designar os indivíduos que frequentavam o lugar, é possível que fosse frequentado por ébrios e prostitutas, que se encontravam no espaço no dia do comércio semanal, para beber, jogar, conversar, enfim, para a diversão. Contudo, seus corpos, trajés, comportamentos, cheiros e as formas de falar provocavam o olhar de desagrado dos jornalistas, que se pronunciavam em nome dos transeuntes. O ambiente de realização da feira livre, ao que parece, era visto como uma espécie de verruga na paisagem urbana, tendo já

²⁷¹ VANGUARDA, 04/02/1956. N.º329.p.1

recebido crítica do jornal pelas deploráveis condições de salubridade.²⁷² A ponte Manuel Novaes, a única de concreto feita até então na cidade, era por onde se tinha acesso às ruas centrais e chegavam visitantes à urbe. A iniciativa do jornal pode ser entendida como uma forma de tentar evitar que aquele cenário maculasse a imagem da cidade – era preciso retirar aqueles sujeitos do espaço.

Se feira livre era apresentada como um ambiente caracterizado pelas más condições salubridade e estética, e pela presença de indesejáveis frequentadores, a Praça Castro Alves era seu oposto, na hierarquia que o jornal elaborava dos espaços da cidade. Dessa maneira, o ambiente era solenemente recomendado pelo periódico:

O bonito jardim da Praça Castro Alves é o principal ponto de reunião, à tarde e à noite, da mocidade jacobinense. É ali que ela se encontra para os seus amistosos colóquios e para o seu habitual footing em tornos dos canteiros. O que é muito natural e não admite censura.²⁷³

De acordo com a descrição do *Vanguarda*, o logradouro constituía-se, naquele contexto, como um espaço de lazer e sociabilidade habitual de parte da população citadina. Era um ponto de encontro para bate-papo, para o “*footing*” no final de semana, e também para flertes e namoros. Contudo, o uso do lugar implicava numa certa disciplina e controle dos corpos. Para os editores do jornal, alguns casais de namorados ali estavam se comportando de maneira inadequada para o lugar: “O condenável, porém, é a maneira como se portam certos pares de ‘Romeus’ e ‘Julietas’ da nossa terra, ferindo os preceitos morais. Isto, sim, não somente é censurável, como é condenável.”²⁷⁴ Naquele ambiente, os indivíduos tinham que moldar seus comportamentos de maneira a apresentarem corpos retraídos – aos modos da moral vitoriana. Questão que, para os olhos moralistas dos redatores, não estava sendo respeitada pelos “casais apaixonados”, os “Romeus” e as “Julietas” estavam “ferindo os preceitos morais”. Naquele jardim, como no Éden, os prazeres do corpo eram interditos e condenados.

Outras práticas presentes no espaço urbano eram criticada nas páginas do *Vanguarda*. O semanário denunciava nesses termos o comportamento de alguns meninos no centro da cidade:

²⁷² É Um atentado à Saúde do Povo A Realização das Feiras na Praça Getúlio Vargas - Vanguarda, 13/07/1957. N.º400. p.1

²⁷³ Com os “Romeus” e as “Julietas” do Jardim - Vanguarda, 26/10/1957. N.º415.p.1

²⁷⁴ VANGUARDA, 26/10/1957. N.º415.p.1

A chegada dos ônibus da Empresa “São Luis”, nesta cidade, aos domingos, terças e quinta-feiras, um grupo de moleques desabusados os espera no local da parada para avançarem sobre eles numa maneira tão desenfreada e estúpida que, além de causar constantes aborrecimentos aos passageiros daqueles veículos, resulta num espetáculo degradante para os nossos foros de cidade civilizada.

Antes da chegada dos ônibus, êsses mesmo malandros postam-se na balaustrada da Praça Rio Branco, numa algaravia e numa falta de respeito aos circunstantes que precisam de enérgica repressão policial.

Solicitamos a atenção do sgt. Carlindo Ferreira de Sousa, zeloso delegado de Polícia deste Município, para o fato acima apontado.²⁷⁵

Para os articulistas do periódico, era mais um acontecimento que constrangia a imagem de cidade civilizada. O ponto de encontro (Praça Rio Branco) dos garotos situava-se no coração da urbe, fator que motivava uma maior preocupação por parte dos jornalistas – patronos da ordem e da estética da cidade. Como forma de combater a prática dos garotos, possivelmente menores, e extingui-los daquele ambiente em que se reuniam, o *Vanguarda* desenvolvia duas frentes de ataque no seu texto. Por um lado, seguindo seu o discurso moralista, nomeava os garotos de “moleques desabusados” e “malandros”, buscando assim mobilizar a opinião dos seus leitores para causa. Por outro, convocava a ação policial, a fim de disciplinar o uso das ruas e reprimir o comportamento aqueles indivíduos.

O tratamento dispensado e os termos empregados pelo hebdomadário assinalavam o incomodo que provocavam aos jornalistas o comportamento e presença daqueles sujeitos nas ruas. Um possível divertimento ou brincadeira dos garotos no logradouro, em que não faltavam gritos, assovios ou uso de expressões e termos chulos, era energeticamente censurada – na linguagem jornalística significava “algazarra”, que denotava desrespeito aos transeuntes e constrangia a cidade diante dos visitantes. De tal modo, os garotos taxados de “moleques desocupados” na Praça Rio Branco, assim como os mendigos e os retirantes que chegavam à cidade e ficavam no pátio da Igreja do Bom Jesus da Glória²⁷⁶, os criadores de animais soltos nas ruas, os indivíduos que frequentavam o espaço próximo à ponte Manuel Novais no espaço da feira livre, constituíam-se, para o *Vanguarda*, como o grupo de indesejáveis da cidade – deviam, portanto, ser alvo de policiamento e medidas administrativas de controle ou exclusão do ambiente urbano.

Apesar disso, meses depois, o jornal voltou a reclamar da mesma situação nas suas páginas e reivindicar a atuação do dispositivo policial: “Reiteramos a nossa solicitação à Delegacia de Polícia local, no sentido de dispersar a malta de malandros que, há muito, vem

²⁷⁵ A Ação da Molecada á Chegada dos Ônibus - Vanguarda, 14/04/1956. N.º339.p.1

²⁷⁶ O Pátio da Igreja da Missão Está Servindo de Abrigo de Retirantes! - Vanguarda, 26/07/1958. N.º454.p.1

praticando tôda sorte de abuso e de molequeira à chegada dos ônibus da Emprêsa ‘S. Luís’, a esta cidade.”.²⁷⁷ Quer fosse pelo caráter momentâneo da intervenção policial ou pela sua ineficiência, os garotos continuavam com seus divertimentos e brincadeiras no espaço, a despeito dos olhares de censura dos jornalistas.

Mais uma ocorrência contra a ordem na cidade era condenada pelo *Vanguarda*. Na perspectiva do semanário, naquela Jacobina nem os mortos estava descansando em paz, pois alguns túmulos do cemitério foram violados. Em março de 1959, relatava, uma nota na primeira página, que os “dois dos mais bonitos mausoléus do cemitério local amanheceram com partes de seus mármore quebrados, num inominável atentado à memória dos que ali repousaram para sempre!”.²⁷⁸ A ação era tratada pelos jornalistas enquanto um “ato de vandalismo e de profanação”, que havia sido “praticado por indivíduos degenerados e destituídos de qualquer sentimento humano” – os quais deviam sofrer uma punição severa e exemplar.²⁷⁹ Como tratasse de suntuosos túmulos, possivelmente pertencentes aos bem-nascidos e falecidos da cidade, que faziam questão de ressaltar a riqueza até depois da morte, os autores do ato talvez estivessem à procura de subtrair algum objeto de valor enterrado com os cadáveres.

Acompanhando as notas, observa-se que o periódico desenvolvia uma verdadeira batalha cotidiana para normatizar as ruas, denunciando às autoridades policiais e administrativas tudo aquilo que escapava às normas instituídas ou contrariasse a concepção de cidade que buscava-se instituir. Na perspectiva dos editores, o controle social do espaço urbano devia ocorrer nos logradouros públicos (praças, ruas), tendo em vista a manutenção da ordem urbana e a produção de uma imagem de civilidade da cidade. Nesse sentido, a estratégia da prática jornalística do *Vanguarda* era agenciar tanto os dispositivos administrativos e policial, como produzir e mobilizar a opinião dos seus leitores. Assim, o periódico instituía, reproduzia e colocava em circulação nas suas páginas um discurso depreciativo e normativo sobre os indivíduos vistos como indesejáveis, presentes nas ruas daquela cidade, designando-os de “malandros”, “decaídas”, “moleques desabusados”, “indivíduos degenerados” ou “vândalos”.

De tal modo, à medida que novos traçados urbanos eram edificados, produzindo uma paisagem urbana limpa, desodorizada e saneada na área central da cidade, procurava-se também excluir do cenário urbano aquelas práticas e corpos disformes e indóceis –

²⁷⁷ Continuum os Malandros a Atrapalhar - Vanguarda, 30/06/1956. N.º350.p.1

²⁷⁸ QUEBRARAM OS MÁRMORES DOS MAUSOLÉUS! - Vanguarda, 31/03/1959. N.º484.p.1

²⁷⁹ VANGUARDA, 31/03/1959. N.º484.p.1

expurgando das ruas os elementos indesejáveis. Sobre esses personagens “malditos”, refratários às disposições disciplinadoras de suas vidas, as fontes os definem em poucas palavras – lançando uma infâmia. A existência daqueles sujeitos se tornou conhecida por constituir, na ótica dos jornalistas, um “problema” para a cidade.²⁸⁰ Em outros termos, por contrariar a imagem de civilidade e de ordem urbana defendida pelos editores do periódico.

Buscando acompanhar a pulsação social das ruas daquela cidade, através dos textos jornalísticos, identificamos outras práticas de “desvio” no uso do solo urbano. Deste modo, o *Vanguarda* protestava contra os motoristas que trafegavam em alta velocidade pelas ruas:

Os motoristas de caminhões estão transformando as ruas desta cidade em verdadeiras pistas de corrida. Andam em altas velocidade nas estreitas e tortuosas ruas da nossa velha urbe, com iminente perigo de vida para os seus habitantes, especialmente para as crianças!²⁸¹

Em relação ao limite de velocidade dos veículos no perímetro urbano, as posturas municipais determinavam que: “Art. 119 É terminantemente proibido automoveis (sic) e caminhões em disparada nas ruas desta cidade sendo, o maximo (sic) de velocidade de 30 kilometros por hora, sob pena de 20\$000 de multa.”²⁸² O descumprimento da postura por parte dos motoristas parece ter sido uma constante, outras reclamações como a citada acima foram publicizadas nas colunas do periódico. De tal modo, continuava a denunciar o jornal:

Existem uns velhos caminhões de carregar pedras e outros materiais de construção, sem freios e apenas com os lastros das carrocerias, que são os que mais velocidade deslocam em ruas estreitas, como, por exemplo, a Av. Cel. Teixeira!²⁸³

Certamente, as obras de pavimentação das ruas centrais melhoraram as condições de tráfego, possibilitando a majoração da velocidade dos veículos. Concomitantemente aumentava-se o perigo para os pedestres transitarem nas vias públicas, forçando-os a desviarem ou disputarem as ruas com as máquinas automobilísticas. Como apontava os

²⁸⁰A propósito, essa é uma questão pertinente para o historiador, quando se trata de estudar esses indivíduos anônimos e suas práticas desviantes. Segundo Michel Foucault, no texto a *Vida dos homens infames*, esses personagens obscuros, que não tiveram glória nenhuma na vida, sabemos da existência por meio de notas, que foram produzidas num momento de humilhação ou indignidade das suas vidas - no embate com o poder. Poder que quis eliminá-las ou lançou alguma acusação. Contudo, o gesto do poder que buscou torná-lo indigno, foi possível a visibilidade das suas exigências, mesmo que em poucas palavras. Cf. FOUCAULT, Michel. *A vida dos homens infames*. In: _____. *Estratégia, poder-saber*. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 203-222.

²⁸¹ Com Vistas ao Chefe do Pôsto de Trânsito - *Vanguarda*, 27/10/1956. N.º367.p.1

²⁸² JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato N° 57, de 30 de dezembro de 1933. p.16.

²⁸³ VANGUARDA, 27/10/1956. N.º367.p.1

editores da folha, alguns motoristas estavam abusando da velocidade com seus veículos, transformando as ruas em “verdadeiras pistas de corrida”, a despeito daqueles que andavam a pé. Por fim, os jornalistas clamavam pela intervenção do responsável pelo controle do trânsito: “Apelamos para o sr. Osmário Castro Cerqueira, chefe do Pôsto de Trânsito local, no sentido de chamar êsses ‘Pintacuda-Mirins’ às falas, a fim de evitarem-se possíveis acidentes.”²⁸⁴

Nos logradouros centrais da urbe, que tinham sido pavimentados, saneados, desodorizados e embelezados, ao que parece, os condutores de automóveis estavam exarcebando da velocidade. Outro episódio com motoristas em disparada pelas ruas foi registrado nas folhas do *Vanguarda*. Numa narrativa digna de uma montagem cinematográfica, o jornal descreveu as façanhas de um motorista da prefeitura, com o automóvel de trabalho pelos logradouros do centro da urbe:

A “Caçamba” Quase Derriba a Fachada do Prédio.

No último sábado, à noite o motorista da Prefeitura José “Xerém” tomou uns pileques, pegou a “caçamba” que dirige e andou fazendo da Praça Rio Branco pista de corridas automobilísticas, até que, uma das suas voltas em torno daquele logradouro, bateu com o referido veículo na frente da Casa “Mairi”, derribando uma coluna desta e danificando a sua fachada.

Depois dessa proeza, o aludido motorista saltou do veículo, sacou do revolver que portava e deu vários tiros nos escombros do prédio, isto em pleno coração da cidade!

A Delegacia de Polícia abriu inquérito para apurar a delituosa ocorrência.²⁸⁵

Se considerarmos o discurso do semanário acerca das proezas do motorista José “Xerém” naquele final de semana, o citado sujeito tocou o terror nas ruas, cometendo várias infrações de trânsito e de ordem pública. O condutor que possivelmente estava embriagado, além utilizar o automóvel de trabalho fora do horário de serviço, provocou um acidente que danificou uma propriedade particular e efetuou disparos de arma de fogo em via pública, no caso, no “coração da cidade”. Entretanto, se comparada à versão criada pelo jornal com outros textos já citados sobre demais práticas desviantes no centro da cidade, percebe-se na nota acima uma entonação retraída e uma linguagem não pejorativa ou preconceituosa para qualificar a ação e o indivíduo envolvido. Ao contrário de outras práticas nas ruas que receberam censura pública e nas quais o periódico conclamava a intervenção policial, os redatores da folha apenas reservaram-se a comentar que a delegacia fez o procedimento de

²⁸⁴ VANGUARDA, 27/10/1956. N.º367.p.1

²⁸⁵ VANGUARDA, 28/09/ 1957. N.º. 411. p.1

praxe para a investigação. Certamente, pela função do sujeito, um servidor público municipal, o jornal se posicionou de maneira menos incisiva, sem o uso de termos depreciativos como “vândalo” ou “malandro”; evitando assim provocar em seus leitores o sentimento de repulsa pela conduta do motorista. De tal modo, observa-se que os redatores da folha modulavam sua linguagem a depender da posição social dos autores de práticas de indisciplina nas ruas.

Diante desses acontecimentos envolvendo motoristas dirigindo com velocidade além da permitida, em 1958, um leitor do *Vanguarda* pronunciou-se por meio de pequeno texto, publicado no periódico. A nota intitulada “*O Direito de Adoecer*” era assinada por Marco Antônio e foi publicada numa coluna da segunda página do jornal. No documento, o autor manifestava sua insatisfação em relação aos condutores de automóveis que trafegavam em alta velocidade e faziam incômodo barulho na Av. Manuel Novais. Marco Antônio citava que há algum tempo os moradores do citado logradouro estavam “sofrendo as maiores torturas auditivas, especialmente no tocante às buzinas dos carros que passam em velocidade acima do normal, causando pânico a todo mundo, e com o som ensurdecidor”.²⁸⁶ Na referida avenida estavam ocorrendo acidentes, como “atropelamentos de animais”²⁸⁷ e até “caminhão invadindo casa”²⁸⁸, e sua solicitação de medidas junto aos responsáveis pelo trânsito local não tinha resultado em nenhuma ação no sentido de coibir tais atos.

Apontava ainda o autor do texto que “motoristas vaidosos”²⁸⁹ puxavam 70, buzonavam “a todo som, calcando o pé no acelerador”²⁹⁰, e “quanto este (o veículo) não tem amortecedor”²⁹¹ não havia “ouvido nem nervos”²⁹² que aturassem o barulho, estando entre os carros que mais causava incômodo “o ônibus novo da São Luís, com sua busina (sic) terrível”²⁹³. Assim, fechava o texto manifestando sua indignação: “Será que os motoristas que, tentando nos atropelar a todo o momento e com tais businas (sic), não nos querem dar nem ‘o direito de adoecer’? Responda quem de direito”.²⁹⁴ Certamente, no título do texto, retomado na citação acima, o autor estivesse fazendo referência a alguém que morava na avenida ou a si mesmo, que encontrava-se doente e padecendo ainda mais com o incômodo barulho provocado pelos automóveis.

²⁸⁶ “O Direito de Adoecer” - *Vanguarda*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁸⁷ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁸⁸ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁸⁹ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁹⁰ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁹¹ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁹² *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁹³ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

²⁹⁴ *VANGUARDA*, 28/09/1958. N.º463.p.2

Na mesma edição que o texto citado acima foi publicado, também foi divulgado na quarta página do semanário um comunicado do responsável pelo gerenciamento do trânsito da cidade, o tenente Jessé Soares Monte Santo, em que orientava os condutores:

Inspetoria Geral de Trânsito

6ª Região

MOTORISTAS!

95% dos desastres de veículos em todo o mundo são causados por excesso de velocidade desenvolvida pelos respectivos condutores. Em consequência, e como medida de prevenção contra tais acidentes, fica limitada até 30 quilômetros a velocidade máxima permitida nos perímetro urbano e suburbano da cidade – (Art. 9º do Código Nacional de Trânsito).

Aos imprudentes e irresponsáveis, advertimos que, fora da lei, não há contemplação.

Jacobina, 23 de setembro de 1958.

Ten. Jessé Soares Monte Santo – Encarregado do Serviço de Trânsito.²⁹⁵

De tal modo, o comunicado da autoridade de trânsito na cidade só reafirmava o limite máximo de velocidade, já estabelecido pelo Código de Posturas, para o espaço urbano. O controle e disciplinamento das ruas da cidade procurado por jornalistas, gestores e mecanismos de segurança, sucumbiam na pretensão de normatizá-las. A despeito da estratégia de ordenamento urbano, as práticas cotidianas que proliferavam e movimentavam as ruas, faziam da cidade o avesso da ordem projetada.

²⁹⁵ VANGUARDA, 28/09/1958. N.º463.p.4

3. A “conquista” da água encanada

A implantação do serviço de água encanada era outro item estratégico para o projeto de vida urbana desejado para Jacobina naquele contexto. Por um lado, era um fator que pesava positivamente na construção da imagem de cidade civilizada e em ritmo de progresso. Por outro, a partir do conhecimento técnico da engenharia, implantava-se no subsolo da cidade uma rede de equipamentos invisíveis, mas de valor inestimável do ponto de vista da higiene e melhoramento do nível de saúde da população. A rede de distribuição de água, com a canalização para as residências, casas comerciais e chafarizes, passaria a transportar a água tratada por processos químicos de purificação – medidas prescritas em nome da preservação da saúde da população citadina.

A questão do cuidado com a água consumida era alvo de preocupação por parte dos médicos do Distrito Sanitário, sendo um dos itens abordados na campanha de educação sanitária desencadeada na cidade.²⁹⁶ Num artigo publicado no *Vanguarda*, o médico-sanitarista Evandro Oliveira Campos manifestava a inquietação:

Ninguém, de mediana cultura, desconhece a influência que exercem as perfeitas instalações higrotécnicas sôbre (sic) o decréscimo da mortalidade da população de uma cidade. As estatísticas têm demonstrado que a baixa da mortalidade é uma consequência dos cuidados de higienização dos abastecimentos hídricos. Longe, infelizmente, estamos de nos filarmos ao grau de salubridade, segundo o conceito dos higienistas americanos, os quais estimam aquêle grau para a cidade, cuja mortalidade, por febre tifóide, não seja superior a 5 por 100.00 habitantes; nós apresentamos uma cifra de em tôrno de 13,5 por 100.000 habitantes.²⁹⁷

O assunto passava pelo horizonte de preocupação do prefeito, que, na mensagem de prestação de contas encaminhada à Câmara Municipal, no tópico sobre o andamento da instalação do serviço de água encanada, considerou:

revestimentos da barragem, do lastro do canal adutor bem como suas paredes e ainda a construção dos ‘filtros lentos’. Estes em verdade irão proporcionar à população jacobinense um consumo de água cientificamente tratada.²⁹⁸

²⁹⁶ Água, Amiga e Inimiga - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 14/07/1956. N°.352. p.4; Água, Amiga e Inimiga II - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 21/07/1956. N°.353.p.4

²⁹⁷ Água, Amiga e Inimiga - Dr. E. Oliveira. Vanguarda, 14/07/1956. N°.352. p.4

²⁹⁸ Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Série: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01. APMJ.

Como também dos editores do *Vanguarda*, que publicaram um texto intitulado *A Pureza da Água Interessa a Todos*, em que citavam um panfleto difundido pelo Serviço de Saúde Pública dos Estados Unidos, no qual fazia referência à importância do cuidado com a pureza da água, nesses termos: “lembrou ao povo norte-americano que todos os cidadãos têm obrigação de zelar pela saúde de sua família e da comunidade, conhecendo a situação local da água e, se fôr possível, ajudando a melhorar esta situação.”²⁹⁹ Certamente o medo de epidemias fazia parte das preocupações desses sujeitos.

Mas como era o abastecimento de água na cidade antes desse melhoramento urbano? Pelas informações levantadas, Jacobina era abastecida por aguadeiros, profissionais que carregavam latas ou vasos de água na cabeça ou no lombo de animais, e vendiam nas ruas. (Imagem 4 – em anexo). Eram utilizados como fonte os rios (Rio do Ouro e Itapicuru-Mirim) que cortavam a cidade. Todavia, não podemos descartar outras modalidades de provimento de água para os afazeres cotidianos que por ventura existiam.

O consumo da água na cidade movimentava seus fornecedores, os aguadeiros, que, atuando no transporte da água, faziam as casas funcionarem. Tal atividade presente na paisagem urbana e no cotidiano doméstico foi citada nos escritos memorialísticos de Amado Honorato de Oliveira. Numa série de pequenos textos classificados como contos, escritos em 1999, Honorato de Oliveira, narrava suas memórias de juventude, descrevia personagens e eventos pitorescos das ruas da cidade. Num destes, mencionava a atividade de aguadeiro sendo exercida, indicando detalhes dessa prática costumeira na urbe:

Jacobina ainda não tinha recebido o benefício da água encanada. O Rio do Ouro era o seu principal manancial e os aguadeiros se tornaram famosos servidores que não paravam durante todo o dia transportando latas d’água para o abastecimento local. Ali, na Ponte do Convento, do lado da casa de Dona Nena, havia uma descida com degraus onde as vasilhas eram cheias.

Os aguadeiros que podiam, compravam jumentos para o carregamento dos “carotes”, usados no transporte do precioso líquido para os locais mais distantes da cidade.”³⁰⁰

De tal modo, citava os nomes de “Cícero, o Rezador” e Maria Benvinda como conhecidos aguadeiros. Acerca da última, escreveu:

²⁹⁹ VANGUARDA, 06/04/1957. N° 388. p.4.

³⁰⁰ OLIVEIRA, Amado Honorato de. “Cícero, o rezador” – Juazeiro – BA, outubro de 1999. In:_____. *Contos e crônicas*. s.n.t. p.19. (A numeração da página segue a sequência da organização dos textos organizados no volume.)

Ela ganhava a vida carregando latas d'água do Rio do Ouro para a sua enorme freguesia. A sua ida-e-vinda para servir talvez fosse maior que todos os aguadeiros juntos. Começava o trabalho no romper do dia e alcançava o cair da noite.³⁰¹

Especificamente o uso das águas dos rios que cortavam a cidade era motivo de conflitos entre a administração municipal e os moradores que as utilizavam para lavagem de utensílios domésticos, de roupas e banhos. As lavagens de roupas eram representativas dessa tensão entre as normatizações e as práticas cotidianas da população. Apesar de interditas pelas posturas municipais na maior parte do leito dos rios, as lavadeiras cotidianamente expandiam esses limites (Imagem 5- em anexo). E eram, assim, alvo de reclamações dos editores do jornal *Vanguarda* por usarem o espaço do rio além do permitido. Como podemos ler nesse texto publicado na primeira página do periódico:

Estão Lavando Roupa nos Locais Proibidos Pelas Posturas Municipais!

Pessoas irresponsáveis e sem princípios estão lavando roupa no Rio do Ouro, acima dos locais em que a população jacobinense apanha água para beber e para outros fins domésticos.

Como é sabido, só é permitido a lavagem de roupa na confluência do Rio do Ouro com o Itapicuru-Mirim, fora daí é expressamente proibido pelas posturas municipais.

É necessário que os prepostos da Prefeitura redobrem a sua vigilância no Rio do Ouro a fim de evitar que indivíduos inescrupulosos continuem a lavar roupa nos lugares proibidos.³⁰²

Contudo, também os aguadeiros eram alvo de críticas por parte dos jornalistas:

Com Vistas aos Fiscais do Município

Solicitamos uma providência dos srs. Fiscais do Município contra o abuso de os (sic) aguadeiros deixarem os seus animais carregados, soltos pelas ruas a atropelarem as crianças e a impedir o livre trânsito de veículos nas vias públicas desta cidade; como ocorreu em dia desta semana com uma criança que recebeu brutal pancada do ancorote, na cabeça, que quase lhe fratura o crânio!³⁰³

As duas situações citadas invocavam as prescrições das posturas municipais, manifestando-se em defesa da normatização dessas atividades. De tal modo, imaginavam uma cidade ordenada, com a disposição dos corpos circunscrita nos espaços delimitados pelo

³⁰¹ OLIVEIRA, Amado Honorato de. "CHUTEIRA". Juazeiro – BA, novembro de 1999. In:_____. Contos e crônicas. s.n.t. p.17.

³⁰² VANGUARDA, 15/02/1959. N° 481.p.1

³⁰³ VANGUARDA, 05/11/1955. N° 317.p.1

modelo da legislação urbana. No caso das lavadeiras, o transbordamento de suas práticas pelas margens dos rios assinalava uma maneira de consumir o espaço à revelia da concepção racional e funcionalista dos gestores e jornalistas. Nesse movimento, a cada dia conquistavam o espaço e estendiam os limites de lavagem de roupa definido pelas posturas.

Levando em consideração que a cidade não dispunha de serviço de água encanada e passava por um crescimento populacional, será que nesse espaço delimitado era possível que todos lavassem roupas? Era bem provável que não. A ampliação dos espaços demarcados pelas posturas, que incomodavam os jornalistas, era uma condição quase que indispensável para o desenvolvimento desses afazeres no leito dos rios nos dias de maior demanda. As lavadeiras, classificadas de forma depreciativa no texto como “irresponsáveis, sem princípios e inescrupulosas”,³⁰⁴ serviam-se das águas para lavagem tanto de suas próprias vestes e utensílios, como de terceiros, pertencentes aos abastados da cidade.

No episódio dos carregadores de água, a questão envolvia a presença dos animais no espaço urbano. Como de praxe, os editores clamavam a atuação da prefeitura no sentido de normatizar as atividades. As posturas municipais ordenavam que os animais deviam transitar pela cidade presos a cabresto e guiados pelo condutor, sob pena de multa aos que desrespeitassem.³⁰⁵ No texto, os jornalistas acionavam como argumento para a conservação da ordem funcional da cidade um apelo sensível: o cuidado com as crianças. Aliás, a preocupação com as crianças era um assunto que aparecia em voga nas páginas do *Vanguarda*, uma série de notas em pequenas colunas no jornal, chamadas de “Conselho Útil”, orientavam no sentido do cuidado com a saúde e preservação dos direitos das crianças.³⁰⁶

No enunciado era apresentando ainda a ideia de um livre fluxo do trânsito urbano, que estaria sendo obstruído pela presença dos animais nas ruas. O livre movimento das ruas era um aspecto essencial para uma cidade que ambicionasse ser moderna. Assim, para os editores do *Vanguarda*, vigilantes atentos em defesa da ordem e do uso disciplinado dos espaços urbanos, essa devia ser a configuração assumida nas ruas de Jacobina: deviam estar sempre livres para o fluxo de pessoas e mercadorias. Como localizamos anteriormente, essa era uma noção recorrente nos enunciados jornalísticos, presente nas posturas municipais e nas intervenções do gestor municipal. Assim, imaginavam um mapa urbano liso, a cidade

³⁰⁴ VANGUARDA, 15/02/1959. N° 481.p.1

³⁰⁵ JACOBINA. O artigo 114. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato n° 57, de 30 de dezembro de 1933.

³⁰⁶ Ver a coluna Conselho Útil nas edições: Vanguarda, 09/02/1957. N°381.p.4; Vanguarda, 30/03/1957. N° 387.p.4; Vanguarda, 06/04/1957.N° .388. p.4. Vanguarda, 13/04/1957. N° .389.p.2; Vanguarda, 20/04/1957. N° 390.p.4; Vanguarda, 29/03/1958. N.437.p.3; Vanguarda, 21/09/1958. N°462.p.3. Direitos da Criança Brasileira - Vanguarda, 19/10/1958. N°467.p.3.

cumprindo a função de deslocamento e mobilidade, mesmo que houvesse pouco movimento nas ruas.

Contudo, não havia ainda um discurso no jornal no sentido de eliminar essas atividades, o que se buscava era tentar disciplinar, na utopia de fazer funcionar como prescreviam as normas. As atividades de aguadeiros e lavadeiras faziam parte de uma economia urbana e da paisagem cotidiana das ruas. Os primeiros, trabalhando no imprescindível serviço de abastecimento da cidade. As lavadeiras, por sua vez, tinham na lavagem de roupa uma fonte de renda.

Essas práticas seriam constrangidas com a construção do serviço de canalização de águas para as residências ou de chafarizes. Desse modo, as obras caminhavam na transformação de antigos costumes e hábitos presentes na paisagem urbana. A introdução da água encanada seguia da prescrição de outro estilo de vida na cidade, configurado pela privatização do consumo da água (agora tratada através de processos científicos de purificação) e da eliminação de animais transportando o elemento hídrico pelas ruas. A modernização da cidade iria colocar de lado as antigas profissões do aguadeiro e da lavadeira, a primeira sendo excluída da paisagem urbana e a segunda sofrendo um deslocamento.

Vejamos um pouco como foi se estabelecendo para a vida nas cidades esses sistemas técnicos de captação e distribuição de água. Com as descobertas de William Harvey³⁰⁷ (séc. XVII) acerca da circulação sanguínea do corpo, outro descobrimento semelhante foi feito no século seguinte, a circulação que devia ocorrer no corpo social. A adequada circulação das águas no meio urbano, bem como das ruas atendendo o livre fluxo, passaram a ser tratadas como conservadoras da saúde numa cidade. Segundo Richard Sennet:

A revolução de Harvey favoreceu mudanças de expectativas e planos urbanísticos em todo o mundo. Suas descobertas sobre a circulação do sangue e a respiração levaram a novas ideias a respeito da saúde pública. No Iluminismo do século XVIII, elas começaram a ser aplicadas aos centros urbanos. Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, por meio das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável.³⁰⁸

³⁰⁷ Cf. SENNET, Richard. *A Carne e a pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008. p. 261-288.

³⁰⁸ SENNET, Richard. 2008. p. 262-263.

As descobertas de Harvey influenciaram o pensamento sobre o planejamento urbano no mundo moderno. A crescente preocupação com a limpeza urbana, as drenagens de áreas pantanosas, a pavimentação das ruas, a criação de áreas verdes e a construção de sistemas de água encanada e esgotos advieram a partir da analogia entre a fisiologia do corpo e o desenho urbano. Seguindo essa lógica, os elementos que impedissem a livre circulação das águas e do ar numa cidade eram tratados por médicos, arquitetos e administradores, como obstáculos a uma vida urbana com salubridade. Assim, ainda de acordo Sennet: “Partindo da ideia de um corpo saudável, limpo e que se deslocasse com total liberdade, o desenho urbano previa uma cidade que funcionasse assim.”³⁰⁹

Os estudos de François Beguin acerca das pesquisas sociais realizadas pelo governo inglês sobre as habitações populares em Londres na primeira metade do século XIX demonstraram como a cidade foi se constituindo num campo do saber médico. Dirigidas pelo jurista Edwin Chadwick, os trabalhos confirmaram a relação entre a insalubridade das casas e alojamentos, e a origem de doenças e o grau de mortandade da população.

A preocupação principal desses trabalhos envolvia o custo econômico e social provocado pela insalubridade e o desconforto das casas e alojamentos. Havia um custo alto com as péssimas condições de salubridade e do desconforto urbano das edificações populares, que, na lógica governamental inglesa, precisava ser equacionado. O cálculo era feito entre o custo da perda econômica da mão de obra vitimada por causa das doenças, somada ainda às despesas dos serviços de assistência social. Por outro lado, o desconforto era visto como ambientes propícios à desagregação das famílias, de práticas imorais e ilegais que incidiam também em custos sociais.³¹⁰ Assim:

Se o custo da doença pode ser enunciado em termos cada vez mais concretos e mensuráveis, a própria saúde torna-se ela própria um problema técnico que podemos controlar com a ajuda de engenheiros e artefatos sanitários.³¹¹

Em outros termos, a lógica era antes prevenir do que remediar, para isso, era necessária a construção de uma maquinaria urbana de equipamentos e serviços, a exemplo de sistema de esgotos, água encanada, drenagem de áreas pantanosas e limpeza urbana.

³⁰⁹ SENNET, Richard. 2008. p. 270.

³¹⁰ BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Revista Espaço e Debate* (Revista de Estudos Regionais e Urbanos), São Paulo, Ano XI. N° 34, 1991. 39-54.

³¹¹ BEGUIN, François. 1991. p. 40.

Dessa maneira, Beguin chamou atenção para o pioneirismo inglês no investimento em aparelhos urbanos para a salubridade, higiene e conforto das habitações. Se no urbanismo francês, posto em prática em Paris por Napoleão III e o prefeito Georges Haussmann, sobressaíram os aspectos monumentais, espetaculares, bélicos e estratégicos das intervenções, o urbanismo inglês prezou pelos aspectos menos visuais, investiu na implantação de redes subterrâneas de circulação da água encanada e do esgoto. Para o citado autor, os aspectos espetaculares do urbanismo de Haussmann não caracterizariam a originalidade do urbanismo do século XIX, o apelo ao sensível e o efeito monumental das intervenções na França eram mais de ordem arcaica do que da modernidade. O urbanismo moderno não nasceu com aberturas de largas avenidas e edificações monumentais, “mas com as técnicas que permitem compreender e quantificar certos fenômenos urbanos, fabricar novas imagens da cidade, captar e distribuir água, organizar a drenagem, mas também iluminar as ruas, vigiar os habitantes etc.”³¹²

Essa maquinaria urbana de aparelhos técnicos voltados para criar condições de salubridade e eliminar as doenças era instalada em virtude das exigências do saber médico – influente nas decisões governamentais –, dos avanços tecnológicos da engenharia e da atenção cada vez maior oferecida aos aspectos circulatórios da cidade.

No século XIX uma nova lógica de salubridade então se impõe. Esta lógica tem a particularidade de ser ao mesmo tempo inspirada pelas grandes obras da Roma Antiga, pelas descobertas de Harvey sobre a circulação sanguínea e pelos mais recentes progressos da tecnologia.³¹³

A implantação desses aparelhos urbanos, como a introdução de água encanada nas residências, provocava alterações nas sensibilidades, no desenvolvimento de hábitos de asseio corporal e limpeza dos cômodos internos, resultando em ganhos em termos de melhoria das condições de saúde da população. Além do mais, instaurava-se um regime de conforto doméstico, levando o indivíduo a desenvolver o gosto pela intimidade do lar, a preferir o conforto do ambiente interno da casa do que das ruas, onde estariam suscetíveis às práticas consideradas como transgressoras e imorais. Para designar esses melhoramentos pioneiros dos ingleses, François Beguin chamou de maquinarias do conforto, uma estratégia de disciplina da população que se exercia de maneira leve e suave.

³¹² BEGUIN, François. 1991. p. 44. A presença dos serviços de água encanada e de sistemas de esgotos tornaram-se elementos que distinguiram o urbanismo moderno, como argumentou Georges Vigarello: “a cidade moderna constrói-se sobre estas infra-estruturas camufladas.” Cf. VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo: A Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Trad. Isabel St. Aubyn. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1985. p.143.

³¹³ BEGUIN, François. 1991. p.42

Em Jacobina, a implantação da água encanada começou a partir de 1955, com o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), órgão de natureza sanitária. Na página inicial do jornal *Vanguarda*, era anunciada a chegada dos materiais à cidade:

Está chegando material para o serviço de A'gua (sic) Encanada

Começou a chegar aqui o material destinado à instalação do serviço de água encanada desta cidade.

Já se encontram nos armazéns da Prefeitura Municipal cerca de 20 toneladas de tubos de várias dimensões, remetidos do Rio de Janeiro, pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), a quem está afeta (sic) a instalação de água encanada desta cidade.

O início dos trabalhos da Engenharia Sanitária está previsto para dentro de breves meses, provavelmente, antes do fim do ano em curso.

É esta, sem dúvida, uma notícia alviçareira para todos nós que aqui residimos.³¹⁴

O SESP já tinha feito um estudo prévio para a realização dessa obra na cidade, como aponta um ofício enviado pelo prefeito ao superintendente da instituição solicitando cópias do projeto.³¹⁵ O referido órgão sanitário foi criado em 1942, no contexto da Segunda Guerra Mundial, numa parceria do presidente Getúlio Vargas com o governo norte-americano, e planejado com o propósito de desenvolver ações em regiões de exploração de materiais considerados estratégicos, como minérios e borracha. Inicialmente sendo previsto como serviço temporário, servindo às demandas citadas. No entanto, na Era Vargas o órgão desempenhou também um atuação importante, auxiliando na expansão das ações do Estado brasileiro em regiões interioranas ausentes de políticas governamentais de saúde e saneamento. Com o fim da guerra, houve um acordo para a continuidade do funcionamento. Diante da tensão política instalada entre o capitalismo americano e o socialismo soviético, o SESP passou a servir no programa norte-americano de combate ao comunismo e a atender interesses comerciais com a venda de produtos farmacêuticos e da indústria de saneamento. Porém, a continuidade das atividades era reivindicada também por representantes do governo brasileiro, as ações do SESP foram instituídas no país e havia interesses para a manutenção.³¹⁶

Nos anos posteriores à guerra, elaborou-se a associação entre política sanitária e o projeto de desenvolvimento nacional. As péssimas condições de saneamento e o baixo índice de saúde da população eram vistos como fatores que impediam o pretendido desenvolvimento

³¹⁴ VANGUARDA, 01/05/1955. N° 290. p.1

³¹⁵ JACOBINA. Ofício n. 91 de 55. Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Datas-limites: ano de 1955-1956. p. 102.

³¹⁶ Cf. CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: Políticas Internacionais e Respostas Locais. *História em Revista*, Pelotas, v. 11, dezembro/2005. p. 37-61.

do país. A partir de 1946, a agência bilateral passou a ser beneficiada com recursos federais para investimentos em regiões do país consideradas como subdesenvolvidas. Em 1949, foi assinado um contrato com estados da região Nordeste, a fim de organizar os serviços de saúde pública em áreas consideradas de importância econômica. O SESP cumpriu um papel significativo no país na área de saúde pública e saneamento, principalmente nos de 1950. O governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), utilizou-se da agência, para a prestação de serviços nas regiões consideradas como alvo do projeto nacional desenvolvimentista.³¹⁷

A água encanada era mais um equipamento urbano que, no imaginário dos jornalistas e dos gestores municipais, elevava Jacobina à condição de cidade moderna, civilizada e progressista. Além de ser um melhoramento estratégico no cuidado com a saúde da população, defendida pelos médicos, jornalistas e o alcaide municipal. Dada a importância da obra para a cidade, pelos aspectos considerados acima, o prefeito demonstrou-se empenhado no andamento, como aponta esse ofício:

Ofício n.92 em 55

Senhor Superintendente

Pelo presente dirijo-me a V.S.a, no sentido de levar ao vosso conhecimento que a Prefeitura Municipal de Jacobina, está enviando todos os esforços a fim de dotar esta cidade do serviço de água encanada.

Assim sendo solicito de V.Sa. informes concretos que digna respeito:

- a) Quais os meios que possam facultar a esta Prefeitura à realização da obra?
- b) Qual a verba destinada ao Serviço Especial de Saúde Pública no presente exercício para o referido serviço? Informações outras que a critério vosso possam esclarecer o assunto serão de bom grado recebidas por esta Prefeitura, que pelo seu Prefeito confessar-se-a antecipadamente agradecido, subscrevendo-se com alta estima e elevada honra.

Cordialmente

(As.) Dr. Orlando Oliveira Pires

Prefeito

Ilmo Sr.

Dr. Aristóbulo Codevilla Rocha

DD. Diretor Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco

Rio de Janeiro – Distrito Federal³¹⁸

Considerando que tratava-se de um importante melhoramento ambicionado para a cidade, num primeiro momento, o alcaide solicitou ainda a autorização da Câmara Municipal

³¹⁷ CAMPOS, André Luiz Vieira de. 2005. 37-61.

³¹⁸ JACOBINA. Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Datas-limites: ano de 1955-1956. p. 102-103. APMJ.

para contrair um empréstimo bancário em nome da Prefeitura,³¹⁹ para contribuir com a instalação do serviço da água encanada. Em sessão da Câmara realizada em 12 de maio de 1955, foi colocada em pauta a discussão e votação do projeto de implantação do serviço. Ocasão na qual o prefeito encontrou votos contrários dos vereadores da oposição. Alegava os opositores que só votariam a favor caso o dirigente municipal apresentasse o orçamento do serviço a ser construído, intimando de certo modo o prefeito para esclarecer a questão. Na ata da citada sessão consta que, ao ser indagado pelo vereador da oposição Ubaldino Mesquita Passos, o alcaide contrapôs que:

o orçamento atingia a uns CR\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros) mais ou menos e acrescentou que já está recebendo material destinado ao Serviço, proveniente de providências do então Prefeito Dr. João Batista Freitas de Matos.³²⁰

A obra de modernização urbana resultava ainda num meio de promoção e projeção política para as lideranças locais que, através dos órgãos federais, buscavam angariar recursos financeiros para o andamento das obras.³²¹ O semanário *Vanguarda*, que colaborava com o enaltecimento desses personagens, trazia nas suas edições textos informando das movimentações políticas em torno do andamento das obras. Como podemos ler nessa nota:

Está sendo encaminhado o problema de água encanada.

O importante problema de água encanada para esta cidade vai, pouco a pouco, sendo equacionada, graças às providências tomadas pelo representante deste Município, dep. Francisco Rocha Pires, juntamente com o deputado federal dr. Manuel Novais, incansável batalhador em prol das cousas da nossa terra.

Além da verba de seiscentos mil cruzeiros já aplicada na compra da tubulação que se encontra nos depósitos da Prefeitura local, o dep. Novais acaba de telegrafar ao dep. Rocha Pires, comunicando-lhe ter conseguido da Comissão do Vale do S. Francisco, uma dotação de um milhão de cruzeiros para a instalação do serviço de água encanada nesta cidade.

Por outro lado, o prefeito municipal, dr. Orlando Oliveira Pires, tem tomado várias providências junto à Comissão do Vale do S. Francisco e ao Serviço Público, no mesmo sentido.

É sobremodo agradável para todos nós saber que o aludido problema está sendo encaminhado, com dedicação e interesse, para breve solução.³²²

³¹⁹ Encerrados os Trabalhos da Câmara – Aprovado em 2.º Discussão o Projeto Sobre o Serviço de Água. Vanguarda, 12/06/1955. N.º296.p.1

³²⁰ Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Jacobina. Livro de Atas. N.º 2. De 05/12/1948 a 24/11/1955. p.182. APJM.

³²¹ Verbas Federais Destinadas a Obras Neste Município - Vanguarda, 11/01/1958. N.º.426. p.1

³²² VANGUARDA, 26/06/ 1955. N.º 298. p.1.

A instalação do serviço envolvia a construção de um reservatório e da rede adutora. De acordo com editores do *Vanguarda*, o designado “operoso prefeito do Município”³²³ Orlando Pires tinha viajado ao Rio de Janeiro, então capital do país. Nessa, havia conseguido, junto com a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e com o Serviço Especial de Saúde Pública, o valor de “dois milhões de cruzeiros” para compra do material para a edificação da adutora.³²⁴ No ano seguinte (1957), era noticiado que o material começava a chegar à cidade.³²⁵

A construção da obra foi feita pelo 4º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra Seca – DNOCS, cujo responsável era o engenheiro Desildo Meneses. O aludido órgão ficou com a parte de construção da rede distribuidora (canalizações nas ruas), da adutora e do reservatório (Imagem 15 - abaixo).³²⁶ Já a parte de aumento da barragem³²⁷ e a edificação da estação de tratamento da água foram entregues à responsabilidade do Serviço Especial de Saúde Pública (Imagem 16 - abaixo). O saber médico e da engenheira se entrecruzavam em prol da higiene e saúde pública na cidade.

³²³ Retornou da Capital da República o Prefeito Municipal - Vanguarda, 17/11/1956. N°370.p.1.

³²⁴ VANGUARDA, 17/11/1956. N°370.p.1.

³²⁵ Continua a Chegar o Material Para o Serviço de A'gua (sic) Encanada Desta Cidade Dentro de Breves Dias Serão Iniciados os Trabalhos de Instalação - Vanguarda, 13/07/1957. N°400.p.1. Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores; Datas-limites: 1951/1989. Série: Relatório. Maço: 01. Caixa: 109. Arquivo Público Municipal de Jacobina. APMJ.

³²⁶ Inspeccionou os Serviços de Instalação de Água Desta Cidade - Vanguarda, 19/04/1958. N° 440.p.1; Iniciados os Serviços de Instalação de Água Desta Cidade - Vanguarda, 05/10/1957. N°412. p.1. O aludido reservatório foi construído no alto da serra da Conceição, hoje bairro da Caixa da Água.

³²⁷ A citada barragem represava as águas do Rio do Ouro, foi construída onde era localizada a antiga usina hidrelétrica, no lugar hoje conhecido como Parque da Macaqueira.

Imagem 15 - Reservatório construído pelo DNOCS no alto da Serra da Conceição – 1959.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NEO/UNEB- CAMPUS IV).

Imagem 16 - Estação de tratamento do sistema de água encanada – 1960.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NEO/UNEB- CAMPUS IV).

Na primeira página do *Vanguarda* da edição de número 432, em 1958, os editores analisavam o andamento dos trabalhos:

A Instalação do Serviço de Água Encanada Nesta Cidade

Os trabalhos de instalação de água desta cidade encontram-se bastante adiantados. Em quase todas as ruas do perímetro urbano já foi assentada a respectiva tubulação.

Espera-se que, terminados esses trabalhos, seja imediatamente assentada a adutora e construído o reservatório para a distribuição do precioso líquido à população local.³²⁸

Em edição ulterior, era divulgado no jornal que o Serviço Especial de Saúde Pública havia começado a edificação da estação de tratamento de água. De acordo com o texto, a estação era composta de um reservatório da água bruta, decantador e filtros.³²⁹ No entanto, ocorreram dificuldades para a conclusão das obras, a construção da estação de tratamento foi paralisada em 1958³³⁰ e retomada somente alguns meses depois, já no ano seguinte.³³¹

A construção do sistema de água encanada era mais um mecanismo da estratégia de gestão da cidade. Importante melhoramento que servia tanto no sentido de diminuir o índice de mortalidade da população, resultando no aumento da sua expectativa de vida, como projetava Jacobina como um centro urbano adiantado, em sintonia com o progresso e a civilização. Iniciada a construção na gestão de Orlando Oliveira Pires, foi executada por órgãos federais em parceria com a prefeitura,³³² sendo finalizada e inaugurada na gestão do médico Florivaldo Barberino (1959-1963). Na administração desse último, foi elaborado o projeto de regulamentação e constituição de uma empresa municipal de economia mista, denominada Sociedade Anônima de Água e Esgoto (SAAE).³³³

A entrega do serviço de abastecimento de água à Prefeitura de Jacobina foi feita em 21 de novembro de 1960, com a presença do engenheiro Desildo Meneses do DNOCS e do diretor do SESP, Domingos Lavigne de Lemos.³³⁴ Também foram construídos pelo DNOCS, o SESP e a Prefeitura, chafarizes públicos em alguns logradouros. Sendo edificados pelo DNOCS dois, um primeiro na Praça Dr. J. J. Seabra (hoje Praça da Bíblia) e um segundo no Alto da Missão (Imagem 17 e 18 - abaixo). Na Praça da Concórdia, no bairro da Serrinha, o

³²⁸ VANGUARDA, 22/02/1958. N°432.p.1

³²⁹ Iniciada a Construção da Estação de Tratamento de Água - Vanguarda, 19/04/1958. N° 440.p.1.

³³⁰ Dois Milhões de Cruzeiros Para o Serviço de Água Encanada - Vanguarda, 25/01/1959. N°480.p.1.

³³¹ Reiniciada a Construção da Estação de Tratamento D'água - Vanguarda, 30/05/1959. N°486.p.1

³³² JACOBINA. Lei n° 100 -57 de 29 de novembro de 1957. Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacobina, a firmar um convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública, para o fim que especifica. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967,p.27-28. APMJ.

³³³ JACOBINA. Lei N° 152 de 15 de maio de 1963. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.56-58. APMJ. A proposta de criação foi feita na gestão de Florivaldo Barberino, no entanto, a lei autorizando o município a criar a referida empresa só foi promulgada na gestão posterior, de Ângelo Brandão.

³³⁴ Ofício N. 261/60 – Redigido pelo Secretário da Prefeitura, Amado Barberino, ao Presidente da Câmara Municipal e demais vereadores. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limite: 1960-1969. Notação: Ofícios Recebidos. Caixa: 72. Maço: 1. APMJ.

SESP construiu mais um (Imagem 19 - abaixo). Em 1963, a prefeitura inaugurava outro na Praça Miguel Calmon (Imagem 20 - abaixo).

Nas ruas centrais da cidade não há registro de construção de chafarizes, certamente as edificações situadas naquele espaço passaram a ter o conforto urbano da água canalizada - penetrando nas paredes dos cômodos e destilados nas torneiras. Dessa forma, enquanto os moradores e proprietários das ruas centrais da cidade passavam a possuir a água canalizada para suas residências e estabelecimentos comerciais, os moradores dos bairros afastados ficavam a disputar a água nos chafarizes públicos. O conforto urbano da canalização para as residências não vinha para todos, os moradores dos bairros afastados do centro da urbe restava o recurso das latas de água na cabeça. De tal modo, assim como as demais obras de modernização, o serviço de água encanada eram distribuídas de maneira desigual nos espaços na cidade, tornando mais um mecanismo de valorização dos imóveis e do espaço central da urbe.

Imagem 17 - Chafariz construído pelo DNOCS na Praça Dr. J. J. Seabra – 1959.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NEO/UNEB- CAMPUS IV).

Imagem 18 - Chafariz construído pelo DNOCS no largo das Missões – 1960.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NEO/UNEB- CAMPUS IV)

Imagem 19 - Chafariz construído pelo SESP na Praça da Concórdia – Bairro da Serrinha - 1960.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NEO/UNEB- CAMPUS IV).

Imagem 20 - Chafariz construído pela Prefeitura Municipal na Praça Miguel Calmon – 1963.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NEO/UNEB- CAMPUS IV)

3.1 A ampliação do serviço de energia elétrica

De acordo com Marcel Roncayolo, a vida urbana exigiu o domínio sobre a luz. “Dos lampiões a óleo às tochas, das candeias e das velas à pirotecnia, a cidade sempre procurou dominar a luz, sinal de originalidade técnica do mundo urbano”.³³⁵ Para o citado autor, o controle sobre a luz significou inicialmente garantir a segurança na cidade. Além disso, o domínio da luz artificial permitia ultrapassar o ritmo do tempo imposto pela natureza:

Mas a luz artificial permite também escapar à dominação do ritmo dos dias e das noites, aos comandos do calendário. O desenrolar dos dias ou das estações adquire um outro sentido, o mesmo para a alternância entre vida social e vida privada: ritmos das trocas entre os indivíduos – ritmos lúdicos, mas também ritmos do trabalho, a organização da atividade industrial dependendo intimamente da artificialidade e da nova codificação da luz.³³⁶

Sob o império das luzes artificiais, como designou Roncayolo, ocorreram substanciais transformações na vida social tanto no espaço público quanto no privado, processaram-se modificações no campo do trabalho, nas relações entre os sujeitos, nos hábitos cotidianos, no

³³⁵ RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Trad. Eveline Bouteiller Kavakama. *Proj. História*. São Paulo, (18), maio, 1999.p.97-101.

³³⁶ RONCAYOLO, Marcel. 1999.p.97.

ritmo dos transportes e das comunicações. A percepção sobre a cidade também mudava, assim como outras inovações técnicas emergentes no mundo moderno, provocava mudanças no campo da percepção humana diante das coisas. A invenção da luz artificial alterava os sentidos, a exemplo do olhar sobre a cidade.³³⁷

Quanto esse último aspecto, tomamos o exemplo do contraste na iluminação de uma cidade com o sistema de gás e a inserção da energia elétrica, destacado por Walter Benjamin. Numa passagem dos seus escritos, em que estudou as transformações na prática da *flanerie* na Paris do século XIX, o autor apontava para esse aspecto técnico, que alterava a percepção diante da cidade. Na Paris iluminada à gás, o acendedor saía pelas ruas de poste em poste acendendo os lampiões, a cidade tinha uma imagem noturna ainda ofuscada. Com a luz energia elétrica, em decorrência do automatismo, em apenas um instante de segundo toda a cidade passava a ser iluminada. Assim escreveu Benjamin: “No princípio, esse ritmo se distingue da uniformidade do anoitecer, mas agora contrasta com o choque brutal que fez cidades inteiras se acharem de repente sob o brilho da luz elétrica”.³³⁸ Outra questão observada por Benjamin era a relação entre a iluminação e o aumento da segurança urbana. Nesse sentido, observou, tratando da Paris do prefeito Georges Haussmann:

Sob Napoleão III cresce mais rapidamente o número de lampiões a gás. Isso elevou o grau de segurança da cidade; fez a multidão em plena rua sentir-se, também à noite, como em sua própria casa; removeu do cenário grande o céu estrelado e o fez de modo mais radical que os seus prédios altos.³³⁹

Nesse processo de busca de domínio sobre a luz, diversas técnicas foram inventadas. Porém, a tecnologia de produção de energia e iluminação mais eficiente, no sentido de capacidade de geração e higiene, comparada com as demais anteriores (querosene, gás), foi a eletricidade.³⁴⁰ Segundo a memorialista local Doracy Lemos, antes da chegada da eletricidade, Jacobina era “iluminada a carbureto e a querosene”.³⁴¹ O primeiro serviço de energia elétrica da cidade foi inaugurado em 1928, a partir da constituição da Companhia de Força e Luz de Jacobina S/A, que passou a oferecer o serviço de iluminação pública e privada. A empresa foi fundada pela iniciativa de políticos e sujeitos abastados da cidade, mas para a sua consolidação teve que contar com a participação da intendência municipal e do

³³⁷ RONCAYOLO, Marcel. 1999.p.97-98.

³³⁸ BENJAMIN, Walter. O flâneur. In. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Trad. José Martins Barbosa, Hermerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 47-48.

³³⁹ BENJAMIN, Walter. 1989. p. 47.

³⁴⁰ ROCHA, Amara Silva de Souza. Modernas seduções urbanas: a eletrificação do Rio de Janeiro da Belle Époque. *Anos 90*, Porto Alegre, N° 14, dezembro de 2000.p. 203.

³⁴¹ LEMOS, Doraci (sic). Jacobina. Jacobina. 1994. p.12

governo estadual.³⁴² O serviço de energia elétrica inaugurado em 1928 funcionava tendo como força motriz de produção de energia elétrica a pequena represa construída no leito do Rio do Ouro, a poucos quilômetros da cidade. Ainda de acordo com a supracitada memorialista, na gestão do prefeito Reynaldo Jacobina Vieira (1930-1942), o gestor, argumentando que a empresa não poderia continuar sendo administrada pela iniciativa privada dada a precariedade do serviço prestado, tentou encampar o serviço em nome da prefeitura – de tal fato surgiu um impasse entre prefeitura e os diretores da empresa, pois estes desejavam a venda de ações para aquela.³⁴³ Nesse período de recorte da pesquisa a empresa já aparecia sendo administrada pela gestão municipal.

No decorrer daqueles anos, o jornal *Vanguarda*, vigilante atento dos espaços urbanos, trazia uma série de notas reclamando acerca da má iluminação pública e da prestação do serviço de energia elétrica. Nos títulos dos textos bradavam: “No escuro um trecho da Av. Duque de Caxias”;³⁴⁴ “FALTAM LÂMPADAS NA RUA CEL. ROCHA PIRES”;³⁴⁵ “Faltam lâmpadas na Praça Miguel Calmon”.³⁴⁶ Duas dessas reclamações foram publicadas na primeira página do jornal, tendo em vista o destaque que os editores desejavam fazer da situação. As expressões não deixavam de acionar representações em torno da noite, do escuro e das trevas que reinavam nas ruas, onde habitava o desconhecido e o misterioso. E cujo horário era propício para práticas ilegais, censuradas, interditas ou para o aparecimento dos infames personagens noturnos da cidade.

As críticas não diziam respeito apenas à iluminação pública, à falta de lâmpada e à escuridão das vias urbanas, ampliavam-se para o horário de ligamento e desligamento da energia, para o funcionamento das atividades comerciais e domésticas. Pronunciando em nome dos comerciantes e dos moradores, que deviam ser poucos, (devido à restrição da rede de distribuição), o jornal reivindicava a mudança do horário de ligamento do serviço de energia, que devia ser ligado mais cedo do que estava ocorrendo. Como se lê nesse trecho:

Ainda o Retardamento na Ligação da Luz

Mais uma vez, apelamos para o sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja o serviço de iluminação pública iniciado mais cedo, pois, da

³⁴² Cf. BLUME, Luiz Henrique dos Santos. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. (Org.). *Culturas Urbanas na Bahia: Estudos sobre Jacobina e Região*. Salvador: EDUNEB, 2009. p.15-30.

³⁴³ LEMOS, Doraci. Jacobina. Cartilha.

³⁴⁴ VANGUARDA, 26/06/1955. N.º. 298. p.1.

³⁴⁵ VANGUARDA, 10/07/1955. N.º. 300. p.1.

³⁴⁶ VANGUARDA, 31/07/1955. N.º.303.p.4.

maneira como vem sendo feito está causando prejuízo à população local, especialmente ao comércio que, com o novo horário adotado pela Prefeitura, é obrigado a encerrar o seu expediente às 18 horas.

Em vez de ser a luz ligada entre as 17:50 às 18 horas, como o é atualmente, deveria ser às 17:30 horas, no máximo, pois a essa horas já está escuro no interior dos estabelecimentos comerciais e dos lares.

Consta-nos que os comerciantes desta praça dirigiram, há pouco, um apelo ao sr. Prefeito, neste mesmo sentido.³⁴⁷

As reclamações quanto ao ligamento da energia elétrica não se restringiam ao período noturno, estendiam-se ainda ao período da manhã:

Pedem eletricidade para preparar os seus alimentos

Em dia da semana que hoje finda, estêve em nossa redação uma comissão do Ginásio “Deocleciano Barbosa de Castro” que nos veio pedir solicitamos ao dr. Orlando Pires, prefeito municipal, que mande ligar os motores da usina elétrica, das 7 às 8 horas da manhã, a fim de poderem preparar os seus alimentos vitaminosos que dependem de aparelhos elétricos.

Ai fica registado (sic) o pedido das ginásianas, com vista ao dr. Orlando Pires que é também professor do Ginásio “Deocleciano Barbosa de Castro.”³⁴⁸

Conforme a nota, as estudantes utilizaram o periódico como mediador do pedido ao gestor municipal – no caso, que a ligação da energia elétrica fosse realizada mais cedo do que o horário convencional, a fim de servir para o preparo da “vitaminosa” alimentação matinal das colegiais. Mesmo o alcaide sendo professor na instituição escolar que as estudantes cursavam, espaço em que as alunas poderiam encontrá-lo e realizar pessoalmente a solicitação, as moças consideravam mais importante fazer através das páginas do jornal, levando também ao conhecimento dos leitores do periódico suas reivindicações.

Dessa forma, a antiga rede de energia elétrica da cidade funcionava limitada às poucas residências e estabelecimentos situados nas ruas centrais e tinha horário determinado para ser acionada e desligada. De maneira geral, as exigências e solicitações presentes nos textos jornalísticos acerca dos serviços de energia elétrica da cidade, manifestavam o desejo de estabelecer ambiente urbano bem iluminado, garantindo a segurança das ruas, promovendo o pleno desenvolvimento das atividades comerciais e o funcionamento dos equipamentos elétricos e eletrodomésticos.

³⁴⁷ VANGUARDA, 31/12/1955. N°325.p.1

³⁴⁸ VANGUARDA, 26/05/1956 N°345.p.1

De tal modo, o jornal expressava-se em nome de um grupo específico, dos comerciantes e dos moradores do centro da urbe. Como assinalou Ciro Marcondes Filho acerca da atividade jornalística:

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.³⁴⁹

Nesse sentido, concordamos com Marcondes Filho, as relações entre a imprensa e grupos políticos e econômicos se dão de forma imbricada. Longe de qualquer imparcialidade ou objetividade, a escolha ou posicionamento já começa no momento da seleção do que vai ser ou não publicado. Como também argumentou Tânia Regina de Luca: “A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.³⁵⁰ Dessa maneira, o jornal agenciava os interesses dos seus patrocinadores, comerciantes e profissionais liberais da cidade.

A partir da ampliação do serviço de energia elétrica, projetava-se o desenvolvimento do comércio da cidade. Considerando que, para melhor aproveitamento comercial e da dinâmica de circulação de mercadorias, os estabelecimentos comerciais e de serviços, como lojas, padarias, consultórios e armazéns dependiam de uma boa iluminação das vias e do interior dos espaços, permitindo o uso noturno dos mesmos. Além disso, sua execução funcionava como um mecanismo de garantia de um ambiente urbano com espaços mais transparentes e seguros, com as ruas iluminadas. A luz vinha como forma de conquista da segurança e do controle social na urbe. A questão da ordem urbana, da segurança das vias públicas no período noturno, era assunto de preocupação por parte dos negociantes locais. No que diz respeito a isto, foi criado ainda naqueles anos pelos comerciantes, juntamente com as autoridades de segurança da cidade, o Serviço de Guarda Noturna.³⁵¹ A organização do serviço era apresentada nas páginas do *Vanguarda* como sendo uma iniciativa dos comerciantes a fim de “defender a propriedade e o comércio dos constantes assaltos dos larápios”.³⁵²

³⁴⁹ MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1986. p.11.

³⁵⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011. p.139.

³⁵¹ Criado o Serviço de Vigilância Noturna Nesta cidade. - *Vanguarda*, 13/04/1957. N°.389.p.1

³⁵² Organizado o Serviço de Vigilância Noturna Desta Cidade. - *Vanguarda*, 08/06/1957. N°.396.p.1

O prefeito Orlando Oliveira Pires buscou ampliar e melhorar o serviço de fornecimento de energia e iluminação da cidade com a construção de um terminal termoelétrico. No ano de 1955, solicitou à Câmara Municipal um crédito especial para amortizar parte de um empréstimo devido pela prefeitura à Caixa Econômica Federal, contraído em gestões passadas, o qual, por sua vez, foi atendido.³⁵³ O pagamento do empréstimo era possivelmente condição necessária para que a prefeitura pudesse firmar convênios para a ampliação do serviço de energia. No ano seguinte ao pagamento da dívida, entre os projetos aprovados pela Câmara de Vereadores, foi acatado o que permite à prefeitura fazer um convênio com a Comissão Vale do São Francisco (CVSF), justamente para a encampação do serviço de energia elétrica pela citada autarquia federal.³⁵⁴ A promessa era de que o serviço passaria por uma reforma e ampliação, funcionando a iluminação pública a noite toda, sendo ampliada também para demais bairros que ainda não eram contemplados com o serviço. Outro projeto autorizava o prefeito a doar um terreno para a União, a fim de construir um aeroporto na cidade, através do Ministério da Aeronáutica em parceria com a prefeitura.³⁵⁵

Em julho de 1956, no *Vanguarda* era noticiado aos leitores do periódico a presença de um engenheiro da Comissão do Vale do São Francisco na cidade, elaborando estudo acerca das condições da rede de energia elétrica local para a ampliação do serviço.

Está Sendo Feito o Levantamento da Rêde Desta Cidade

Encontra-se nesta cidade, desde o meado da presente semana, o eng. Augusto Cortellazzi, da Comissão do Vale do S. Francisco que, por determinação desta, está fazendo o levantamento da rêde elétrica local para a ampliação dêste importante serviço.

Com a projetada ampliação, o serviço de iluminação desta cidade será estendido aos bairros de Bananeira, João Teixeira, Caieira e outros que ainda não possuem êste importante melhoramento.³⁵⁶

Contudo, reivindicação mais ambiciosa quanto ao serviço de energia elétrica era feita nas páginas do *Vanguarda*. Ao mesmo tempo em que as primeiras medidas que assinalavam a construção de um novo terminal elétrico eram desenvolvidas, era reproduzido no jornal em

³⁵³ A Prefeitura Amortizou Parte do Empréstimo - *Vanguarda*, 29/10/1955.Nº316.p.1

³⁵⁴ Será Encampado Pela Comissão Vale do S. Francisco o Serviço de Energia Elétrica – O Prefeito Já Foi Autorizado a Firmar o Convênio - *Vanguarda*, 04/02/1956. Nº329.p.1; Projetos Aprovados Pela Câmara de Vereadores - *Vanguarda*, 04/02/1956. Nº329.p.1.

³⁵⁵ JACOBINA. Lei nº 57-56 de 26 de janeiro de 1956. p.14; Lei nº 58-56 de 27 de janeiro de 1956. p.13-14. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. APMJ.

³⁵⁶ Está Sendo Feito o Levantamento da Rêde Desta Cidade - *Vanguarda*, 30/07/1956.N.º350.p.1.

sucessivas edições³⁵⁷ textos de um sujeito chamado Yves de Oliveira.³⁵⁸ Nesses, difundia-se uma campanha em defesa da vinda da energia elétrica de Paulo Afonso para os municípios da região nordeste do estado – melhoramento que dependia da construção de uma Estação Abaixadora pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) no vizinho município de Senhor do Bonfim.

Interessante destacar, nesses textos, a construção de um discurso em torno da energia da hidroelétrica de Paulo Afonso, tratada como redentora dos problemas sociais e climáticos. A ideia central enunciada nos textos de Yves de Oliveira era de que: “para o nordeste, qual seja a de que sem energia elétrica abundante e barata essas crises não diminuirão, quanto mais desaparecerem.”³⁵⁹ As crises a que referia-se tratava da seca e dos problemas decorrentes que estavam afetando a população da região. Yves de Oliveira acusava os dirigentes da CHESF pela demora da construção da Estação Abaixadora de Senhor do Bonfim e por agir de forma deliberada contra os interesses da região. Num outro texto acerca da CHESF, sentenciava:

Eles serão apontados ao povo como os responsáveis pela infelicidade da gente nordestina, porque se já houvesse energia elétrica no nordeste a seca atual não teria a repercussão que está tendo, ela poderia ser bem amenisadam (sic) em todos os pontos para as populações dessa região.³⁶⁰

A vinda dos metálicos fios da energia elétrica de Paulo Afonso garantiria as chuvas para equacionar a seca e resolveria as questões sociais?

Nessas narrativas, eram invocadas representações construídas em torno do espaço geográfico designado como Nordeste do país, apresentado como um lugar da seca, da miséria, da fome, do mandonismo e das intrigas políticas entre as lideranças locais. Como afirmava Yves de Oliveira: “A energia para o nordeste é a única segurança para melhores dias dessa gente sofredora e persistente.”³⁶¹ Como evidenciou Durval Muniz de Albuquerque Junior,

³⁵⁷ A SÊCA NO NORDESTE - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - Vanguarda, 07/07/1956.Nº351.p.1; A SÊCA NO NORDESTE - II - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) Vanguarda, 14/07/1956.Nº352.p.1; A CHESF e as Abaixadoras do Nordeste - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - Vanguarda, 28/07/1956.N.354.p.1; A CHESF e as Abaixadoras do Nordeste - Yves de Oliveira. (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - Vanguarda, 04/08/1956.Nº355. p.1; A luta Pelas Abaixadoras Para o Nordeste - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - Vanguarda, 13/10/1958.Nº365.p.1

³⁵⁸ Acompanhando as edições posteriores do *Vanguarda*, identifica-se Yves de Oliveira como presidente da Associação dos Municípios da Bahia, sendo eleito em 1957 para presidente Associação Brasileira de Municípios. A Candidatura Yves de Oliveira à Presidência da A.B.M - Vanguarda, 27/04/1957. Nº391.p.4; A PRESIDENCIA DA A.B.M O DR. IVES DE OLIVEIRA - Vanguarda, 17/08/1957.Nº405.p.1

³⁵⁹ VANGUARDA, 07/07/1956.Nº351.p.1

³⁶⁰ VANGUARDA, 04/08/1956.Nº355. p.1

³⁶¹ VANGUARDA, 14/07/1956.Nº352.p.1;

essa estratégia discursiva fazia parte da imagem do Nordeste e dos nordestinos elaborada pelas elites da região, tendo em vista angariar benefícios políticos frente aos órgãos federais e a construção de obras públicas. Narrativas escritas e imagens produzidas em nome de uma representação homogênea do território e tecidas como sendo a verdade do lugar, enquanto eram apenas uma percepção.³⁶² Acompanhando as edições posteriores do *Vanguarda*, identifica-se Yves de Oliveira como presidente da Associação dos Municípios da Bahia, e eleito em 1957 para presidente Associação Brasileira de Municípios. Certamente seu empenho em prol da vinda da energia elétrica para a região teve papel na sua eleição para dirigente da citada instituição. A energia de Paulo Afonso tardaria mais alguns anos para chegar à cidade.

No dia 6 de outubro de 1957, por fim, foram postos para funcionar os novos motores e o terminal termoelétrico instalado pela Comissão do Vale do São Francisco, construído no afastado bairro da Bananeira. O sonhado melhoramento era um empreendimento prometido como capaz de iluminar toda a cidade, sendo equipado por dois motores MAN, 300 H.P, vindos da Alemanha, comprados pela Comissão Vale do São Francisco (CSFV). No entanto, inicialmente apenas um motor ficaria funcionando, uma vez que o funcionamento do outro dependia da reforma e ampliação da rede elétrica³⁶³ – questão que ainda custaria ser resolvida.

A inauguração do novo terminal termoelétrico da cidade foi feita em 6 novembro de 1957, evento que contou com a presença do presidente da república, Juscelino Kubitschek. Segundo a reportagem do *Vanguarda* acerca da visita presidencial, o presidente chegou de avião na cidade acompanhado de sua comitiva:

Conforme era esperado, chegou a esta cidade às 12, 15 (sic) horas do dia 6 do corrente mês, num avião bimotor da FAB, o presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado de numerosa comitiva constituída do gal. Nelson de Melo, chefe da Casa Militar da Presidencia da República; do senador Neves da Rocha e dos deputados federais Tarcilo Vieira de Melo, Manuel Novais, Nita Costa, Raimundo Brito, José Guimarães, Carlos Faria de Albuquerque, do eng. Assis Scaffa, diretor-superintendente da Comissão do Vale do S. Francisco e de outras autoridades.

O dr. Juscelino Kubitschek e os membros da sua comitiva foram recepcionados no aeroporto pelas autoridades locais, gal. João de Almeida

³⁶² Como apontou Durval Muniz Albuquerque Júnior, o Nordeste e o nordestino são invenções, não estão escritos na natureza, mas são o resultado de práticas e discursos dispersos e heterogêneos que possibilitaram a emergência e institucionalização de uma unidade espacial chamada Nordeste. As orientações geográficas e afirmações identitárias são históricas, situadas dentro de determinadas relações de saber e poder. A emergência da imagem do Nordeste no imaginário do país é datada, surgiu na primeira década do século XX, das ruínas da antiga divisão do país entre Norte e Sul. Cf. ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangna, São Paulo: Cortez, 1999.

³⁶³ Já Está Funcionando o Conjunto Termo-Elétrico da Comissão do Vale do S. Francisco - Vanguarda, 12/10/1957. N.º.413.p.1

Freitas, comandante da Sexta Região Militar; alm. Otávio Carneiro, comandante Naval da Leste; cel. Aviador Parreiras Horta, comandante da Base Aérea de Salvador; dr. Osvaldo Rios, diretor da “Leste Brasileiro”; deputados estaduais e vários Prefeitos desta região que aqui já se encontravam para os receber.³⁶⁴

Na ocasião foi inaugurado o aeroporto de Jacobina, edificado pela Comissão Vale do São Francisco (CVSF) em conjunto com a prefeitura. Feita a inauguração e discursado o prefeito Orlando Pires, dirigiram-se as autoridades para o centro da cidade, num palanque instalado na Praça Rio Branco, fizeram um comício (Imagens: 21, 22 e 23 - abaixo), em que discorreram as lideranças políticas locais, os deputados Francisco Rocha Pires e Manuel Novais e, por fim, o presidente que, na sua fala, prometia a construção da estação Abaixadora de Senhor do Bonfim – obra necessária para a desejada energia elétrica de Paulo Afonso chegar a Jacobina e à região. De acordo com o jornal: “o dr. Juscelino Kubitschek que, após tecer várias considerações em torno da sua administração, disse que aquela justa aspiração dos sertanejos baianos seria transformada em realidade no seu governo.”³⁶⁵ Em seguida, foi oferecido um banquete pela prefeitura nas dependências do espaço do clube social Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro; ainda com a presença do presidente e a comitiva foi inaugurado o conjunto termoelétrico construído pela CVSF no incipiente bairro da Bananeira, de lá retornando ao aeroporto inaugurado, ganhou os ares para outras plagas. Momento festivo na cidade, a noite foi ofertado aos visitantes um baile na Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro.

³⁶⁴ A Visita do Presidente da República a Jacobina – Inaugurados Por. S. Excia. o Aeroposto e a Nova Usina Elétrica Desta Cidade – Será Construída a Abaixadora de Senhor do Bonfim - Vanguarda, 09/10/1957. N°417.p.1

³⁶⁵ VANGUARDA, 09/10/1957. N°417.p.1

Imagem 21 - Comício na Praça Rio Branco, centro da cidade - 1957.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV).

Imagem 22- Comício na Praça Rio Branco - 1957.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV).

Imagem 23 - Presidente Juscelino Kubitschek - 1957.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV).

Juscelino Kubitschek tinha sido bem votado em Jacobina nas eleições para presidente de 1955, recebendo 3251 votos, quantidade muito superior em relação aos demais candidatos,³⁶⁶ e contando, portanto, de grande simpatia na urbe. A visita do presidente projetava, sobretudo, as realizações de modernização na cidade na gestão de Orlando Oliveira Pires, assumindo inclusive uma dimensão simbólica. No ano seguinte, a Câmara Municipal aprovou uma lei instituindo o dia 6 de novembro como feriado, a justificativa era uma homenagem à data considerada como histórica para Jacobina.³⁶⁷ Dessa maneira, além da nomeação dos espaços remodelados da cidade, criava-se ainda uma cronologia dos eventos, instituindo data e feriado, marcando no calendário os feitos do gestor e do presidente. Para o alcaide fui uma:

Visita proveitossima, pois alem (sic) de Jacobina tornar-se mais conhecida e notada na imprensa de todo o país, recebeu a promessa formal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República de mandar cosntruir (sic) a abaixadora de Senhor do Bonfim, que resolverá definitivamente o problema

³⁶⁶ Os outros candidatos foram Juarez Távora, que recebeu 842, Plínio Salgado, 415, e Ademar de Barros, 200 votos. O RESULTADO DAS ELEIÇÕES NESTE MUNICÍPIO. Vanguarda, 09/10/1955. N° 313. p.1.

³⁶⁷ LEI N° 105-58 DE 15 DE JANEIRO DE 1958 - A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES – DECRETA: ART. 1°. – Fica instituído feriado municipal o dia 6 de novembro, em homenagem ao fato histórico da visita presidencial a esta cidade. (...) Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.p.14. APMJ.

de energia da zona, bem como tornará possível o nascimento de uma (sic) parque industrial nesta região.³⁶⁸

Dessa maneira, destacava Orlando Pires a projeção de Jacobina no cenário nacional, a visita do dirigente da nação proporcionava uma visibilidade à cidade, uma espécie de capital simbólico de seu governo. Como já tivemos a oportunidade de ressaltar, havia uma acentuada preocupação com a imagem da urbe. O prefeito a definia como “a fase de ouro”, afirmando uma imagem de si como promotor dessa nova etapa que estaria passando. Já a imprensa local, até certo momento, contribuiu na promoção de uma representação acerca da história da cidade, demarcando dois momentos, superando o passado de “marasmo” e da “decadência”, Jacobina entrava numa fase de renovação.

Em segundo lugar, em torno da promessa do presidente, o gestor cogitava para Jacobina e municípios adjacentes, a expectativa da industrialização. Naquele contexto em que a região sul do país crescia no aspecto industrial, incentivada pelo governo do presidente JK, Orlando Pires, por sua vez, imaginava também essa alternativa de produção econômica, talvez na perspectiva de superar as antigas atividades agrícolas, de pecuária e mineração que então dominavam no município. Se, por um lado, apostava na urbanização, saneamento e embelezamento do centro urbe, tentando construir numa nova espacialidade e imagem para a cidade, por outro, buscava incentivar o desenvolvimento industrial em Jacobina, um modo de produção representando naquele contexto como mais avançado, responsável por inserir a cidade no mundo moderno.

Contudo, críticas foram perpetradas aos planos do alcaide, em 1958 quando estipulou o aumento do valor do quilowatt-hora em 50%, o jornal *Vanguarda*, que já não faziam elogios às suas medidas como nos primeiros dois anos da gestão, pois passou a ter como coproprietário Edvaldo Valois Coutinho, candidato derrotado nas eleições de 1954 e opositor político do prefeito, assumia uma postura crítica em relação às pretensões do gestor. Assim, questionava a medida de elevação do preço da energia, e apontava até para erros gramáticas no texto do prefeito:

O sr. Prefeito negou há pouco o abono de Natal, pleiteado pelos humildes funcionários municipais que, na sua maioria, ganharam menos do salário mínimo da região. Mas, em compensação, deu-lhes, e aos demais

³⁶⁸ Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Série: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01. APMJ.

consumidores de energia elétrica, um presente de Ano-Bom: aumentou em 50% a taxa de luz!

O motivo alegado por s.s. para esse injustificável aumento é, segundo o comunicado volante, distribuído pela cidade, “a nova orientação de iluminação pública”. Descobriu o sr. Prefeito que, “com o progresso atual de Jacobina, há necessidade imediata de que a cidade, venha a ter energia elétrica 5 horas e meia a mais de funcionamento, do que o horário habitual” (sic).

Se essas cinco horas e meio de energia fossem distribuídas de zero-hora (sic) ao amanhecer do dia, os consumidores compreenderiam o motivo da dilatação do horário, não compreenderiam, porém, o absurdo aumento do quilowatt-hora. Mas, o que o sr. Prefeito está fazendo é ligar a energia às 13 horas e desligá-la a uma hora da manhã do dia seguinte, porque – diz – “assim não somente desenvolver-se-ão as indústrias existentes, como também haverá o fomento natural de novas atividades que careçam de consumo de energia”. (Os erros de acentuação gráfica e de topologia pronominal são dele).

- Quais são essas indústrias existentes que irão beneficiar-se com a energia produzida pela usina termelétrica da Prefeitura?

- Que novas indústrias poderão surgir nesta cidade com base na escassa e cara energia da usina municipal? Nenhuma, porque esta mal dará para acionar as geladeiras, os aparelhos de rádio, as enceradeiras e outros aparelhos elétricos domésticos (sic).

O de que a nossa terra necessita é de luz a noite inteira para espancar as trevas e afugentar os larápios que, acobertados pela escuridão de zero-hora ao amanhecer do dia, estão, constantemente a nos importunar, e não de algumas horas de energia à tarde.³⁶⁹

O texto do semanário assinalava o desejo do gestor de impulsionar o desenvolvimento industrial na cidade, questão já definida na lei municipal que autorizava o aumento do serviço: “Parágrafo único – Prevalecem as importâncias do presente artigo tanto para iluminação doméstica quanto para o uso industrial.”³⁷⁰ A busca pelo fomento de atividades industriais e econômicas, que passava pela ampliação da produção e horário de funcionamento da energia, era estimulada ainda através de isenção de impostos e taxas municipais. Em 1958, os vereadores autorizavam o prefeito a conceder à Fábrica de Balas e Caramelos “Sandra”³⁷¹ e ao sujeito Djalma Mendonça Santana³⁷² a isenção de tributos municipais pelo prazo de cinco anos.

Neste contexto da década de 1950, o desenvolvimento industrial do país aparecia como o caminho a ser trilhado, sonhava-se com a nação entrando nos eixos do capitalismo

³⁶⁹ AUMENTADA EM 50% A TAXA DE LUZ! “A Nova Orientação” Dada a Êste Serviço -Vanguarda, 04/01/1958. N.º425.p.1

³⁷⁰ JACOBINA. Lei n° 101-57 de 29 de novembro de 1957. Regula o fornecimento de energia e estabelece o preço por kilowatt, na sede e dá outras providências. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.27-28. APMJ.

³⁷¹ JACOBINA. Lei N° 108-58 de 15 de Junho de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.35. APMJ.

³⁷² JACOBINA. Lei N° 109-58 de 15 de Junho de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.35. APMJ

internacional, tendo o sistema de fábrica como eixo norteador do desenvolvimento.³⁷³ No imaginário social, a industrialização, expressão do triunfo da sociedade burguesa, era apresentada enquanto o domínio humano sobre a natureza. Entretanto, ocultava a dimensão do domínio sobre o homem, da submissão a disciplina do trabalho, ao sistema de fábrica e da subordinação às máquinas.

Na opinião do jornal a energia devia atender melhor os comerciantes e aqueles que possuíam os citados equipamentos elétricos. A iluminação das ruas devia servir como um mecanismo de garantia da segurança, da ordem urbana e da sacrossanta propriedade privada dos comerciantes, que se via, por vezes, ameaçada. Como observamos, o jornal trazia em suas publicações a apresentação de projetos, anseios e idealizações de um determinado grupo social, mesmo escondendo-se sob a máscara da imparcialidade e da objetividade jornalística. A atividade de imprensa fala de um lugar social, econômico e cultural, tanto representa reivindicações como defende, mobiliza e põe em pauta interesses. Nesses termos o periódico concluía a narrativa de crítica à medida do prefeito:

Está claramente compreendido que, com essa sua “nova orientação”, o objetivo do sr. Prefeito não é o de bem servir à população jacobinense, mas, o de arranjar meio de arrecadar mais dinheiro, numa ganância digna de Shylock.

Esta sim, é que é a verdade.³⁷⁴

Esses empreendimentos de modernização da cidade, de certa forma, encontraram um contexto favorável. A década de 1950, especificamente o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi marcada por investimentos do governo federal em áreas consideradas como estratégicas. O projeto nacional-desenvolvimentista executado no governo de JK, definido através do chamado de Plano de Metas, preconizava investimentos na indústria de base, nos transportes, nos setores de energia, alimentação, educação e na construção da nova capital, Brasília. Somando aos investimentos estatais de infraestrutura, o governo de JK incentivou a vinda de empresas estrangeiras para o país nas esferas também consideradas prioritárias, como a “indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço”,³⁷⁵ concedendo facilidades para a sua instalação. Particularmente os

³⁷³ Cf. MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4.º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.p. 156-194.

³⁷⁴ VANGUARDA, 04/01/1958. N.º425.p.1

³⁷⁵ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2013. p.363-364.

estados do Nordeste foram objeto de atenção, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão ligado diretamente ao presidente da república e prometido como mecanismo que devia incentivar o desenvolvimento e o planejamento industrial dos estados da região.³⁷⁶

Parte dessas obras na cidade, como a ampliação do serviço de energia elétrica, construção do aeroporto e do serviço de água encanada, foram possíveis através de recursos do governo federal. O velho Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Comissão do Vale do São Francisco tiveram atuação importante nesses anos em Jacobina, vários desses empreendimentos de infraestrutura urbana que a cidade recebeu foram desenvolvidos através desses órgãos federais em convênio com a prefeitura.

No entanto, depois da instalação dos motores e da reforma da usina termoelétrica, havia outra questão a ser resolvida, a ampliação e renovação da rede elétrica de distribuição, a fim de atender outros bairros não assistidos pelo serviço. Na mensagem do prefeito para a câmara de vereadores sobre as atividades da gestão no ano de 1957, apontava o gestor que restava ainda pendente a ampliação da rede, a ser feita pelos técnicos da Comissão do Vale do São Francisco.³⁷⁷

Dessa maneira, o drama em torno do serviço da energia elétrica continuava a ser encenado nas páginas do *Vanguarda*. No ano seguinte à inauguração (1958), na primeira página do jornal, a crítica era feita. O editor do periódico acusava o engenheiro responsável pelas obras pelo atraso e, na oportunidade, apelava para o superintendente da Comissão do Vale do S. Francisco para resolver o impasse. Dramatizando a situação, projetava de modo bastante alarmista que a cidade ficaria sem luz num futuro próximo.³⁷⁸ Contudo, não levava em consideração no texto que enquanto a ampliação da rede distribuição não era feita, continuavam os moradores dos bairros afastados sem o serviço, esperando pelo equipamento de conforto urbano. Em síntese, a cidade encontrava-se com a capacidade de produção de energia aumentada, iluminando as ruas e becos do centro da urbe, garantindo o funcionamento do comércio e o uso de equipamentos elétricos e eletrodomésticos – o que servia como

³⁷⁶ FAUSTO, Boris, 2013.p.363.

³⁷⁷ Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Serie: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01 . APMJ.

³⁷⁸ Urge Seja Construída a Nova Rede Elétrica Apelo ao Diretor-Superintende da Comissão Vale - Vanguarda, 05/04/1958. N°438.p.1

ostentação social para as residências. Nota-se que o melhoramento inicialmente vinha para poucos, continuavam os moradores dos bairros periféricos utilizando candeeiro e velas.³⁷⁹

Dessa maneira, seguiu o processo de modernização/urbanização pautado para Jacobina naqueles anos, com uma desigual distribuição de infraestrutura urbana e de equipamentos técnicos de uso coletivo. O centro da cidade era redesenhado com a concentração dos investimentos urbanísticos: ruas pavimentadas e estruturadas com os serviços de rede de esgoto, água encanada e luz elétrica. Porém, ficando bairros e ruas afastados daquele espaço à margem desse processo. O progresso por que passava Jacobina, citado pelos jornalistas e gestor, com o processo de modernização, limitava-se apenas ao melhoramento das ruas centrais, em que se concentrava e desenvolvia o comércio: lojas, bancos, escritórios, a moradia de famílias abastadas e a sede da administração da urbe. Nesse sentido, a descrição e análise da inserção desses elementos urbanísticos nos permitem concluir que, nesse primeiro momento de intervenção na cidade, desenvolvia-se uma forma de modernização excludente, parcial e seletiva. Concentravam-se os investimentos públicos no espaço central da urbe, valorizando a área, contudo, relegava os bairros populares (Missão, Bananeira, Serrinha, Caeira) às precárias condições urbanísticas.

Essa prática de modernização pode ser interpretada a partir das categorias construídas pelo geógrafo Milton Santos de espaços luminosos e opacos. Assim definida pelo autor:

Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos.³⁸⁰

De tal modo, no centro da cidade, “espaço luminoso”, concentrava-se os dispositivos técnicos e urbanísticos, narrados enquanto elementos responsáveis por fazer de Jacobina uma cidade dita “moderna” e “civilizada”. A prioridade desse espaço dava-se por questões estratégicas, como já assinalamos, ali se realizava tanto a circulação de mercadorias, quanto centralizava-se as decisões administrativas municipais, e habitavam os segmentos mais abastados da cidade. Por um lado, valorizava a região e possibilitava o desenvolvimento do

³⁷⁹ No relatório de prestação de conta do ano 1965, o prefeito Ângelo Brandão afirmava que esperava até o fim do primeiro semestre do ano 1966, para uso coletivo, a chegada da sonhada rede de energia elétrica de Paulo Afonso. Em 1965, a prefeitura tinha entregado o serviço de distribuição de energia para a administração da Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA). Cf. Mensagem de 1965. Do Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Vereadores. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limite: 1948-1991. Notação: Mensagem. Caixa:60.APMJ.

³⁸⁰ SANTOS, Milton; SILVEIRA, Marfá Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.p.264

centro comercial.³⁸¹ Por outro, essa nova ordenação urbanística da cidade, determinada pelo processo de modernização, produzia “espaços opacos” – o território dos bairros populares em que residia a maioria dos moradores da cidade. Nesses ainda perpetuava a falta de infraestrutura urbana, com a população convivendo com ruas esburacadas, sem rede de esgoto, com lama e poeira a depender das condições climáticas; transportando latas de água na cabeça dos chafarizes e sem energia elétrica.

3.2 A produção do lazer na urbe: a construção do estádio municipal

Fez parte ainda do projeto de vida urbana pautado pelas intervenções da gestão de Orlando Oliveira Pires, um espaço para práticas desportivas e de lazer. A construção de um estádio e de uma quadra servia para delimitar um espaço específico para determinadas práticas de esporte, de lazer e sociabilidade da população citadina. Através da lei N° 48 de 20 de outubro de 1955, os vereadores autorizaram o prefeito a desapropriar um terreno para a construção do estádio municipal e abrir um crédito especial para a prefeitura, a fim de pagar o valor da indenização aos proprietários.³⁸²

No ano seguinte começavam as atividades de construção do estádio³⁸³, que já tinha um nome concebido: Estádio Municipal “Dr. Francisco Rocha Pires”. Assim como no caso da nova avenida, que recebeu o nome do gestor, o espaço esportivo recebia o do deputado estadual, chefe político do grupo do prefeito. Posteriormente foi criada uma lei, reafirmando o nome do deputado para o espaço.³⁸⁴ Essa política de nomeação obedecia a um investimento de ordem simbólica, a projeção da imagem do grupo político que administrava a cidade. Sobre os espaços urbanos, buscavam não apenas remodelá-los, mas também inscrever seus nomes, inserindo uma marca e referência no cotidiano da cidade, nas ruas e praças.³⁸⁵

³⁸¹O setor comercial da cidade, situado nas ruas que eram consideradas como o centro da urbe, passou por um destacado crescimento naqueles anos, foram inauguradas novas lojas, serviços médicos e salas de cinema. Para o jornal *Vanguarda*, o enunciado “progresso” por que citada passava a cidade também estava relacionado ao crescimento do comercial. Cf. SILVA, Edson. *Jacobina: uma cidade “progressista” e “civilizada” (1955-1963)*. Monografia (graduação) - Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, Jacobina, 2012.

³⁸² Lei n° 48-55, de 20 de outubro de 1955. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. APMJ. Desapropriado o Terreno do Futuro Estádio Municipal - Vanguarda, 29/10/1955. N° 316.p.1

³⁸³ O andamento das obras do estádio não impedia a realização das práticas desportivas, sendo nos finais de semana praticados jogos no espaço. Vanguarda Desportiva - Vanguarda, 24/12/1955. N.°324.p.4

³⁸⁴ JACOBINA. Lei N°. 82 de 27 de dezembro de 1956, Dá denominação ao Estádio Municipal, regula a sua utilização e dá outras providências. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.p. 20-22.APMJ.

³⁸⁵ A construção de memória dos homens considerados por aqueles sujeitos como importantes não ficou nessas nomeações citadas, também foi renomeada em 1956 a Rua 24 de outubro, que passou a ser chamada pelo nome do então deputado federal Manuel Novais. “Passou a Denominar-se Avenida “Manuel Novais” - Vanguarda,

Ao mesmo tempo em que transformavam esses locais com as obras de modernização, articulavam-se outros espaços, da ordem do simbólico, que podemos entender como lugares de memória. Como defende Pierre Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.³⁸⁶

No caso da política de modernização/urbanização que estamos analisando, os lugares de memória cristalizavam-se pela inscrição dos nomes do grupo gestor da cidade nos logradouros públicos.

As atividades desportivas faziam parte do cotidiano da cidade, era um dos entretenimentos da população nas tardes de domingo, como percebe-se a partir da coluna semanal *Vanguarda Desportiva*. Nessa seção do jornal, sempre publicada na última página, apresentava semanalmente informações a respeito das pejeas futebolísticas e de cestobol – como era denominado também o basquetebol –, dos campeonatos e torneios entre equipes da cidade e com outros municípios próximos, organizados pela Liga Desportiva Jacobinense. Nas notas da coluna *Vanguarda Desportiva*, identifica-se que as práticas esportivas na cidade eram realizadas num espaço chamado de “Jacobina Piscina-Clube” e numa quadra denominada “Dr. João Matos”. Já Alcira Pereira Carvalho Silva, no seu livro de memórias assinalou a existência de outro espaço: registrou que, durante os anos de 1940, na época de estudante no ginásio local, a prática de voleibol e basquete, então comuns entre os estudantes, era feita no Estádio Duque de Caixas, situado no local onde foi edificado o Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro.³⁸⁷

A construção do estádio pela prefeitura vinha instituir um espaço público para práticas desportivas e de lazer, tendo em vista uma ordenação por parte da municipalidade dessas atividades.³⁸⁸ No *Vanguarda*, num pequeno texto era noticiado as medidas iniciais da construção do estádio:

30/06/1956. N.º350. p.1; “Alvo de Expressiva Homenagem o Dep. Manuel Novais” - Vanguarda - 30/06/1956. N.º350.p.1

³⁸⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP, São Paulo. 1981.p.13

³⁸⁷ SILVA, Alcira Pereira Carvalho. *50 anos depois*. Salvador: S.C.P., 1984. p.49-50.

³⁸⁸ Deve-se lembrar que um importante documento definidor para a vida nas cidades no século XX, principalmente para as cidades ocidentais, foi a Carta de Atenas, elaborada em 1933 pelos arquitetos-urbanistas participantes do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. O urbanismo preconizado pela Carta de Atenas defendia uma cidade racionalizada, destacando, sobretudo, a eficácia das funções urbanas e sua estética. Assim, justificavam a necessidade de criação de espaços de lazer nas cidades, enquanto uma questão de saúde pública. Num trecho do texto assim definia: “Deve ser estabelecido um programa de entretenimento abrangendo

A REDENÇÃO DO FUTEBOL

Procurando ir de encontro às aspirações de seus munícipes, o dr. Orlando Oliveira Pires, prefeito da comuna, efetua as medidas preliminares para a construção de um Estádio em Jacobina, a fim de que os desportistas disponham de um excelente gramado para a prática do futebol. Dentro de algum tempo os materiais serão iniciados, localizando-se a praça de esportes em terrenos próximo ao Largo “2 de Julho”.³⁸⁹

Dessa maneira, para a gestão municipal, sendo o futebol um dos esportes mais difundidos na cidade, merecia a edificação de um espaço para tal fim dentre as medidas de urbanismo. O jornal, por sua vez, denotava, na citada nota, a construção do estádio de modo entusiástico, como a redenção do futebol da urbe.

O futebol, esporte de origem inglesa, chegou ao Brasil no final do século XIX, era um esporte elitista, praticado em clubes fechados. No entanto, não tardou a cair no gosto popular.³⁹⁰ Como apontou o historiador Nicolau Sevcenko, em estudo sobre São Paulo na década de 1920, no “surto desportivo” que a cidade vivenciou, o futebol destacava-se como prática esportiva bastante difundida.³⁹¹ Nos anos de 1950, o futebol já era um dos esportes mais disseminados no país, com o desempenho bem-sucedido da seleção brasileira a partir dessa década em jogos internacionais. Tornou-se mais um dispositivo na construção da identidade nacional e da imagem do país.³⁹²

Numa coluna da primeira página do *Vanguarda*, era noticiado o andamento das obras:

Iniciada a Construção da Amurada do Estádio

Foram iniciados há dias, e prosseguem sem solução de continuidade os trabalhos de construção da amurada do futuro Estádio Municipal, no bairro da Estação Ferroviária, nesta cidade.

O Estádio que ora está sendo construído pela Prefeitura Municipal, segundo a sua planta, será um dos melhores do interior da Bahia.³⁹³

atividades de todo tipo: o passeio, solitário ou coletivo, em meio à beleza dos lugares; os esportes de toda natureza: tênis, basquete, futebol, natação, atletismo; os espetáculos, concertos, teatros ao ar livre, jogos de quadra e torneios diversos.” (CIAM, 1933.p.17). Cf. CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233> p.14-18

³⁸⁹ Vanguarda, 15/05/1955. N°. 292 p. 4

³⁹⁰ LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, 2000. p.121.

³⁹¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.43-72.

³⁹² HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Dos engenhos de açúcar aos campos de futebol. A crônica esportiva de José Lins do Rego. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p.401.

³⁹³ VANGUARDA, 14/04/1956 N°.339. p.1.

Através de uma lei municipal, o novo espaço passava a ser regulamentado.³⁹⁴ A legislação, em linhas gerais, definia que seria destinado às práticas esportivas, e seria administrado pela prefeitura e pela Liga Desportiva Jacobinense. Ademais, estipulava a participação das duas instituições nas rendas provenientes da realização dos jogos, regulava a venda e o valor dos ingressos³⁹⁵, criava normas para a realização de jogos e campeonatos, e para o funcionamento do interior do espaço como suporte de publicidades, conforme preceituava o artigo 12º. “A título de cooperação as casas comerciais poderão inscrever propagandas na parte interna do muro do Estádio Municipal ‘Dr. José Rocha Pires’, ficando as ditas casas isentas das incidências orçamentárias no particular.”³⁹⁶

A nova praça de esportes inserida no desenho urbano funcionava como outro mecanismo de gestão da cidade, o lazer passava a fazer parte do projeto de urbanismo desenvolvido. Delineava-se um espaço com regras de uso, destinado a práticas específicas e aceitas socialmente, com dias e horas previamente estipulados para acontecer. Se, de um lado, a nova praça esportiva da cidade instituía o lazer urbano, por outro, servia as dependências internas como meio de suporte de publicidade – os muros do espaço funcionariam na divulgação de estabelecimentos comerciais e mercadorias, agenciando o consumo.

A questão de um lugar específico para as práticas futebolísticas era determinante, fora dos domínios desse lugar reconhecido, as práticas ganhavam outra conotação, sendo tratada por termos diferentes. Na primeira página do jornal *Vanguarda*, uma pequena nota declarava acerca do jogo de futebol no distrito de Catinga do Moura:

A Praça Não é Lugar de Jogar Futebol!

Da vila de Catinga do Moura pedem-nos solicitar providencias às autoridades policiais contra o jôgo de futebol que certos jovens desocupados praticam na principal praça daquela localidade, com prejuízo para a sua população.

Aí fica o fato registrado com vistas ao sr. Delegado de Polícia dêste Município.³⁹⁷

³⁹⁴ JACOBINA. Lei n°. 82 de 27 de dezembro de 1956, Dá denominação ao Estádio Municipal, regula a sua utilização e dá outras providências. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.p. 20-22.APMJ.

³⁹⁵ A questão do valor do ingresso era de grande interesse por parte dos responsáveis pelas pejeas futebolísticas na cidade, em 1957 uma divergência acerca do valor do ingresso chegou a provocar a renúncia coletiva da diretoria da Liga Desportiva Jacobinense, presidida pelo médico Ângelo Brandão. Na ocasião, os vereadores haviam reduzido o valor do ingresso do Estádio Municipal. Cf. Renúncia da Diretoria da LDJ. Vanguarda, 05/01/1957. N°.337. p.4

³⁹⁶ JACOBINA. Lei N°. 82 de 27 de dezembro de 1956. APMJ.

³⁹⁷ VANGUARDA, 07/01/1956. N°.326.p.1

O futebol podia ser uma prática aceita e incentivada na cidade, sendo visto como um esporte moderno e responsável por desenvolver corpos saudáveis, contudo, desde que fosse praticado dentro dos limites instituídos e seguindo as regras determinadas. A prática improvisada do esporte na rua, com corpos em parte despidos e de pés descalços, animada por gritos, assovios, zombaria e pilhéria entre os praticantes (gestos comuns nessas ocasiões), merecia, por sua vez, intervenção policial, como argumentava o jornal na citação exposta. Para os letrados articulistas do periódico e autoridades, defensores do uso ordenado das ruas, a prática do jogo nessas condições era inadmissível, pois estaria perturbando a desejada ordem da localidade. O esporte devia ser praticado, entretanto, num espaço circunscrito, com tempo delimitado para ocorrer e regido por regras.

Porém, apesar do reconhecimento, por parte do gestor, do papel do esporte para a vida urbana jacobinense, os benefícios do futebol, especificamente para os jovens estudantes, não era consenso. Na segunda página do *Vanguarda*, entre as colunas de anúncios de estabelecimentos comerciais, de serviços de profissionais liberais (contador, médico, advogado, dentista) e das colunas sociais, foi publicado um pequeno poema, versando sobre as práticas de futebol na cidade. O tom da peça poética, assinada por LEONAM, não era em nada animadora sobre o assunto. Vejamos:

A ESTUDANTADA E A BOLA

No momento em Jacobina,
Do nascer ao pôr do sol,
Como se fala em futebol.

Estudantes da cidade,
Muitos detestam a escola;
Pensam que a felicidade
está no jogo da bola.

Faz pena ver o estudante
De curso ginasial,
Com o pensamento distante,
No Estádio Municipal....

A gurizada na rua
(Não pense que é lorota!)
Vive no mundo da lua,
Correndo atrás da pelota.

Você, leitor, não se assuste,
Quando esses bons jogadores,
Aplicaram um grande chute
Nos livros e... professores!

LEONAM³⁹⁸

Não sabemos se tratava-se de pseudônimo, pois não conseguimos localizar outros escritos com essa assinatura, nem mesmo outros textos focando do assunto. Entretanto, nos concentramos na provocação que o autor do texto literário suscitava. A narrativa fazia uma crítica à paixão futebolística em voga na cidade, que estava afetando os estudantes e levando ao desprezo e desinteresse pela escola e pelas atividades intelectuais (“*Estudantes da cidade, Muitos detestam a escola. Pensam que a felicidade. Está no jôgo da bola.*”). O poema construía uma oposição entre as atividades educativas do ginásio local, responsáveis pela formação e cultivo das letras, e as práticas futebolísticas, que os faziam viverem “no mundo da lua. Correndo atrás da pelota.” O esporte bretão estava desvirtuando os jovens estudantes. Como identifica-se, havia vozes dissonantes quanto aos efeitos da prática futebolista para a juventude da cidade. Publicado no jornal e difundido pelas ruas e residências, o texto buscava mobilizar a opinião dos leitores sobre o assunto e sobre impacto negativo do estádio na cidade entre os estudantes. Esses, em vez de exercitarem o cultivo das letras (leitura e escrita), exercitavam o corpo e usavam os pés.

Logo que o estádio começou a ser construído, os jogos também passaram a ser praticados no local. Nas páginas do jornal, na coluna *Vanguarda Desportiva*, consecutivas notas informavam sobre o andamento das obras em torno do estádio municipal.³⁹⁹ Em 1956, os colunistas desportistas na corriqueira coluna do *Vanguarda* faziam um balanço das atividades desportivas durante o ano de 1955, destacavam os aspectos positivos e lançavam boas expectativas para o ano que começava quanto ao desenvolvimento dos esportes na cidade:

Vanguarda Desportiva As atividades Desportivas no Ano Findo

Está encerrada a temporada de 1955, de grande proveito para o desenvolvimento esportivo de Jacobina. O grande acontecimento do ano, sem sombra de dúvida, foi o Estádio Municipal, inaugurado em 25 de setembro passado, que há decênios os jacobinenses ansiavam possuir. Uma grande obra que teve no dr. Orlando Oliveira Pires, prefeito da Comuna, o seu principal realizador. Tendo agora um lugar onde possa praticar e apreender livremente o seu esporte favorito, o desportista jacobinense presente o ritmado crescimento e o aperfeiçoamento incontestado do futebol

³⁹⁸ VANGUARDA, 16/10/1955. N.º314.p.2

³⁹⁹ Vanguarda Desportiva - Vanguarda, 24/12/1955. N.º324. p.4; Vanguarda Desportiva - Vanguarda, 14/04/1956. N.º 339.p.4; Vanguarda Desportiva – FLASH ESPORTIVO - Vanguarda, 09/03/1957. N.º385.p.4; Fechamento do Estádio - Vanguarda, 27/04/1956. N.º391.p.4

em nosso meio, com os quadros atuais proporcionando bons e melhores espetáculos. (...)

Tanto no basquetebol, como no futebol, as duas modalidades esportivas de maior projeção em nossa terra, torna-se difícil apontarmos os melhores conjuntos, pois, a par da categoria de vários quadros, temos de assinalar que houve fases distintas em que estiveram em plano superior determinadas equipes. (...)

Com 1956, iniciamos uma etapa de 366 dias em que esperamos o completo amadurecimento do desporto local. VANGUARDA DESPORTIVA felicita a todos os desportistas, augurando (sic) que o Ano Novo seja a continuação firme e soberana do progresso alcançando em 1955, elevando Jacobina a um lugar de destaque no cenário desportivo do Estado. Humberto e Fernando.⁴⁰⁰

A construção do Estádio Municipal estava relacionada com o ideal de cidade e estilo de vida urbana imaginado para Jacobina nesse contexto. Através desse novo espaço desejava-se não apenas estimular as práticas esportivas na cidade, mas ainda instituir um ambiente de lazer. Envolvendo tanto praticantes quanto um público que assistia ao espetáculo das práticas desportivas, constituía um tipo de lazer urbano e um momento de interação social na cidade. Dessa maneira, o novo espaço que servia para a prática de esportes, de lazer e sociabilidade, operava uma espécie de pedagogia:

É esta pedagogia que irá também, em curto espaço de tempo, ensinar, de uma maneira totalmente nova, como podem ser sadios os divertimentos, ou seja, não apenas praticar esporte, mas também assistir ao esporte, formar, portanto, o espectador do divertimento sadio.⁴⁰¹

Em 1957, no seu relatório de prestação de contas, o alcaide pronunciava-se a respeito das obras do estádio municipal nesses termos:

Prosseguindo nos trabalhos de conclusão de uma das mais modernas praças de esportes do interior do Estado, o estádio Dr. José Rocha apresentou a cada dia que passa uma feição mais imponente. Já foi concluída a arquibancada e na sua frente, foi levantado o almabrado (sic) com uma extensão de 80 oitenta metros. Na parte inferior e posterior da referida arquibancada, foram construídas dependências destinadas aos serviços de bar e sanitário para assistência. A quadra destinada ao Bastek - Ball já foi concluída, sendo o piso cimento concreto e os suportes das tabelas em concreto armado.⁴⁰²

⁴⁰⁰ VANGUARDA, 07/01/1956. N°326.p.4

⁴⁰¹ SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: Figuras de Foucault. (Org:) RAGO, Margareth; VELGA-NETO, Alfredo. 2.ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2008. p.81-82.

⁴⁰² Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Série: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01. APMJ.

Na mensagem encaminhada aos vereadores, o gestor ressaltava a dimensão da obra, descrevia a configuração interior (tamanho, escala, equipamentos) e apontava para os materiais empregados, esses últimos, por sua vez, artefatos modernos (cimento, concreto e aço). Buscava apresentar-se como sujeito conhecedor das ações em torno da obra do estádio e da quadra,⁴⁰³ preocupado com sua construção, funcionalidade, conforto e durabilidade. A edificação, exaltada como “das mais modernas praças de esportes do interior do Estado”, assinalava a preocupação de projetar a cidade em relação a outros centros urbanos.

No decorrer do ano de 1957, sucessivos artigos publicados na coluna *Vanguarda Desportiva*, assinados pelo colunista Fernando, apresentavam o andamento das obras e criavam expectativas de retorno das atividades esportivas no novo campo de futebol.⁴⁰⁴ Num dos textos anunciava que, possivelmente, seria a abertura do estádio feita com um time da capital e em conjunto com a festa dos “Cometas”, evento realizado em poucas cidades do estado.⁴⁰⁵ Para a euforia dos aficionados pelo esporte bretão, a cidade apresentava-se com um novo e estruturado espaço, sobre o qual cogitava-se a inauguração com a participação de atletas vindos de um centro urbano mais adiantado.⁴⁰⁶ Contudo, acompanhadas as colunas de Fernando, não localizamos que o desejado encontro futebolístico veio a acontecer.

Em setembro de 1957, o estádio era aberto com a realização de um espetaculoso evento, que envolvia a realização de jogos e outras atividades de exercício do corpo, e contando com a participação de uma delegação estudantil vinda da cidade vizinha, Campo Formoso. Conforme escreveu Fernando na sua coluna *Vanguarda Desportiva*:

Jogos da Primavera

Os festejos de reabertura do Estádio Municipal “José Rocha”, serão assinalados com a realização, na tarde de amanhã, dos “Jogos da Primavera”. Sob os auspícios do Ginásio “Deocleciano Barbosa de Castro” e da Delegacia Escolar, com a colaboração das escolas primárias e das associações desportivas cidadinas, as festividades terão início às 9 horas, com o desfile das ginásianas em trajes desportivos, que sairão do Ginásio, percorrendo as principais vias da cidade, projetando a graça e a beleza do brôto jacobinense.

À tarde, tendo como palco a nossa majestosa praça de esportes, serão efetuadas competições de atletismo, com corrida de cem metros rasos,

⁴⁰³ Em 1956 no jornal Vanguarda, era anunciado que, seguindo o caminho do resto do país, era implanto em Jacobina o futebol de salão. Futebol de Salão - Vanguarda, 26/05/1956. N.º345 p.4

⁴⁰⁴ Reabertura do Estádio Municipal - Vanguarda, 10/08/1957. N.º404.p.4

⁴⁰⁵ Jacobina tinha sido escolhida em 1956 no concurso realizado em Senhor do Bonfim, concorrendo com as cidades de Juazeiro e Ipiáú. Cf. Escolhida Jacobina Para a Sede da VII Parada dos "Cometas" - Vanguarda, 06/10/1956. N.º364. p.1; Instalada Nesta Cidade a VII Parasas dos "Cometas" - Vanguarda, 06/04/1957. N.º388.p.1

⁴⁰⁶ Vanguarda Desportiva - Reaparecimento do Futebol - Vanguarda, 24/08/1957. N.º406.p.4

corrida de revezamento 4x100, ginástica esportiva generalizada, pelo Jardim da Infância, jogos de vólibol (sic) feminino e masculino, encerrando-se as disputas com a efetivação de duas peijas de futebol. No primeiro encontro intervirão as representações do Ginásio local e do Ginásio “Augusto Galvão”, da cidade de Campo Formoso, cabendo ao vencedor, no encontro seguinte, enfrentar a equipe da A.D “Cruzeiro” local. Segundo nos consta, o clube cruzeirense, nesta oportunidade, fará a solenidade da imposição das faixas de campeões nos seus atletas que levantam o título máximo de futebol do campeonato jacobinense de 1956.

Fernando.⁴⁰⁷

Como identifica-se no registro jornalístico, as práticas eram estimuladas através do ginásio local e demais instituições escolares e desportivas que participavam da organização do evento descrito, os Jogos da Primavera. A ser realizado na maior parte dentro do estádio recém-aberto, o evento envolvia um misto de práticas esportivas e de ginásticas, tendo como público privilegiado para as atividades estudantes colegiais, sem distinção de gênero. Dessa maneira, pontuamos algumas questões. Com a instauração da educação física e práticas esportivas nas escolas, visavam os educadores adestrar o corpo desses adolescentes, torná-los saudáveis e dóceis. A educação passaria não apenas pela mentalidade, mas ainda em escrever sobre os corpos comportamentos e hábitos salutareis. Dito de outra maneira, as atividades de ginásticas e de esporte seguiam, por sua vez, preceitos médicos, ensinados nas escolas pelos professores, tinha em vista fabricar sujeitos higiênicos e com corpos saudáveis.⁴⁰⁸ Por outro lado, seguiam um caráter disciplinador, sendo as práticas esportivas regidas por regulamentos e regras, educavam-se os corpos desses jovens a seguirem normas.

No entanto, no relato do evento, o colunista acrescentava algo a mais, estabelecia-se a associação entre as atividades de ginásticas e um corpo belo, como sugere acerca da “graça e a beleza do ‘brôto jacobinense’”, que desfilaria pelas ruas da cidade e possivelmente nas dependências da inaugurada praça de esportes.

Como observou Nicolau Sevencko, quanto à inserção dos esportes no meio urbano paulistano dos 1920, as práticas desportivas possibilitaram a saída das mulheres para o espaço público, seja praticando esportes, fosse assistindo esportes, vibrando na torcida. Como também contribuíram para a transformação dos modos de vestir das mulheres,⁴⁰⁹ uma vez que os trajés desportivos eram encurtados e ajustados ao corpo.

⁴⁰⁷ VANGUARDA, 21/09/1957. N° 410. p.4

⁴⁰⁸ Cf. BURITI, Iranilson. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza et al.(Org.). *Cultura e Cidades*. Campina Grande: EDUFCG, 2009. p.210-211.

⁴⁰⁹ SEVCENKO, Nicolau. 1992.p.49-51.

O estádio vinha a somar na rede de espaços e práticas na cidade, além das escolas⁴¹⁰ e das exigências dos médicos sanitaristas, na produção de corpos saudáveis? A questão parece plausível, como apontamos algumas páginas atrás, a preocupação com condições de salubridade dos espaços e higiene dos corpos, tendo em vista produzir uma população saudável, estava na ordem do dia. Nesse sentido, na medida em que introduzia-se um espaço para a prática de esporte e ginástica, desejava-se instituir outro ambiente de exercício físico e educação do corpo na cidade, funcionando ainda como prática de lazer saudável e civilizada.

Imagem 24- A quadra poliesportiva e o estádio municipal Francisco Rocha em 1959.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV).

As transformações materiais da cidade correspondiam à expectativa de uma dada ordem urbana. Como estamos analisando, esses equipamentos obedeciam a uma estratégia de gerir a cidade. “A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (...). Gesto da modernidade científica, política ou militar”.⁴¹¹ Desse modo, emergia o Estádio

⁴¹⁰ Os médicos também atuavam como professores no ginásio local; Alcira Pereira de Carvalho registrou, no seu livro de memória, o trabalho do médico Ângelo Brandão, no preparo físico dos alunos do Ginásio Deocleciano Barbosa de Castro para os desfiles cívicos e eventos desportivos. Cf. SILVA, Alcira Pereira Carvalho. *50 anos depois*. Salvador: S.C.P., 1984. p.60. Além disso, alguns médicos também participavam dos clubes locais como o chefe do departamento médico e no preparo físico dos jogadores, como o médico Carlos Alberto Pires Daltro no time do Sucata F. C. Cf. Chefe do Departamento médico. *Vanguarda*, 22/05/1955. N.º293.p.4.

⁴¹¹ CERTEAU, Michel de. 2009. p.99. Grifo do autor.

Municipal no desenho urbano da cidade, como um espaço que vinha a estimular práticas esportivas, que tinham o exercício físico e corpo como referência, difundindo valores, moldando gestos e comportamentos.

Além do mais, buscava-se instituir na cidade, um regime de visibilidade dos corpos no território urbano, sobretudo dos desportistas. Os corpos robustos dos atletas, produzidos pelas técnicas de exercício físico, podiam ser expostos na dependência do estádio, mas fora do espaço era motivo de censura, sendo objeto de controle na cidade por parte dos prepostos de segurança. Dessa maneira, o jornal *Vanguarda*, patrono da ordem e da moral na urbe, tecia elogios às determinações do delegado, que tomou a seguinte medida:

Proibido o Uso de Calção Fora do Estádio

Medida elogiável esta que, através do Aviso abaixo publicado, acaba de tomar o cap. Edgar Gomes Rocha, Delegado Especial nesta cidade, proibindo o reprovável hábito que têm certos desportistas locais de andar trajados de calção pelas nossas ruas, numa afronta ao pudor e à moral públicos. (sic)

Eis o texto do Aviso:

Em 25 de setembro de 1956.

Ilms. Srs. Diretores de VANGUARDA – Nesta Cidade.

I - Tendo esta Delegacia Especial recebido várias queixas de que a moral pública nesta cidade esta sendo abalada com a frequência de esportistas trajados de calção pelas vias públicas, achou por bem Delegado Especial de proibir tais abusos, punindo os infratores que forem encontrados nestes trajes, fora das praças de esportes.

II – Para que esta providencia chegue ao conhecimento dos infratores, solicito de V.Sas. a publicação da mesma, no seu conceituado jornal Vanguarda, órgão que dirigido, merecendo por isto mesmo a devida deferência da população jacobinense.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhes os meus testemunhos da mais elevada estima e distinta consideração.

Cap. Edgar Gomes Rocha – Delegado Especial.⁴¹²

A proibição da exposição dos corpos nas ruas da cidade já fazia parte das posturas municipais: “Art. 72 Ninguém (sic) poderá andar seminú (sic) nas ruas da cidade, sob pena de 20\$000 de multa”.⁴¹³ Sendo constantemente confrontada a norma, o delegado resolvia então instituir um novo instrumento definidor de regras de usos das ruas e visibilidade dos corpos nos logradouros. Se antes a norma prescrita estava restrita apenas à instância municipal, com a aplicação de multa para os transgressores, transferia-se para a autoridade policial, a fim de melhor combater as práticas insubmissas. Deste modo, sofisticavam-se os mecanismos de

⁴¹² Proibido o Uso de Calção Fora do Estádio Cap. Edgar Gomes Rocha – Delegado Especial. Vanguarda, 29/09/1956. N.º363.p.4

⁴¹³ Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933.p11.

controle na cidade, na: “Tarefa imensa de ‘maquinar’ os corpos para que soletrem uma ordem”.⁴¹⁴ Na situação enunciada no texto jornalístico, a preocupação maior era com os praticantes de esportes que, dentro dos limites do estádio, exibiam seus corpos e eram aplaudidos por suas performances, porém, exterior às dependências da “praça de esporte”, nas ruas, seus corpos semidespidos contrariavam o recato, feriam a moral e o pudor daquela sociedade.⁴¹⁵ Na perspectiva dos agentes administrativos, normatizadores e jornalistas, na ordem urbana desenhada para a cidade, na paisagem das ruas não se devia admitir a visibilidade do corpo, quer fosse despido ou semidespido (trajados de calção).

A preocupação com o corpo da população cidadina era um elemento presente nos dispositivos de regulação da vida urbana. Além dessa medida instituída pelo delegado, as posturas municipais, mecanismo de ordem administrativa e disciplinador das práticas urbanas, nos artigos transcritos a seguir, dirigiam-se em específico aos corpos dos sujeitos:

Art. 68 Ninguém poderá proferir nas ruas e casas comerciaes palavras obcenas ou gestos que ofendam a moralidade publica; multa de 10\$000.

Art. 71 Igual poderá, digo, igual multa será aplicada ao proprietario ou inquilino que consentir em suas casas danças indecentes, batuques, sambas, feitiçarias ou algazarras que perturbem o socêgo publico.

Art. 72 Ninguém poderá andar seminú nas ruas da cidade, sob pena de 20\$000 de multa.

Art. 74 É expressamente prohibido aglomeração de pessôas desocupadas nas portas das casas comerciaes, balcões e passeios; pena de 50\$000 de multa.⁴¹⁶

A partir desses dispositivos, projetava-se escrever um modelo de vida urbana que envolvia aspectos do modo de falar, das manifestações culturais, das maneiras de vestir e dos movimentos pelas ruas da cidade. Com base nesse instrumento administrativo, buscava-se operar uma educação da linguagem, dos gestos, das maneiras de exposição do corpo e da dinâmica de circulação pelas ruas, ou seja, moldar os corpos a uma norma, articulada por regras orientadas por questões morais, religiosas, científicas e determinada noção de vida urbana, próprias dos legisladores e gestores, a serem escritas sobre o corpo de um outro.

Segundo Michel de Certeau, o corpo se fabrica através de múltiplos mecanismos, como leis, códigos, saber médico:

O corpo se repara. Educa-se. Até mesmo se fabrica. A panóplia dos instrumentos ortopédicos e dos instrumentos de intervenção prolifera

⁴¹⁴ CERTEAU, Michel. 2009. p. 240-244.

⁴¹⁵ Outros episódios de indisciplina no estádio foram relatados no jornal. Cf. Filas Para os Guichês do Estádio “José Rocha” - Vanguarda, 22/03/1958. N.º436.p.1; Desportiva – Desorientação. Indisciplina e Violência - Vanguarda, 28/09/1958. N.º463.p.4; E Elas fugiram! Vanguarda, 10/07/1960. N.º506.p.4.

⁴¹⁶ Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933. 1933.p.10

portanto, à medida que, daqui em diante, o homem se torna capaz de decompor e reparar, cortar, substituir, tirar, acrescentar, corrigir ou endireitar. A rede desses instrumentos se complexifica e se estende.⁴¹⁷

Por meio do citado instrumento de legislação urbana, o alcaide dispunha de dispositivos não apenas para escrever uma gramática para o tecido urbano, mas ainda para o corpo da população. Tendendo para certa homogeneização da sociedade local e da forma urbana, procurava-se alisar e alinhar os espaços e imprimir sobre os corpos uma maneira de comportar-se, instaurando uma determinada ordem na cidade, desde o desenho das ruas e a configuração das habitações, passando pelas formas de falar, pelas manifestações do corpo, aos modos de vestir e situar o corpo (parado ou em movimento) nas ruas. Prescrevendo até mesmo multa para os transgressores.

Dessa maneira, a modernização do espaço urbano, com as obras de remodelação, era acompanhada por um processo de busca pela homogeneização dos corpos citadinos. Tentava-se mudar uma pluralidade de modos, comportamentos e gestos, e instituir um conjunto de regras, acomodando-os a um determinado modelo. Porém, esses dispositivos de escrita sobre o corpo não funcionavam de maneira mecânica, a cidade também era construída pelos seus usos cotidianos, pelas vivências e práticas dos seus habitantes que transgrediam ou ressignificavam as normatizações. Como percebe-se neste artigo do *Vanguarda* sobre a exaltação dos indivíduos durante as práticas desportivas no estádio:

A Falta de Educação da Assistência Desportiva

A assistência do Estádio Municipal, num atestado de falta de educação e desrespeito a tôdas as normas desportivas, vem invadindo a área de jogo, toda vez que surge o mais simples incidente em campo.

Ainda no último domingo, quando se realizava o encontro entre as equipes do “Leader” e do “Guanabara”, verificou-se esse lastimável espetáculo que, além de revelar falta de educação de quem o pratica, causa tumulto e confusão.

Apelamos para o sarg. Carlindo Ferreira da Silva, Delegado de Polícia local, no sentido de que mande mais policiais para o Estádio todos os dias de jogos, a fim de evitar esse mau hábito dos aficionados do “association”.⁴¹⁸

Pela narrativa do periódico, a partida em questão foi marcada pela invasão dos assistentes na área do campo – prática costumeira nas pelepas – o que, para os letrados, significava falta de postura e de educação, desordem, confusão e tumulto. Mais uma vez

⁴¹⁷ CERTEAU, Michel. 2009. p.234.

⁴¹⁸ A Falta de Educação da Assistência Desportiva - Vanguarda, 29/09/1956. N°. 363.p.1

apelavam para as autoridades de segurança da cidade, no sentido de aumentar o efetivo de policiais para conter a empolgação dos expectadores que, movidos pela paixão que nutriam pelos clubes de futebol, extravasavam seus sentimentos, agindo disforme ao escrito. A medida sugerida no texto era mais um esforço, na incessante busca de manter os corpos circunscritos a uma norma, no caso, dispostos nas arquibancadas, alinhados e circunscritos num espaço, sem gozos, sem paixões ou pelo menos com suas emoções controladas, enfim, contidos. Entretanto, por mais que os mecanismos (administrativos, jurídicos) dirigiam-se a esquadriñar os sujeitos, as práticas revelavam-se rebeldes, insubordinadas.

O processo de produção do lazer esportivo na cidade implicava no silenciamento de outras práticas. Nesse sentido, as posturas municipais em vigor na época interditavam determinados jogos e divertimentos. Do cenário das ruas deviam desaparecer os divertimentos populares, a exemplo do entrudo:

Art. 96 É expressamente proibido o jogo de entrudo, e expor a venda fazer uzo ou fabricar qualquer cousa para este fim, sendo apenas permitido o uso do lança-perfumes, confetes e serpentinas; pena 20\$000 de multa.⁴¹⁹

O jogo de origem portuguesa, praticado por grupos populares de foliões no período carnavalesco e eventos festivos, era embargado, inclusive com multa para os adeptos. O entrudo funcionava da seguinte maneira: os participantes lançavam água e outras substâncias nos demais, em quem estivesse passando pelas ruas, participando ou não da folia. Era uma prática comum entre grupos sociais do mesmo nível, no entanto, por vezes, empolgava e envolvia mais gente. A partir da segunda metade do século XIX, com a emergência das práticas desportivas no país, representadas como ícone da “civilização” e da “modernidade”, o jogo de entrudo passou a ser mal visto, tratado como uma prática insalubre e primitiva, um atentado à saúde e à moralidade, passando a sofrer interdições do poder público com punições para os praticantes.⁴²⁰ Contudo, ressaltava, o dispositivo da legislação supracitada, a liberação de “lança-perfumes, confetes e serpentinas”, artefatos empregados nos clubes sociais (Imagem 6 - em anexo), espaços de lazer reservados para os associados, pertencentes a determinadas famílias tradicionais e ricas da cidade. Em suma, as posturas funcionavam como mecanismo de regulação de práticas populares e demarcação de elementos de diferenciação social. Em outro artigo do Código era determinado:

⁴¹⁹ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933.p14.

⁴²⁰ LUCENA, Ricardo de Figueiredo. 2000.p.34-40.

Art. 110 É terminantemente proibido dentro da cidade o divertimento denominado arraias e papagaios, sejam de pano ou de papel, pena de 5\$000 de multa.⁴²¹

Observa-se que havia, de um lado, os jogos de natureza desportiva, aceitos e estimulados, do outro, os jogos e divertimentos populares, interditos e censurados.⁴²² Os primeiros, por sua vez, faziam parte do planejamento da cidade e mereciam uma intervenção urbana, com a edificação de uma praça (estádio), entretanto de acesso controlado, pois tinha de pagar para entrar nas dependências do espaço nos dias que ocorriam os espetáculos desportivos, funcionando, portanto, enquanto um dispositivo produtivo na cidade. Dessa maneira, desejava-se colocar à margem da paisagem urbana determinadas práticas de diversão da população, práticas essas que se encerravam em si mesmas, pelo simples gesto de divertir-se. De tal modo, instituindo um espaço para práticas de lazer, consideradas enquanto saudável e útil, a intervenção caminhava no sentido de uma homogeneização dos entretenimentos na cidade.

Em contraposição aos esportes, outras práticas de diversão na cidade, além das citadas acima, eram condenadas, como lemos nessa nota do jornal.

A Existência de “Jogos de Azar” Nesta Cidade

Não obstante as severas medidas tomadas pelo atual Governo contra a jogatina que infestava todo o Estado, fomos informados da existência de “jogos de azar” em determinados pontos desta cidade.

Confiamos na ação do sr. Delegado de Polícia no sentido de acabar com esta contravenção penal que tanto mal causa à coletividade.⁴²³

Os ditos “jogos de azar”, por sua vez, recebiam um tratamento diferenciado nas páginas do semanário, tratado como caso de polícia, como um mal a ser extirpado da urbe. Esse tipo de jogo, comum nos meios populares, com baralhos, cartas ou dados, em que se faziam apostas de objetos ou valores, eram representados pelos editores do *Vanguarda* como uma prática nociva à coletividade, apesar de não deixar claro no texto qual seria esse mal. Seus leitores entenderiam. No entanto, algumas questões podem ser suscitadas. Era possível

⁴²¹ JACOBINA. Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933.p.15.

⁴²² Para entender a distinção entre esportes e jogos, conferir o estudo de Ricardo de Figueiredo Lucena. Este trabalhou com a ideia de um processo de desportivização dos passatempos no Brasil. A partir de Nobert Elias, faz uma sociológica das práticas esportivas no Rio de Janeiro, localizando a emergência dos esportes modernos no final do Império e início da República como um dos aspectos do processo civilizador do país. Especificamente, conferir o segundo capítulo do trabalho, *Do jogo à esportivização dos passatempos: o esporte no esforço civilizador brasileiro*. Cf. LUCENA, Ricardo de Figueiredo. *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, 2000.

⁴²³ VANGUARDA, 21/08/1955. Nº 306. p.1

que, ao lado dos chamados “jogos de azar”, outras práticas e outros espaços podiam estar associados, como o consumo de bebidas, cigarros, em bares e prostíbulos.

De acordo com Zeneide Rios de Jesus, nas décadas de 1930 e 1940, período em que o município recebeu uma leva de emigrantes em busca de trabalho nos garimpos das serras adjacentes à cidade, o combate aos jogos de azar era uma constante. Nesse contexto, o jornal *O Lidador*, que circulava na urbe, vinculava artigos e poemas de caráter moralista, alertando sobre os problemas que os jogos de azar poderiam resultar, como conflitos familiares, degeneração dos valores morais e prejuízos no trabalho. Segundo a pesquisadora citada, para o periódico que condenava os jogos de azar, essas práticas na cidade e nos distritos causavam prejuízos ao comércio, e associadas ao consumo de bebidas alcoólicas, por vezes, desencadeavam confusões e brigas. De tal modo, na percepção do jornal, representava o atraso, a preguiça, a miséria, aspectos que ameaçam a ordem e a imagem de civilidade defendida para a cidade.⁴²⁴

A propósito, a bebida alcoólica era alvo de preocupação por parte de sujeitos que atuavam no ramo da mineração, umas das principais atividades econômicas do município. Em carta veiculada no jornal *Vanguarda*, o engenheiro Armando Santos de Oliveira, responsável pelas atividades mineradoras nos garimpos das serras do povoado de Canavieiras de Fora, dirigia-se aos comerciantes da localidade, estendendo aos da sede, que vendiam cachaça, recomendando a evitar a venda do produto, pois estaria causando vício aos trabalhadores da mineração.⁴²⁵

Dessa maneira, os “jogos de azar” eram associados a hábitos, comportamentos e práticas, tratados como nocivos à saúde, constituíam-se em mazelas e vícios que atingiam o corpo dos sujeitos. Contudo, mais uma questão deve ser pontuada. Sendo, por sua vez, praticado em virtude de apostas, envolvendo valores e objetos, os ganhos resultantes dessas práticas resultavam em dinheiro fácil para os vencedores – aspecto que contrariava a moral do trabalho, disseminada em artigos publicados nas páginas do *Vanguarda*.⁴²⁶ Na edição 388, na última página do periódico, um texto assinado por um sujeito chamado Natanael de C. Andrade, sentenciava o valor do trabalho: “O trabalho é a mola mestra de todos os impulsos

⁴²⁴ JESUS, Zeneide Rios de. *Eldorado Sertanejo: garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2005. p.50-72.

⁴²⁵ Carta Circular aos Vendedores de Cachaça de Canavieira de Fora - *Vanguarda*, 04/02/1956. N°329.p.1.

⁴²⁶ CONCEITO DE TRABALHO - Germano Machado. *Vanguarda*, 09/02/1957. N° 381. p.1; O Trabalho - Natanael de C. Andrade. *Vanguarda*, 06/04/1957. N° 388.p.4 ;

da existência. Não pode haver vida onde não existe trabalho. (...) O trabalho é um bem, bem de todos, imprescindível ao meio de subsistência da vida”.⁴²⁷

Os designados “jogos de azar”, ganhavam espaço entre as colunas da primeira página do periódico. Era, dessa vez, noticiada a repressão policial no espaço da feira livre:

Apreendida Uma Banca de Jogo de Azar na Feira

No penúltimo sábado foi apreendida pelo sgt. Brás dos Santos Lima, na feira semanal desta cidade, uma banca de jogo de azar que, há várias semanas, vinha funcionando ali, sob o pretexto de praticar jogo de “habilidade”.

O proprietário da mesma bancava o jôgo armado com um revólver “Taurus” na cintura, o qual também foi apreendido por aquela zelosa autoridade policial.⁴²⁸

Na nota, além de evidenciar e elogiar a intervenção policial, diante da prática considerada ilegal, o registro do periódico assinalava outra questão envolvendo o “jogo de azar”; quanto à prisão do dono da banca de jogo, fazia-se ainda o comentário sobre o porte de uma arma, assim, levava a sugerir uma associação entre a prática desse tipo de jogo e a violência na urbe. Todavia, percebe-se que, independente da repressão, os ditos “jogos de azar” continuavam a ser praticados, à revelia da vontade do redator do periódico e das normas jurídicas. Pequenos gestos e atos de ilegalidade, de teimosia e resistência caracterizavam o cotidiano da cidade, fazendo-a ser outra, o oposto da cidade ordeira e disciplinada, desenhada pelos dispositivos jurídicos, pelas posturas municipais e legislação sanitária.

Se os “jogos de azar” podiam estar associados às mazelas que atingiam o corpo, ao consumo de álcool, à prostituição, à violência e à desordem na cidade, figurando nas colunas do *Vanguarda* como alvo da repressão da polícia e como um exemplo a não ser seguido; os jogos de natureza esportiva, por sua vez, eram estimulados, merecendo a construção de um espaço para tal finalidade. A construção do estádio municipal fazia parte dos projetos de ordenação da cidade, instituía-se um espaço de lazer e sociabilidade para a população, em que se desenvolviam práticas saudáveis e modernas.

Desse modo, o novo espaço de prática esportiva e lazer urbano estava ainda em consonância com os outros discursos e práticas em voga na cidade nesse período, como as exigências dos médicos sanitaristas e do alcaide, com o conforto e a higiene das habitações, a fim de garantir moradias e estabelecimentos salubres, com as transformações dos espaços

⁴²⁷ ANDRADE, Natanael de C. Vanguarda, 06/04/1957. N.º 388.p.4.

⁴²⁸ VANGUARDA, 21/12/1958. N.º475.p.1

urbanos sendo pavimentados e saneados, com as medidas de asseio, esgotamento e construção do serviço de água encanada. Sobre a cidade transformada, com obras de urbanismo, desejava-se também corpos saudáveis, daí as atividades desportivas ganharem interesse do poder público – práticas e narrativas que se entrecruzavam na preocupação de produzir uma população com corpos e mentes sãs.

Considerações finais

A década de 1950 em Jacobina foi marcada por transformações urbanísticas. A intervenção feita na cidade naqueles anos, com a implantação de obras, serviços e equipamentos de urbanismo, pode ser considerada como um dos momentos mais significativos no século XX da história urbana jacobinense. Naquele contexto, a gestão de Orlando Oliveira Pires (1955-1959), foram então desenvolvidas ações de modernização urbana, com as medidas de pavimentação, saneamento e asseio, bem como com a implantação dos serviços de água encanada, a ampliação dos serviços de energia elétrica, a abertura de uma larga avenida (acompanhada da construção de residências e instituições) e a edificação de um espaço de lazer e práticas desportivas – o estádio municipal Francisco Rocha Pires. Por outro lado, procurava-se também normatizar as ruas, com medidas contra os comportamentos e as práticas vistas como desviantes, que maculavam a imagem da cidade ou afrontavam a ordem urbana. Em síntese, pretendia-se materializar nas ruas de Jacobina aquilo que definiam enquanto ares de cidade “civilizada”, “moderna” e em ritmo de “progresso”.

Desse modo, analisamos as práticas de modernização e normatização da cidade desenvolvidas naqueles anos enquanto uma estratégia, no sentido elaborado por Michel de Certeau. Conforme o autor, as estratégias são concebidas a partir de um lugar, partilham de um objetivo, procuram organizar e administrar um espaço – produzindo uma ordem. Nesse sentido, o cenário urbano projetado e implantado pela Prefeitura para a cidade com as obras de urbanismo foi destinado, sobretudo, para as vias centrais da urbe. A geografia da modernização/urbanização era circunscrita e delimitada ao espaço em que funcionavam lojas e estabelecimentos comerciais, moradias dos segmentos sociais abastados e sede da administração pública da urbe. Nas ruas centrais da cidade produziu-se um espaço estruturado com serviços e equipamentos urbanísticos de conforto – valorizando os imóveis e instituindo distinções sociais. De tal modo, os logradouros centrais configuravam-se numa espécie de vitrine da cidade, cujo aspecto devia ser limpo, higiênico, inodoro, iluminado e agradável. Nos conceitos formados por Milton Santos, a distribuição seletiva e parcial das obras de modernização materializava, ali, um espaço luminoso – o centro comercial, administrativo e residência das famílias tradicionais da urbe. Em contraposição, as ruas e bairros afastados do perímetro central ficaram excluídos desse processo de urbanização.

Além das citadas intervenções, apontamos também para a produção do lazer e o estímulo às práticas desportivas na cidade, com a construção do estádio municipal e de uma

quadra poliesportiva. A praça de esportes funcionava como outro elemento na estratégia da gestão da cidade. Deste modo, criava-se um ambiente de lazer, sociabilidade e prática desportiva na urbe, em que se desenvolviam atividades aceitas e incentivadas socialmente – tratava-se de um lazer urbano saudável e moderno. Por outro lado, combatiam-se as diversões populares, a exemplo do entrudo, bem como os ditos “os jogos de azar”, que eram associados às práticas e comportamentos vistos como desviantes ao modelo de conduta cidadão, disciplinado e produtivo.

Naquele contexto, o jornal *Vanguarda*, em artigos e notas, produziu uma imagem positiva do gestor municipal e uma representação da história da cidade. A partir do periódico, articulista e editores elaboraram uma narrativa em que demarcava aquele momento da gestão de Orlando Oliveira Pires como um corte em relação às gestões precedentes. Promovia-se a imagem do alcaide como um sujeito operoso e dinâmico, capaz de imprimir uma nova racionalidade sobre o espaço urbano – transformando Jacobina numa cidade “moderna”, “civilizada” e inserindo-a no caminho do cultuado “progresso”. Como apontamos, inventava-se também uma representação da história urbana de Jacobina, definindo dois momentos, o passado da cidade como “decadente”, “estagnado” e de “inércia”, e aquele momento presente, no qual a urbe passava a trilhar o “desenvolvimento” e o “progresso”. O receio era de que a cidade permanecesse em estado de “decadência” e “estagnação”.

Dessa maneira, este trabalho também apresentou outra abordagem sobre estudos urbanos jacobinenses, especialmente em relação às pesquisas que se debruçaram sobre os processos modernizadores da cidade. Fazendo uso de um variado conjunto documental, adotamos outro procedimento metodológico, procuramos destacar as próprias expressões e palavras empregadas para narrar as transformações urbanísticas. Ademais, a pesquisa veio a contribuir nos estudos acerca dos processos modernizadores das cidades no interior da Bahia, assinalando as suas especificidades.

Inicialmente a pesquisa tinha o objetivo de estudar também a gestão municipal seguinte à de Orlando Oliveira Pires, empreendida pelo médico Florivaldo Barberino (1959-1963), que deu sequência à prática de modernização da cidade, construindo um conjunto de praças e jardins, ampliando a pavimentação das ruas, e iniciando a edificação do mercado municipal e do matadouro público. No entanto, preferimos delimitar e concentrar esforços em analisar essa primeira etapa de modernização – apontando os contornos específicos que ela assumiu. Assim, ao debruçarmo-nos sobre as fontes, apontamos para outras práticas em voga

na cidade naqueles anos, a busca pela higienização e normatização dos espaços, do corpo da população e atividades urbanas.

As medidas sanitaristas desenvolvidas em nome da higiene e da saúde pública procuravam impor uma nova ordem no espaço urbano, os médicos e seus auxiliares de trabalho passaram a executar ações de fiscalização nas moradias, nos estabelecimentos comerciais e intervenções nos espaços públicos, combatendo determinadas práticas da população citadina, como a criação de animais no perímetro urbano e os banhos de rios, interferindo nas maneiras de morar, nos hábitos e costumes da população presentes na paisagem urbana. De tal modo, a procura por instituir uma “ordem” sanitarista na cidade almejava produzir um ambiente salubre, habitado por corpos saudáveis e úteis, como também moldava o que podia ser visto ou não nas ruas, definindo uma estética para a urbe. Apesar disso, como apontamos, a ação dos médicos-sanitaristas foi marcada por conflitos e práticas de burla às exigências. Abordando também as ações do gestor municipal e dos jornalistas, buscando normatizar as ruas e fabricar uma determinada imagem de cidade e ordem urbana, apresentamos que Jacobina não funcionava seguindo as regras desenhadas pelos dispositivos de regulação e normatização da vida urbana. As sucessivas tentativas de disciplinar as práticas apareceram enquanto indício de que aquelas ruas caracterizavam-se pelo movimento indisciplinado. Em outras palavras, pelos comportamentos vistos como desviantes ou indesejáveis – sobre o quais os mecanismos de ordenação buscavam incessantemente controlar ou excluir da visibilidade das ruas.

Dessa forma, uma pesquisa futura poderá investigar os desdobramentos da política de modernização da cidade nos anos seguintes, procurando examinar também a participação e reivindicações das pessoas excluídas desse processo. A propósito, essa foi uma questão que não conseguimos elucidar, devido aos limites das fontes trabalhadas não alcançamos apresentar a participação ou a leitura que a população excluída do processo de modernização fazia das transformações na paisagem urbana. Outro aspecto que será pertinente examinar com mais atenção numa pesquisa futura é a presença daqueles “personagens indesejáveis” nas ruas e as relações de forças desenvolvidas com os dispositivos que buscavam discipliná-los ou eliminá-los. Apesar de tentarmos apontar para as práticas nas ruas registradas no jornal, outros tipos documentais, como processos-crimes, poderão servir neste próximo intento, identificando outras práticas e atores urbanos, e apresentando outras trajetórias e cartografias da cidade. Seria preciso fazer uma história da cidade a partir de outra perspectiva, uma história dos processos de exclusão e dos excluídos urbanos.

Fontes:

1. Livros e artigos:

COSTA, Afonso. Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. II. Bahia. Imprensa Oficial do Estado. 1918.

_____. 200 ANOS DEPOIS - A ENTÃO VILLA DE JACOBINA. In: Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia. Imprensa Oficial do Estado. N.48. Numero comemorativo do Centenario da Redempção da Bahia. 1923.

FERREIRA, Jurandyr Pires. (Org:) Jacobina. Municípios do Estado da Bahia. In: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Volume XX. I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1958.p.352. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf.

LEMOS, Araújo Doracy. Jacobina. 1994.

LEMOS, Araújo Doracy. Jacobina sua história e sua gente. Feira de Santana. Grafinart. 1995.

SILVA, Alcira Pereira Carvalho. 50 anos depois. Salvador. S.C.P, 1984.

_____. Jacobina sim. Salvador. UFBA. Centro Editorial e Didático, 1986.

OLIVEIRA, Amado Honorato de. Contos e crônicas. s.n.t. (Impresso encadernado).

_____. Um nome em foco. Jacobina. Gráfica Maxicopy. 2001.

2. Jornais:

Jornal Vanguarda, de 1955 a 1960.

O Jornal, 1959 e 1960.

3. Documentos administrativos - Arquivo Público Municipal de Jacobina – APMJ.

Código de Posturas da Cidade de Jacobina, Ato nº 57, de 30 de dezembro de 1933.

Livro de Ofícios da Prefeitura Municipal de Jacobina. Datas-limites: ano de 1955-1956.

Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Jacobina. Livro de Atas. Nº 2. De 05/12/1948 a 24/11/1955.

Lei N.80, de 12 de abril de 1954. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Caixa: 81.

Lei nº 48-55, de 20 de outubro de 1955. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 53-55 de 26 de outubro de 1955. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 57-56 de 26 de janeiro de 1956. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 58-56 de 27 de janeiro de 1956. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº. 82 de 27 de dezembro de 1956. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 89-57 de 5 de junho de 1957. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 101-57 de 29 de novembro de 1957. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 105-58 de 15 de janeiro de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 108-58 de 15 de Junho de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 109-58 de 15 de Junho de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 115-58 de 4 de Junho de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 152 de 15 de maio de 1963. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Lei nº 100 -57 de 29 de novembro de 1957. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.

Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Serie: Relatório Maço: 01. Caixa: 109.

Ofício N. 261/60. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limite: 1960-1969. Notação: Ofícios Recebidos. Caixa: 72. Maço: 1.

Mensagem de 1965 do Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Vereadores. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limite: 1948-1991. Notação: Mensagem. Caixa: 60.

Planta do projeto de distribuição de água encanada da cidade – Setembro de 1954. Acervo: Poder Executivo. Fundo: Gabinete do Prefeito. Grupo: Habitação e Urbanismo. Datas-Limites: 1975-1993. Notação: Plantas Diversas. Caixa: 707.

4. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

O Código Sanitário do Estado da Bahia. Decreto N.4.144 de 20 de Novembro de 1925, que regulamentou a Lei n.1811 de 29 de Julho de 1925.

5. Fotografias:

Acervo do Núcleo de Estudos Orais, Memória e Iconografia (NEO/UNEB)

Acervo do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC/UNEB).

Acervo do Arquivo Fotográfico Ilustrativo dos Trabalhos Geográficos de Campo – IBGE.
Fotografias de Tibor Jablonsky.

MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter (Org.) Acervos Digitalizados da Microrregião de Jacobina. DVD. NECC/UNEB – CAMPUS IV. Jacobina, 2010. (Seção documentos).

6. Sites:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacobina>

Referências:

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife. FJN, Ed. Massangna. São Paulo, 1999.

_____. A dimensão retórica da historiografia. In: **O Historiador e suas fontes**. (Orgs): Carla Bassanezi Pinky e Tania Regina de Luca. 1.ed. São Paulo. Contexto, 2011. p.223-249.

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky: suportes materiais na construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968). Anais: 'Usos do Passado' — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Vera%20Lucia%20Cortes%20Abrantes.pdf>.

_____. O arquivo fotográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o olhar de Tibor Jablonszky sobre o trabalho feminino. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20,n.1,jan.-mar.2013,p.289-306. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n1/15.pdf>

ANDRADE, Joel Carlos de Souza e *et al.*(Org:). **Cultura e Cidades**. Campina Grande. EDUFCEG, 2009.

AGRA DO Ó, Alarcon. **Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de Cidades – Campina Grande (1959)**. Campina Grande. EDUFCEG, 2006.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e casebres na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitária. In: **Cidades e experiências modernas**. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. FERNANDES, Paula Rejane. (Org:).Campina Grande. EDUFCEG, 2010.p.57-84

ARANHA, Gervácio Batista. Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925). In: **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. AGRA DO Ó, Alarcon. (Org:). 2.ed. João Pessoa. Editora Idéia, 2005. p.79-132.

AGAMBEN, Giorgio.O dia do juízo. In: **Profanações**. Tradução: Selvino José Assmann. São Paulo. Boitempo, 2007.p.27-30.

ALMEIDA, Claudio A. **Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968**. São Paulo. Atual, 1996.

ARAÚJO, J. D. de; et al. **Regionalização dos serviços de saúde pública: a experiência do Estado da Bahia, Brasil**. Saúde pública. Rev. Saúde Pública vol.7 no.1 São Paulo Mar. 1973. p.1-19. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89101973000100001&script=sci_arttext

ARRAIS, Raimundo. Os espaços de sociabilidade das elites natalenses. In: **O Corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930**. Natal. EDUFERN, 2008. p. 129-175.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e História**. 2.ed. Petrópolis. Vozes, 2012.

BARTHES, Rolando. **A câmera clara: nota sobre a fotografia**. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2012.

BATISTA, Ricardo dos Santos. **Lues Venerea e as Roseiras Decaídas: biopoder e convenção de gênero e Sexualidade em Jacobina-Ba (1930-1960)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA Salvador, 2010. (Dissertação de Mestrado).

BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. Tradução: Jorge Hagime Oseki. In: **Espaço e Debate n° 34**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo. 1991.p.39-54.

BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7° Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas. Vol. I).p.91-107.

_____. Sobre o conceito da História. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7° Edição. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas. Vol. I).p.222-232.

_____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. Tradução: José Martins Barbosa, Hermerson Alves Baptista. 1. ed. 3. reimp. - São Paulo: Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas. Vol. III).

_____. Paris, a capital do século XIX. In: **Passagens**. Belo Horizonte. Ed. UFMG. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.53-65.

_____. O flâneur. In: **Walter Benjamin**. Org: Flávio R. Kothe. Tradução: Flávio R. Kothe. Ed. Ática. São Paulo, 1985. p.44-93.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1982.

BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. (Org:) DEL BRENNA, Giovanna RossoRio de Janeiro. Index, 1985.p. 599-611.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 8ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: **Historiografia brasileira em perspectiva**. Org: Marcos Cezar Freitas. São Paulo. Contexto, 2007. p. 237-258.

_____. Permanência e ruptura no estudo das cidades. Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V.2. N.1. 1993. Disponível em: www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/322/298

BLUME, Luiz Henrique dos Santos Blume. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: **Culturas Urbanas Bahia: estudos sobre Jacobina e região**. Salvador, Eduneb, 2009.p.15-30.

BUCK-MORSS, Susan. A história mítica: fetiche. In: **Dialética do olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens**. Tradução: Ana Luiza de Andrade. Belo Horizonte. Editora UFMG. Chapecó. SC. Editoria Universitária Argos, 2002.p.109-144.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo. Editora da UNESP, 1997.

BURITI, Iranilson. Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940). In: **Cultura e Cidades**. ANDRADE, Joel Carlos de Souza e *et al.*(Org:). Campina Grande. EDUFCEG, 2009.p.191-214.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. O Serviço Especial de Saúde Pública: Políticas Internacionais e Respostas Locais. História em Revista, Pelotas, v. 11, dezembro/2005.p. 37-61.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Tradução: Ephaim Ferreira Alves. 3º edição. Petrópolis. Vozes, 1998.

_____. A operação historiográfica. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.p.65-119.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Garlhado.2º. Ed. DIFEL. 1988.

_____. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre. Ed. Universidade – UFRGS, 2002.

CHALHOUB, Sidney: **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Org.) **O Cinema e a invenção da vida moderna**. Tradução: Regina Thompson. 2º ed. rev. São Paulo. Cosac & Naify, 2004.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidade, uma antologia**. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. A natureza urbanizada, a invenção dos “espaços verdes”. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. Proj. História, São Paulo, (18), maio. 1999.p.103-106.

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. 1933. Disponível: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

CRUZ, Heloisa de F; PEIXOTO, Maria do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. nº 35, julho/dezembro, 2007. p 253-270.

DRUMMOND, Washington Luis Lima. **Pierre Verger: Retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952) – uma cidade surrealista nos trópicos**. Faculdade de Arquitetura – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. UFBA, Salvador, 2009. (Tese de Doutorado).

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. A pesquisa recente em história urbana no Brasil: percursos e questões. In: **Cidade e Urbanismo: história, teorias e práticas**. Nino Padilha. (Org:). Salvador. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998. p.13-28.

FILHO, Severino Cabral. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens**. Campina Grande. EDUFCEG, 2009.

_____. **Água: desejo, promessa, espetáculo**. In: **A cidade através de suas imagens: uma experiência modernizante em Campina Grande (1930-1950)**. Doutorado em Sociologia. João Pessoa. UFPB, 2007. p.97-172.

FLUSSER, Vilém. Nossas imagens. In: **Pós-História. Vinte instantâneos e um modo de usar**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.p.

_____. **Filosofia da caixa preta: Ensaio para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. **Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento local: o caso de Jacobina/Bahia**. Faculdade de Arquitetura. UFBA. Salvador, 1995. (Dissertação de Mestrado). p. 79-133.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. (Org.) Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal,1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. 37.ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

_____. **História da sexualidade I. A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988

FRIEDRICH, Otto. **Olympia: Paris no tempo dos impressionistas**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.p.115-161.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o moderno. In: **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro. Imago, 1997. p.139-154.

HARVEY, David. . **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 21. ed São Paulo: Loyola, 2011.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. Dos engenhos de açúcar aos campos de futebol. A crônica esportiva de José Lins do Rego. In: **História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. CHALHOUB, Sidney *e et al.* (Org.) Campinas. SP. Editora da Unicamp.2005.p.401-431.

JESUS, Zeneide Rios de. **Eldorado Sertanejo, garimpos e garimpeiros nas serras de Jacobina (1930-1940)**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2005. (Mestrado em História Social).

LACASSAGNE, Claude-Laurence; DAVIE, Neil. Luxo, algazarra e mau cheiro. In: **Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades**. CHARLOT, Mônica; MAX, Roland. (Orgs:). Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Zahar, 1993.p.47-58.

LE GOFF, Jacques. Progresso/reação. In: **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. [et al.].5ª. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2003. p.235-281.

_____. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. [et al.].5ª. ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2003. p.525-541.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia Civilizar-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador, 1912-1916**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 1996. (Dissertação de Mestrado em História).

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2.ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. Aracaju, SE. Editora UFS, 2007.

LEMOS, Araújo Doracy. **Jacobina sua história e sua gente**. Feira de Santana. Grafinart. 1995.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. Carla Bassanezi Pinsky. (Org:). 3.ed. São Paulo. Contexto, 2011.p.111-153.

LUCENA, Ricardo de Figueiredo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas, SP. 2000. (Tese de Doutorado).

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. São Paulo: Ática, 1986.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: **História da vida privada no Brasil**. Vol.3. (Org). Nicolau Sevcenko. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.p.132-214.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, História visual**. Balanço Provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n°45, pp. 11-36. 2003.

NEEDELL, Jeffrey D. Rio de Janeiro – Capital do século XIX brasileiro. In: **Belle Époque Tropical – Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Tradução: Celso Nogueira. São Paulo. Companhia das Letras, 1993.p.19-73.

MONDENARD, Anne de. A emergência de um novo olhar sobre a cidade: as fotografias urbanas de 1870 a 1918. Tradução: Eveline Bouteiller Kavarama. In: Revista Projeto História. PUC. SP. N. p.107-113.

MOREIRA, Fernando Diniz. A formação do urbanismo moderno no Brasil: as concepções urbanísticas do engenheiro Saturnino de Brito. In: **Cidade e urbanismo. História, teorias e práticas**. (Org:) Nino Padilha. Salvador. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, 1998.p.242-258.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. (Org:) Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. 4.º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.p.156-194.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. São Paulo. 1981.

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. **Revelando a cidade**: Imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci. (Jacobina 1955-1963). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFBA, Salvador, 2007. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Valter; MENEZES, Adriano. (Org.) **Culturas Urbanas na Bahia**: estudos sobre Jacobina e região. Salvador, Eduneb, 2009.

OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. “**Canções da cidade amanhecendo**”: **urbanização, memórias e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960**. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em História, 2011. (Tese de doutorado).

PERROT, Michelle. Maneira de Morar. **História da vida privada. Vol.4**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. PERROT, Michelle. (Org:) Tradução: Denise Bottman; Bernardo Joffily. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.p.284-301.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades invisíveis, cidades sensíveis**. In: Rev. Bras. Hist. vol.27 no.53 São Paulo Jan./June 2007. p.11-23.

_____. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre. EDUFURGS, 2002.

_____. **História & História Cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2003.

_____. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. Rev. Bras. de Hist. SP. V.15. N° 29. p.24.

_____. A aventura da modernidade: os contraditórios caminhos do progresso. In: **Exposições universais. Espetáculos da Modernidade do século XIX**. São Paulo. Editora Hucitec, 1997. p.25-41.

_____. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8. n° 16, 1995.p.279-290.

PINHEIRO, Eloísa Petti. o caso da cidade do Salvador. In: Europa, **França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. 2.ed.Salvador : EDUFBA, 2011.p.175-266.

ROCHE, Daniel. **Histórias das coisas banais: nascimento do consumo (séc. XVII – XIX)**. Tradução: Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro. Rocco, 2000.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - 1890-1930**. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1985.

_____. “A “nova” historiografia brasileira.” Anos 90. Porto Alegre, n.11, julho de 1999. p.73-96. Disponível: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art5.pdf> .

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs:). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.p.185-202.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de 1920**. Recife. FUNDARTE, 1997.

REZENDE, Eliana Almeida de Souza. A cidade e o sanitarista imagens de um percurso. In: Proj. História, São Paulo, (21), nov. 2000.p.265-279..

ROCHA, Amara Silva de Souza. Modernas seduçõs urbanas: a eletrificação do Rio de Janeiro da Belle Époque. In: Anos 90, Porto Alegre,.N°.14, dezembro de 2000.p.202-217.

RONCAYOLO, Marcel. Mutações do espaço urbano: a nova estrutura da Paris Haussmanianna. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. In: Projeto História. São Paulo. N°18. Maio de 1999. p.91-96.

_____. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Tradução: Eveline Bouteiller Kavakama. Proj. História. São Paulo, (18), maio, 1999.p.97-101.

RONILK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo. Studio Nobel. Fapesp, 1999.

SAMPAIO, Alan; OLIVEIRA, Valter. **Arte e cidade: imagens de Jacobina**. Salvador. EDUNEB, 2006.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **A História do conforto na cidade de São Paulo**. Revista Anos 90. Porto Alegre. N° 14, dezembro de 2000. p. 162-183.

_____. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo. Editoria Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Vanicléia Silva. **Sons, danças e ritmos: A Micareta em Jacobina - Ba (1920-1950)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

SENNET, Richard. **A Carne e a pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução: Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro. BestBolso, 2008.p.261-288.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. (Org:) Nicolau Sevcenko. São Paulo. Companhia das Letras, 1988. p.7-48.

_____. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da vida privada no Brasil**.Vol.3 (Org). Nicolau Sevcenko. São Paulo. Companhia das Letras, 1998. p.514-618.

_____.**Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

SHORSKE, Carl. A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo moderno. In: **Viena fin-de-siècle: política e cultura**. Tradução: Denise Botmann. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, São Paulo. Companhia das Letras, 1988.p.43-124.

SILVA, Edson. **Jacobina: uma cidade “progressista” e “civilizada” (1955-1963)**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV, Jacobina, 2012. (Monografia de graduação).

SILVA, Fabiana Machado da. **O Trem das Grotas: a ferrovia *Leste Brasileiro* e seu impacto social em Jacobina (1920-1945)**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Santo Antônio de Jesus, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Otávio Guilherme Velho. (Org:) Tradução: Sérgio Marques dos Reis. 4ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1979.p.11-25.

SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda. **A cidade em debate**. (Orgs:) São Paulo. Editora Olho D’água, 1999.

SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: **Sobre fotografia**. Tradução: Rubens Figueiredo. São Paulo. Companhia das Letras, 2004.p.13-35.

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: **Figuras de Foucault**. (Org:) RAGO, Margareth; VELGA-NETO, Alfredo. 2.ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2008. p.75-85.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, nº 46, 2006.p.61-92.

_____. **Territórios de confrontos: Campina Grande, 1920-1945.** Campina Grande. EDUFCG, 2003.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. (Org.). **Populares na Cidade: Vivências de trabalho e de lazer.** João Pessoa. Ideia, 2011.

_____. **Cidades e experiências modernas.** Campina Grande. EDUFCG, 2010.

_____. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos – Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965).** Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFPE, Recife, 2002. (Tese de Doutorado em História).

Tendler, Silvio. Os Anos JK - Uma Trajetória Política. 1980. (documentário).

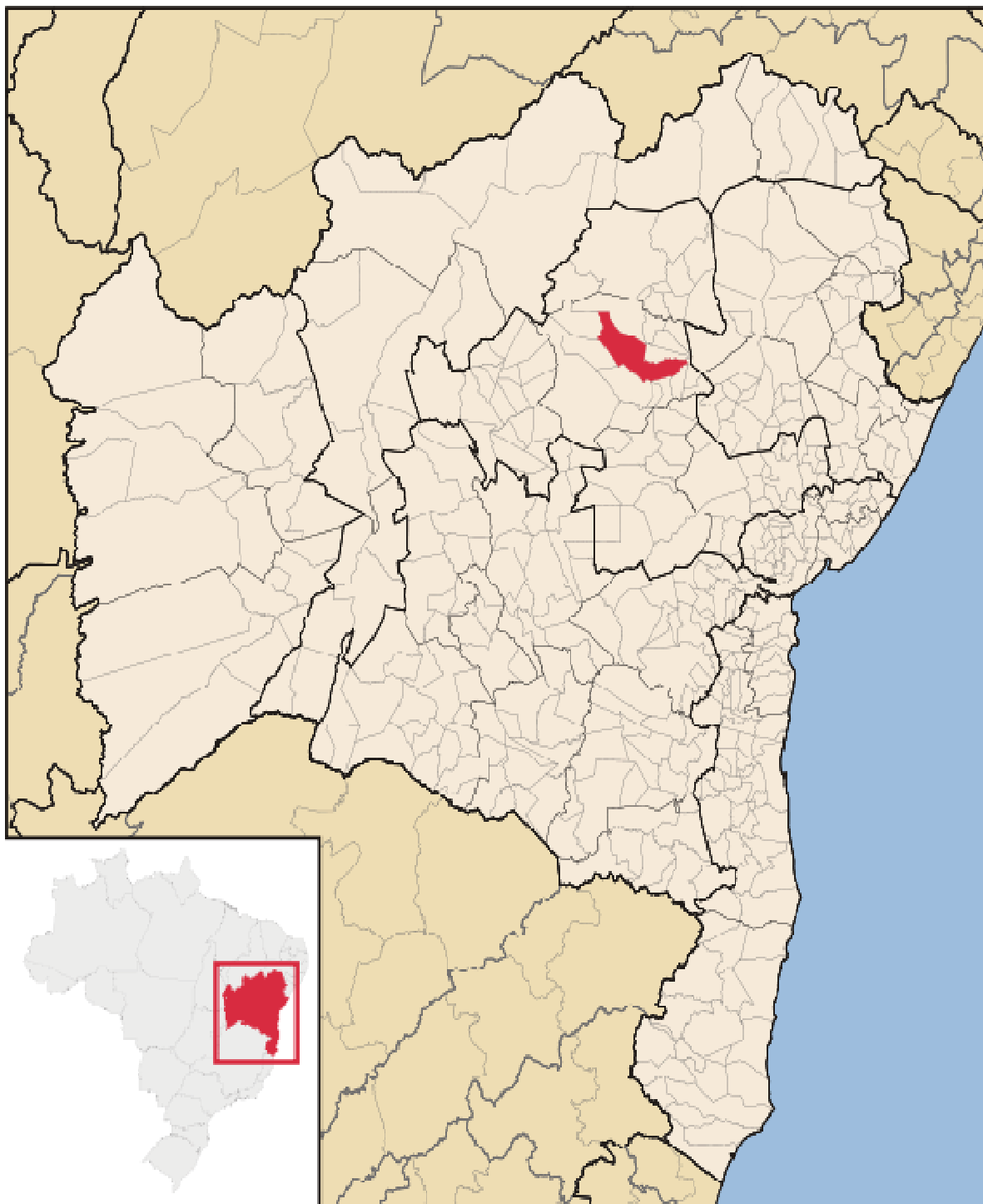
WAZBORT, Leopoldo. A cidade, grande e moderna. In: **As aventuras de Georg Simmel.** São Paulo. USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34, 2000.p.311-340.

VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média.** Tradução: Isabel St. Aubyn. Editorial Fragmentos. Lisboa.1985.

VIEIRA, Daniela Nunes Silva. **Novas perspectivas: modernização em Jacobina (1930-1940).** Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Campus IV. Jacobina, 2011. (Monografia de graduação).

Anexos:

Imagem 1- Localização do município de Jacobina dentro do mapa do estado da Bahia.



Fonte: Wikipédia – Disponível: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacobina#/media/File:Bahia_Municip_Jacobina.svg

Imagem 2 - Igreja da Missão do Bom Jesus – 1958.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci (Acervo de Osmar Micucci – NECC/UNEB – CAMPUS).

Imagem 3 - Antigo matadouro público de Jacobina – 1963.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV.

Imagem 4 – Igreja da Conceição - 1956.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV.

Imagem 5- Lavadeiras no Rio do Ouro - 1958.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV.

Imagem 6- Folião com lança-perfume - 1958.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV.